

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E
TERRITORIALIDADES – PPCULT

**A EXPERIÊNCIA DA REDE DE MUSEOLOGIA SOCIAL DO RJ
NO FORTALECIMENTO DE POLÍTICAS DE DIREITO À
MEMÓRIA DAS COMUNIDADES**

JULIANA LEITE TAVARES VEIGA

Niterói

2017

JULIANA LEITE TAVARES VEIGA

**A EXPERIÊNCIA DA REDE DE MUSEOLOGIA SOCIAL DO RJ
NO FORTALECIMENTO DE POLÍTICAS DE DIREITO À
MEMÓRIA DAS COMUNIDADES**

Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em Cultura e Territorialidades da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Lygia Segala

Niterói

2017

A Wellington e Aline, em memória.

Cachoeira de Macacu, presente!

Uma memória da Rede, em rede, para a Rede.

Agradecimentos

À minha mãe, minha irmã e meu pai, presenças fundamentais na minha vida.

À minha avó, que faz questão de estar presente na defesa.

À minha família que, com certeza, escolhi.

Ao meu namorado por dividir comigo projetos e sonhos.

Aos meus amigos queridos, que voltarei a encontrar em breve.

Aos participantes da Rede de Museologia Social do RJ pela disponibilidade e acolhimento, principalmente aos meus entrevistados: Cláudia Rose, Emerson, Firmino,

Inês, Leu, Lucienne, Mario, Marjorie, Mirela, Nathália, Rondelly e Sidney.

Aos parceiros e simpatizantes da Rede, principalmente os que me autorizaram mencionar seus nomes e colocar fotos com imagens suas neste trabalho: Alessandra

Gama, Ariel Cohen, João Paulo Vieira, Leila Souza Netto, Luiz Vaz, Nilcemar Nogueira e Rodrigo Rangel.

À Lygia, minha orientadora, pelo apoio em todas as minhas escolhas.

À Ana e ao João pelas importantes contribuições nas aulas e na qualificação.

À Myrian, que aceitou prontamente meu convite para participar da banca de defesa.

Ao Ppcult e a todos os envolvidos por contribuírem para que ele seja realizado com afeto.

"A história humana não se desenrola apenas nos campos de batalhas e nos gabinetes presidenciais. Ela se desenrola também nos quintais, entre plantas e galinhas, nas ruas de subúrbios, nas casas de jogos, nos prostíbulos, nos colégios, nas usinas, nos namoros de esquinas. Disso eu quis fazer a minha poesia. Dessa matéria humilde e humilhada, dessa vida obscura e injustiçada, porque o canto não pode ser uma traição à vida, e só é justo cantar se o nosso canto arrasta consigo as pessoas e as coisas que não tem voz".

Ferreira Gullar

Resumo

A museologia social, principal tema da presente pesquisa, diz respeito aos movimentos e iniciativas da sociedade civil na valorização da memória e dos patrimônios materiais e imateriais das comunidades em que estão inseridos, vinculados aos territórios localizados de forma geral em bairros periféricos, favelas, áreas rurais e ribeirinhas. Dessa maneira, é analisada a experiência da Rede de Museologia Social do estado do Rio de Janeiro, através de questões como institucionalização, intercâmbios, captação de recursos, e a forma como esta contribui para o fortalecimento de políticas de direito à memória dessas comunidades.

Palavras-chave: museologia social, patrimônio, política, identidade cultural, memória, rede.

Abstract

Social museology, the main theme of this research, relates to the civil society's movements and initiatives on valuing not only the memory, but also both material and non-material heritage within their local communities; mainly located in peripheral neighborhoods, suburbs, favelas, rural and riverside areas. Therefore, this analysis is based on the experience of the Social Museology Network of Rio de Janeiro, concerning aspects such as institutionalization, intercultural exchange, fundraising and how it improves and strengthens policies to ensure these local communities the right to their heritage.

Keywords: social museology, heritage, policy, cultural identity, memory, network.

Sumário

Introdução	01
Capítulo 1 – Museologia Social e Rede: conceitos, política e estratégias de reconhecimento	18
1.1. Memória Coletiva, Patrimônio Cultural e Museologia Social	19
1.2. Museologia Social: marcos fundamentais, contexto histórico e transformações	28
1.3. Identidade, Reconhecimento Social e Política da Diferença	42
1.4. Apontamentos sobre o conceito de rede e a criação da Rede de Museologia Social do RJ	46
Capítulo 2 – A Rede de Museologia Social do RJ	60
2.1. Como atua? Encontros e Narrativas da Rede	62
2.2. Rearticulação da REMUS-RJ e a criação do GT de Articulação	86
2.2.1. Formas diversas de participação na REMUS-RJ: GT de Articulação, GT Operacional, “Presenças de Referência” e Rede Virtual	89
2.3. Quem participa? Mapeando os agentes da Rede	95
Capítulo 3 – Interações da Rede de Museologia Social do RJ: territórios possíveis para a construção de políticas de direito à memória?	134
3.1. Identidade territorial e museus comunitários	134
3.2. Da vontade de memória à vontade de museu	143
3.3. Interações da Rede de Museologia Social do RJ: territórios possíveis para a construção de políticas de direito à memória?	151
Considerações Finais	164
Bibliografia	170
Links consultados	175
Anexos	180

Lista de imagens

Imagem 1: Logomarca Rede de Museologia Social do RJ	59
Imagem 2: Foto João Paulo Vieira ministrando oficina	71
Imagem 3: Foto Marjorie Botelho falando sobre a COGEPACO	72
Imagem 4: Foto Alessandra Gama em Cachoeira de Macacu	76
Imagem 5: Foto da Visita ao Terreiro Ilê Axé Omin em Cachoeira de Macacu	76
Imagem 6: Foto Bumba meu Boi	77
Imagem 7: Foto da entrada do Raízes de Gericinó	77
Imagem 8: Foto no Raízes de Gericinó	77
Imagem 9: Foto da Rede no Foco Escola	78
Imagem 10: Foto no Foco Escola	78
Imagem 11: Foto da Rede na parte externa da Casa da Rua do Amor	79
Imagem 12: Foto Luiz Vaz na Casa da Rua do Amor	79
Imagem 13: Foto de artesanato símbolo da Casa da Rua do Amor	79
Imagem 14: Foto de Pintura externa da casa do Coletivo Mulheres de Pedra	80
Imagem 15: Foto da Rede no Mulheres de Pedra	80
Imagem 16: Foto de Nilcemar Nogueira, diretora do Centro Cultural Cartola	82
Imagem 17: Foto de Nilcemar Nogueira e Nathália Lardosa no auditório	82
Imagem 18: Folder do Encontro de Avaliação e Planejamento	87
Imagem 19: Foto da Reunião no Museu da República	93
Imagem 20: Foto de Integrantes da Rede após a reunião	93
Imagem 21: Foto de Antônio Carlos Firmino e Sidney Silva durante a reunião	93

* Todas as imagens pertencem ao Acervo da Rede de Museologia Social do RJ

Introdução

Início esta introdução respondendo à primeira pergunta que fiz nas entrevistas que realizei durante o trabalho de campo: “Me conta um pouco sobre sua trajetória, sua formação, onde você nasceu”. Nasci em Niterói e moro aqui há 32 anos. Pertencço a uma classe média branca, que estudou a vida toda em escola particular. Me formei em Produção Cultural em uma Universidade pública. Antes, cursei na mesma universidade alguns períodos de Pedagogia, tendo feito a disciplina de Antropologia e Educação, provavelmente meu primeiro contato com as questões de identidade, memória e patrimônio, com Lygia Segala, hoje, minha orientadora. Estava ali meu interesse de pesquisa, mesmo antes de me descobrir pesquisadora.

Recebi bolsa da Capes no mestrado de Cultura e Territorialidades por 24 meses, aproximadamente, e foi ela – e os fatos acima citados – que me permitiram dedicação integral ao mestrado nesses dois anos. Pude escolher as disciplinas que iria cursar de acordo com meus interesses de pesquisa e não devido aos horários que estas disciplinas seriam oferecidas – caso de muitos alunos que não tiveram bolsa e/ou não puderam deixar de trabalhar.

Parto deste lugar. Reconheço meus privilégios e o lugar de onde falo, que não é o mesmo daqueles militantes de movimentos sociais que analisei e fazem parte da Rede de Museologia Social do RJ, meu objeto de estudo. Integro o grupo que instrumentalmente denominei como “pesquisadores”, também participantes da Rede, e que não pertencem ao grupo daqueles diretamente envolvidos em “movimentos e iniciativas de memória” – ainda que possa considerar também, em função do trabalho desenvolvido, as pessoas que pertencem a este último grupo como pesquisadores do território físico, simbólico e afetivo em que vivem e à memória social de suas comunidades. Mesmo sem pretender falar do lugar que os “movimentos” ocupam, o faço, de certa forma, a partir das análises dessa pesquisa; sou eu quem escreve, ainda que, reproduzindo na íntegra, muitas vezes, as falas *deles* – e ainda que tomada por essa multiplicidade de vozes que compõe esse trabalho.

Apesar disso, como o próprio conceito de “lugar de fala” enuncia, desejo “quebrar com a voz única (...). Romper com uma história única (...). [Em] que as vozes que foram historicamente silenciadas possam falar” (RIBEIRO, 2016, p. 22). Ainda assim, é esse o meu lugar, um “lugar de poder”, como Djamila Ribeiro menciona, em

entrevista brilhante, à revista *Caros Amigos*, de novembro de 2016. Mas pretendo aqui usar o espaço acadêmico, com o desejo também de que outras narrativas surjam a partir desses movimentos de memória e museologia social, inclusive nos espaços acadêmicos, ainda tão preconceituosos e conservadores, reconfigurando-os. Compreendendo que somos seres sociais e, portanto, relacionais, minha trajetória, formação e o lugar em que cresci me fazem hoje discutir as questões que apresento nesta dissertação.

Minha pesquisa sobre museologia social se inicia no final de 2013 quando inscrevo um projeto para o Edital de Intercâmbio e Difusão Cultural do Ministério da Cultura (MinC). No projeto de pesquisa há o interesse de ir para Belém do Pará, conhecer principalmente o Ecomuseu da Amazônia ¹, o Ponto de Memória da Terra Firme ² e a Incubadora Pará Criativo ³. O objetivo foi analisar até que ponto as referidas iniciativas de museologia social se beneficiavam do Programa Brasil Criativo através da Incubadora, e de que forma. Queria ainda investigar as metodologias de participação da comunidade nesses territórios.

A viagem aconteceu em março de 2014, durante uma semana. Apesar do pouco tempo foi possível perceber que a partir do que foi articulado entre a Incubadora do Pará e a Secretaria de Economia Criativa – já extinta – do MinC, o setor de Patrimônio, em Belém, não havia sido contemplado. Segundo a equipe, este setor constaria como prioridade para ações de 2015, no relatório a ser encaminhado à Secretaria. Nas minhas tentativas posteriores de contato com a Incubadora, porém, soube que esta tinha sido desarticulada. De qualquer maneira, o mais importante foi acompanhar as atividades nas comunidades ligadas ao Ecomuseu da Amazônia e do Ponto de Memória da Terra Firme, como a ida à Ilha de Cotijuba para conhecer as atividades de artesanato com cerâmica e o viveiro de peixes, realizadas junto ao Ecomuseu e a I Roda de Memória das Mulheres da Terra Firme, atividade do Ponto de Memória, bem como suas metodologias de participação comunitária.

O referido edital do MinC exigia contrapartida no estado de origem, que foi realizada em junho de 2014 em dois locais: 1) Museu da Maré ⁴: na roda de debate do Encontro da Rede de Museologia Social do estado do RJ, que teve como uma das

¹ Localizado em Belém, no distrito de Icoaraci e nas ilhas de Cotijuba, Mosqueiro, Caratateua, com sede nesta última.

² Localizado na Terra Firme, bairro periférico de Belém. O Programa Pontos de Memória está vinculado ao Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e diz respeito ao reconhecimento de movimentos e iniciativas de memória e museologia social da sociedade civil pelo poder público.

³ Ver: http://culturadigital.br/brasilcriativo/files/2014/06/livro_web2educacao.pdf (Acesso: 23/11/16).

⁴ Inaugurado em 2006.

pautas a experiência de intercâmbio proporcionada pela pesquisa no Pará. 2) Ponto de Cultura e Ecomuseu Rural ⁵: oficina de educação patrimonial com os jovens do sétimo ano da Escola Municipalizada Vieira Batista, que fechou recentemente.

É dessa pesquisa então que surge a motivação para o mestrado, deslocando o enfoque do Pará para o Rio de Janeiro e da análise de espaços culturais específicos para as ações e interações da Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro, bem como da economia criativa como um aspecto das políticas culturais para abrangê-las de forma mais ampla.

Ter iniciado a pesquisa de campo em meados de 2014, antes mesmo de saber qual seria meu objeto de estudo, devido à participação posterior nos Encontros da referida Rede, foi fundamental principalmente por ter percebido, já nas primeiras semanas de mestrado, como dois anos é muito pouco tempo para tudo que este comporta: leituras, aulas, apresentações de artigos, pesquisa, trabalho de campo, dissertação. Além, é claro, de tudo mais que ele precisa comportar: grupos de estudo, assembleias, seminários, viagens, trocas, conversas da turma, da greve, das demandas da pós, participação nas atividades de *ocupação* ⁶, do que queremos enquanto universidade pública e do que devolvemos para a sociedade, também enquanto universidade pública etc.

No Brasil, os ecomuseus e os modelos de iniciativas comunitárias como os museus comunitários, localizados de forma geral em bairros periféricos, favelas, áreas rurais e ribeirinhas têm em comum o desejo de ter a memória e o patrimônio desses territórios valorizados. Essa ideia pretende corroborar o processo de autonomia e resistência das comunidades frente a uma cultura/memória oficial imposta, na qual estas não se veem representadas.

Foi muito interessante notar, já nas primeiras reuniões que participei da Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro, que os problemas colocados eram muito próximos

⁵ “O Sobrado Cultural Rural é um equipamento educativo de cultura localizado numa comunidade rural em Santo Antonio, Bom Jardim”. Disponível em:

https://www.facebook.com/pg/sobradoculturalrural/about/?ref=page_internal (Acesso: 23/11/16).

⁶ Movimento de ocupação que tomou conta das escolas e universidades públicas do país realizado pelos estudantes contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/2016 (Ver: <http://agenciabrasil.etc.com.br/educacao/noticia/2016-10/mais-de-mil-escolas-do-pais-estao-ocupadas-em-protesto-entenda-o-movimento> - Acesso em: 17/03/17).

daqueles encontrados em Belém, a saber: a questão da institucionalização através de CNPJ e da falta de recursos para desenvolver as atividades. Por isso, inicio a pesquisa do mestrado, com esses enfoques, além da análise da ação e dos intercâmbios da Rede de Museologia Social que serão considerados na pesquisa: os Encontros bimestrais itinerantes, nos locais das iniciativas de museologia social para conhecer seus saberes e fazeres, ligados aos territórios, e discutir as pautas comuns dessas iniciativas; e os Encontros realizados externamente, em fóruns, congressos e seminários afins aos temas da museologia social. O termo “intercâmbios” será usado tanto para os Encontros internos da Rede, que aconteceram bimestralmente, quanto para os Encontros externos, em que seus integrantes participam eventualmente.

A Rede de Museologia Social do RJ foi criada em 2013 a partir de reuniões feitas entre museólogos, iniciativas de memória e museologia social, e gestores culturais. As primeiras conversas partem de um grupo de consultores do Programa Pontos de Memória do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM)⁷. Uma consultora que trabalhava as ações do Programa, especificamente no estado do Rio de Janeiro, Inês Gouveia, torna-se, nesse processo, a principal articuladora da Rede. Essas conversas se estendem aos museólogos Mario Chagas e Lucienne Figueiredo, da Superintendência estadual de Museus, ligada à Secretaria de Cultura do estado do RJ.

Posteriormente, há uma grande mobilização para uma reunião no Museu da República, no bairro do Catete, Rio de Janeiro, em outubro de 2013, em que participam as iniciativas de memória e museologia social do estado. Foi considerada a primeira reunião oficial da Rede. Lá pactuou-se que a segunda reunião aconteceria na *Teia da Memória*⁸, que foi realizada no Ponto de Cultura e Ecomuseu Rural em Bom Jardim, região serrana do estado, em dezembro do mesmo ano. Nesta reunião, confirmou-se com os presentes a importância da criação da Rede de Museologia Social do estado do Rio de Janeiro.

É fundamental dizer que esta Rede de Museologia Social é um movimento político, no qual questões relacionadas ao direito à memória das comunidades⁹ são

⁷ O IBRAM é criado em 2009, como autarquia vinculada ao Ministério da Cultura, através da Lei número 11.906/2009 (20/01/2009). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11906.htm (Acesso em: 23/11/16). No mesmo ano é criado o Programa Pontos de Memória, a partir de projeto-piloto que nomeia 12 Pontos de Memória em comunidades populares em todo o Brasil, com alta vulnerabilidade social.

⁸ Encontro estadual dos Pontos de Memória e iniciativas afins.

⁹ A noção de *comunidade* pode ser entendida aqui, considerando os pontos de vista do meu grupo de referencia na pesquisa, como um espaço social estreitamente ligado a uma base territorial específica que o identifica, no mais das vezes desqualificado nos discursos correntes e nas políticas públicas da cidade.

constantemente colocadas em pauta. Aliás, é essa pauta que perpassa suas reuniões: as possibilidades de visibilidade e viabilidade dessas iniciativas museais de memória, imbricadas no território em que vivem as comunidades, além da perspectiva política do próprio *intercâmbio*, na medida em que esses Encontros afirmam a importância da museologia social enquanto prática e enquanto campo de estudos e pesquisas. Além de serem valorizados os saberes e fazeres daquela comunidade, o que se considera como seu patrimônio, partilham-se nos Encontros as dificuldades das iniciativas, principalmente em se manter, bem como as formas encontradas de reivindicar e de resistir. Na verdade, o existir no contexto da museologia social já é por si só resistir.

Os Encontros da Rede de Museologia Social são itinerantes, possibilitando que diferentes espaços sociais conheçam e se reconheçam na Rede, apresentem suas ações e dialoguem através de mediadores reconhecidos, além de confirmar uma perspectiva importante de descentralização política, econômica e geográfica. Porém, apesar de se pretender estadual e, de fato, ter representantes de outras regiões do estado em muitos Encontros, sua abrangência ainda é limitada.

Situado o leitor no objeto desta pesquisa, faz-se necessário agora seu entendimento acerca do objetivo central do trabalho, que é analisar como as interações da Rede de Museologia Social do RJ se configuram enquanto possibilidades para a construção de políticas de direito à memória das comunidades, de forma a contribuir tanto para a visibilidade quanto para a viabilidade das iniciativas de museologia social. Acredito ser importante discutir sobre o seu *modus operandi*, visto que outras redes com a mesma temática existem no Brasil e, portanto, esta experiência pode ser interessante como método e como exercício interpretativo.

Em um contexto mais amplo, entendo que esta pesquisa também pode contribuir para a análise acerca do tema das redes, criadas muitas vezes, como resposta ao desamparo, já que “o desamparo cria vínculos” (SAFATLE, 2015, p. 25), e pode ser entendido como “condição para o desenvolvimento de certa forma de coragem afirmativa diante da violência” (idem, p. 74) e da dominação. Estar em rede fortalece, cria solidariedades, e no caso da Rede de Museologia Social, articula vozes historicamente silenciadas e inauditas. Espero, sobretudo, que esta pesquisa seja um registro para a Rede do seu próprio trabalho, sendo olhado por diversos aspectos, inclusive como memória. Uma memória da Rede, em rede, para a Rede.

Antes de explicitar a metodologia utilizada também é preciso dizer que não é uma preocupação deste trabalho diferenciar as terminologias que englobam essas

iniciativas: museu vivo, museu social, museu novo, museu comunitário, ecomuseu e afins. Essa variedade de nomes surge a partir do momento em que começam a ser discutidas as questões referentes à museologia social ou nova museologia, como também é chamada, esta sim fundamental para a presente pesquisa.

Nessa perspectiva, talvez o mais importante seja entender a “raiz etimológica” comum a essas expressões, o museu, não no sentido da palavra em si, mas no que ela representa para essas iniciativas de memória que aderem as referidas terminologias. Qual o significado do que se enuncia? Quem os enuncia e para quem? Por que museu? O que é um museu? Por que atribuir o nome museu, já que se quer algo diferente do que está dado como hegemônico? Essas respostas vão sendo coletadas ao longo das entrevistas e da análise dos dados. Entretanto, vale ressaltar que o museu dito “clássico”, que corrobora a ideia hegemônica de museu, é consequência da colonização.

Assim, esses museus pretendem abarcar as narrativas ditas “oficiais” de uma memória e uma história nacionais, consideradas “as grandes narrativas”, representativas da nação. Porém, com isso, são imputadas às narrativas outras, o direito legítimo à vez e voz; tão importantes de serem contadas como qualquer outra. Nesse contexto, a museologia social se faz fundamental como *militância*, pelo direito à diversidade das narrativas, expondo, primordialmente, memórias e histórias de comunidades quilombolas, indígenas, rurais, periféricas, faveladas, ribeirinhas.

Junto à metodologia usada no presente trabalho, vou me referir aqui ao “meu lugar na pesquisa”, por considerar que o modo como teço esse lugar, ora contribuindo mais de perto com o GT de Articulação da Rede (que será abordado no segundo capítulo desta dissertação), participando desde sua criação, ora um pouco mais afastada, faz parte também de uma lógica metodológica. Como mencionado, participo dos Encontros da Rede desde meados de 2014, na ocasião da contrapartida no Museu da Maré, do projeto de pesquisa do edital de Intercâmbio e Difusão Cultural do MinC, ou seja, há quase três anos.

Nesse primeiro momento até definir que a Rede seria meu objeto de estudo no mestrado, parecia estar em um entre-lugar¹⁰ – mesmo que isso tenha durado apenas 4 meses, ou 2 Encontros bimestrais da mesma – entre a fronteira do contato inicial com o

¹⁰ Em referência ao conceito “lançado no Brasil através do ensaio ‘O Entre-Lugar do Discurso Latino Americano’ (1978), (...) de Silviano Santiago [que] relaciona-se diretamente com os deslocamentos culturais estudados em termos mais correntes como ‘zona de contato’ (Pratt, 1992), ‘transculturação’ (Ortiz, 1940) ‘hibridismo’ (Bhabha, 1994), ‘mestizaje’ (Anzaldúa, 1999) e ‘tradução cultural’ (Spivak, 2000)”. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/simposio/view?ID_SIMPOSIO=175 (Acesso em: 04/03/17).

que poderia vir a ser essa relação. Naquela época, e por conta da pesquisa em Belém, já sabia que meus temas no mestrado seriam: políticas culturais e museologia social, mas ainda não enxergava a Rede como uma possibilidade. Mesmo assim, fui aos Encontros bimestrais que se seguiram, questionando algumas vezes minha presença ali, talvez por não fazer parte de nenhum movimento de memória e museologia social, ainda que não fosse a única.

Permiti-me ficar nesse estado, um pouco aflita – “o tempo narrado é como uma ponte lançada sobre a brecha que a especulação não cessa de cavar entre o tempo fenomenológico e o tempo cosmológico” (RICOEUR, 2011, p. 415): o tempo fenomenológico é o subjetivo, individual; e o cosmológico é igual para todos, contado em dias, meses, anos etc.; o tempo histórico, conforme afirma o autor – até chegar **ao segundo momento** quando da decisão de fazer da Rede meu objeto de pesquisa.

Com a aprovação no mestrado, veio a possibilidade de me apresentar nos Encontros como pesquisadora, que tinha como objeto de estudo a Rede de Museologia Social do RJ. Mesmo com esse “lugar” melhor definido em torno de um objetivo, ainda era só uma observadora. Imagino que minha legitimidade enquanto participante (ou observadora-participante, já que durante todo o tempo da pesquisa, as pessoas sabiam que eu estava ali pesquisando) só veio **no terceiro momento**, no ano seguinte, quando começo a participar mais ativamente, através de reuniões de preparação do primeiro Encontro de 2015. A partir daí, também passo a integrar o GT de Articulação, e a colaborar, de forma muito próxima, na escrita do projeto para a participação da Rede no já mencionado edital do MinC.

Também não tenho dúvida que essa legitimação não se dá apenas pelo fato de ser pesquisadora, de novo o retórico status acadêmico proporcionando poder de fala, mas porque a principal articuladora da Rede é também minha interlocutora desde o início. Posteriormente, o contato próximo com outras pessoas, tanto dos movimentos de museologia social quanto de pesquisadores também legitimou meu papel na Rede. É importante esclarecer desde já que estou classificando como *pesquisadores* todas as pessoas que não estão diretamente ligadas aos movimentos comunitários de museologia social, tendo feito graduação, mestrado ou doutorado na área de museologia, bem como museólogos que atuam na área de ensino e/ou órgãos públicos de patrimônio, cultura e museus.

De certa maneira, a criação de laços afetivos ao longo da pesquisa faz com que me vejam também, além de observadora, como participante. Devo dizer que também me

sinto assim, uma participante-observadora ¹¹, tendo muitas vezes me referido aos trabalhos da Rede como “nosso”, ainda que me polície constantemente para saber os momentos em que imagino poder fazê-lo.

Apesar disso, questionar esse lugar legitimado pela pesquisa é importante para desconstruir a noção ainda muito presente de que a academia é este lugar do saber legítimo, quando estamos privilegiando justamente a ideia na qual os saberes e fazeres das comunidades, seus patrimônios, são também legítimos e precisam ser reconhecidos como tal. Em um dos Encontros do GT de Articulação, as primeiras pessoas a chegar foram *pesquisadores* e a minha principal interlocutora da Rede, também pesquisadora, mencionou em tom de brincadeira que era uma “rede de pesquisa” então e não de movimentos sociais, pois seus representantes ainda não estavam presentes. Esta é uma questão importante que será abordada no capítulo 3.

Por ser uma rede aberta a participação de qualquer interessado, é difícil mensurar seu número de participantes, já que a frequência pode durar um período e depois não ser mais contínua, ou ainda, não existir mais. Com essa questão – muitas vezes colocada em discussão pelas pessoas que participam com mais frequência: quem é a Rede?; também esta é uma pergunta colocada nas minhas entrevistas – coloca-se outra: o que seria necessário para ser considerado membro da Rede?

Apesar destas discussões aparecerem algumas vezes não são questões definidas, fechadas. Não há um estatuto ou documento interno que regule tais pontos. Ainda que as discussões sobre a institucionalização tenham surgido atreladas à reflexão de se criar ou não um CNPJ para a Rede, o que exigiria além de recursos fixos, a atribuição de cargos e funções a esses membros, elas se mostram mais complexas do que isso, conforme será explicitado também no capítulo 3.

Nas entrevistas realizadas por mim ao longo de 2016 e em janeiro de 2017, apesar da maioria dos entrevistados entender os benefícios de um CNPJ, como por exemplo, a inscrição como pessoa jurídica em editais públicos de fomento à cultura, é unânime que realmente esta não é uma questão fundamental neste momento, visto que há a possibilidade de concorrer a esses editais através de CNPJ de iniciativa integrante da Rede, além do que o poder público tem entendido que muitas destas iniciativas não

¹¹ Ao longo do período fiz registros em caderno de campo, acompanhei reuniões, encontros, visitas e participei da redação de documentos. Complementarmente realizei 12 entrevistas abertas gravadas com participantes da Rede além de pesquisa em sites, blogs e facebook.

possuem formalização jurídica e tem oferecido outros meios de participação nestes editais. Esta, porém, não é uma ponderação da política cultural como um todo.

Também foi fundamental analisar os desdobramentos do GT de Articulação, criado no início de 2015, para dar conta da desmobilização da Rede. Outra questão fundamental que se inicia como atividade realizada pela primeira vez, em meados de 2015, são as possibilidades de captação de recurso para a Rede. Desde o início da minha participação nos Encontros, foi mencionado o desejo de realizar exposições itinerantes, oficinas acerca dos temas da museologia social, e outras atividades em conjunto, mas de forma geral, estas não foram demandas que se concretizaram até aqui, mas que se iniciam a partir de março de 2017, com o recurso de Emendas Parlamentares – estratégia de captação de recurso experimentada, conforme será explicitado no capítulo 3.

O primeiro projeto nesta direção foi a inscrição de proposta no edital Cultura de Redes do Ministério da Cultura, que concorreu na categoria local, sem CNPJ. Essa categoria possibilitava que “coletivos artísticos”, termo proposto pelo edital, sem CNPJ, participassem através do CPF de um dos integrantes de alguma iniciativa da Rede. Ela foi classificada em 53º lugar entre 215 coletivos desta categoria, o que não garantiu o prêmio, já que segundo o edital, apenas os vinte primeiros lugares seriam beneficiados com o recurso.

A possibilidade de recursos a partir das emendas parlamentares surge através de uma conversa em um dos Encontros bimestrais. Dessa forma, dois projetos são escritos com o intuito de apresentar a Rede de Museologia Social do RJ. Os dois projetos são aprovados no início de 2016, porém os recursos só são concedidos no final de fevereiro de 2017.

Atualmente, a Rede possui, além de página e grupo no facebook, um blog que irá condensar todas as informações a ela relacionadas, bem como fotos dos Encontros, pautas de discussões, atividades, release dos grupos e divulgação de suas ações etc. Apesar dessa atividade ter se iniciado sem recurso, através do trabalho voluntário de algumas pessoas que fazem parte do GT de Articulação, a intenção é que esse e outros trabalhos, até aqui voluntários, sejam remunerados com o recurso das Emendas.

O trecho abaixo, retirado do perfil do facebook da Rede em 2015, reflete sua intenção central:

Ela [a *Rede*] tem como objetivo promover a conexão e a troca de experiências entre comunidades populares, movimentos sociais e instituições que atuam no campo da memória, patrimônio e cultura. Surge com o intuito de potencializar a memória como fator de inclusão e transformação social, integrando e dando voz às diversas iniciativas e narrativas históricas que compõem o Rio de Janeiro.¹²

Uma questão de método fundamental pensada desde o início da pesquisa – sem resposta àquela época – era: quais seriam os critérios utilizados acerca de quem eu deveria entrevistar? Ficou muito claro pra mim desde o início, conforme mencionado, que o tempo do mestrado era um tempo escasso. Foi a partir da configuração que se deu no próprio campo: a desmobilização da Rede, que tem como consequência a criação do GT de Articulação, que foi possível resolver a questão. As entrevistas seriam desenvolvidas a partir do referido GT porque não seria possível entrevistar todos que, de alguma maneira, ou se consideram da Rede ou eventualmente participavam de suas atividades e Encontros, principalmente por ter presenças, muitas vezes, descontinuadas.

Foram realizadas 12 entrevistas, 6 com “participantes dos movimentos e iniciativas da museologia social” e 6 com “pesquisadores” que integram a Rede; os áudios de todas as entrevistas foram gravados com a permissão dos entrevistados. Essa distinção classificatória foi necessária para a construção dos dois modelos de roteiro que guiaram as entrevistas. Um voltado para o grupo dos pesquisadores e outro para os movimentos de memória e museologia social. A diferença básica entre os dois modelos se refere às perguntas voltadas para as atividades desenvolvidas nas iniciativas de museologia social, fazendo com que o roteiro de perguntas desse último grupo seja maior.

Porém, à medida que fui pesquisando sobre esses movimentos e conversando com as pessoas nas reuniões e Encontros, perguntas mais específicas foram surgindo, o que me possibilita dizer que existe um bloco de perguntas gerais e outras específicas para cada entrevistado, com exceção das primeiras entrevistas. As perguntas gerais estão vinculadas à biografia e à formação do entrevistado, suas motivações e interesses. Essas perguntas também dizem respeito ao envolvimento do entrevistado nas ações da Rede, bem como de suas opiniões sobre a mesma – a exemplo da institucionalização e da captação de recursos – e acerca dos temas da museologia social.

Entendendo ser necessário optar acerca de quais temas que perpassam meu objeto de estudo seriam desenvolvidos nesta pesquisa, enfoco as três pautas de

¹² Ver: <https://www.facebook.com/groups/212231862288591/> (Acesso em: 15/05/15).

discussões que acompanho desde minhas primeiras frequências nos encontros da Rede, e que, portanto, seguem sendo os eixos centrais de investigação deste trabalho: intercâmbios, institucionalização e captação de recursos, com enfoque nos desdobramentos das referidas emendas, constituindo o que entendo ser uma política pública de direito à memória das comunidades, nas quais as iniciativas de museologia social estão inseridas.

Para a realização do objetivo da pesquisa, acompanhei – e ainda acompanho – as atividades da Rede de Museologia Social do RJ, assim como sua metodologia e formas de interação – física/territoriais, virtuais e afetivas – no sentido da valorização, do apoio e da legitimação da memória das comunidades, no que se refere a seus patrimônios materiais e imateriais, além do fortalecimento e construção de políticas para o setor.

Entretanto, “como construir um todo desta multiplicidade de material? Como evitar que as conclusões não sejam meros reflexos da predisposição do pesquisador e sim resultados da análise do objeto de estudo?” (GOLDENBERG, 2004, p. 96). Primeiro devo dizer que ainda não tinha tido a oportunidade de analisar dados gerados através de entrevistas de história oral. Também ainda não havia lidado com tantos dados a serem analisados, já que foram 12 entrevistas. Mas depois de indiciar a partir do roteiro das entrevistas, quais questões eram centrais para a pesquisa e quais, apesar de secundárias, precisavam ser mencionadas, bem como dividir, a partir do sumário do trabalho, quais temas seriam desenvolvidos em cada capítulo, as respostas às referidas perguntas foram ficando mais claras. Da mesma forma, ter feito a primeira versão desta introdução logo após a qualificação também foi fundamental para a organização das ideias antes que esse processo de análise de dados fosse iniciado.

Assim, antes de comentar a estrutura de divisão dos capítulos desta dissertação, menciono algumas limitações da pesquisa. Acredito que seria interessante ter podido entrevistar mais algumas pessoas, mas realmente não houve tempo. Também gostaria de ter realizado mais de uma entrevista com cada entrevistado, para que eu pudesse ter distribuído as perguntas de forma a tornar a entrevista menos cansativa, já que algumas delas chegaram há quase duas horas; por esse motivo, não foi possível fazer, em algumas entrevistas, todas as perguntas previstas no roteiro. Dúvidas posteriores foram tiradas por email ou nos Encontros e reuniões da Rede.

Outra questão que teria sido interessante ao longo da pesquisa diz respeito à “devolução” de algumas questões ou conclusões parciais aos entrevistados. Por mais que eu estivesse com frequência nos Encontros e reuniões, muito pouco foi falado sobre

a pesquisa durante seu processo. Apenas em uma ocasião, os convidei para minha apresentação sobre a Rede de Museologia Social do RJ no VII Seminário Internacional de Políticas Culturais, realizado na Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro. Mas isso também se deu pelo fato de que a apresentação anterior sobre a pesquisa aconteceu no III Encontro Brasileiro de Pesquisa em Cultura, na cidade do Crato, no Cariri (CE).

Também não foi possível contemplar, no tempo da pesquisa de mestrado, a questão da comunidade do entorno das iniciativas de museologia social tratadas na dissertação. Teria sido interessante saber a opinião dessas pessoas acerca desses projetos e sua importância na comunidade, porém não foi este o foco principal do trabalho.

Por último, gostaria que ficasse registrado que teria sido igualmente interessante mencionar com mais profundidade outras redes de museologia social e museus comunitários existentes no Brasil, bem como a Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários (ABREMC), mas como durante a pesquisa esta não teve interlocução próxima à Rede, apenas a mencionarei no trabalho.

No capítulo 1, discorro sobre o que trata a museologia social, tema central da presente pesquisa, através dos conceitos historicamente construídos de memória social e patrimônio cultural, a partir de interesses e lutas de poder entre grupos envolvidos na prática e na teoria destes debates. Uso para tal, os autores Maurice Halbwachs (2006) e Nathalie Heinich (2012).

Será fundamental entender as modificações nos usos do patrimônio ao longo do tempo, principalmente no que se refere à noção ampliada do mesmo, chegando às questões colocadas pelo patrimônio imaterial. A partir destas discussões, farei breves incursões históricas sobre as políticas públicas brasileiras estabelecidas para o setor, vinculadas a prescrições internacionais.

Mencionarei a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, em pleno Estado Novo, pois é a partir daí que as políticas de patrimônio se objetivam no Brasil. Nesse sentido, será imprescindível o entendimento acerca do que propunha o modernista Mário de Andrade com seu anteprojeto para a criação do referido órgão, que foi reformulado por Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do SPHAN, se transformando no Decreto-lei n. 25, de 30 de novembro de 1937.

A criação do marco legal do Patrimônio Cultural Imaterial (PCI) no Brasil, em 2000, institui o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), que representa a participação dos grupos no bem patrimonial a ser mapeado, indicando que a atribuição do valor patrimonial não é só tarefa do Estado, conforme pensamento de Mário de

Andrade quando da criação do SPHAN, ainda que não tenha sido possível na época sua concretização, como será evidenciado.

Com a criação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, em 2009, há também a criação do **Programa Pontos de Memória**, que inicialmente nomeou doze Pontos de Memória em comunidades populares em todo o Brasil, com “alta vulnerabilidade social”. Posteriormente, são lançados editais dos Pontos de Memória que vão premiar mais de 150 iniciativas.

A criação do IBRAM, do Programa Pontos de Memória, bem como da Política Nacional de Museus, esta última criada em 2003, possibilitou a inclusão do termo *museologia social* pela primeira vez na história das políticas culturais do país. Para isso será fundamental a articulação do museólogo brasileiro Mario de Souza Chagas, bem como de outros atores, evidenciando a estreita ligação entre o campo acadêmico e o das políticas públicas de cultura. Por isso, segue em anexo, parte importante do depoimento do referido museólogo sobre o tema, em entrevista realizada por mim, em dezembro de 2016.

A partir das discussões de diferentes atores acerca da museologia social ficará claro que ela engendra no campo museológico questões que não são consensuais. Isso pode ser atribuído ao fato do referido campo – consolidado no Brasil na década de 1980 – ser ainda muito conservador, apesar das mudanças que vem ocorrendo desde então.

Serão analisadas as questões fundamentais que apontaram as diferenças entre a nova museologia em relação à museologia dita tradicional, no que se refere ao grau de importância dada ao território, à comunidade e seus patrimônios, não só edificados, mas também entendidos enquanto saberes e fazeres dos grupos, vinculados à identidade e à memória. Nessa perspectiva será importante a contribuição dos museólogos franceses Hugues de Varine e Georges Henri Rivière, entre as décadas de 1960 e 1970.

Retomo ainda algumas questões relacionadas à memória, para vinculá-la à identidade, e à sensação de pertença e de coerência que ela confere, tanto no nível individual quanto no coletivo, como dirá o autor Michael Pollak (1992). A partir então da identidade dos grupos sociais aciona-se uma dimensão política, que permite que estes lutem por reconhecimento e/ou políticas de reconhecimento social. De acordo com a socióloga Nancy Fraser (2007), o reconhecimento social é uma forma de se combater as injustiças de valorização cultural.

Porém, algumas perguntas podem surgir a respeito da formulação de políticas governamentais de cultura, entendendo que intrínseca à questão da identidade é a

questão da diferença, quais sejam: a constituição de políticas de valorização da diferença, voltadas aos grupos minorizados que não tiveram sua identidade reconhecida na construção das políticas até então, negaria o pressuposto de igualdade? As políticas de reconhecimento não estariam propondo, ao mesmo tempo, uma inevitável guetificação? E ainda, a ideia de não engessamento das identidades é possível quando estas são enquadradas na forma de políticas culturais? Talvez todas essas perguntas possam se resumir na questão colocada por Stuart Hall sobre “se o maior reconhecimento da diferença e a maior igualdade e justiça para todos podem constituir um horizonte comum” (HALL, 2006, p. 85).

O fundamental é compreender que, da mesma maneira que acontece com a memória e as identidades, as políticas de identidade conseqüentemente são constantemente disputadas e negociadas por diferentes grupos. São esses embates e relações de força que vão ora possibilitando, ora negando, a construção das políticas de valorização identitária de determinados grupos, bem como o uso do termo *museologia social* nas políticas de memória, patrimônio e museus. Ainda assim, é importante ressaltar que as políticas governamentais, de fato não são suficientes como atendimento e/ou contenção de uma demanda, visto que as demandas são muitas e estão em constantes transformações.

Outro conceito-chave da pesquisa, que também será visto neste capítulo, diz respeito à rede. Trata-se inclusive de um conceito que reverbera no próprio nome do objeto pesquisado. Longe de fazer um panorama teórico, opto por relacionar alguns conceitos e definições com a experiência da Rede de Museologia Social do RJ: relações abertas, que não configuram um grupo, dadas a partir de afinidades e objetivos comuns de sujeitos participantes, circunstancialmente pautadas.

Dessa forma, introduzo a experiência da Rede a partir do contexto de sua criação em 2013, tendo sido a rearticulação de um movimento, nomeado de Rede Museus, Memória e Movimentos Sociais, em 2007, que teve apenas três encontros naquele momento, cujo blog é analisado brevemente.

No capítulo 2, a trajetória da Rede de Museologia Social do RJ será retratada de forma aprofundada. Irei mencionar os locais e as datas de todos os seus Encontros realizados bimestralmente e reuniões importantes no âmbito do GT de Articulação, criado com a função de rearticular a Rede, desmobilizada no início de 2015. Nesse sentido, analiso quatro instâncias de participação e expressão que considero

importantes, a saber: o GT de Articulação, o GT Operacional, as “presenças de referência” e a Rede virtual.

É fundamental mencionar que os referidos GTs sofreram variações em relação à presença, de intenções e intensidades, ou seja, algumas pessoas que iam às reuniões no início de sua criação e que, por motivos pessoais e profissionais diversos, pararam de ir; pessoas que passaram a ir menos, mas que continuaram na lista de e-mails desse núcleo, e vez por outra, se colocavam nas discussões; pessoas que passaram a integrar o GT posteriormente. Para a divisão destas três primeiras categorias, estou considerando a frequência dos integrantes a partir de meados de 2015 até meados de 2016.

No meu caso, é necessário que seja dito, essa presença também teve variações. Ela foi frequente até o final de 2015, passando pela inscrição no já referido edital do MinC, até o início do desenvolvimento dos termos de referência para as emendas parlamentares. Neste momento, cheguei a fazer alguns orçamentos para os projetos das emendas, de acordo com as divisões de tarefas proposta pela equipe que se voluntariou para tal. Porém, não pude continuar desenvolvendo este trabalho, devido às demandas do mestrado e também por perceber que naquele momento seria mais importante estar de fora, observando. Explico: discutiu-se o fato da equipe que vem trabalhando voluntariamente ser remunerada com o recurso das emendas através de atribuições de funções nos projetos, inclusive eu. Julguei como melhor caminho naquele momento não participar diretamente dessas decisões. Voltando a acompanhar o processo após os termos de referência dos projetos das emendas parlamentares terem sido aprovados, no início de 2016.

Além de apresentar uma narrativa física, presencial dos Encontros, explico também a narrativa virtual da Rede de Museologia Social do RJ, baseada na comunicação que acontece via internet, através de grupos de e-mails e redes sociais.

No último tópico do capítulo, cito os 12 participantes da Rede que entrevistei, apresentando suas trajetórias até chegar a sua atuação, ou como pesquisador ou como agente de museus comunitários e iniciativas de memória. É através da análise desses percursos e as relações que estes configuram que será possível entender a Rede de Museologia Social do RJ como portadora de hierarquias não formalizadas, à medida que há formas diversas de enunciação e de competências entre seus participantes.

Dessa maneira, mesmo que as instâncias apresentadas não possam ser compreendidas de forma fixa, posto que esses fluxos são móveis, podendo ser transformados ao longo do tempo, conforme mencionado acima – e já que essa

classificação é fruto de minha observação e pesquisa de campo, ou seja, está atrelada à minha visão dos fatos, não sendo inequívoca –, elas possibilitam autoridade e formas de participação diferentes a cada agente que será apresentado.

A partir dessas narrativas também fica evidente o que os entrevistados entendem como sendo a função do museu, a importância da Rede de Museologia Social, o que eles atribuem como a principal dificuldade desta, sobre seus modos de organização e de produção.

Por fim, no capítulo 3, apresento o conceito de identidade territorial, do geógrafo Rogério Haesbaerth (2007) e o conceito de territorialização, do antropólogo João Pacheco de Oliveira (1997). Também apresento o conceito de território que, de acordo com o geógrafo Marcelo José Lopes de Souza (1995), não é um meio meramente físico. O território assim é ampliado em sua forma simbólica, já que estes também carregam a memória de dada comunidade, que está ligada à sensação de pertença e às identidades locais de resistência.

Esses conceitos serão fundamentais para o entendimento acerca da problemática das sedes destes museus comunitários, muitas vezes, cedidas em comodato, o que acaba trazendo a possibilidade de despejo, como no caso do Museu da Maré e do Museu de Favela (MUF) do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho.

Nesse sentido, também é importante ressaltar que o território, tanto quanto a cultura e os conceitos de memória, identidade e patrimônio, são construídos socialmente, através de conflitos e disputas de poder, em uma perspectiva de constantes transformações e reconfigurações.

Ao longo das narrativas dos agentes de memória e museologia social apresentadas no capítulo 2, culminando no que será desenvolvido no tópico “Da vontade de memória à vontade de museu” do capítulo 3, será possível perceber que a história de criação dos museus comunitários se mistura a própria trajetória de militância dos agentes desses museus. Em algum momento destes percursos, o trabalho de memória será parte importante de suas práticas culturais e políticas junto à comunidade.

A partir da criação do Museu da Maré em 2006, através do edital de Pontos de Cultura do Ministério da Cultura e, posteriormente, com o desenvolvimento do Programa Pontos de Memória no contexto de criação do IBRAM, houve um “boom” de museus comunitários e iniciativas afins. Para isso, sem dúvida, foi fundamental a influência e o apoio de Mario Chagas, que tem seu nome citado como referência em várias entrevistas.

Trata-se aqui da democratização dos museus comunitários em direção à participação de seus agentes em sua criação e gestão, e não somente no acesso ao museu dito tradicional. A nomenclatura museu aqui diz respeito ao direito de contar suas próprias narrativas. Em última instância, “a vontade de museu”, título deste tópico, é performatizada em direção às políticas públicas de cultura, memória e patrimônio como um **direito** – já explicitado no capítulo 1 como direito à cidadania e ao reconhecimento social.

No último tópico do capítulo 3, será analisada a questão da institucionalização da Rede de Museologia Social do RJ, bem como suas tentativas na direção da captação de recursos, principalmente no que se referem às emendas parlamentares pleiteadas em 2015, asseguradas em 2016, com a concessão dos recursos realizada apenas no final de fevereiro de 2017.

Capítulo 1 – Museologia Social e Rede: conceitos, política e estratégias de reconhecimento

Neste primeiro capítulo, discutirei dois conceitos-chaves da minha pesquisa, o de *museologia social* e o de *rede*, bem como os modos como foram formulados e apropriados por movimentos sociais, em torno de uma “vontade de memória”¹³.

I. Museologia Social.

Trato nesse item das questões do patrimônio cultural – material e imaterial – e da memória coletiva, para que seja possível compreender sobre o que discute a museologia social, com uma posição ainda liminar no campo da museologia, será tratada no presente trabalho como um movimento que como um espaço social de disputas apresenta marcos históricos gerais que vem se modificando ao longo do tempo, de acordo com interesses acadêmicos, de políticas públicas e de contextos locais em que está inserida.

Sabendo que as questões relacionadas à memória, ao patrimônio e à museologia social se dão através de embates políticos e interesses diversos, afirmo minha posição de que esta última é um movimento discursivo, pedagógico e político de resistência de comunidades que lutam pelo direito à memória, ou seja, que desejam expor publicamente sua identidade e história, negadas ao longo do tempo, através de iniciativas museais e de museus comunitários, presentes em favelas, periferias, áreas rurais e ribeirinhas. Nesse sentido, busca-se o reconhecimento social e, portanto, público, dessas experiências.

Entendo que nesses movimentos é uma pequena parcela da comunidade¹⁴ que se mobiliza, enquanto força social¹⁵ (CASTELLS, 1983) e que neles estão presentes também, “pessoas de fora” – pesquisadores, antropólogos, museólogos etc – instigadas pela museologia social, entre o discurso acadêmico e a negociação das políticas

¹³ Ver texto de Antônio Carlos Firmino e Lygia Segala:

<http://museudarocinha.blogspot.com.br/2010/10/rocinha-pela-rocinha.html> (Acesso em: 11/03/17).

¹⁴ Para fins deste trabalho, comunidade será entendida como conjunto de pessoas, vinculado a um determinado território, que apresenta posições diferentes entre si, e que se reconhece e é reconhecido enquanto pertencente a esse espaço social.

¹⁵ O sociólogo espanhol Manuel Castells distingue base social e força social. Ver: CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

públicas, que serão evidenciados através da análise das trajetórias de agentes específicos e de sua inserção nas políticas de cultura a partir dos anos 2003, no Brasil.

1.1. Memória Coletiva, Patrimônio Cultural e Museologia Social

A intenção nesse primeiro tópico é compreender do que trata a museologia social, tema central da presente pesquisa, a partir dos conceitos de memória social e patrimônio cultural. Será fundamental entender as modificações nos usos do patrimônio ao longo do tempo, principalmente no que se refere à noção ampliada do mesmo, chegando às questões colocadas pelo patrimônio imaterial. Para tal, será importante fazer breves incursões históricas sobre as políticas públicas brasileiras estabelecidas para o setor, vinculadas a prescrições internacionais.

Antes de mais nada, faz-se necessário afirmar que a compreensão historicamente construída, no que diz respeito à memória social e ao patrimônio cultural, depende de interesses e lutas de poder entre grupos envolvidos na prática e na teoria destes debates. E isto inclui tanto os grupos detentores do bem cultural, ou seja, do que foi coletivamente instituído como marco de memória a ser preservado e/ou patrimonializado, quanto as agências institucionais e técnicas responsáveis pela patrimonialização, além de segmentos da sociedade civil, envolvidos em processos de reconhecimento, difusão e capitalização ¹⁶ desses bens culturais.

O aspecto da memória que aqui se pretende ressaltar diz respeito à memória coletiva, valorizada por determinado grupo, que deseja preservá-la. A memória, nesse sentido, é reivindicada enquanto direito cultural.

Mas para avançar até tal ponto, é preciso entender primeiro como se dá a memória individual: uma multiplicidade tensa de memórias, fragmentadas e divididas, constantemente atualizadas no presente. O que significa dizer que a memória não está estancada no passado, mas é reconstruída em interações sociais na atualidade, não sendo desse modo, impenetrável, conforme Portelli (1998).

Quando algo é lembrado, há um deslocamento temporal, que possibilita essa reconstrução da memória. Assim, a cada vez que se lembra, algo diferente é acrescentado ou esquecido, portanto, ela é constantemente reconstruída. A partir deste

¹⁶ A considerar principalmente o turismo cultural, modalidade de deslocamento turístico que valoriza elementos culturais, normalmente, ligados à história e ao patrimônio cultural material e imaterial. Ver: <http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/204/174> (Acesso em: 11/03/17).

ponto de vista, o trabalho memorial não se define como trabalho de resgate. Além disso, como construção social, a memória é compartilhada pelos grupos, podendo se afirmar como processo de recomposição identitária.

Para Halbwachs, que escreve dois importantes livros sobre o tema: *Les cadres sociaux de la mémoire* (1925) e *La mémoire collective* (1950), “lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado” (BOSI, 1979, p. 17). Esse deslocamento temporal, já mencionado, impossibilita que haja uma conservação total do passado. O deslocar-se causa, necessariamente, revisão de pontos de vista, processos cognitivos etc, que influenciam os diferentes modos de perceber e contar o passado, inclusive conflitivos.

Outra questão cara para o autor, influenciado por Durkheim, para quem “os fatos sociais consistem em modos de agir, pensar e sentir, exteriores ao indivíduo e dotados de um poder coercitivo pelo qual se lhe impõem” (Durkheim apud BOSI, 1979, p. 16, 17), é sua ênfase no aspecto coletivo da memória, mesmo que cada indivíduo atribua a ela um sentido próprio, relacionado à sua experiência. Assim,

(...) se a memória coletiva tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo. Desta massa de lembranças comuns, umas apoiadas nas outras, não são as mesmas que aparecerão com maior intensidade a cada um deles. De bom grado, diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes. Não é de surpreender que nem todos tirem o mesmo partido do instrumento comum (HALBWACHS, 2006, p. 69).

Pode-se concluir que há uma multiplicação de apropriações de sentido de um mesmo fato, relacionado à memória coletiva, por diferentes membros da comunidade. O que possibilita dizer que a memória individual será sempre relacionada aos entrecruzamentos com o ambiente social, desenvolvidos a partir da família, da escola, do trabalho e dos grupos de convívio dos indivíduos.

Conforme afirmado anteriormente, o aspecto da memória coletiva a ser patrimonializado – ou seja, o que vale a pena ser lembrado, solenizado ou esquecido – depende das disputas políticas e dos jogos de interesses, que acabam por determinar processos seletivos de valorização ou desvalorização no que se refere à memória e ao patrimônio. Em última instância, esse processo determina se o bem cultural pode ou não ser considerado um patrimônio coletivo.

Deste modo, fica claro que o patrimônio cultural não é algo teórico, dado a priori, mas depende de um complexo campo de forças, de múltiplas negociações que são diferentes em cada contexto social e que se transforma ao longo do tempo. O que é considerado patrimônio em um dado momento, em outro pode não ser mais, já que os contextos sócio culturais e os critérios de valoração seletiva e de certificação se modificam ao longo da história.

Apesar do entendimento atual do patrimônio a partir de uma perspectiva relacional, dinâmica e não essencializada, ao menos para a maioria dos pesquisadores e atores envolvidos com os debates mais recentes em que a antropologia tem contribuído fortemente, o patrimônio não foi sempre compreendido desta maneira.

Historicamente, o bem cultural – aspecto selecionado da memória coletiva – valorizado pelas políticas públicas e pela sociedade, de forma geral, era material¹⁷; no discurso corrente, de “pedra e cal”. Assim, a preocupação com o patrimônio no Brasil surge com foco na preservação dos monumentos coloniais, especialmente o barroco mineiro, considerado como a primeira manifestação tipicamente brasileira. Inicialmente, portanto, eram considerados marcos identitários nacionais, a arquitetura setecentista e as igrejas, por exemplo, atendendo aos critérios de seleção em voga (*autenticidade, presença, beleza*).

A esse respeito, a autora Nathalie Heinich (2012) relaciona ao objeto patrimonial às emoções que o envolvem, a critérios e valores historicamente construídos. Assim, os valores associados às emoções patrimoniais, autorizam discursos sobre o patrimônio, sua classificação enquanto tal. Ela enfatiza que a emoção é a própria comprovação do patrimônio.

A autora menciona três “registros de valores” específicos para descortinar o que ela chama de “gramática axiológica”: *autenticidade, presença e beleza*, a serem invocados através de diversas manifestações emocionais. O valor de *autenticidade* diz respeito à continuidade entre o estado atual do patrimônio e sua origem, que está ligado à noção proclamada de pureza do objeto; o valor de *presença ou significação* se refere à proximidade com pessoas e lugares, a sensação de pertença, do objeto como relíquia, por exemplo; já o valor de *beleza* está relacionado ao valor estético do bem cultural. As

¹⁷ A UNESCO afirma que “o patrimônio cultural é de fundamental importância para a memória, a identidade e a criatividade dos povos e a riqueza das culturas” e sua definição para o **patrimônio cultural material** é: “composto por monumentos, grupos de edifícios ou sítios que tenham um excepcional e universal valor histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico ou antropológico”. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/cultura/world-heritage/cultural-heritage/> Acesso em: 15/09/16.

emoções patrimoniais, bem como os valores, são sentidos e percebidos diferentemente, divergem de pessoa para pessoa, variando também de acordo com o contexto em que se está inserido.

Heinich menciona ainda dois valores primordiais ao patrimônio e, ao mesmo tempo, ambíguos, o valor de *antiguidade* e o de *raridade*. O primeiro está ligado ao passado e, portanto, aos ancestrais e aos lugares de memória; e o segundo está ligado à emoção diante do excepcional. Ambos são ambíguos porque podem ser considerados valores positivos ou negativos, já que à *antiguidade* pode-se também atribuir a obsolescência, e à *raridade* pode-se atribuir a desqualificação como algo excêntrico.

Para retomar a questão da valorização do patrimônio cultural material é fundamental vinculá-la à criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)¹⁸ em 1937 – em pleno Estado Novo –, pois é dessa forma que as políticas de patrimônio se objetivaram no Brasil. Esse fato traz uma sistematização da política de patrimônio estreitamente vinculada à ideia de nação e identidade nacional, em que importava a consolidação de uma história oficial, narrada por uma elite e pelas classes políticas dominantes. Porém, dentro deste processo, existiram importantes nuances que serão brevemente citadas abaixo¹⁹.

Mário de Andrade (1893 – 1945), que participava com grande destaque do movimento modernista, foi um dos responsáveis pela criação do SPHAN, redigindo o seu anteprojeto. O anteprojeto então é reformulado por Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do SPHAN, e se transforma no Decreto-lei n. 25²⁰, de 30 de novembro de 1937, que “institui o tombamento e se transforma no mais importante documento legal, ainda em vigor, referente à preservação dos bens culturais” (CHAGAS, 2015, p. 88).

¹⁸ **O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), antigo SPHAN, entende como patrimônio cultural material:** “Os bens tombados de natureza material podem ser imóveis como as cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos”. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276/> (Acesso em: 15/09/16).

¹⁹ Para o entendimento do cenário político e cultural do país e as consequentes tensões que configuraram a criação e a permanência do SPHAN, ver: FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, MinC – IPHAN, 1997.

²⁰ O Decreto-lei n. 25/1937 está disponível em: http://www.unesco.org/culture/natlaws/media/pdf/brazil/brazil_decreto_lei_25_30_11_1937_por_orof.pdf (Acesso em junho de 2016).

O que o anteprojeto elaborado por Mário de Andrade trazia de avançado para a época, e que não foi incorporado ao referido decreto-lei, era a concepção alargada de patrimônio, que considerava as manifestações populares, incluindo os bens intangíveis, ainda que não fossem chamados dessa maneira, naquele período. Fato é que as circunstâncias políticas e econômicas, naquele momento, não favoreciam a ideia ampliada sobre o que deveria ser ou não considerado patrimônio e, conseqüentemente, a ideia de inclusão dos saberes e fazeres populares foi deixada de lado, já que não houve possibilidade legal para sua efetivação.

De acordo com Mario Chagas (2015), até a criação do SPHAN, vários projetos e anteprojetos já haviam fracassado na tentativa de criar um dispositivo legal que protegesse o patrimônio nacional e impedisse que patrimônios brasileiros fossem transferidos para outros países.

A partir da década de 1970, há a configuração de uma nova fase na Instituição. Aloísio Magalhães, um dos fundadores do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) assume a presidência do IPHAN (antigo SPHAN) em 1979, “distanciando-se das concepções de ‘civilização’ e ‘tradição’” (SALLES, 2014, p. 102). O que estava em pauta, nesse momento, era justamente a possibilidade de patrimonialização do “patrimônio cultural não consagrado”. Era preciso considerar a dinâmica cultural viva e plural da sociedade brasileira. Seria essa a nova forma de identidade da nação a ser perseguida, na concepção de Aloísio Magalhães, vinda do fazer popular e cotidiano, anteriormente proposta por Mário de Andrade.

Um dos primeiros resultados concretos dessa nova direção da política brasileira de patrimônio foi o tombamento pelo IPHAN do terreiro de candomblé Casa Branca, em Salvador (BA), em 1984. Este fato foi um marco importante já que até então, apenas eram tombadas edificações excepcionais do ponto de vista histórico e artístico. Além de inaugurar, mesmo que de forma ainda experimental e não sistemática, a questão do patrimônio cultural imaterial ²¹, ampliando o conceito de patrimônio, pois o que importava ali para os grupos ligados ao terreiro era a sua sacralidade, presente na natureza daquele espaço específico, no “arvoredo e pedras associados ao culto dos orixás” (VELHO, 2006, p. 237).

²¹ **O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) define como patrimônio cultural imaterial:** “Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas)”. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234> (Acesso em: 15/09/16).

É importante mencionar que todo esse processo aconteceu entre muitos embates e disputas, o que expunha opiniões divergentes em torno do que deveria ser considerado patrimônio dentro do próprio órgão responsável pelo tombamento, além da importância da participação da sociedade civil, conforme trecho abaixo:

É inegável que para a vitória do tombamento foi fundamental a atuação de um verdadeiro movimento social com base em Salvador, reunindo artistas, intelectuais, jornalistas, políticos e lideranças religiosas que se empenharam a fundo na campanha pelo reconhecimento do patrimônio afro-baiano. Havia um verdadeiro choque de opiniões que não se limitava internamente ao Conselho do SPHAN. Importantes veículos da imprensa da Bahia manifestaram-se contra o tombamento, que foi acusado, com maior ou menor sutileza, de demagógico. É importante rememorar esses fatos, pois a vitória foi muito difícil e encontrou fortíssima resistência. Foi necessário um esforço muito grande de um grupo de conselheiros, do próprio secretário de cultura do MEC e de setores da sociedade civil para que afinal fosse obtido sucesso (VELHO, 2006, p. 239).

Ocorre que com o patrimônio cultural imaterial ²², antes chamado de patrimônio oral ²³, essas questões são ainda mais complexas já que tratam de práticas e manifestações culturais identitárias dinâmicas de um grupo ou uma comunidade; seus saberes e fazeres, invariavelmente transformados cotidianamente, em maior ou menor grau, seja devido aos contatos externos seja por mudanças no interior do próprio grupo. Ou seja, aqui, não são apenas os embates sociais e políticos que processualmente atribuem ou não valor patrimonial a um bem cultural, mas também o próprio *bem* que se modifica material e simbolicamente ao longo do tempo, colocando em questão as estratégias de salvaguarda.

O processo de valorização da diversidade cultural – apesar de ser, de certa forma, contínuo, já que depende de relações de força e estas estão sempre se modificando – culminaria na incorporação do patrimônio intangível na Constituição

²² “Até o ano 2000 não havia no país legislação específica voltada para a salvaguarda desses novos tipos de bens culturais que compõem o chamado patrimônio imaterial. A possibilidade de criação de um instrumento legal voltado para a sua salvaguarda começou a ser delineada em 1997, quando ocorreu o Seminário Internacional ‘Patrimônio Imaterial: estratégias e formas de proteção’, realizado por ocasião do aniversário de 60 anos do Iphan. Esse Seminário produziu como documento final a Carta de Fortaleza”. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/bcrE/pages/conInformacaoPatrimonialPoliticaE.jsf> (Acesso em: 15/09/16). A UNESCO só estabelece em 2003 a Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, com o propósito de conscientização das populações e preservação do patrimônio intangível da humanidade.

²³ O patrimônio oral é o reconhecimento da história oral como bem cultural. “A história oral é uma metodologia de pesquisa que consiste em realizar entrevistas gravadas com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história contemporânea. (...) As entrevistas de história oral são tomadas como fontes para a compreensão do passado, ao lado de documentos escritos, imagens e outros tipos de registro”. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral>. (Acesso em: 16/09/16).

Federal de 1988. Mesmo que isso demonstre um grande avanço na legislação brasileira, historicamente este ainda é um compromisso muito recente e, portanto, frágil, o que indica a existência de constantes conflitos para que seja, na prática, um reconhecimento assegurado. Em seus artigos 215 e 216, a referida Constituição evidencia o patrimônio cultural imaterial (PCI) como “portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (SALLES, 2014, p. 103), assumindo o compromisso de proteger “as culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e as de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional” (artigo 215).

O passo seguinte, que finalmente viabiliza o que Mário de Andrade já precocemente entendia como fundamental, seria a criação, doze anos depois, do marco legal do PCI ²⁴, o “Decreto número 3.551, de 4 de agosto de 2000 – complementado pela Resolução número 1, de 3 de agosto de 2006 (DOU 23/3/2007)” (CAVALCANTI, FONSECA, 2008, p. 17) –, instituindo o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), que representa a participação dos grupos no bem patrimonial a ser mapeado, indicando que a atribuição do valor patrimonial não é só tarefa do Estado; o Registro, que deve ser renovado a cada dez anos, pois como foi dito as manifestações e expressões dos grupos e, portanto, seus patrimônios estão em constantes transformações; o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI) e os Planos de Salvaguarda, responsáveis pelo planejamento das melhores formas de manutenção do patrimônio e de sua visibilidade.

Desenvolvidas as questões ligadas ao patrimônio e à memória, passo para o último tema deste tópico, a saber, a museologia social. No Brasil, os ecomuseus e os modelos de iniciativas comunitárias como os museus comunitários, localizados de forma geral em bairros periféricos, favelas, áreas rurais e ribeirinhas têm em comum o desejo de ter sua memória e seu patrimônio valorizados. Essa ideia pretende corroborar o processo de resistência das comunidades frente a uma cultura/memória oficial imposta, na qual estas não se veem representadas.

É a memória negociada da comunidade que está em jogo, a memória (re)construída por segmentos mobilizados desta coletividade. A museologia social diz

²⁴ **Definição da UNESCO para patrimônio cultural imaterial:** “O Patrimônio Cultural Imaterial ou Intangível compreende as expressões de vida e tradições que comunidades, grupos e indivíduos em todas as partes do mundo recebem de seus ancestrais e passam seus conhecimentos a seus descendentes”. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/intangible-heritage/> (Acesso em: 15/09/16).

respeito às iniciativas desenvolvidas por e para as comunidades, que conjugam o despertar para a consciência patrimonial, para orgulho de si, dos saberes e fazeres, ligados ao território, e ao trabalho sócio-cultural que multiplica potenciais. Identidade, memória e pertencimento são palavras-chave dessas iniciativas.

Antes de mais nada é preciso dizer que a ideia aqui não é conceituar ou diferenciar essas iniciativas museais, categorizando o que é um museu comunitário ou um ecomuseu, por exemplo, visto que são conceitos móveis. Essas expressões vão surgindo a partir do momento em que começam a ser discutidas as questões referentes à museologia social ou nova museologia, como também é chamada, esta sim explicitada no presente trabalho como marco norteador. Dessa forma, o mais importante é entender os motivos pelos quais se anuncia que determinado movimento ou iniciativa de memória é um museu. Ou seja, quem os enuncia, para quem, e qual é o objetivo desse discurso e dessa prática social.

Nomear essas iniciativas de *museu territorial*, *museu de favela* ou *de periferia*, *museu indígena*, *quilombola*, tem a intenção também de sublinhar o lugar de fala das comunidades que estão ali representadas; a “identidade territorial” (HAESBAERTH, 2007) que se faz referência ²⁵. Entendendo, é claro, que comunidade é um termo genérico; quem de fato participa da construção desses museus é uma parcela efetivamente mobilizada dessa comunidade. Da mesma maneira, é preciso compreender que qualquer representação da favela ou de um povo indígena ou de uma comunidade quilombola, por exemplo, é parcial, não sendo possível englobar sua diversidade e suas contradições. Ter consciência disso é fundamental.

Além disso, é preciso levar em conta que esses projetos mobilizam não só membros da comunidade, mas também pessoas “de fora”, importantes, ou para sua viabilidade, ou como capital simbólico para sua visibilidade – apesar de muitos autores mencionarem apenas a base social comunitária como se ela fosse a única presença permitida em museus e iniciativas deste tipo. De modo algum isso diminui a importância desses movimentos, que, como já foi dito são fundamentais para a objetivação de outras versões da história e da memória social; patrimônios não oficiais, que também compõe a narrativa das cidades e das comunidades rurais, e que por isso mesmo precisam ser valorizados.

²⁵ A ideia de identidade territorial será discutida no capítulo 3.

Ademais, esses “de fora” contribuem com a comunidade quando mostram um valor que às vezes eles mesmos não percebem, ou quando identificam potenciais que auxiliam essa comunidade a se ver de forma positiva, mas não quando impõe um saber ou uma forma de fazer que não interessa ao grupo. Isso seria o mesmo que negar a esse grupo o direito que ele se reconheça enquanto tal, através de suas próprias práticas, como quando o Estado patrimonializa o que considera representativo da identidade nacional, sem que outras narrativas sejam também reconhecidas – entendendo, é claro, que há a conjunção de interesses diversos, inclusive concorrenciais, que determinam, em dado momento, quais bens culturais serão patrimonializadas pelo Estado, conforme o já mencionado exemplo da criação do SPHAN.

A disputa não se dá apenas entre forças concorrenciais do Estado com suas memórias oficializadas, que compreendem a valorização de segmentos dominantes da sociedade de um lado, e de outro uma população minorizada, com “memórias subterrâneas” (POLLAK, 1989), desqualificadas ou silenciadas, que querem ter o seu lugar a partir da possibilidade de narrativas outras. Essas disputas também acontecem dentro de movimentos sociais, entre os diversos grupos que compõe a comunidade, a periferia, a favela etc.

Por fim, é importante enfatizar que a museologia social coloca em questão o patrimônio material como monopólio das políticas de Estado, destacando como fundamental a valorização do patrimônio imaterial, dos saberes e fazeres cotidianos. Isso não significa dizer que o patrimônio material não é considerado pela museologia social, mas que este estará, diferente dos grandes monumentos, relacionado às atividades do dia-a-dia, através, por exemplo, de objetos para se buscar água, que remonta ao início da constituição das favelas do Rio de Janeiro, ou da casa de farinha das comunidades ribeirinhas da Amazônia.

Conforme analisa Nathalie Heinich, em outro artigo (2014), a noção de patrimônio é ampliada, através do deslocamento do *valor de beleza*, para o *valor de significação*, ambos já mencionados, ou seja, do valor estético ao valor simbólico atribuído ao objeto, no que ele representa para o grupo, em referência a sua identidade e à sensação de pertencimento.

No próximo tópico serão apresentados os marcos gerais da museologia social e os contextos aos quais se inserem, bem como as críticas que ela recebe, já que não é uma proposta consensual dentro do próprio campo museológico; vista, muitas vezes, como tema periférico.

1.2. Museologia Social: marcos fundamentais, contexto histórico e transformações

Conforme mencionado acima, a museologia social não é uma proposta consensual dentro do campo museológico, ao qual se insere. Isso pode ser atribuído ao fato do referido campo – consolidado no Brasil na década de 1980²⁶ – ser ainda muito conservador, apesar das mudanças que vem ocorrendo desde então.

É possível perceber, através de leituras de diferentes autores, que este é um campo minado de disputas. E esta afirmação é coerente com o que foi dito anteriormente, de forma incansável, sobre dois aspectos fundamentais ao museu: memória e patrimônio. Assim, os sentidos da museologia social também são constantemente disputados pelos atores que fazem parte do campo museológico.

Dessa forma, os marcos aqui apontados, bem como as discussões levantadas, fazem igualmente parte dessas disputas. Digo isso porque encontrei, ao longo da pesquisa, sentidos divergentes para os mesmos fatos colocados.

Precisei então tomar posição para escrever sobre o que não vivi, baseado em posicionamentos de determinados autores, já que não teria como, nesta pesquisa, desenvolver as várias versões interpretativas que me foram aparecendo ao longo deste trabalho – apesar de, em alguns momentos, fazê-lo. É preciso que este tópico que se inicia, seja lido dessa maneira: marcos históricos disputados, principalmente, através da atribuição da importância (ou não) de se considerar que a museologia social vem sendo gestada a partir da Mesa Redonda de Santiago do Chile, em 1972, conforme será explicitado adiante.

Aqui é importante mencionar que, de um lado, há autores/museólogos que entendem a nova Museologia, através das discussões que já vinham sendo feitas no âmbito internacional acerca do campo museológico, desde a década de 1960, em que a referida Mesa Redonda foi apenas mais um evento. De outro lado, e é deste lado que me encontro, há autores/museólogos que apreendem a Nova Museologia, além da continuidade às questões já anteriormente iniciadas, enquanto movimento político, discursivo e pedagógico de combate à marginalização e/ou invisibilidade de memórias periféricas, fazendo referência a ela, posteriormente, também como Museologia Social

²⁶ A regulamentação da profissão de museólogo se deu através da Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984.

ou Sociomuseologia. Neste último caso, usado ao longo do trabalho, os referidos termos são sinônimos.

Para tal, evidencio a trajetória de dois importantes museólogos no cenário brasileiro e internacional na constituição da museologia social no interior do campo museológico. Aqui também é fundamental deixar claro que, apesar de seus esforços individuais nessa direção, outros fatores foram preponderantes, como o apoio de diversos outros pesquisadores, tanto museólogos, quanto advindos das ciências sociais e humanas, de forma geral, de diferentes países, por exemplo: França, Canadá, EUA, além de Brasil e Portugal. As participações destes atores são evidenciadas nos documentos desses eventos-marco.

Os museólogos que me referi são: o brasileiro Mario de Souza Chagas e o português Mário Caneva Moutinho. A primeira trajetória citada evidencia a estreita ligação entre o campo acadêmico e o das políticas públicas, conforme mostra a pesquisadora Aline Portilho no fragmento abaixo, e a segunda trajetória deixa clara a ligação da museologia social ao campo acadêmico.

Firmada em determinado campo, a museologia social produziu, posteriormente, deslizamentos para as políticas de governo no Brasil. Este movimento foi possível pela ação de intelectuais que se mobilizaram acadêmica e politicamente em torno dela. No Brasil, mais recentemente, como será abordado no próximo capítulo, determinados indivíduos ligados à museologia social atuaram na produção de políticas do governo federal destinadas ao campo dos museus. Um dos efeitos desta atuação foi a ascensão da museologia social à condição de objeto destas políticas (PORTILHO, 2016, p. 32-33).

As políticas brasileiras que a autora menciona estão inseridas no contexto político-social pós-2003, e serão citadas ainda neste capítulo. Faz-se necessário informar que a referida autora, ao longo do desenvolvimento dos dois primeiros capítulos de sua tese²⁷, traz as colocações acima citadas em forma de crítica. Apesar de compreender a fundamental importância, para o âmbito investigativo da pesquisa científica, de revelar as trajetórias e confluências entre os agentes pesquisados, envolvidos com a temática do trabalho, conforme farei ainda neste capítulo e no

²⁷ PORTILHO, Aline. *Das “belezas que emanam dos jardins suspensos de Ipanema e Copacabana”:* políticas governamentais, demandas por memória e produção do espaço no Museu de Favela do Pavão-Pavãozinho e Cantagalo. Tese de doutorado do Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais da Escola de Ciências Sociais/CPDOC. Rio de Janeiro, 2016.

capítulo 2, não me parece problemática a relação dos dois museólogos mencionados nos referidos campos de atuação, posto que me pergunto: qual seria a lógica da pesquisa acadêmica, quando separada da contribuição desta à sociedade, através por exemplo, da constituição de políticas públicas?

Antes de prosseguir, informo que não será aprofundada neste trabalho a questão relativa à inserção da museologia social no âmbito acadêmico, apesar de meu interesse pelo tema. Essa questão será mencionada apenas conforme sua aparição nas trajetórias já referidas e nas trajetórias expostas no capítulo 2 com meus interlocutores na pesquisa de campo.

O marco fundamental das questões relacionadas à nova museologia foi a realização da Mesa Redonda de Santiago do Chile, em 1972, sobre “a importância e o desenvolvimento dos museus no mundo contemporâneo”, organizada pela UNESCO e pelo ICOM. O ICOM (Conselho Internacional de Museus), fundado em 1946/47, é uma organização não-governamental internacional, que não possui fins lucrativos, responsável pela elaboração de políticas para o setor. Teve como temas principais: “1. Os museus e o desenvolvimento cultural em áreas rurais e o desenvolvimento agrícola. 2. Os museus e o desenvolvimento científico e tecnológico. 3. Os museus e os problemas sociais e culturais. 4. Os museus e a educação permanente”²⁸.

A museologia social, que se desenvolve na década de 1980, afirmava a função social do museu. Assim,

O museu passa de sua versão verticalizada, desenhada segundo os modelos clássicos herdados do século XIX, a uma situação que didática ou pedagogicamente vem se fortalecendo por seu caráter transformador, conscientizador e militante, obrigando antigas estruturas a rever seus nexos, objetivos e formas de comunicar e guardar o patrimônio nelas entesourado (PRIOSTI, 2007, p. 5).

Afirmar a função social do museu significava dizer que a instituição museu devia estar a serviço da sociedade e que, fazendo parte dela, devia contribuir para a formação de sua consciência e cidadania. Esse movimento para uma nova museologia fazia a crítica à “instituição distante, aristocrática, olimpiana, obcecada em apropriar-se dos objetos para fins taxonômicos” (Frederic Mayor Apud MOUTINHO, 1993, p. 7),

²⁸ Página 109 da Declaração de Santiago, disponível em: http://www.iber museus.org/wp-content/uploads/2014/09/Publicacion_Mesa_Redonda_VOL_I.pdf (Acesso em: 26/01/17).

conforme Frederic Mayor, diretor geral da UNESCO, na abertura da XV Conferência Geral do ICOM.

A intenção desse movimento não era renunciar aos museus tradicionais, clássicos e especializados, mas propor uma nova concepção acerca de sua relação com a sociedade através de práticas sociais locais, mais horizontalizadas. Pensar a realidade, intervindo com propostas de valorização da identidade local, traria um auxílio importante para uma educação permanente da comunidade. Isso fica evidente no trecho abaixo, retirado do documento, onde constam as *Resoluções* da Mesa Redonda de Santiago:

Essa abordagem não nega o valor dos museus existentes e tampouco implica o abandono do princípio dos museus especializados, mas acredita-se que ela constitui a maneira mais racional e lógica de promover o desenvolvimento e a evolução dos museus para que melhor atendam às necessidades da sociedade. Em alguns casos, as mudanças previstas serão introduzidas de maneira gradual ou mesmo experimental; em outros, elas poderão ser o princípio norteador básico. (...) Por suas características específicas, o novo tipo de museu parece ser o mais adequado para funcionar como um museu regional ou um museu para pequenos e médios grupos populacionais ²⁹.

Certamente, a ampliação da relação entre museu e sociedade, referida acima, foi possível devido ao contexto da década de 1970, com movimentos que propunham a democratização dos direitos sociais, como o feminismo, a contracultura, o movimento negro etc.

Com a Declaração de Quebec, em 1984, pactuada a partir do Ateliê Internacional Ecomuseus - Nova Museologia, no Canadá, surgem os princípios de base dessa nova museologia, como a formação de um grupo de trabalho provisório cujas primeiras ações seriam: a organização das estruturas propostas, a formulação de objetivos, a aplicação de um plano trienal de encontros e de colaboração internacional; que a comunidade museal internacional fosse convidada a reconhecer este movimento; que os poderes públicos reconhecessem e ajudassem a desenvolver essas iniciativas locais e que fossem criadas estruturas permanentes, como um comitê internacional de ecomuseus e museus comunitários ³⁰.

²⁹ Página 116 do documento, disponível em: http://www.iber museus.org/wp-content/uploads/2014/09/Publicacion_Mesa_Redonda_VOL_I.pdf (Acesso em: 26/01/17).

³⁰ Disponível em: <http://redemuseusmemoriaemovimentossociais.blogspot.com.br/2010/08/declaracao-de-quebec-principios-de-base.html> (Acesso em: 07/07/14). Ver ainda sobre este tema: <http://www.minom-icom.net/old/signud/DOC%20PDF/198401704.pdf>, <http://www.minom-icom.net/old/signud/DOC%20PDF/198401904.pdf>, <http://www.minom-icom.net/old/signud/DOC%20PDF/198402104.pdf> (Acesso em: 26/01/17).

É interessante enfatizar que, diferente do caso da Mesa Redonda de Santiago do Chile, aqui não houve participação da UNESCO e do ICOM. De acordo com Rosiane da Silva Nunes, o museólogo Mário Moutinho afirma que

havia dificuldade no intercâmbio de informações entre as experiências diversas da nova museologia. Com isso, o grupo dos ecomuseus do Quebec, em particular a ação de Pierre Mayrand e de René Rivard, lança um projeto de encontro internacional que reunisse museólogos de vários países. Assim, em outubro de 1984, foi realizado em Quebec o primeiro atelier internacional, dedicado ao tema Ecomuseus/Nova Museologia (Moutinho Apud NUNES, 2011, p. 59).

Origina-se deste debate a criação em 1985 do MINOM (Movimento Internacional para uma Nova Museologia), no II Atelier Internacional, realizado em Lisboa, Portugal, ainda sem a participação da UNESCO e do ICOM. Somente posteriormente esse movimento que nasce independente seria vinculado ao Conselho Internacional de Museus. Anteriormente, é criada outra estrutura vinculada ao ICOM, “é de 1976 a criação do International Committee for Museology (Icofom), grupo de trabalho (...) responsável por desenvolver pesquisas e estudos sobre a museologia como disciplina independente, ainda que interdisciplinar às ciências humanas” (PORTILHO, 2016, p. 36).

Dessa maneira, “vinculados aos processos de transição democrática, esses novos museus são sustentados e movidos por interesses e necessidades culturais das comunidades que os criaram como resposta a situações opressoras ou de abandono e esquecimento” (PRIOSTI, 2007, p. 5). Isso se distingue do que era considerado anteriormente pela museologia através do esquema a seguir, de Hugues de Varine ³¹, museólogo francês, criador do conceito de ecomuseu – marco fundamental para a museologia social –, em 1971, a partir das discussões e experiências anteriores de Georges Henri Rivière ³², também museólogo francês.

³¹ “Formado em História, Varine terminou a Escola do Louvre em 1958, mas não trabalhou no campo dos museus imediatamente. (...) Foi convidado por Georges Henri Rivière para sucedê-lo no ICOM [ficando de 1965 até 1974], ao lado de quem cunhou o conceito de ecomuseu. Participou da criação do Ecomuseu da Comunidade Le Creusot Montceau-les-Mines – Museu do Homem e da Indústria, da França, que é entendido como um marco das inovações no campo museal produzidas a partir da Mesa [Redonda] de Santiago [do Chile]” (PORTILHO, 2016, p. 58).

³² Estudou música até 1925, quando iniciou os estudos na Escola do Louvre, onde se graduou em 1928. Durante os anos seguintes, cuidou da coleção D. David-Weill, que incluía porcelanas chinesas, antiguidades gregas e romanas, artes decorativas europeias e pinturas. Em 1928, trabalhou no Musée des Arts Décoratifs e se juntou a Paul Rivet como seu vice-diretor para começar a renovação do Musée du Trocadéro, que foi reintroduzido ao público como um museu totalmente modernizado: Musée de L'Homme, em 1938. Foi o primeiro diretor interino do ICOM, entre 1948 e 1965, voltou como

O esquema abaixo indica as questões fundamentais de separação da nova museologia em relação à museologia dita tradicional, no que se refere ao grau de importância dada ao território, à comunidade e seus patrimônios, não só edificadas, mas também entendidos enquanto saberes e fazeres do grupo, vinculados à identidade e à memória.

Museu tradicional = edifício + coleção + público

Ecomuseu/Museu Novo³³ = território + patrimônio + população³⁴

Dentro desta perspectiva, mais importante que a construção edificada do museu, é seu território, já que este é permeado por lugares de memória de uma população e, por isso, seria imprescindível a participação desta nestes novos museus, ao invés de se falar em público espectador. A coleção e os acervos poderiam ou não existir, de qualquer jeito o fundamental seria a evocação de pertencimento ou da “emoção patrimonial” (TORNATORE, 2010), sentir-se parte de um patrimônio. Para a museologia social, os acervos físicos são apenas consequência desse processo, por isso não são imprescindíveis – apesar de muitos museus comunitários ou iniciativas de memória terem os seus acervos de objetos usados, emprestados ou doados pela comunidade, ou mesmo acervos fotográficos.

Segundo Bruno Brulon Soares (2012), Hugues de Varine acrescenta a essa ideia o objetivo de descolonização dos museus, na nova museologia. O momento histórico vivido favorecia o pensamento democrático e contra-hegemônico, de dar vez e voz às narrativas oprimidas pela colonização, representada pelos museus clássicos com suas narrativas exclusivas de valorização da identidade nacional. Para ele, “a noção estática de conhecimento é substituída pela dinâmica do enriquecimento permanente, portanto, desenvolvimento” (Varine apud DUARTE CÂNDIDO, p. 52).

Dito de outra maneira, sendo o surgimento dos museus modernos consequência da colonização, com o fim desta, o museu em sua forma tradicional também

conselheiro permanente em 1968. Rivière é amplamente creditado pela introdução do conceito de ecomuseu. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Georges_Henri_Rivière (Acesso em: 26/01/17).

³³ Esses termos estão vinculados ao que hoje se entende por museologia social, ainda que na época, não fosse chamada desta maneira, mas de nova museologia. De forma geral, o termo *museologia social* é mais usado aqui no Brasil, e o termo *nova museologia* ou *sociomuseologia* é mais usado na Europa, por exemplo.

³⁴ Ver: Memória e Poder: contribuição para a teoria e a prática nos ecomuseus, de Mario Chagas. Disponível em: <http://www.quarteirao.com.br/pdf/mchagas.pdf> (Acesso em: 07/07/14).

“desapareceria”, e os patrimônios materiais e imateriais seriam gestados pela própria comunidade as quais pertencem, ainda conforme Varine. Aqui cabe uma breve citação acerca do que seriam esses museus modernos:

O Renascimento renovou, assim, a concepção do colecionismo, ao imputar aos objetos um valor formativo e científico. (...) É nesse contexto que nasceu a etnologia, acompanhada de um projeto museográfico. A partir das coleções, dos contatos com culturas diferentes – *exóticas* – e do nascimento do pensamento científico, foram formados os museus modernos (BONIN, KERSTEN, 2007. p. 118).

A visão assumida desde a Mesa Redonda de Santiago do Chile em 1972 e do desenvolvimento do conceito de ecomuseu, em 1971, pretendiam abarcar toda a forma de desenvolvimento: humano, cidadão, ecológico, sustentável, levando à ideia de museu integral. Porém, apesar de sedutora, essa perspectiva acaba sendo muito ampla e pouco concreta, já que as experiências atuais de museologia social, ao menos no Brasil, apontam a impossibilidade de abarcar todos os já citados modelos de desenvolvimento. Contudo, a diversidade dessas experiências demonstra a importância do trabalho memorial para o reconhecimento social e a valorização dos patrimônios considerados pela própria comunidade, o que é fundamental para que esta se sinta pertencente ao território que habita e ao seu lugar no mundo.

Não se pretende aqui, de modo algum, negar o valor do que foi inicialmente apontado acerca do desenvolvimento integral da comunidade a qual o novo museu estaria vinculado, mas entender que a museologia social é um movimento, e como tal, vem se modificando ao longo do tempo, a partir da revisão de antigas questões e a atualização de experiências práticas, bem como das especificidades de cada localidade.

Assim, se faz necessário pontuar que, apesar da importância dessas discussões acerca do entendimento e formulação do que seria a nova museologia, as experiências posteriores mostraram que mesmo em um museu que se pretende aberto às questões da sociedade, não é possível abarcar nem o desenvolvimento humano em todos os seus aspectos, nem toda a sociedade. A noção de desenvolvimento vem sendo substituída pela ideia de direito e cidadania.

Uma preocupação que parece fundamental, de acordo com os documentos ³⁵ da Mesa Redonda de 1972 é a questão do subdesenvolvimento social e econômico da

³⁵ Ver: http://www.iber museus.org/wp-content/uploads/2014/09/Publicacion_Mesa_Redonda_VOL_I.pdf (Acesso em: 26/01/17).

América Latina, que, como fica claro com a Declaração de Caracas, citada abaixo, não havia obtido progressão desde então.

A Declaração de Caracas é criada a partir da realização, em 1992, do XII Seminário Regional da Unesco – A Missão dos Museus da América Latina Hoje: Novos Desafios, vinte anos após as discussões da Mesa Redonda de Santiago do Chile, e com parceria do ICOM. Um dos aspectos discutidos dizia respeito à “inserção de políticas museológicas nos planos do setor de cultura”³⁶. Também era objetivo do evento discutir o perfil dos profissionais de museu e a captação dos recursos financeiros para a instituição, além de pressupostos já colocados na ocasião do encontro no Chile em 1972.

Consta no referido documento a seguinte afirmação: “O chamado processo de globalização não traz a igualdade dos povos. Pelo contrário, se formam poderosos blocos económicos que acrescentam diferenças entre ricos e pobres”³⁷. E ainda:

A América Latina vive um momento crucial de sua história. As esperanças que se haviam desenvolvido com base nos modelos económicos e tecnicistas dos anos 70 sofreram um rotundo fracasso, pois não correspondiam a sua realidade sócio-cultural existente. Devido às políticas de endividamento agressivo, nossos povos sofreram as chamadas políticas de ajustes, que trouxeram consigo um empobrecimento generalizado, cujas consequências se prolongaram além da chamada "década perdida". O nível de vida desceu sensivelmente: hoje, entre 46 e 60% de nossa população se encontra nos limites da pobreza crítica³⁸.

Conforme a museóloga Manuelina Duarte, o conceito de museu integral vem sendo questionado, dando origem à reflexão de museu integrado, sugerido na Declaração de Caracas. Opto por não desenvolver as questões que envolvem tal evento, dando origem à referida Declaração, visto que foi uma revisão do que já havia sido colocado tanto em Santiago do Chile em 1972, quanto em Quebec em 1984, além de discussões sobre gestão e requisitos para o profissional de museu, e não uma atualização do movimento referente à museologia social.

Porém, entendo a importância de se confrontar com a realidade, em especial da América Latina, de desigualdade social e pobreza extrema, decorrentes de políticas neoliberais e da globalização, conforme citado. A necessidade de se focar essas questões ideológicas, políticas e sociais, acaba deixando de lado “a definição mais

³⁶ BRAGA, Maristela (tradução). DECLARAÇÃO DE CARACAS (ICOM, 1992).

³⁷ Idem.

³⁸ Ibidem.

pragmática de suas tarefas funcionais e técnicas.” (DUARTE CÂNDIDO, p. 34), que seriam fundamentais para a atualização em torno do movimento da museologia social.

Posteriormente então, esta discussão é proposta por alguns museólogos, dentre eles, Mario Chagas, “numa revisão conceitual que aponta a ineficiência do termo integral para a discussão do patrimônio a ser preservado, sempre um recorte da realidade” (Chagas Apud DUARTE CÂNDIDO, p. 34, 35). Dessa forma, a pretensão da totalidade dá lugar à viabilidade dessa integração. Certamente essa viabilidade varia de acordo com os diferentes contextos sociais nos quais esses museus estão inseridos.

Para um conhecimento mais detido dos dois agentes comprometidos com a museologia social, apresento a seguir dados acerca de suas trajetórias profissionais. O museólogo Mario Chagas, atual presidente do MINOM:

estudou museologia na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) de 1976 a 1979. Sua atuação profissional se iniciou em 1980, no Museu do Homem do Nordeste, ligado à Fundação Joaquim Nabuco. Em 1987, transferiu-se para a Fundação Nacional Pró-memória, onde permaneceu até ser extinta em 1990, quando passou ao IPHAN. Permaneceu nesta instituição até 2009, quando passou ao recém-criado Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), instituição em cujo processo de fundação Mario Chagas teve atuação destacada. Sua carreira como museólogo em instituições brasileiras de preservação da memória correu concomitante à sua atuação na academia. Desde 1988, é professor da Escola de Museologia da Unirio, onde hoje atua também como professor do Programa de Pós-graduação em Memória Social. Como professor visitante, atuou na Universidade de São Paulo (USP) de 2000 a 2002 e na Universidade Federal de Goiás (UFG) em 2001. É, também, professor visitante da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa desde 1994 (...) no curso de mestrado em Museologia, criado, naquele mesmo ano, por Mario Caneva Moutinho. cursou mestrado em Memória Social também na Unirio, de 1992 a 1997 (...) [e] doutorado em Ciências Sociais, realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) de 1999 a 2003 (PORTILHO, 2016, p. 40-41).

Essas informações revelam o trânsito do museólogo entre o campo acadêmico e as instituições públicas de museu, demonstrando estreita relação com a museologia social portuguesa. Ele, de fato, é um agente central na definição e validação da museologia social no Brasil, bem como das políticas públicas implementadas no país a partir de 2003. Retornarei a sua trajetória no capítulo 2 deste trabalho ao falar sobre a Rede de Museologia Social do RJ. Já Mário Moutinho, atual vice-presidente do MINOM ³⁹,

³⁹ Juntamente com a brasileira Marcelle Pereira.

estudou arquitetura na Ecole Nationale Supérieur des Beaux Arts, na França de 1966 a 1972. Fez especialização em etnologia e cursou o doutorado em Antropologia Cultural na Universidade Paris VII de 1972 a 1983. Em 1979, passou a trabalhar como professor auxiliar na Universidade de Lisboa. Atuou no Museu Nacional de História como assessor de outubro de 1988 a setembro de 2007 (PORTILHO, 2016, p. 39).

É professor da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia desde 1994, tendo desenvolvido o Centro de Estudos de Sociomuseologia para abrigar o curso de pós-graduação em Museologia Social. Pelo referido Centro de Estudos lançou a revista *Cadernos de Sociomuseologia*. Na mesma universidade, também é reitor desde 2008. Tendo uma boa circulação no campo da museologia europeia e brasileira, é responsável pela introdução da museologia como curso universitário de pós-graduação em Portugal, legitimando as discussões sobre a museologia social no campo acadêmico.

Segundo Moutinho, “a abertura do museu ao meio e a sua relação orgânica com o contexto social que lhe dá vida, têm provocado a necessidade de elaborar e esclarecer relações, noções e conceitos que podem dar conta deste processo”⁴⁰.

Nesse sentido, retorno à questão do conceito de ecomuseu, tão genérico para a diversidade dos contextos e experiências existentes internacionalmente, quanto o de museu integral. O ecomuseu pode ser entendido como em diálogo com parte da comunidade mobilizada do território ao qual se insere, de forma que esta participe de sua criação e gestão, porém sem a exigência, que me parece vinculada ao conceito inicialmente, de atingir toda a população e o seu desenvolvimento local como um todo, fazendo com que esta seja protagonista essencial de sua gestão, posto que isso não parece viável, em sua totalidade. Como foi dito anteriormente, nesta construção coletiva, em que de fato se faz imprescindível o diálogo, estão imbricados, como chamei, “os de fora” e “os de dentro” dessa comunidade, ambos com participações mais ou menos mobilizadas e mobilizadoras.

Essas colocações só afirmam meu entendimento de que os conceitos não devem ser usados para situações sociais de forma estática ou exemplar, mas compreendidos nas interações com outros conceitos e na variação inevitável causada pelos contextos diversos ao longo do tempo. Também se faz necessário afirmar minha compreensão acerca da importância dessas discussões perante o cenário anterior de exclusividade das grandes narrativas construídas a partir de uma história e de uma memória oficiais, em que se negou o direito à participação popular na constituição de suas próprias narrativas

⁴⁰ Disponível em: <http://redemuseumemoriaemovimentossociais.blogspot.com.br/2010/08/definicao-de-sociomuseologia-mario.html> (Acesso em: 15/05/15)

públicas. É através da contextualização histórica, com a referida crítica, que acredito ser relevante então as discussões sobre a formulação inicial e os desdobramentos da museologia social.

A “descolonização cultural”, proposta por Varine (Apud DESVALLÉES, 1992) no contexto do museu vai ao encontro do que pensava Paulo Freire (1978) sobre a educação como prática da liberdade. Nesse sentido, a descolonização e a liberdade dos museus comunitários viriam justamente do direito destes exporem suas memórias em detrimento do que impõe à memória oficial transmitida pelos museus canônicos e nos livros didáticos de forma geral, no contexto da educação formal. Em qualquer um dos casos, são formas pedagógicas de imposição didática e colonização do imaginário.

A relação entre museu e educação – já que menciono o referido educador –, através de uma perspectiva libertadora já estava presente no que foi considerado o marco fundamental da nova museologia. Prova disso é que a influência de Paulo Freire “culminou no convite emblemático [de Hugues de Varine, então diretor do ICOM] que lhe foi feito para presidir a Mesa-Redonda de Santiago do Chile e à qual foi impedido de comparecer pela ação do Delegado brasileiro da UNESCO por razões políticas” (DUARTE CÂNDIDO, p. 57).

Apesar de não pretender discorrer mais profundamente sobre a relação entre museus e educação, por esse não ser o foco do presente trabalho, é importante, no âmbito do que venho discutindo sobre os marcos fundamentais que possibilitaram essa nova perspectiva da museologia, apontar como um de seus objetivos a reflexão crítica da realidade, propiciada pela interdisciplinaridade com a educação.

Ainda que este seja um pressuposto já apresentado pelo ICOM, ou seja, é anterior às discussões acerca da museologia social, e ainda que o primeiro setor educativo de museus tenha sido criado no Brasil também anterior a essas discussões, em 1927 ⁴¹, se faz necessária à ressalva, visto que, uma das críticas que alguns autores fazem à museologia social se refere ao mito que atribui a ela a construção desta relação entre museus e educação.

Aqui, também é fundamental mencionar mais uma vez a vanguarda do pensamento de Mário de Andrade. Já em 1936, com a elaboração de seu anteprojeto para a criação do SPHAN, ele falava da importância de se criar museus populares

⁴¹ Para mais informações, ver: <http://pnem.museus.gov.br/wp-content/uploads/2014/01/DOCUMENTO-PRELIMINAR2.pdf> (Acesso: 31/05/16). Este documento foi elaborado pelo IBRAM, no âmbito da **Coordenação de Museologia Social e Educação**.

municipais, compreendendo esses espaços “como agência educativa, como veículos de participação da coletividade e como área de convergência dos esforços da sociedade civil e dos governos” (CHAGAS, 2015, p. 101). O museu vivo, como ele também o chamava, romperia com o academicismo, na medida em que suas visitas seriam vivas com a presença de um “explicador” (cf. LOURENÇO, 2002, p. 206); hoje mais comumente chamado de mediador para visitas guiadas. Dessa forma, “o museu parece-lhe uma saída da discriminação contra (...) os sem direito à memória” (idem). E nas palavras dele:

O Museu Popular é um instituto que tem o destino de pôr as suas coleções ao alcance de qualquer compreensão. (...) Mas é que o verdadeiro museu não ensina a repetir o passado, porém a tirar dele tudo quanto ele nos dá dinamicamente para avançar em cultura dentro de nós, e em transformação dentro do progresso social⁴².

Portanto, o projeto de museu municipal de Mário de Andrade já enunciava questões caras ao campo museológico, que seria formado posteriormente, e à museologia social, comprometida “com o exercício do direito à memória e ao patrimônio como um direito de cidadania” (CHAGAS, NASCIMENTO JUNIOR, 2009, p. 10).

O que pretendo enunciar é que, apesar deste tema ser anterior as discussões da museologia social, esta se apropria novamente do debate com o intuito de que de fato o museu seja pensado como instituição formadora, cidadã, que conscientiza e transforma, ou seja, uma ferramenta política, discursiva e pedagógica. Aqui, uma vez mais, para além da amplitude e generalização do assunto, que exigiria uma visão mais apurada, é preciso compreender que, da mesma maneira que no caso citado anteriormente referente aos conceitos de *museu integral* e *ecomuseu*, o debate serviu como indicativo de um cenário que, apesar de já envolver o tema da educação, não parecia enfatizar a perspectiva de Paulo Freire – exemplo sabidamente retórico.

Assim, os marcos históricos aqui explicitados são importantes à medida que expressam conjunturas políticas, ideológicas e sociais, apontando a necessidade de mudanças e novos posicionamentos, para além do escrutínio milimétrico dos conceitos que pretendem configurar. Afinal, documentos, cartas e declarações são marcos norteadores, portanto, é a diversidade das realidades que traz o desafio da elaboração

⁴² Artigo encomendado especialmente para o periódico *PROBLEMAS* – coluna sobre arte –, publicado em 1938 e republicado por: CHAGAS, Mario (org.). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n. 31, 2005.* Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat31_m.pdf Acesso em: 13/09/16.

destes conceitos enquanto prática e suas conseqüentes atualizações ao longo do tempo. Mais recentemente, outros eventos vêm ocorrendo ligados ao tema, destaque, no âmbito internacional, os encontros do próprio MINOM⁴³ e, no Brasil⁴⁴, os encontros ligados à Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários (ABREMC)⁴⁵.

Mesmo com todas as discussões aqui apresentadas, alguns autores, museólogos e pesquisadores não reconhecem a museologia social enquanto movimento e, dessa forma, atribuem às discussões dos eventos até aqui relacionados, o campo da museologia, como no caso da Mesa Redonda de Santiago do Chile, em 1972, de acordo com a citação abaixo:

Tereza Scheiner localiza a realização deste evento entre um conjunto amplo de atividades que ocorreram em 1972 e colocaram a preocupação com a integralidade do desenvolvimento humano no centro de debates sobre outras instituições além dos museus, como as escolas e as bibliotecas. Segundo a autora, aquele teria sido um ano “atravessado por discussões sobre a temática da responsabilidade dos governos e das agências promotoras do desenvolvimento sobre o bem estar da sociedade humana, em todas as dimensões da sua relação com o Real.” (Scheiner, 2012: 22). Ainda segundo a autora, a realização do evento ocorreu em sintonia com estas diretrizes e está localizado em um movimento mais amplo de reflexão sobre os rumos e possíveis intervenções na sociedade naquele momento. Neste sentido, para Scheiner, o que ocorreu no evento de Santiago do Chile foi uma esperada adaptação dessas “premissas ao âmbito da Museologia, elaborando o conceito de Museu Integral e recomendando – como bem já o sabemos – uma percepção integrada da relação entre os museus e as realidades sociais, econômicas e políticas dos museus latino-americanos” (Scheiner, 2012: 22). (PORTILHO, 2016, p. 57).

⁴³ Ver: <http://www.minom-icom.net/16th-international-conference-minom-icom-havana-cuba-6-11-oct-2014> (Acesso em: 26/01/17).

⁴⁴ Ver: <http://www.abremc.com.br/historicoresumo.asp> (Acesso em: 26/01/17).

⁴⁵ “A ABREMC tem por missão fomentar a criação, fortalecimento, desenvolvimentos, apoio e divulgação dos ecomuseus, museus comunitários e processos similares ou nesse espírito; trabalhando em prol do desenvolvimento social, comunitário e sustentável, da cultura e educação em todas as suas formas, e da apropriação e valorização do patrimônio como recurso de desenvolvimento”, de acordo com estatuto disponível em seu site: <http://www.abremc.com.br/estatuto.asp> (Acesso em: 11/03/17). Ainda segundo seu estatuto, foi “Idealizada em 18 de maio de 2004, em Santa Cruz, atual Município do Rio de Janeiro, pelos coordenadores e conselheiros do NPH – Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica e confirmada pelos signatários da Ata da Assembléia Geral Extraordinária convocada para esse fim, participantes do III Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários, realizado em setembro de 2004, no Rio de Janeiro, em Santa Cruz, é fundada em 15 de setembro de 2004 (...)”. Sua diretoria na gestão entre 2013 e 2016 compõe-se de: Presidente: Maria Terezinha Resende Martins – Ecomuseu da Amazônia/PA, Vice-Presidente: Yara Mattos – Ecomuseu da Serra de Ouro Preto/MG, Secretária: Odalice Miranda Priosti – Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz/RJ, Tesoureiro: Bianca Wild – Ecomuseu de Sepetiba/RJ, Diretor de Comunicação: Nádia Almeida – Ecomuseu de Maranguape/CE, tendo como um dos conselheiros consultivos, o museólogo francês Hugues de Varine, conforme: <http://www.abremc.com.br/diretoria2013.asp>.

Dessa maneira, conforme menciona Aline Portilho, a museóloga Tereza Scheiner atribui ao marco da Mesa Redonda de Santiago do Chile, discussões gerais acerca de temas museológicos. De fato, foram estas as discussões entre museu e sociedade abarcadas no referido evento, proporcionadas pelos movimentos sociais democratizantes da década de 1970, conforme já citado. Estas discussões já estavam inclusive apontadas na criação do ICOM, no pós-guerra. Mas o que a museologia social pretende enfatizar é que essas questões, ainda que já abordadas, não vinham sendo realizadas na prática dos museus. Assim, a museologia social, como já foi dito, se desenvolve a partir da perspectiva da prática cotidiana das populações nos territórios, vinculados aos museus, valorizando suas identidades em âmbito local. Porém, a referida museóloga parece não considerar a proposta da museologia social.

Para finalizar, entendo que existem duas perspectivas complementares e fundamentais acerca do que é a museologia social, ambas se constituem como exercício político. Uma, mais ampla, que corrobora os processos que já vem sendo discutidos sobre a função social do museu no sentido de possibilitar uma formação crítica e transformadora – que deveria ser uma perspectiva incorporada a todos os museus, independente de tipologias, mas que sabemos não faz parte ainda hoje de sua totalidade. E outra, que podemos chamar talvez de mais específica e consonante com a realidade brasileira, que diz respeito a essas iniciativas e movimentos de museus – ou processos museais, mesmo que sem uma institucionalização física ou jurídica – comunitários, de favela, localizados em bairros periféricos e em localidades ribeirinhas e rurais, em que importa, sobretudo, a valorização e o direito do trabalho memorial e narrativo de expor seus patrimônios materiais e imateriais, historicamente negado a essas comunidades.

Acredito que ambas as perspectivas deveriam ser reafirmadas pelos profissionais que lidam com museus, patrimônios e memórias, independente da tipologia do museu em que atuem, visto que se a primeira corrobora um importante processo de pensamento crítico e transformador que precisa ser incorporado ao cotidiano, a segunda, descortina com exatidão a profunda desigualdade social existente; as disputas e os embates políticos inerentes ao campo sócio-cultural; que os processos memoriais e patrimoniais são seletivos, que as memórias subterrâneas têm direito à escuta e à visibilidade, e por isso, as memórias das comunidades subalternizadas devem ser também valorizadas.

1.3. Identidade, Reconhecimento Social e Política da Diferença

Retomo aqui algumas questões relacionadas à memória, para vinculá-la à identidade, e à sensação de pertença e de coerência que ela confere, tanto no nível individual quanto no coletivo. A partir da identidade dos grupos sociais pode-se acionar ainda uma dimensão política, conforme será exposto adiante, que permite que estes lutem por reconhecimento e/ou políticas de reconhecimento social.

Já foi dito que a memória é construída, no sentido de que o que é lembrado está sempre em relação às atualizações da nossa experiência vivida, das nossas relações sociais, dos acontecimentos do presente. O mesmo se dá com a identidade, pois ela também é construída de acordo com as experiências de vida e em relação ao outro, seja por afinidade ou oposição. Não é algo que nasce com a gente, mas que vai se construindo no presente, a partir das referências e ligações com a memória.

Assim, a identidade pode ser percebida como elo entre passado e presente; e ainda elo entre o que fomos, o que somos e o que seremos no futuro. Pollak diz “que *a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade*, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo (...)” (1992, p. 204).

Dessa forma, de acordo com o autor, a identidade, intrinsecamente ligada à memória, nos dá a sensação de pertencimento, unidade, continuidade e coerência, e assim como a memória, não está livre de negociações, transformações e mudanças, já que “a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade (...)” (POLLAK, 1992, p. 204).

Ainda que a identidade apresente esse caráter móvel, processual, que pressupõe interações constantes, ela também diz respeito a uma dimensão política fundamental no contexto do presente trabalho que implica a luta pelo reconhecimento social das narrativas identitárias de grupos e movimentos sociais.

O reconhecimento social é uma forma de se combater as injustiças de valoração cultural. De acordo com a socióloga Nancy Fraser (2002), a transição da redistribuição para o reconhecimento seria uma “ironia histórica”, já que há grande aceleração da globalização econômica. A globalização, dessa forma, vem evidenciando a ampliação

da contestação política, que resulta em uma nova concepção de justiça social, não mais restrita à questão de classe, abrangendo assim, uma reivindicação por representação. Mas para a autora, para que haja o que ela chamou de “concepção bidimensional de justiça”, é necessário abarcar, não só o reconhecimento, mas também a redistribuição econômica. Assim, segundo Fraser, se chegaria à *paridade de participação*.

Apesar disso, enfatizarei neste trabalho apenas a questão do reconhecimento social, entendendo, através da pesquisa de campo e das discussões abordadas, que importa para esses grupos que desenvolvem iniciativas de museologia social, a dignidade reconstruída através de suas narrativas memoriais vinculadas aos territórios; suas narrativas museais. Que, apesar de individuais, são principalmente narrativas coletivas de luta por direitos básicos de saúde, educação, saneamento, moradia, e de representação; uma voz, que, fazendo parte da cidade ou do campo, exige ser ouvida.

Nancy Fraser afirma ainda que “o reconhecimento é um remédio para a injustiça social e não a satisfação de uma necessidade humana genérica” (FRASER, 2007, p. 121), porque se esta última fosse a norma, qualquer identidade ou grupo identitário teria o direito de reclamar por seu reconhecimento, inclusive àquelas identidades fundamentalistas que, vez ou outra (embora assustadoramente sejam cada vez mais frequentes) reivindicam, por exemplo, o dia do orgulho heterossexual (em referência ao dia do orgulho gay) ou ainda o dia dos homens (em referência ao dia das mulheres), como se homens e heterossexuais sofressem preconceitos e agressões apenas por serem homens e por sua orientação sexual, para citar alguns exemplos.

Obviamente, a necessidade de representatividade só se justifica quando da marginalização histórica desses grupos e identidades, que não tiveram assegurados seu direito à voz, à narrativa pública de suas memórias. Assim, Fraser novamente enfatiza que “a(s) forma(s) de reconhecimento que a justiça exige em qualquer caso dado depende (m) da(s) forma(s) de *não* reconhecimento a serem compensadas” (2007, p. 121). Nessa perspectiva, são imprescindíveis as questões de justiça e direito, dignidade, participação na vida pública e cidadania.

É preciso voltar no que foi dito acima sobre as identidades móveis e a dimensão política da identidade. Da mesma maneira que acontece com a memória, as identidades, e conseqüentemente as políticas de identidade, são constantemente disputadas e negociadas por diferentes grupos. São esses embates e relações de força que vão ora possibilitando, ora negando, a construção das políticas de valorização identitária de

determinados grupos, bem como o uso do termo *museologia social* nas políticas de memória, patrimônio e museus.

As referidas políticas vêm sendo desenvolvidas no Brasil a partir dos anos 2003, quando da aprovação da reestruturação do Ministério da Cultura pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, por meio do Decreto 4.805, de 12 de agosto. O novo ministro Gilberto Gil, nomeado pelo então presidente Lula, foi juntamente com a nova gestão do Ministério da Cultura, responsável pela valorização cultural de parcelas da sociedade até então minorizadas, como observamos no fragmento abaixo:

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva, iniciado em 2003, representa uma mudança fundamental no modelo de gestão cultural no Brasil, com um Estado mais presente e participativo, propondo novas diretrizes para o desenvolvimento de políticas culturais, sob o comando do Ministério da Cultura (MinC), responsável pela criação de uma nova “política pública de cultura” no Brasil, de acordo com um Plano Nacional de Cultura, de caráter plurianual, e um Sistema Nacional de Cultura, envolvendo a sociedade civil e os entes federados participantes do processo (BOLAÑO, GOLIN, BRITTOS, MOTA, 2010, p. 11).

Com a criação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, em 2009 (o Departamento de Museus e Centros Culturais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico e Nacional - Demu/Iphan deu origem ao Ibram ⁴⁶), autarquia vinculada ao Ministério da Cultura, os museus federais passam a ser responsabilidade deste órgão e não mais do IPHAN, da mesma maneira que a Política Nacional de Museus – PNM, criada em 2003. O novo órgão passa a ser “responsável pela proposição das políticas de museus e memória no País, bem como pelas ações direcionadas para a memória de comunidades e grupos diversos da sociedade civil” (FIGUEIREDO, SILVA, 2015, p. 148).

Na mesma perspectiva do patrimônio cultural imaterial de valorizar narrativas memoriais e históricas de grupos subalternizados, que ampliam a noção de diversidade cultural brasileira, também se dá o alargamento da ideia de museu, através da consideração de “estratégias de gestão voltadas para a valorização dos museus como agentes de desenvolvimento local e para a afirmação e valorização da memória social de diversos grupos até então não contemplados nas políticas governamentais de cultura e patrimônio” (idem).

⁴⁶ Disponível em: <https://www.museus.gov.br/tag/museu-de-favela/> (Acesso: 15/01/16).

Segundo o IBRAM, o Departamento de Processos Museais é responsável, dentre outras coisas, pelo desenvolvimento de políticas no âmbito da museologia social, conforme trecho abaixo:

Na estrutura administrativa do Ibram, o Departamento de Processos Museais (DPMUS) é responsável pelas políticas de aquisição, movimentação, descarte, preservação, conservação, segurança, comunicação e exposição do patrimônio cultural brasileiro musealizado ou em processo de musealização. Suas atribuições incluem ainda o desenvolvimento de políticas e diretrizes para o setor nas áreas de educação, pesquisa e museologia social, entre outras.⁴⁷

No mesmo ano de sua criação, o IBRAM dá início ao **Programa Pontos de Memória**⁴⁸. Através de um projeto-piloto – em parceria com o Programa Mais Cultura e o Cultura Viva (Ministério da Cultura/MinC), o Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci), do Ministério da Justiça e a Organização dos Estados Ibero – americanos (OEI) – são nomeados doze Pontos de Memória⁴⁹ em comunidades populares em todo o Brasil, com “alta vulnerabilidade social”.

A institucionalização em Pontos de Memória dá respaldo às atividades relacionadas à memória que já são realizadas pelas comunidades, através do recurso financeiro determinado, concedido aos premiados. Também são realizadas oficinas temáticas e consultorias técnicas junto aos beneficiados pelo programa. Apesar disso, há grande dificuldade desses Pontos manterem suas atividades quando o recurso termina, apontando para a necessidade da ampliação dessas iniciativas e articulações que garantam a continuidade das atividades. A mesma dificuldade é encontrada em ecomuseus, museus comunitários e iniciativas museais afins.

⁴⁷ Disponível em: <http://www.museus.gov.br/tag/departamento-de-processos-museais/> (Acesso em: 15/01/16).

⁴⁸ O Programa Pontos de Memória foi concebido, a partir do Programa Cultura Viva, que instituiu os Pontos de Cultura, do Ministério da Cultura, dentro do entendimento de que muitos Pontos de Cultura apresentavam grande interface com trabalhos vinculados à memória. Nesse sentido, a experiência do Museu da Maré, no Rio de Janeiro, foi fundamental, já que este se institucionaliza a partir da premiação como Ponto de Cultura, apesar de ter no nome, termo referente à memória, o *museu*.

⁴⁹ São eles: Ponto de Memória da Terra Firme (Belém- PA), Museu de Periferia (Curitiba – PR), Museu Cultura Periférica (Maceió – AL), Ponto de Memória do Grande Bom Jardim (Fortaleza – CE), Museu Mangue do Coque (Recife – PE), Ponto de Memória da Grande São Pedro (Vitória – ES), Ponto de Memória da Estrutural (Distrito Federal – DF), Museu do Taquaril (Belo Horizonte – MG), Ponto de Memória da Lomba do Pinheiro (Porto Alegre – RS), Museu de Favela (Rio de Janeiro – RJ) e da Brasilândia (São Paulo – SP), que se desligou do Programa em 2011, conforme informação disponível em: http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/11/InformativoPontos_28_11_2013.pdf. (Acesso em: 07/07/14). A partir do **Edital Prêmio Pontos de Memória**, o Programa premiou em 2011, 2012 e 2014, um total de 141 iniciativas de museologia social, conforme informação recebida através de trocas de emails em fevereiro de 2016 com a Equipe do Programa Pontos de Memória - **Coordenação de Museologia Social e Educação – COMUSE**, do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM.

É importante ressaltar que essas políticas incluem o termo *museologia social* pela primeira vez na história do país, a partir das imbricações, já mencionadas no tópico anterior deste trabalho, que envolvem o campo acadêmico e as políticas públicas governamentais. Isso será explicitado no próximo capítulo, a partir da exposição das trajetórias de pessoas que participam da Rede de Museologia Social do RJ, meu objeto de estudo.

Mas é fundamental compreender que as políticas governamentais, de fato não são suficientes como atendimento e/ou contenção de uma demanda, visto que as demandas são muitas e estão em constantes transformações, por isso, elas estarão representando o interesse de uma parcela da sociedade, e não da sociedade como um todo, além de estarem, por outro lado, em constantes defasagens com a necessidade de certos grupos. Daí decorrem as negociações e as disputas próprias do jogo político.

Nessa perspectiva, não há como falar em política sem entender que essas diferentes instâncias organizacionais – administração pública, comunidade, mercado – (BRUNNER, 1985) serão acionadas pelos agentes de acordo com o contexto de cada momento, e de forma, muitas vezes, conflitiva. Mesmo aparentando estabilidade e unidade como forma de manter a coesão social, a instituição estatal pressupõe a presença de interesses diversos, inclusive concorrentes. Incluem-se dentro desses interesses, os da esfera privada, contrariando o que determina o significado de República: *res publica*, como “coisa pública, do povo”.

Por fim, as iniciativas e movimentos de museologia social formados pela sociedade civil surgem “a partir da década de 1990 e mais fortemente nos anos 2000, no Brasil e em outros países da América do Sul” (SOARES, 2012, p. 375), em consonância com contextos sócio-políticos e culturais diversos às experiências anteriores surgidas na Europa.

II. Rede

1.4. Apontamentos sobre o conceito de rede e a criação da Rede de Museologia Social do RJ

Antes de apresentar a criação da Rede de Museologia Social do RJ é importante mencionar alguns apontamentos sobre o conceito de rede, já que é um conceito-chave da pesquisa, por se tratar de um conceito que reverbera no próprio nome do objeto

pesquisado. Longe de fazer um panorama teórico, opto por relacionar algumas de suas definições com a experiência da Rede de Museologia Social do RJ, que diz respeito a relações abertas, que não configuram um grupo, dadas a partir de afinidades e objetivos comuns de sujeitos participantes. Mesmo assim, será possível observar que o conceito de rede é amplo e sua definição não se limita apenas a um campo de conhecimento.

Segundo o geógrafo Milton Santos, podemos enquadrar as redes a partir de “duas grandes matrizes: a que apenas considera o seu aspecto, a sua realidade material, e uma outra, onde é também levado em conta o dado social” (2006, p. 176). Trabalho com a perspectiva que leva em conta o caráter social – incluindo aqui as redes virtuais possibilitadas pela internet, que de qualquer maneira, se fazem através de contato social –, já que acredito que uma rede só pode ser efetiva quando se apropria do dado relacional. Sobre isso, Ana Cristina Fachinelli é categórica:

Uma agenda de endereços, não mais que um anuário de diplomados, não constitui uma rede, mas sim uma matéria-prima relacional. Para que a rede ganhe corpo, é necessário que um projeto concreto, coletivo, voluntário, proporcione uma dinâmica específica às relações pré-existentes (Fachinelli Apud RUBIM, 2011, p. 43).

Enquanto um conceito fluido, que oscila de acordo com os ritmos próprios dos grupos e pessoas envolvidas, e que também depende do contexto social, o movimento das redes – incluindo aqui prioridades, configurações, direções, frequências – não é linear, homogêneo, nem igual ao que foi ou ao que será. “Sempre, e sempre de modo diferente, a ponte acompanha os caminhos morosos ou apressados dos homens para lá e para cá, de modo que eles possam alcançar outras margens... A ponte *reúne* enquanto passagem que atravessa” (HEIDEGGER apud BHABHA, 2007, p. 24).

Da mesma maneira que a Rede de Museologia Social do RJ se faz também a partir da retomada das discussões acerca do tema da museologia social, como será enunciado, seu caminho se faz no caminhar – mesmo com o risco de parecer clichê, não me parece haver apontamento melhor para caracterizar uma rede. Não há garantias de futuro e menos ainda de que ela continue a mesma (permanência). Redes são identidades narrativas, construídas na dinamicidade do tempo, incorporando frequentemente a mudança, como vai dizer Paul Ricoeur (1991). Mudanças de foco, objetivo, estratégias de sustentabilidade, integrantes etc. Daí que redes são rompidas, ora dando início a outras redes, ora finalizando o que no passado foi construído pela

existência de objetivos comuns, já que, além de compatibilidades, uma rede apresenta inevitavelmente tensões e conflitos.

Assim, pode-se considerar, de acordo com a antropóloga Ana Enne, que o

(...) principal aspecto definidor do que seria uma rede [é]: sua capacidade de articulação e rearticulação permanente. Na década de 60, J. A. Barnes, em seu artigo "Redes sociais e processo político", procura ampliar as explicações acerca do conceito de rede já utilizado por ele em um trabalho anterior (...). O que Barnes se propôs a fazer - e nesse sentido é percebido como um precursor no uso do conceito de rede para pensar analiticamente determinados contextos sociais em que a idéia de grupo não pareceria adequada - é transpor o conceito simbólico de rede, como utilizado primeiramente por Radcliffe-Brown, para usá-lo analiticamente, como instrumento metodológico de compreensão de relações sociais entre indivíduos (ENNE, 2004, p. 264).

Entendendo, conforme mencionado, que uma rede tem movimentos próprios que vão depender e variar de acordo com o envolvimento de seus participantes (que não são sempre os mesmos) compreendo que esse balanço não é contínuo. No caso da Rede que será aqui apresentada, em dado momento, o direcionamento para a captação de recurso financeiro será importante para manter a mobilização desse grupo em prol da continuidade das atividades, mas em outros momentos o fundamental será a manutenção dos Encontros e, portanto, do recurso humano que se disponibiliza a reverberar a Rede – no caso dos Encontros bimestrais, realizados em um sábado de manhã regado a conversas sobre saberes e fazeres, afetos, lanches ou almoços compartilhados, e registrados em fotos.

É importante mencionar que as redes sociais, ou seja, grupos constituídos por relação parental, congregação religiosa, ou qualquer agrupamento de pessoas com objetivos em comum – mesmo que atualmente não seja comumente utilizado dessa maneira, mas para designar redes de compartilhamento na internet; mídias sociais – sempre existiram, da mesma forma que o contato entre as culturas antes do que se convencionou chamar de globalização.

Porém, a pós-modernidade ou o que Milton Santos chamou de período técnico-científico-informacional (2006, p. 178) e que Castells (2006) chama de sociedade em rede ou sociedade da informação traz a possibilidade de uma avalanche de grupos, redes, comunidades, coletivos. Alguns ancorados no mundo virtual, outros como a Rede de Museologia Social arraigada imprescindivelmente nos territórios, mas também

virtualmente, principalmente devido à facilidade e rapidez da comunicação proporcionada por estes meios.

“A conexidade da rede depende da estabilidade e da continuidade dos relacionamentos” (BOTT, 1976, p. 116). Ou seja, o que garante tal continuidade de uma rede é a frequência e o envolvimento de seus participantes, sem essa interação as conexões que mantém a rede viva desaparecem. Isso também pode se realizar através de conexões com outras redes que, por exemplo, tem em comum um mesmo integrante, gerando um aumento de conexões e da própria rede. Mas, novamente, para que isso se realize de fato como um projeto, a interação entre os participantes é fundamental. Do contrário, o que se tem é mesmo uma agenda de endereços sem uso. Conforme o sociólogo Norbert Elias, que trabalhou, dentre outros temas, a temática das redes sociais,

Para ter uma visão mais detalhada desse tipo de inter-relação, podemos pensar no objeto de que deriva o conceito de rede: a rede de tecido. Nessa rede, muitos fios isolados ligam-se uns aos outros. No entanto, nem a totalidade da rede nem a forma assumida por cada um de seus fios podem ser compreendidas em termos de um único fio, ou mesmo de todos eles, isoladamente considerados; a rede só é compreensível em termos da maneira como eles se ligam, de sua relação recíproca (ELIAS, 1994, p. 35).

É preciso cuidado ao se referir às redes como relações totalmente descentralizadas e horizontais, sem hierarquias, porque mesmo que não haja uma demarcação de atribuições relacionada a uma direção ou coordenação, é preciso admitir um mínimo de organização e planejamento estratégico para que atividades e pautas sejam desenvolvidas. Assim, mesmo que funções não estejam atreladas nominalmente aos integrantes, alguma liderança – ou lideranças – é necessária para garantir a comunicação e a realização das atividades.

Também se deve ter cuidado ao atribuir às redes características personificadas – mesmo que eu aqui o faça para facilitar a comunicação, afinal, não seria possível que, ao me referir à Rede, eu descrevesse todas as pessoas envolvidas em determinada ação – já que na verdade ela é apenas uma ferramenta que agrega pessoas, porém os tipos de relações sociais, hierárquicas ou descentralizadas, verticais ou horizontais, que serão desenvolvidas é que definem seu formato organizacional e os fluxos de poder atribuídos a ela. E isto não é dado a priori.

A respeito das lideranças, Albino Rubim menciona que:

As eventuais centralidades, que seguem a lógica do envolvimento e do reconhecimento, emergem durante processos e atividades, e serão substituídas por outras, na medida em que diminua a sua capacidade de resposta. Assim, cada elemento da rede pode potencialmente ser um centro, dependendo do momento e do ponto de vista (2011, p. 45).

Entendo que “os entes são solicitados a negociar continuamente suas modalidades de atuação na rede, a partir das cotas de poder que dispõem e que estão inseridas nas relações de poder que organizam a rede” (RUBIM, 2011, p. 52-53). Isso reafirma a premissa de que a rede, as lideranças e os grupos de articulação se movem de acordo com as relações de poder e negociações que vão sendo estabelecidas pelos integrantes, ora através de interações harmônicas, ora conflituosas. E que essa mediação e poder de influência poderão ser assumidos por outras pessoas da rede, em dado momento.

Outro aspecto das redes, que é analisado pela autora do livro “Redes de Movimentos Sociais” (1996) em seu artigo intitulado “Das Mobilizações às Redes de Movimentos Sociais” (2006) é a questão da amplitude da defesa da cidadania pelos movimentos sociais, fazendo com que estes passem “da defesa de um sujeito identitário único à defesa de um sujeito plural” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 116). No caso da Rede de Museologia Social do RJ isso é o mesmo que dizer que, além dos direitos relacionados à museologia social, ela também entende que é fundamental a reivindicação por direitos básicos, de produção e de acesso à cultura e à comunicação, valorização dos direitos da mulher e da comunidade LGBT, do direito às políticas voltadas para as comunidades rurais etc.

Inclusive, alguns agentes entrevistados por mim, cujas trajetórias serão explicitadas no próximo capítulo, evidenciam em suas falas, questões relacionadas ao que foi citado acima, a exemplo da entrevista de Sidney Silva, realizada em 10 de janeiro de 2017, na sede do Museu de Favela: “fizemos o Memória LGBT no museu de favela onde a gente tratou, conversou e difundiu a memória LGBT na nossa favela, onde muitos jovens que eram reprimidos pela sua sexualidade, hoje eles têm um empoderamento melhor da área”. Ou de Marjorie Botelho, entrevistada em São Pedro da Serra, em 13 de novembro de 2016, se referindo ao trabalho realizado no Ponto de Cultura e Ecomuseu Rural, em Bom Jardim e nos distritos vizinhos:

(...) de valorizar também a história desse território. A gente tem demarcado muito essa palavra rural. Porque é outra palavra, também, que vem desaparecendo do nosso vocabulário. As pessoas que moram nas áreas rurais, elas acabam sofrendo um processo de... cara, o preconceito, de desvalorização. São taxadas como pessoas que sabem menos, tem menos acesso (Entrevista com Marjorie Botelho, 2016).

Ou ainda com o depoimento de Antônio Carlos Firmino, conhecido na Rede como Firmino, através de sua entrevista na Biblioteca Parque da Rocinha ⁵⁰ em 15 de julho de 2016, na qual ele menciona o espaço pleiteado como sede do Museu Sankofa Memória e História da Rocinha:

Então, o quanto antes a gente entrar com uma proposta de ocupação daquele espaço, não só por uma área de lazer, mas cultural e ainda vai gerar renda, porque ali já tem os artesãos. E aquela galera, aquele pedaço todo ali vai ser incluído. Não é excluir ninguém, é o contrário. Então, os artesãos já têm o cadastro da prefeitura, tem alvará, então isso já facilita. Os outros, eu não sei. Porque também, incluir essa galera toda, como é que a gente inclui? Aquilo ali é a sobrevivência da galera. Como é que a gente inclui dentro de uma proposta de discussão conjunta? (Entrevista com Antônio Carlos Firmino, 2016).

O primeiro movimento da Rede ⁵¹, ainda com outro nome, foi iniciado em 2007, tendo tido apenas três encontros naquele momento. O já citado museólogo Mario Chagas, entrevistado por mim ⁵², explicou os motivos pelos quais essa Rede, não continuou com os encontros. Ele atribui a ele próprio o fato, pois naquele momento era ele o articulador principal, juntamente com uma bolsista que fazia as atas. Segundo ele, no contexto de muitas idas à Brasília para articulação da criação do IBRAM e do Programa Pontos de Memória – ambos criados em 2009 – não houve tempo para dar continuidade a essa Rede, conforme trecho da referida entrevista, que segue abaixo:

⁵⁰ “As quatro Bibliotecas Parque do Rio de Janeiro fecharam hoje (30) [de dezembro de 2016] para o recesso de fim de ano, e apenas uma deve retornar na semana que vem. Os mais de 150 funcionários da rede receberam aviso-prévio no início do mês. Na última quinta-feira (29), o Instituto de Desenvolvimento e Gestão (IDG), que administra as unidades, usou as redes sociais para avisar sobre o fechamento e se despedir dos frequentadores”. Disponível em: <http://agenciabrasil.etc.com.br/cultura/noticia/2016-12/bibliotecas-parque-fecham-no-rio-secretaria-promete-retorno-rapido> (Acesso em: 09/02/17).

⁵¹ Opto por não mencionar o nome da Rede como é hoje, porque à época o nome era: Rede Museus, Memória e Movimentos Sociais, cujo blog, mesmo que não mais atualizado desde 2013, se mantém online: <http://redemuseusmemoriaemovimentosociais.blogspot.com.br/> (Acesso em: 30/01/17).

⁵² A entrevista com Mario Chagas aconteceu na sala que ele ocupa no Museu da República, localizado na Rua do Catete, 153, Catete, Rio de Janeiro, em 09/12/16. Foram 12 entrevistados, com suas trajetórias explicitadas no próximo tópico deste capítulo, no período de abril de 2016 a janeiro de 2017.

Essa rede foi pensada, foi colocada em prática, fizemos diversas reuniões, tem documentos, temos um pequeno site ainda no ar, um blog ou site, rodando por aí, fizemos isso, fizemos várias reuniões lá no Palácio Gustavo Capanema trabalhando com o Museu da Maré, com o Museu Vivo de São Bento, professores universitários, e outros tantos museus. Isso foi realizado e... mas acontece que na verdade eu tinha um papel dentro dessa rede, eu tinha um papel de articulador, meio que funcionava, porque na verdade quem articulava a rede éramos eu e uma estagiária, Mariana Estelita Lins. E eu e a Mariana é que organizávamos isso, ela fazia as atas e a gente trabalhava fortemente nisso. E o trabalho era um trabalho bem articulado em rede, mas eu, eu fiquei muito sobrecarregado naquele momento. Eu acredito que o que contribuiu para a rede não continuasse avançando foi a minha sobrecarga pessoal de trabalho. Porque 2008, você imagina 2008, em seguida 2009, janeiro de 2009 o IBRAM é criado. Eu tinha que ir frequentemente à Brasília, com muitas viagens para Brasília. A minha capacidade de manter a rede mobilizada e sem que eu tivesse ali um núcleo, quer dizer, eu ia dizer sem que tivesse um núcleo de apoio, não. Tinha um núcleo de apoio, mas não... o núcleo articulado, fortemente articulado como nós temos hoje, capaz de manter a rede funcionando (Entrevista com Mario Chagas, 2016).

Anteriormente, na entrevista, ele havia citado o início da referida Rede como tendo sido em 2008. Porém, essa data não pode ser aqui precisada, porque no blog, citado por ele e já referido em nota, que foi criado em 2010 para publicar as atas e textos relativos ao tema, só é apresentada na ata da primeira reunião a data (23/01/2007). Na ata dos dois outros encontros, não há essa descrição. Assim, realmente há a possibilidade que algum encontro possa ter ocorrido em 2008. O local do encontro também só é explicitado na ata desta primeira reunião, de acordo com o blog, como tendo acontecido no Palácio Gustavo Capanema.

Ainda sobre o blog, em “Material de Referência”, são encontrados textos sobre a Mesa Redonda de Santiago do Chile, a Declaração de Quebec, a definição evolutiva de ecomuseu e a definição de Sociomuseologia, dentre outros. Os textos referentes à Mesa Redonda e à Declaração de Quebec não possuem referência bibliográfica, mas acredito terem sido retirados, após traduções para o português, dos documentos originais, posto que são muito próximos das traduções que li. Já os outros textos da categoria “Material de Referência”, que também não possuem referência bibliográfica, são dos já citados museólogos Hugues de Varine, Georges Henri Rivière e Mário Moutinho. Em outra postagem também encontrei um texto de Mario Chagas.

O blog em questão possui ao todo 13 postagens, sendo que 11 postagens foram realizadas em 2010 e 2 postagens foram realizadas em 2013. Essas duas últimas

postagens se referem ao início da *Rede de Museologia Social do RJ*⁵³, com informações sobre a primeira reunião, ocorrida no Museu da República, em 23 de outubro de 2013. Destaco algumas informações importantes dessas duas últimas postagens:

Após apresentação de todos os presentes supracitados, Mario retomou a palavra enfatizando a sintonia do encontro com a última reunião do Minom (Movimento Internacional para uma Nova Museologia), que ocorreu em 2013 no respectivo museu, Museu da Favela e no Museu da Maré, mencionando que esse movimento no Rio de Janeiro é uma retomada das reuniões da Rede Museu, Memória e Movimentos Sociais, que ocorreram em 2007, com o espírito de reunir pessoas que tinham interesses em questões relacionadas à Museologia Social. (...) Apresentou, ainda, o blog da Rede Museu, Memória e Movimentos Sociais, que reúne a memória das três reuniões, bem como textos de referência do campo da Museologia Social. Fechou sua fala sinalizando a importância de dar continuidade a esse movimento em rede com esses novos parceiros e colocar o “carro pra andar”. “A construção está por fazer. Nós é que vamos dizer o que vamos fazer”, finaliza. Felipe Evangelista fez menção à perspectiva de atuação do Programa Pontos de Memória por meio da articulação em rede, enfatizando a importância dessas experiências se unirem de forma autônoma e serem capazes de promover trocas de saberes e, sobretudo, de pautar os governos. Também mencionou sobre a existência de outras redes de museologia social em outros estados. Inês Gouveia seguiu com a apresentação de uma síntese sobre conceitos e fundamentos de rede, com intuito de equalizar o entendimento entre o grupo e ratificou a importância de ser elaborado conjuntamente um fluxo de trabalho que contemple as propostas de ação da rede⁵⁴.

Mesmo que não haja menção em momento algum no blog sobre quem o criou e quem realizou suas postagens, imagino que tenha sido ou a bolsista que Chagas cita em uma das passagens colocadas acima, ou alguém que teve acesso às atas através dele. No perfil do referido blog consta como Introdução o mesmo texto que apresenta a *Rede de Museologia Social do RJ* no facebook desta, conforme será explicitado mais adiante. As únicas modificações se referem ao nome da Rede e à sua abrangência geográfica⁵⁵.

Dessa forma, o blog, como fica claro através do registro das referidas atas e à menção feita a ele na criação da *Rede de Museologia Social*, se transforma em uma memória da mesma em relação à Rede anterior, que acaba não se consolidando – apesar

⁵³ A partir daqui, a referência à *Rede de Museologia Social do RJ*, meu objeto de estudo, também será feita através das seguintes nomeações: *Rede*, *Rede de Museologia Social*, *Rede do RJ*, *REMUS-RJ* (apresentadas ao longo do trabalho em itálico).

⁵⁴ Disponível em:

http://redemuseumemoriaemovimentossociais.blogspot.com.br/2013_10_01_archive.html (Acesso em: 30/01/17).

⁵⁵ “A Rede Museus, Memória e Movimentos Sociais tem como objetivo promover a conexão e a troca de experiências entre comunidades populares, movimentos sociais e instituições que atuam no campo da memória, patrimônio e cultura. A rede também surge com o intuito de potencializar a memória como fator de inclusão e transformação social, integrando e dando voz às diversas iniciativas e narrativas históricas do país”. Disponível em: <https://www.blogger.com/profile/10110617564952908162> (Acesso em: 30/01/17).

de já demonstrar naquela época, o interesse de muitos grupos e pessoas, pelas questões da memória e do patrimônio especificamente, e da cultura, de maneira geral. Isso é evidenciado nas apresentações dos grupos e nas discussões ali realizadas, ambas presentes nas atas.

Em 2013, então, a articulação em rede para tratar da museologia social é retomada por gestores de espaços ligados à memória de base comunitária, museólogos, agentes culturais, pesquisadores e interessados pelo tema, conforme fragmento abaixo:

A reunião de retomada da Rede foi realizada em outubro de 2013 no Museu da República (IBRAM/MinC). O chamado para este dia foi feito por e para diferentes pessoas cuja contribuição pessoal e profissional (em razão de suas experiências singulares) e também institucional (em razão das instituições por quem falam) são indispensáveis à Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro. No decorrer das reuniões, estão presentes grupos, instituições e processos que associam o seu fazer à museologia social. Também participam representantes de instituições e instâncias públicas da cultura e da museologia, como o Sistema Estadual de Museus (SIM-RJ/SECRJ) e o Curso de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), além de pesquisadores de diferentes áreas (JANUÁRIO e SILVA, 2014, p. 416).

A descrição de articulação da *Rede de Museologia Social do RJ* no blog se dá da seguinte maneira: “A ideia da rede também surge para potencializar a conexão e a troca de experiências entre as cerca de 30 iniciativas identificadas no estado, desenvolvidas por comunidades, grupos e movimentos sociais que trabalham a memória como ferramenta de luta, resistência e transformação social”⁵⁶. Essa informação corrobora minha leitura acerca da *Rede* como movimento político, no qual questões relacionadas ao direito à memória das comunidades são constantemente colocadas em pauta. Aliás, é essa pauta que perpassa as reuniões da *Rede*; as possibilidades de visibilidade e viabilidade dessas iniciativas museais de memória, imbricadas no território em que vivem as comunidades.

Apesar das instâncias institucionais que participam dos encontros da *Rede*, conforme citação mencionada acima, ela não está vinculada a esses órgãos públicos, como a Superintendência de Museus (vinculada à Secretaria estadual de Cultura/RJ) – através da participação da museóloga Lucienne Figueiredo, também entrevistada por mim – e o Curso de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), através de Mario Chagas que, além de funcionário do Museu da República, é

⁵⁶ Disponível em: <http://redemuseumemoriaemovimentossociais.blogspot.com.br/search?updated-min=2013-01-01T00:00:00-08:00&updated-max=2014-01-01T00:00:00-08:00&max-results=2> (Acesso em: 30/01/17).

professor da referida instituição de ensino. A parceria das instituições possibilita alguns apoios como, por exemplo, disponibilidade de salas para reuniões no anexo do Museu da República e ônibus da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) para Encontro em localidades mais distantes, já que é uma rede com relativa abrangência estadual, como será explicitado adiante, que não dispõe de fonte de recursos.

Mesmo que não se trate de uma rede tutelada pelo poder público, é importante que fique claro o modo como esse movimento se deu, porque sua rearticulação, em 2013, parte de um contexto institucional, através do Programa Pontos de Memória (IBRAM). Explico: a ideia da formação da *Rede* surge a partir de conversas entre duas consultoras do Programa Pontos de Memória e um servidor do Ibram, no referido ano. São eles, a historiadora Inês Gouveia, principal articuladora da *Rede* desde 2013, – também entrevistada por mim – a jornalista Sara Schuabb e o antropólogo Felipe Evangelista, que na época trabalhava junto ao referido Programa.

A perspectiva de Inês Gouveia, minha principal interlocutora na *Rede* desde o início da pesquisa, dentro do Programa naquele momento tinha o “desafio de trabalhar as ações do programa no estado do Rio”⁵⁷. Segundo ela, que era responsável pelas ações no estado, essas conversas se estendem a Mario Chagas e à Lucienne Figueiredo, citada acima, ambos participantes da *Rede*, atualmente.

Algumas reuniões são feitas entre essas cinco pessoas, que por questões profissionais e acadêmicas ligadas à museologia, se conheciam, e surge a ideia de retomada do movimento iniciado em 2007, com grupos em que já tinham interlocução, seja por conta do Programa Pontos de Memória, seja pelo trabalho que a Superintendência estadual de Museus (RJ) já vinha realizando, que será citado no próximo capítulo.

E então,

(...) a gente pensou em retomar a iniciativa que já tinha rolado em 2008, de reuniões, a perspectiva de uma rede mesmo. Então a gente pensou em chamar os grupos e fazer uma grande reunião e a partir daí perguntar mesmo: e aí gente, vocês acham que atende a expectativa daquilo que a gente precisa e daquilo que vocês estão precisando desenvolver nos seus grupos, formar uma rede? Tendo em conta não só os nossos trabalhos, mas esses cenários de políticas culturais que se instalam? (Entrevista com Inês Gouveia, 2016).

⁵⁷ Trecho dito em entrevista realizada no Museu de Arqueologia de Itaipu, localizado na Praça de Itaipu, s/n, Itaipu, Niterói, no dia 23/05/16.

De acordo com a Inês, a experiência junto aos grupos mostrava que este poderia ser um caminho interessante ao invés de se pensar em um conjunto de ações isoladas.

Também foram realizados contatos com a Secretaria de Cultura do município do Rio de Janeiro e do estado, e com o Fórum dos Pontos de Cultura, que diz respeito aos encontros dos Pontos de Cultura ⁵⁸, para estabelecer parcerias. Só então, foi feito “o chamado”, conforme fragmento acima, para a primeira reunião de formação da *Rede*, em que foram discutidas pautas comuns aos grupos, pactuando objetivos e um planejamento em comum.

Lucienne Figueiredo atribui à formação da *Rede*, a maturidade dos grupos. Ela diz ainda como vê sua participação na *Rede* e o que ela atribui como papel do poder público.

A gente já tinha muita coisa acontecendo, mas assim, um belo momento isso deu um clique, eu acho que foi um amadurecimento mesmo, que na verdade as iniciativas já estavam maduras aqui no Rio. Elas só faltavam realmente se organizar. E aí, enquanto poder público, enquanto funcionária da secretaria, eu achei importante participar para entender a demanda deles, entendeu? Porque se não fica aquela coisa muito externa. Então eu digo assim, eu costumo dizer que a minha voz não precisa, não tem que ser a voz ativa, eu estou ali para olhar, para colaborar, para entender a demanda para trazer para o poder público aquilo que realmente é a necessidade, e não ficar dizendo o que é que eu acho bom para lá. Então, eu sou mais assim, eu me sinto mais expectadora. Não que eu não participe, mas eu vejo a minha participação enquanto Sistema [estadual de Museus – SIM/RJ] nesse sentido. (...) A Secretaria [estadual de Cultura do RJ] vai fazer o que a Rede, o que as instituições acharem que é importante fazer. Eu acho que esse tem que ser o papel do Sistema nesse sentido da Rede, entendeu? ⁵⁹

Apesar de Mario Chagas mencionar como quase certa a presença da Inês Gouveia nos encontros de 2007, esta relata não ter participado destes encontros. A atribuição desta presença, que de fato não aconteceu naquele momento, pode ser explicada devido à sua forte presença na *Rede* atual. Sobre isso, Chagas enfatiza:

⁵⁸ Referem-se a iniciativas culturais mobilizadas por grupos da sociedade civil, que passam a ser reconhecidas e chanceladas como Pontos de Cultura a partir do edital de seleção de 2004 do Ministério da Cultura, recebendo recurso financeiro determinado pelo edital. Ver: TURINO, Célio. *Ponto de cultura: o Brasil de baixo para cima*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2010 (2ª ed.). Disponível em: <http://ibercultura Viva.org/wp-content/uploads/2016/02/C%C3%A9lioTurino-04-A1-Final-Baixa.pdf> (Acesso em: 17/03/17). Ver também: <http://cultura Viva.gov.br/sobre-a-rede-cultura-viva/> (Acesso em: 30/01/17).

⁵⁹ Entrevista realizada em 09/01/17, na Secretaria Estadual de Cultura do Rio de Janeiro, que abarca a Superintendência Estadual de Museus, localizada na Rua da Quitanda, 86, 8º andar, Centro.

Eu acho que a Inês chegou a estar presente em uma ou outra reunião. Mas, uma das primeiras coisas que eu comentei com eles que me procuravam, eu dizia: olha, eu não posso ser coordenador de nada, e nem quero coordenar nada. A ideia é que a gente tenha um núcleo articulador, um núcleo forte e tal, e desde o início a Inês veio, isso aqui, isso está garantido, nós vamos ter o núcleo articulador e de verdade foi assim desde o início. Então ainda que a Inês tenha um trabalho muito forte e especial dentro disso tudo, também nunca foi um trabalho que ficou só nas mãos dela, sempre tem pessoas como você, como outros que estão ali juntos dando força, apoiando o grupo e tal (Entrevista com Mario Chagas, 2016).

Inês se desliga do Programa Pontos de Memória em meados do ano seguinte, ou seja, em 2014. A articulação em rede continua independentemente disso, ainda que inicialmente o contexto possa ter sugerido a vinculação, embora na entrevista ela tenha afirmado deixar claro para a *Rede* que falava a partir do IBRAM, e não em nome do instituto, já que o contrato de consultoria é temporário e, portanto, pontual em suas funções. De qualquer maneira, o referido órgão tinha como objetivo também estimular a formação das redes tal como já acontecia naquela época com os Pontos de Cultura, que se organizavam em rede, regional e nacionalmente.

Assim, a intenção com a criação da *Rede de Museologia Social do RJ* pode ser sintetizada no trecho abaixo, retirado de seu perfil do facebook em 2015:

Ela tem como objetivo promover a conexão e a troca de experiências entre comunidades populares, movimentos sociais e instituições que atuam no campo da memória, patrimônio e cultura. Surge com o intuito de potencializar a memória como fator de inclusão e transformação social, integrando e dando voz às diversas iniciativas e narrativas históricas que compõem o Rio de Janeiro.⁶⁰

Dessa forma, a *Rede de Museologia Social do RJ* passa a realizar Encontros bimestrais para debater diversas questões relacionadas à museologia social e à consolidação de políticas neste campo. Os Encontros são itinerantes, possibilitando que os espaços pertencentes à rede se conheçam, apresentem suas ações e dialoguem, além de confirmar uma perspectiva importante para a *Rede* de descentralização política, econômica e geográfica. Sua formação e articulação já indicam o fortalecimento dessas iniciativas, imprescindíveis para a consolidação de uma política de direito à memória das comunidades.

Porém, apesar de se pretender estadual e, de fato, ter representantes de outras regiões do estado em muitos Encontros, sua abrangência estadual ainda é limitada. Até então, o único Encontro realizado fora da cidade do Rio de Janeiro e de sua região

⁶⁰ Ver: <https://www.facebook.com/groups/212231862288591/> (Acesso em: 15/05/15).

metropolitana ⁶¹ aconteceu no segundo Encontro da *Rede*, em Bom Jardim (região serrana), no Ponto de Cultura e Ecomuseu Rural, na ocasião da Teia da Memória, que se refere ao Encontro estadual dos Pontos de Memória e iniciativas afins, em dezembro de 2013, em que foi deliberado sobre a periodicidade e itinerância dos Encontros. Em agosto de 2014, foi realizado Encontro em Cachoeiras de Macacu, que também será citado adiante, mas estou considerando que este município é parte da região metropolitana desde 2013, segundo nota. Ainda que a importância da descentralização geográfica apareça nas reuniões e Encontros da *Rede* desde sua criação, essa é uma questão em aberto, ou seja, não há uma solução definida.

Acredito ser fundamental colocar essa questão em contraponto ao que é observado na logomarca (abaixo) ⁶² usada pela *Rede*, já que esta faz menção às conexões diversas, localizadas em diferentes pontos do estado. Mesmo entendendo que a descentralização geográfica é um objetivo importante para a *Rede*, e que a referida logo trate, portanto, disso, não é algo que venha sendo realizado, principalmente pela falta de recursos financeiros, que gera dificuldade de locomoção pelo estado, além da falta de articulação em torno desta questão, já que existem alguns apoios nesta direção, anteriormente mencionados.

⁶¹ A **Região Metropolitana do Rio de Janeiro**, também conhecida como **Grande Rio** foi instituída pela **Lei Complementar nº 20**, de **1º de julho de 1974**, após a fusão dos antigos **estados do Rio de Janeiro** e da **Guanabara**, unindo as então regiões metropolitanas do Grande Rio Fluminense e da **Grande Niterói**. Com 12 330 186 habitantes em 2016 é a segunda maior área metropolitana do **Brasil**, terceira da **América do Sul** e 20ª maior do **mundo** (**Censo 2010**). O termo **Grande Rio** refere-se à extensão da **capital fluminense** a seus **municípios** vizinhos, uma **mancha urbana contínua**. Seus limites sofreram alterações, em **anos** posteriores, com a exclusão dos **municípios** de **Petrópolis** e **São José do Vale do Rio Preto** (1993), **Itaguaí** e **Mangaratiba** (julho de 2002) e **Maricá** (outubro de 2001), que também faziam parte da Região Metropolitana, conforme a primeira legislação. Itaguaí e Maricá foram novamente incluídas no Grande Rio em outubro de 2009. Em dezembro de 2013, os municípios de **Rio Bonito** e **Cachoeiras de Macacu** foram incorporados à Região Metropolitana, devido à localização do **COMPERJ**, sediado no norte de Itaboraí, próximo aos limites com as duas cidades. Com a inclusão, o número de municípios passou para 21, são eles: **Rio de Janeiro**, **São Gonçalo**, **Duque de Caxias**, **Nova Iguaçu**, **Niterói**, **São João de Meriti**, **Belford Roxo**, **Magé**, **Itaboraí**, **Mesquita**, **Nilópolis**, **Maricá**, **Itaguaí**, **Queimados**, **Japeri**, **Seropédica**, **Rio Bonito**, **Guapimirim**, **Cachoeiras de Macacu**, **Paracambi**, **Tanguá**. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o_Metropolitana_do_Rio_de_Janeiro (Acesso em 31/01/17).

⁶² Criada por Alessandra Gama em 2014, articuladora da Rede SP de Memória e Museologia Social . Ver: <https://www.facebook.com/groups/museologiasociaispp/?fref=ts>, <https://redesp museologiasocial.wordpress.com/> (Acesso em: 31/01/17).

Rede de Museologia Social
do Rio de Janeiro



Por ser uma rede aberta a participação de qualquer interessado, é difícil mensurar seu número de participantes, já que a frequência pode durar um período e depois não ser mais contínua, ou ainda, não existir mais. Com essa questão – muitas vezes colocadas em discussão pelas pessoas que participam com mais frequência dos Encontros: quem é a *Rede*? – também esta é uma pergunta colocada nas minhas entrevistas –, coloca-se outra: o que seria necessário para ser considerado membro da *Rede*? Apesar dessas discussões aparecerem algumas vezes, não são questões definidas pelos participantes.

No início do meu trabalho de campo, a partir de meados de 2014, que consistia inicialmente apenas em acompanhar os Encontros, houve a mobilização para a estruturação de um documento interno através da formação de um grupo de trabalho, pautando esse assunto. A ideia era que esse grupo levasse a minuta do documento nas reuniões subsequentes, com o intuito de que fosse discutida, modificada se necessário e aprovada pelo restante dos participantes presentes. Mas ainda que o grupo tenha sido criado e tenha se iniciado discussões nesta direção, esse movimento não teve continuidade, portanto, a *Rede* não possui um estatuto ou documento interno que, de alguma maneira, regulamente tais questões.

Capítulo 2 – A Rede de Museologia Social do RJ

Neste capítulo será tratada a trajetória da *Rede de Museologia Social do RJ*, criada em 2013. Mencionei os locais e as datas de todos os seus Encontros realizados bimestralmente e reuniões importantes no âmbito do GT de Articulação, criado com a função de rearticular a *Rede*, desmobilizada no início de 2015. Analiso as quatro instâncias estruturantes da mesma, a saber: o GT de Articulação, o GT Operacional, as “presenças de referência” e a *Rede* virtual.

Com o intuito de aprofundar o modo como a *Rede* opera, ou seja, sua dinâmica, analiso mais detidamente alguns dos referidos Encontros e reuniões. Menciono ainda alguns Encontros externos da *Rede*, participações ocorridas em seminários, congressos e eventos afins, que tratam das temáticas relacionadas à museologia social, à memória e às políticas culturais no país. Entendendo, então, que a *Rede* se anuncia através de narrativas produzidas em Encontros presenciais busco também sua expressão virtual, baseada na comunicação que acontece via internet, através de grupos de e-mails e redes sociais.

Por fim, no último tópico do capítulo, apresento os 12 participantes da *Rede* que entrevistei, mencionando suas trajetórias e sua posição na *Remus* à ocasião da pesquisa, produtos e produtores desses debates. Para que a visualização destes agentes seja sistematizada, facilitando a leitura, segue a tabela abaixo:

ENTREVISTADO	VINCULAÇÃO CONFORME ROTEIRO DE ENTREVISTA	IDADE	ONDE NASCEU/ ONDE MORA ATUALMENTE
Rondelly Cavulla	pesquisadora	30	São Gonçalo/ Niterói
Inês Gouveia	pesquisadora	35	Itaboraí/ Niterói
Mirela Araujo	pesquisadora	35	Caçapava/ Niterói
Nathália Lardosa	pesquisadora	25	Rio de Janeiro (Botafogo)/ Rio de Janeiro (Botafogo)
Antônio Carlos	Museu Sankofa Memória e	50	Miguel Pereira/ Rio

Firmino	História da Rocinha		de Janeiro (favela da Rocinha)
Emerson de Souza	Museu do Horto Florestal	41	Rio de Janeiro (Horto Florestal)/ Rio de Janeiro (Horto Florestal)
Aurelina Cruz (Leu)	Museu Vivo do São Bento	52	Duque de Caxias/ Duque de Caxias
Marjorie Botelho	Ponto de Cultura e Ecomuseu Rural	45	Rio de Janeiro/ Bom Jardim
Cláudia Rose Ribeiro	Museu da Maré	50	Rio de Janeiro (favela da Maré)/ Ilha do Governador
Mario Chagas	pesquisador	60	Rio de Janeiro (Cavalcanti)/ Rio de Janeiro (Flamengo)
Lucienne Figueiredo	pesquisadora	57	Rio de Janeiro/ Rio de Janeiro (Botafogo)
Sidney Silva	MUF – Museu de Favela	45	Rio de Janeiro (favela do Cantagalo)/ Rio de Janeiro (favela do Cantagalo)

É através da análise desses percursos e as relações que estes configuram que será possível entender a *Rede de Museologia Social do RJ* como portadora de hierarquias não formalizadas, à medida que há formas diversas de enunciação no grupo. Dessa maneira, mesmo que as instâncias estruturantes apresentadas não possam ser compreendidas de forma fixa, elas possibilitam autoridade e formas de participação diferentes a cada agente que será apresentado.

2.1. Como atua? Encontros e Narrativas da Rede

Antes de mencionar mais especificamente os Encontros e as narrativas da *Rede de Museologia Social do RJ*, apresento brevemente sua dinâmica de atuação: os locais dos Encontros são sugeridos pelos representantes dos grupos, aqueles com mais interesse ou com disponibilidade para participarem da *Rede* – em geral há um representante que acompanha as discussões –, a partir de convite dos próprios participantes para receber os Encontros em seus museus e iniciativas de memória. Por vezes, há sugestão de espaços que se queira conhecer. Normalmente, após a visita e apresentação das iniciativas, os participantes se reúnem em círculo para suas apresentações e discussão da pauta da reunião (políticas públicas de cultura, visibilidade e viabilidade dos museus etc), definida na troca de e-mails, seguida também de informes e avisos referentes às temáticas da *Rede* e seus grupos, e pactuação do próximo Encontro.

Os Encontros de trocas de saberes e fazeres são bimestrais e no geral ocorrem no primeiro sábado do mês – ainda que aconteçam em espaços menores de tempo, reuniões de organização do próximo Encontro e do GT de Articulação. Apesar da duração de cada Encontro variar, a maioria ocorre durante o período da manhã, com lanches compartilhados, em que cada participante leva algo a ser dividido com o grupo, e/ou almoços brindados a cerveja e conversas descontraídas, pós-reunião.

Algumas ações da *Rede de Museologia Social* são apontadas no trecho abaixo:

A Rede concretamente já facilitou o intercâmbio de saberes e o desenvolvimento de iniciativas embrionárias, já se abriu para o diálogo com outras redes, dentro e fora do campo museal e ocasionou a construção de projetos que unem atores de diferentes lugares e iniciativas. Vale destacar que parte significativa de sua atuação também diz respeito às políticas públicas de cultura. Um exemplo disso é o diálogo constante com o Fórum de Pontos de Cultura do Estado do Rio (que é a rede estadual dos pontos de cultura) (...) (JANUÁRIO e SILVA, 2014, p. 417).

A *Rede* vem participando desde 2013 de Encontros externos, através de seminários e congressos relacionados ao tema dos museus e da museologia social.⁶³

⁶³ A *Rede de Museologia Social* participou, através de alguns representantes, da Teia Nacional da Diversidade, que foi o Encontro Nacional dos Pontos de Cultura em maio de 2014, em Natal (RN); e da Teia da Memória, que integra a programação do Fórum Nacional de Museus (que acontece desde 2004, a cada dois anos, com o objetivo de “refletir, avaliar e delinear diretrizes para a Política Nacional de Museus – PNM – e consolidar as bases para a implantação de um modelo de gestão integrada dos museus brasileiros, representado pelo Sistema Brasileiro de Museus”. Disponível em:

Realiza também Encontros internos, chamados de Encontros bimestrais, que são organizados e pautados de acordo com os interesses da *Rede de Museologia Social do RJ*, de forma geral. Ainda no âmbito dos Encontros internos, apresentarei adiante duas importantes reuniões que aconteceram a partir do GT de Articulação.

Ambos os Encontros mencionados – externos e internos – serão considerados por mim na pesquisa como intercâmbios, no sentido de troca de informações, conhecimento e experiências, e espaços políticos para a construção de alianças. Externamente, possibilitam a visibilidade da *Rede* e dos grupos que a compõem, além da atuação junto às discussões relativas ao fortalecimento de políticas públicas para o setor. Aqui, mais uma vez é importante ressaltar que, o fortalecimento dessas políticas em torno da museologia social, se faz, principalmente, com o apoio de agentes específicos atuantes no campo museológico que fazem parte da *Rede*. Internamente, afirmam a importância da museologia social enquanto projeto e prática social. Nesses Encontros, além de serem valorizados os saberes e fazeres de uma comunidade específica, seus patrimônios materiais e imateriais, são colocadas as dificuldades da iniciativa, principalmente em se manter, bem como as formas encontradas de resistir. Na verdade, o existir no contexto da museologia social já é por si só, na perspectiva dos participantes, resistir.

Dessa forma, ambos os intercâmbios aqui considerados partem de uma perspectiva política. É fundamental informar que não será possível descrever todos esses Encontros em sua amplitude. Mesmo assim, acredito ser importante, como registro memorial, citar alguns dos Encontros externos e mencionar todos os Encontros

<http://fnm.museus.gov.br/noticias/retrospectiva-forum-nacional-de-museus-completa-10-anos-em-2014/> - Acesso em: 17/03/17), realizado em novembro de 2014 em Belém do Pará.

Ainda em 2014, participou da mesa redonda “Redes e Sistemas Articulados: gerando conexões”, com programação disponível em: <http://www.museusdoestado.rj.gov.br/noticias/3o-forum-estadual-de-museus-3/> (Acesso em: 17/03/17), no 3º Fórum Estadual de Museus no Rio de Janeiro, realizado pela Secretaria de Estado de Cultura – SEC, através da Superintendência de Museus e do Sistema Estadual de Museus – SIM-RJ –, primeiro Encontro externo em que estive presente, ainda sem saber que a *Rede* seria meu objeto de estudo no mestrado.

Em setembro de 2015, participou de um evento da Primavera de Museus (Ver: <http://www.museus.gov.br/tag/9a-primavera-dos-museus/> - Acesso em: 17/03/17), em Pedra de Guaratiba, a convite do coletivo Mulheres de Pedra, – espaço conhecido a partir de visita de integrantes da *Rede* em iniciativas na zona oeste do RJ; ainda em setembro de 2015, foi convidada a participar do I Encontro de Redes, evento realizado pela Superintendência estadual de Museus e pela Secretaria estadual de Cultura do Rio de Janeiro, em que estive presente, e que será analisado no capítulo 3 desta dissertação. Em outubro, participou do V Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários na UFJF, em Juiz de Fora (Ver: <http://www.ufjf.br/lapa/2015/10/09/encontro-internacional-de-ecomuseus-e-museus-comunitarios/> - Acesso em: 17/03/17) –, evento em que também estive presente. Em agosto de 2016, esteve no encontro do MINOM, realizado em Nazaré, Rondônia (Ver: <http://www.minom-icom.net/2016-17th-international-conference-minom-icom-nazare-rondonia-brasil> - Acesso em: 17/03/17).

bimestrais realizados até hoje, desde outubro de 2013, além de algumas reuniões importantes no âmbito do GT de Articulação.

Assim, nestas circunstâncias, falarei da *Rede* com “características personificadas para facilitar a comunicação”, conforme anteriormente mencionado, mesmo entendendo que esta não é a melhor forma de se tratar as redes. Digo isso para justificar a menção à *Rede de Museologia Social*, nestes casos, sem informar os integrantes presentes, ainda que sigam anexadas ao final desse trabalho, as atas e listas de presença citadas.

Porém, para que se tenha noção aprofundada dos Encontros internos, descreverei de forma mais detida o Encontro realizado na Zona Oeste do Rio de Janeiro em 2015, no qual foram visitados quatro espaços culturais, não em caráter bimestral, como será visto, mas a partir do contexto do GT de Articulação. Também apresentarei o Encontro realizado em Cachoeira de Macacu, em 2014, e o Encontro realizado no Centro Cultural Cartola, hoje Museu do Samba, em 2015.

Nesses três exemplos citados, eu estava presente, por isso, são narrativas minhas realizadas a partir do “caderno de campo”, ferramenta metodológica utilizada em praticamente todos os Encontros, mesmo que apoiada também em atas e listas de presença, não elaboradas por mim.

O processo de retomada da *Rede de Museologia Social* com o primeiro Encontro, em outubro de 2013, inspirou-se na Rede Cearense de Museus Comunitários⁶⁴, devido a sua experiência pioneira na área. Declaradamente, a *Rede* estimulou o surgimento da Rede SP de Memória e Museologia Social⁶⁵, criada em 2014, após a visita de agentes de São Paulo mobilizados pelo assunto no Encontro da *Rede* do Rio de Janeiro.

Seguem abaixo, os locais e as datas dos Encontros bimestrais, e em seguida comentários pertinentes ao tema.

⁶⁴ Ver: <https://museuscomunitarios.wordpress.com/> (Acesso em: 02/06/16).

⁶⁵ Ver: <https://redespmuseologiasocial.wordpress.com/> (Acesso em: 02/06/16).

2013:

- **Local:** Museu da República ⁶⁶. **Data:** 23 de outubro de 2013.
- **Local:** Museu da República. **Data:** 18 de novembro de 2013.
- **Local:** Ponto de Cultura e Ecomuseu Rural de Barra Alegre ⁶⁷, dentro da Teia Rural, que foi o encontro dos Pontos de Cultura do estado do Rio de Janeiro, entre 05 e 08 de dezembro. **Endereço:** Sítio córrego de Santo Antônio s/n, distrito rural de Bom Jardim, região serrana do RJ. **Data:** 06 de dezembro de 2013.

2014:

- **Local:** Museu da Maré. **Endereço:** Av. Guilherme Maxwell, 26, Maré, Rio de Janeiro. **Data:** 18 de janeiro de 2014.
- **Local:** Associação Roda Viva. **Endereço:** Estrada da Independência, s/n, Chácara do Céu, Tijuca, RJ. **Data:** 01 de fevereiro de 2014.
- **Local:** Museu Vivo de São Bento. **Endereço:** Rua Benjamin da Rocha Junior, s/n, São Bento, Duque de Caxias, RJ. **Data:** 05 de abril de 2014.
- **Local:** Museu da Maré ⁶⁸. **Data:** 07 de junho de 2014.
- **Local:** Cachoeiras de Macacu ⁶⁹. **Data:** 02 de agosto de 2014.
- **Local:** Ecomuseu Nega Vilma. **Endereço:** Rua da tranquilidade, no. 3, casa 02 Alto da comunidade do Santa Marta, Rio de Janeiro. **Data:** 13 de dezembro de 2014.

2015:

- **Local:** Zona Oeste ⁷⁰. **Data:** 24 de junho de 2015.
- **Local:** Centro Cultural Cartola (Museu do Samba). **Endereço:** Rua Visconde de Niterói, 1296, Mangueira, RJ. **Data:** 27 de junho de 2015.
- **Local:** Instituto Pretos Novos. **Endereço:** Rua Pedro Ernesto, 32/34 - Gambôa, Rio de Janeiro. **Data:** 21 de agosto de 2015.
- **Local:** Museu Vivo de São Bento, na ocasião da festa de 10 anos do museu, encerramento das atividades do ano e prestação de contas à comunidade. **Data:** 05 de dezembro de 2015.

⁶⁶ O referido museu já teve seu endereço divulgado neste trabalho, por isso não o menciono aqui.

⁶⁷ Consta na ata da reunião que esta aconteceu no Colégio Estadual José Muniz da Costa, em São Pedro da Serra, Nova Friburgo, porém opto por manter a menção ao Ponto de Cultura e Ecomuseu Rural devido à Teia ter se realizado majoritariamente lá.

⁶⁸ Esse encontro seria realizado no Ecomuseu de Santa Cruz, mas este teve problema com falta de água.

⁶⁹ Foram visitados espaços relativos ao Sagrado, dentre eles: Ilê Asé Omin (Rua Indiana, 606, Sítio Taquari, Boca do Mato, Cachoeira de Macacu) e Tenda Espírita Nossa Senhora da Piedade (Rua José Ribamar Pereira Ramos, 271 - Loteamento Colina do Conde - Boca do Mato, Cachoeiras de Macacu).

⁷⁰ Os nomes dos espaços serão citados na narrativa do encontro, da mesma forma que seus respectivos endereços.

2016:

- **Local:** Sala Multimídia do Museu da República, na ocasião da reunião expandida do GT de Articulação, para aprovação dos planos de trabalho das emendas parlamentares. **Data:** 06 de abril de 2016.
- **Local:** Museu Sankofa Memória e História da Rocinha. **Endereço:** Estrada da Gávea, 250, entrada da rua 1, Rocinha, RJ. **Data:** 02 de julho de 2016.
- **Local:** Museu da República, na ocasião da reunião expandida do GT de Articulação, para falar sobre o Edital da Rede de Museologia Social do RJ. **Data:** 09 de novembro de 2016.

Conforme pode ser observado nas atas e relatorias escritas por diferentes pessoas que participaram dos referidos Encontros ⁷¹, as cinco primeiras reuniões da *Rede* ocorreram mensalmente, com o objetivo, tanto de pactuar sua criação, quanto de dar continuidade à sua estruturação. Nesses primeiros Encontros, um segundo aspecto que aparece como fundamental, se refere à Lei Cultura Viva ⁷² (Lei nº 13.018), sancionada pela então presidenta da República Dilma Rousseff, em 22 de julho de 2014, “que transformou a sua ação estruturante mais conhecida, os Pontos de Cultura, na Política Nacional de Cultura Viva - simplificando e desburocratizando os processos de prestação de contas e o repasse de recursos para as organizações da sociedade civil” ⁷³. A Lei 13.018, que tramitava no Congresso Nacional há três anos, é fundamental porque:

os Pontos de Cultura passaram a ser não apenas uma ação estruturante de um programa de governo, mas uma política de Estado. Ou seja, a lei garante a permanência e a continuidade desta política baseada no protagonismo da sociedade civil, que reconhece as práticas, saberes, modos de fazer e manifestações culturais das comunidades, independentemente do viés ideológico dos governos que estejam no poder ⁷⁴.

⁷¹ Das atas pesquisadas, apenas na relatoria do dia 06/12/13, na Teia Rural, terceira reunião da *Rede* que é mencionado nome das relatorias.

⁷² “A Lei Cultura Viva foi o resultado de um intenso processo de escuta e participação social, que envolveu os Pontos de Cultura, parlamentares, gestores estaduais e municipais, universidades e órgãos de controle. Foram propostos dois novos instrumentos de gestão da política, uma reivindicação histórica dos Pontos: a autodeclaração dos Pontos de Cultura, por meio do Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, e o Termo de Compromisso Cultural (TCC). A autodeclaração dos Pontos vai permitir o reconhecimento, o mapeamento e a certificação de entidades e coletivos culturais que queiram se tornar Pontos de Cultura. Já o TCC será um novo instrumento de parceria entre a Administração Pública e os Pontos que receberão recursos, mais simplificado e adequado à realidade dos agentes culturais”. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/cultura-viva1> (Acesso em: 07/02/17).

⁷³ Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/cultura-viva1> (Acesso em: 07/02/17).

⁷⁴ Disponível em: http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xlR9iTn/content/id/1317392 (Acesso em: 07/02/17).

Importava que a referida Lei contemplasse, de forma explícita em sua redação, as iniciativas de memória, através dos Pontos de Memória, dos ecomuseus, museus comunitários e afins, ou seja, dos movimentos relativos à museologia social – da mesma maneira que vinha sendo realizado com as políticas brasileiras de cultura no início dos anos 2000, com a criação do Plano Nacional de Museus, do IBRAM e do Programa Pontos de Memória, já mencionados neste trabalho.

Um terceiro aspecto que importa destacar se refere ao Museu da República, um grande museu nacional, aparecer como articulador desses Encontros, principalmente para que se pudesse contar com a presença do museólogo Mario Chagas, que trabalha no referido museu e devido a este se localizar em região central da cidade, facilitando o acesso da maioria.

Na primeira reunião, realizada no Museu da República em 23 de outubro de 2013, estavam presentes 36 pessoas, de acordo com o blog já citado Rede Museus, Memória e Movimentos Sociais. Segundo o blog, o objetivo dessa primeira reunião foi: “(...) discutir a formação e movimentação de uma rede, como meio de fortalecer, de forma autônoma e horizontal, o conjunto de experiências de museologia social que se encontra em diferentes estágios de desenvolvimento”⁷⁵. Faz-se necessário reproduzir aqui algumas falas citadas no blog que considere mais expressivas no que tange à importância desta ocasião.

A reunião foi aberta por Mario Chagas, que agradeceu ao Museu da República “(...) por ter cedido o espaço para o encontro, apontando a disponibilidade do local para novas reuniões da rede”. O apoio deste museu aparece então como fundamental, dando legitimidade à proposta. O museólogo enfatizou ainda que “várias ações vêm acontecendo entre as iniciativas da cidade e do estado e reconheceu a importância dessas experiências se articularem com alguma sistemática, de modo que favoreça o intercâmbio, a qualificação e as ações em bloco”. Essa ideia era fundamental para garantir a visibilidade destes atores sociais, o acesso a recursos e a força política nas ações reivindicatórias.

Em seguida, Marjorie Botelho, do Ponto de Cultura e Ecomuseu Rural, enfatizou a necessidade das políticas de cultura para as comunidades rurais e a importância do acesso a equipamentos culturais nessas localidades. Sidney Tartaruga, do Museu de

⁷⁵ Disponível em: <http://redemuseumemoriaemovimentossociais.blogspot.com.br/search?updated-min=2013-01-01T00:00:00-08:00&updated-max=2014-01-01T00:00:00-08:00&max-results=2> (Acesso em: 30/01/17).

Favela, ressaltou a ideia que “independentemente do Estado, todos os presentes acreditam em seus trabalhos. Lembrou que a Maré puxou esse movimento no Rio, então veio o Museu do Horto e o Sankofa, cada um com suas diferenças e talentos”. Ele sublinhou também a importância de se fortalecer a *Rede*, dizendo: “atuamos com os Pontos de Memória em âmbito nacional. Mandamos cartas para o Ibram. Queremos o apoio do Estado pela excelência do nosso trabalho”. Ressaltou ainda a política de editais com tempo determinado, que não viabiliza a continuidade dos trabalhos dessas iniciativas, “vamos botar o bloco na rua. A gente quer transformação...”.

Cláudia Rose, do Museu da Maré, sugeriu que a *Rede* mapeasse as experiências e a oferta de oficinas, “de modo que haja cooperação de saberes”, ressaltando a importância de diagnósticos prévios por parte da *Rede* para a fundamentação de demandas aos órgãos públicos. Ricardo, do Ecomuseu da Ilha Grande, expôs sobre a dificuldade de comunicação e de acesso à internet na Ilha: “Vamos nos integrar a essa rede e chamar os moradores da ilha para participar. Essa conexão nos interessa demais.”

A necessidade de que esses Encontros acontecessem de forma descentralizada também foi apontada como uma estratégia fundamental para que fossem agregados diferentes segmentos de iniciativas do Estado, bem como as pessoas interessadas da comunidade.

Inês Gouveia, doutoranda na UNIRIO, atenta à importância da *Rede*, propôs também “que esse núcleo operacional seja sempre alterado, de acordo com as pautas estabelecidas pelo coletivo. Retomou a importância de construirmos uma sistemática e fluxo de comunicação como meio de garantir que os que não puderem participar de uma reunião, acompanhem o rumo dos debates e compareçam à reunião seguinte”⁷⁶, afirmando a possibilidade de uma eventual distribuição das oportunidades de poder.

Destaca-se deste Encontro ideias fundamentais na definição da agenda da *Rede*, que se referem aos apoios institucionais, a descentralização geográfica, importando os equipamentos rurais, a crítica à política dos editais, a necessidade de diagnóstico dessas experiências. Na verdade, há uma recorrência desses temas ao longo dos Encontros da *Rede de Museologia Social do RJ*.

Na segunda reunião, que contou com a presença de 23 participantes, em 18 de novembro de 2013, também ficou acordado que a missão da *Rede de Museologia Social*

⁷⁶ Disponível em: <http://redemuseumemoriaemovimentossociais.blogspot.com.br/search?updated-min=2013-01-01T00:00:00-08:00&updated-max=2014-01-01T00:00:00-08:00&max-results=2> (Acesso em: 30/01/17).

seria definida na reunião seguinte, na Teia Rural, realizada em Lumiar, São Pedro da Serra e Bom Jardim. Segundo ata da reunião, outra questão abordada foi acerca da rotatividade dos encontros, tema que também aparece na primeira reunião, em que se entendia que para que a *Rede* tivesse abrangência estadual, seria preciso contemplar as diferentes regiões do estado, sendo o Ecomuseu da Ilha Grande, na Costa Verde, considerado como possibilidade de visita. Esse encontro não aconteceu. Também consta na ata, que se seguiu “breve digressão sobre o conceito de ecomuseu, conduzida por Mario Chagas”. Um integrante do Museu Vivo do São Bento acrescentou comentário sobre a experiência vivida lá, “um espaço vivo, permeado por conflitos internos e com outros ocupantes do território”.

O terceiro Encontro, realizado na Teia estadual da Memória, na região serrana do RJ, no dia 06/12/13, em que estiveram presentes 18 participantes, consta como pauta a Missão da *Rede de Museologia Social*, na relatoria: “a partir da leitura de cartas de outras redes de museologia social e de outros documentos de referência, foram sugeridos conteúdos-chaves para a elaboração da missão da rede. (...)”. Porém, ainda conforme a referida ata, como não houve tempo nesse Encontro para abordar todas as opiniões sobre esse tema, ficou combinado que posteriormente uma proposta seria apresentada ao grupo. Nesse Encontro foram elencados como prioritários os seguintes temas:

- Lei Cultura Viva e Pontões de Memória ⁷⁷
- Inventário Participativo ⁷⁸
- Institucionalização das iniciativas
- Marco Conceitual e Carta da Rede.

Um tema importante que é pactuado logo nesse início da *Rede* diz respeito às políticas públicas de cultura, como foi visto, principalmente no que se refere ao desenvolvimento do Programa Cultura Viva enquanto política de Estado. Era de suma importância, conforme referida relatoria que

as Redes de Pontos de Memória, Ecomusues, museus comunitários e demais iniciativas de memória e museologia social sejam reconhecidas e fomentadas em suas especificidades como Pontões de Memória, de modo que sejam

⁷⁷ O edital de Pontões está disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4838483/4125251/00.EDITALDESELECAODEPONTODESCULTURAREDECARIOCA.pdf> (Acesso em: 12/03/17).

⁷⁸ Ver capítulo 3.

asseguradas na Lei Cultura Viva, nas esferas federal, estaduais, distrital e municipais, participando de editais dessa modalidade.

Neste contexto, foram realizadas discussões sobre os textos dos projetos das leis municipal e estadual nas reuniões e Encontros da *Rede*, possibilitando a construção em conjunto das especificidades da museologia social que eram fundamentais de serem inseridas nos textos de ambas. Assim, foram realizadas reuniões entre integrantes da *Rede*, como Antônio Carlos Firmino, Inês Gouveia e Felipe Evangelista, e o deputado estadual Robson Leite, autor do projeto de lei Cultura Viva no estado do RJ ⁷⁹ datado de abril de 2012, e seus assessores, bem como com os assessores do vereador Renato Cinco, que compunha a Comissão de Direitos Humanos, da qual a PL municipal da Lei Cultura Viva ⁸⁰ passaria.

Em 2015, a Superintendência de Museus, vinculada à Secretaria de Cultura do estado do Rio de Janeiro, retomou essa discussão em relação à lei estadual e a *Rede de Museologia Social do RJ* novamente discutiu os apontamentos que deveriam constar no texto, elaborando esses acréscimos no texto da lei. As ênfases se deram principalmente na questão do patrimônio imaterial e da memória, que não estavam colocados de forma explícita.

Ainda sobre o terceiro Encontro, Inês Gouveia menciona em entrevista:

A Rede dos Pontos de Cultura é muito importante, no Rio ela é, ainda com todos os problemas, ela é uma rede muito articulada, e a gente sabe da interlocução evidente que existe entre as duas ações. Então como a gente tinha essa perspectiva de participar da Teia Estadual, a gente também queria organizar uma ida para lá e uma representação lá nesse encontro e aproximar também os grupos que a gente já conhecia e que estavam trabalhando na perspectiva da museologia social, dessa discussão de políticas culturais do Estado, porque nem todos estavam muito sintonizados com isso. Então acho que essa foi também uma boa ocasião (Entrevista com Inês Gouveia, 2016).

A partir de abril de 2014, os Encontros seguem de forma bimestral. Na reunião de junho de 2014, no Museu da Maré, primeira que participei, foram levantadas duas questões importantes, que apesar de não terem sido realizadas, serão mencionadas enquanto possibilidades de ação da *Rede*: 1. “Elaboração de uma chamada pública, que

⁷⁹ Disponível em:

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1115.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/aacb4dd83b677dbe832579de00439a1c?OpenDocument> (Acesso em: 12/03/17).

⁸⁰ Ver:

<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1316.nsf/0/03257ad1004cc81c03257a7600725afa?OpenDocument> (Acesso em: 12/03/17).

poderá certificar iniciativas com mérito cultural, um selo ou ainda, tendo em vista a impossibilidade de prêmios em dinheiro, realizar mutirões de apoio às instituições a partir das expertises e conhecimentos dos [seus] membros (...)”, conforme relato da reunião, e ainda: 2. “Realização de um curso teórico-prático sobre Museologia Social de modo que ao final, em uma iniciativa, possam ser concretizadas ações elaboradas teoricamente ao longo do curso (...). Foi sugerido e aceito pelo grupo que essa iniciativa poderá ser o Museu da Umbanda”⁸¹. O referido curso seria dividido em módulos. Um dos módulos referente ao Inventário Participativo foi realizado em novembro, quando aconteceu a oficina dedicada ao assunto, nos dias 8 e 9/11/14 em sala anexa ao Museu da República, ministrada por João Paulo Vieira, consultor do IBRAM na época em inventário participativo, coordenador do Projeto Historiando⁸² e membro da Rede Cearense de Museus Comunitários e da Rede Indígena de Memória e Museologia Social. Essa oficina foi realizada no contexto do Programa Pontos de Memória. Era aberta ao público e foi divulgada nas redes de compartilhamento pela internet. Dessa forma, ganha espaço na prática da *Rede*, a perspectiva de formação dos seus integrantes e interessados pelo tema.



Ministrando a oficina, João Paulo Vieira.
Foto: Acervo Remus-RJ

No dia 7 do referido mês, houve reunião no mesmo local, para discussão sobre a Comissão de Gestão Participativa Compartilhada (COGEPACO), junto ao Programa Pontos de Memória gestão essa pleiteada pelos Pontos de Memória desde a IV Teia da

⁸¹ Posteriormente o projeto passa a ser chamado de Território Sagrado de Boca do Mato, em Cachoeira de Macacu.

⁸² Ver: <https://projetohistoriando.wordpress.com/about/> (Acesso em: 12/03/17).

Memória, em 2014, realizada no 6º Fórum Nacional de Museus, em Belém do Pará – em que foi aprovada a minuta sobre o Conselho Participativo ⁸³. A referida Comissão foi organizada no 5º Fórum Nacional de Museus, em Petrópolis.



Marjorie Botelho falando sobre a COGEPACO junto ao Programa Pontos de Memória. Foto: Acervo Remus-RJ

É clara a importância de um Conselho Participativo dentro de um Programa de Política Pública e neste caso, além de um canal de diálogo direto, seria necessário discussões avaliativas com o IBRAM acerca do Programa Pontos de Memória, as dificuldades encontradas e suas possíveis soluções. Apesar do comprometimento do referido órgão com o Conselho de Gestão Participativa, posteriormente, o acordo não foi cumprido pelo IBRAM e as discussões não foram para frente.

Para Marjorie Botelho, conforme entrevista que realizei, não houve uma efetiva pressão dos representantes eleitos, indicados regionalmente na Teia da Memória realizada em Belém, em novembro de 2014. Sobre esse processo, ela menciona ainda: “acho que a gente disputou muito no dia e não se entendeu”. Ela entende que essa instância de representação deveria ter cobrado, mais efetivamente, reuniões com o Ibram, já que este, segundo ela, não seria o primeiro a chamar para o diálogo.

(...) mas o IBRAM até 2014 [antes da referida Teia] nunca tinha feito nenhum grande encontro, era sempre encontro com organizações convidadas, nunca tinha maioria, nunca tinha a rede ⁸⁴ como um todo. Nunca tinha, até porque também essa rede (...) não tinha solidez, depois da Teia de Belém também não se teve nenhuma grande articulação, muito pelo contrário, acho que a Teia de Belém diluiu aquilo que... o que havia sido construído,

⁸³ Ver: <http://fnm.museus.gov.br/noticias/iv-teia-da-memoria-encerra-com-aprovacao-de-minuta-sobre-conselho-participativo/> (Acesso em: 29/09/16).

⁸⁴ Está se referindo à rede dos Pontos de Memória, que diferente dos Pontos de Cultura (através do Fórum Nacional, formando a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura), não se reúne de forma sistemática.

entendeu? (...) Então a COGEPACO, a gente sempre fez essa defesa, da importância, não só da criação desse conselho gestor, mas também da garantia de um espaço subsidiado, garantido pelo Estado, de encontro dessas organizações. (...) A gente sai de uma articulação que era muito precária, de um diálogo com o IBRAM que era muito precário, que era feito por poucas organizações, num cenário de mudança de desenho metodológico do IBRAM, que sai de uma lógica com o PRONASCI [Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania] com dez⁸⁵ organizações, e aí entra numa premiação. (...) Até 2014, foram 100 iniciativas reconhecidas, vamos falar que nesse edital [de premiação] seja 120, então a gente sai de um cenário que essas organizações contempladas pelo IBRAM nunca tinham sido articuladas (...), não tinha essa maturação. A gente faz um encontro, para eleger um conselho gestor num cenário de inexistência de uma base sólida, do que é que era, do que é que é a rede? (Entrevista com Marjorie Botelho, 2016).

Conforme mencionado no capítulo 1 deste trabalho, o desenho metodológico do IBRAM para o Programa Pontos de Memória realizou inicialmente um projeto-piloto que escolheu 12 iniciativas de memória em comunidades “com alta vulnerabilidade social” no Brasil. Posteriormente, foram lançados editais de premiação, que já contemplaram quase 150 iniciativas pelo país. A modalidade de prêmio não exige a prestação de contas do recurso, importante ação das políticas de cultura voltadas para as classes populares, já que o nível de inadimplência dos projetos era muito alta, pelo grau de detalhes que a prestação de contas exigia.

Sobre as discussões na Teia da Memória, assunto pautado por Marjorie acima, Aurelina Cruz, do Museu Vivo do São Bento, menciona, em entrevista⁸⁶, “eu acho que a gente aprovou uma coisa absurda, uma comissão enorme, muita confusão de caráter deliberativo, tinha um monte de equívocos ali. Mas na hora da negociação entre nós, entre as regiões, entre as redes, né? Então a gente dançou (...). Mas não teve reunião nenhuma, não teve nada de lá para cá, nada”. E continua:

Eu acho que o IBRAM, o IBRAM não se empenhou nem um pouquinho para realizar e nem para chamar a gente. E depois a crise ampliou, a crise de gestão mesmo do Estado e aí é que o IBRAM mesmo perdeu a autonomia e aí era uma confusão com o Ministério (...), aí juntou muita coisa, entendeu? Muita coisa mesmo. E depois, nós não tivemos fôlego, fomos para lá para aquela batalha que foi lá em Belém, e de lá, depois a gente não teve fôlego para ir atrás, para ficar, para brigar, para fazer com que eles ouvissem, eles diziam que também não tinham dinheiro para bancar uma comissão daquela (Entrevista com Aurelina Cruz, 2016).

⁸⁵ Inicialmente foram nomeadas 12 iniciativas pelo Brasil.

⁸⁶ Entrevista realizada em restaurante no bairro do Catete, RJ, após reunião da *Rede*, no dia 09 de novembro de 2016.

Sidney Silva, do Museu de Favela, que também estava na referida Teia, ainda que eu não tenha perguntado sobre a COGEPACO para ele, menciona em entrevista, sobre o IBRAM: “O problema do IBRAM, ele cresceu, fez um inchaço muito grande da proposta, antes de terminar de formatar os 12 ⁸⁷, ele já deu pra mais duzentos, então assim, eu acho que ele se perdeu na proposta”.

Em outubro do mesmo ano, não houve Encontro, devido às eleições. O último Encontro de 2014 foi realizado em dezembro. O primeiro Encontro de 2015, considerado bimestral, só ocorreu em 27 de junho, devido à desmobilização da *Rede*, a ser explicitada no próximo tópico deste capítulo. A reunião anterior, ocorrida no dia 24 de junho, diz respeito ao GT de Articulação. Ainda em 2015 foram realizados Encontros em agosto e dezembro. Em outubro pactuou-se que não haveria Encontro oficial pela dificuldade de conciliar datas com o evento V Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários, na UFJF, em Juiz de Fora (MG), em que muitos integrantes da *Rede* participaram, inclusive o Grupo de Articulação.

Em 2016, o único Encontro considerado bimestral, ainda que não tenha sido mantida a referida regularidade, aconteceu em julho no Museu Sankofa da Rocinha. Desde a criação da *Rede*, muitos Encontros vêm sendo realizados com caráter principalmente organizacional e articulatório, ou seja, com uma dinâmica diferente do Encontro bimestral; ainda que essas reuniões tenham se tornado mais frequentes, em alguns momentos mensais, a partir da referida desmobilização, em 2015.

Voltando um pouco nessa “linha do tempo” aqui apresentada, em agosto de 2014, a *Rede de Museologia Social do RJ* realizou um Encontro em Cachoeiras de Macacu (RJ), nessa ocasião, inclusive, o número de presentes foi superior ao padrão médio dos Encontros da *Rede*, com 31 participantes. Para tal Encontro, foi cedido ônibus da UNIRIO, mediado pelo professor Mario Chagas, através do curso de Museologia da Universidade. O objetivo do Encontro era o fortalecimento da ideia de criação do Museu da Umbanda, já existente naquela localidade. Após o Encontro, o projeto ficou conhecido como Território Sagrado de Boca do Mato. Segue o depoimento de Wellington Lyra, um dos articuladores do projeto, postado em 16 de abril de 2015 no facebook da *Rede*:

⁸⁷ Em referência aos 12 primeiros Pontos de Memória nomeados, e por isso, também chamados de Pontos pioneiros.

A visita da Rede de Museologia ao bairro sagrado de Boca do Mato no ano passado gerou bons frutos, e o terreiro Ilê Axé Omin incorporou a nomenclatura sugerida pelo Mario de Souza Chagas, gerando este vídeo produzido pelo cineasta Pedro Paulo Rosa (...). Outra ação de desdobramento – esta mais recente – é um mapeamento que faremos em Cachoeiras de Macacu de todas as casas religiosas da cidade (iniciando este mês pelas casas de matriz africana e indígena) com a ajuda do Projeto INCID (indicadores de cidadania), do Ibase, que vai gerar um “Mapa da Fé” na cidade, todo georreferenciado com GPS. Valeu Rede, vocês são demais!

Em reunião anterior realizada em 17/07/2014 no Museu da República, em que uma das pautas era a preparação deste Encontro, ficou acordado que a programação seria assim:

- “10h-12h: discussão dos pontos de pauta da reunião da *Rede*;
- 12h-13h: roteiro de visita aos pontos indicados pelo grupo de Cachoeira de Macacu;
- 13h: almoço oferecido pelo Terreiro Ilê Axé Omin;
- 14h30: roda de conversa sobre o Museu da Umbanda”.

Dessa forma, fomos recebidos com café da manhã e depois seguimos a programação. No email da *Rede* com o convite e a ficha de inscrição para este Encontro, foram divulgadas as seguintes solicitações dos organizadores responsáveis pelo Encontro em Cachoeira de Macacu: vestir roupas claras ou brancas; levar 1kg de alimento e refrigerante ou suco para o almoço. Neste dia, seria realizada no referido Terreiro a fogueira de Xangô. Aos participantes que ficaram também para este evento foi oferecida hospedagem solidária e foi solicitada doação de uma fruta para a fogueira.

Este Encontro em Cachoeira de Macacu foi especialmente inspirador, isso pode ser percebido nas declarações dos participantes em reuniões posteriores, em que até hoje este é lembrado. Sem dúvida o contato com a natureza e a paz que esta proporciona foram fatores que contribuíram para isso. Não é a toa que os Encontros da *Rede*, de forma geral, são referenciados pelos seus integrantes como renovadores de esperança e estimulantes para que os trabalhos continuem, apesar das dificuldades enfrentadas diariamente.



Alessandra Gama, da Rede SP de Memória e Museologia Social, em Cachoeira de Macacu.
Foto: Acervo Remus-RJ



Visita ao Terreiro Ilê Axé Omin em Cachoeira de Macacu. Foto: Acervo Remus-RJ

Outro Encontro importante que aconteceu no âmbito do GT de Articulação foi nossa ida a espaços culturais da Zona Oeste do Rio de Janeiro, a partir do objetivo mobilizador de apresentar a *Rede* e convidá-los a participar das reuniões, além de ouvir sobre seus trabalhos e demandas. Passamos por quatro espaços de memória: Raízes de Gericinó ⁸⁸ em Bangu; Foco Escola: Fábrica de Atores Sociais ⁸⁹ em Campo Grande; Centro de Artes Casa da Rua do Amor ⁹⁰ em Santa Cruz e Coletivo Mulheres de Pedra ⁹¹ em Pedra de Guaratiba.

Em todos os lugares citados fomos muito bem recebidos, a sensação de acolhimento é uma característica dos Encontros da *Rede*, já que normalmente são os próprios integrantes desses espaços que propõem a visita. Mesmo que neste caso tenha sido diferente, havia um clima muito bom de satisfação por nos receber. Foram Encontros riquíssimos de troca de experiências. No Raízes de Gericinó, de família vinda do Maranhão que realiza a festa do bumba meu boi com figurinos feitos à mão, são realizadas diversas oficinas para os jovens. Lá conhecemos a história do bumba meu boi e o ateliê onde são confeccionados os figurinos para a festa anual. O local também dispõe de sala de leitura e contação de história para crianças. Nos contaram ainda sobre o esvaziamento das aulas de capoeira por conta da crescente evangelização das crianças da região, atribuindo a capoeira à “macumba”, termo usado de forma pejorativa. Ao final deste encontro, nos ofertaram um delicioso café-da-manhã com bolo de aipim, bolo de milho, café, paçoca etc.

⁸⁸ Endereço: Estrada do Gericinó, 80, casa 55, Bangu, Rio de Janeiro.

⁸⁹ Endereço: Av. Manuel Caldeira de Alvarenga, 28, Campo Grande, Rio de Janeiro.

⁹⁰ Endereço: Rua do Amor, 03, Saquassu, Santa Cruz Rio de Janeiro.

⁹¹ Endereço: Rua Saião Lobato, 138, Pedra de Guaratiba, Rio de Janeiro.



Bumba meu Boi. Foto: Acervo Remus-RJ



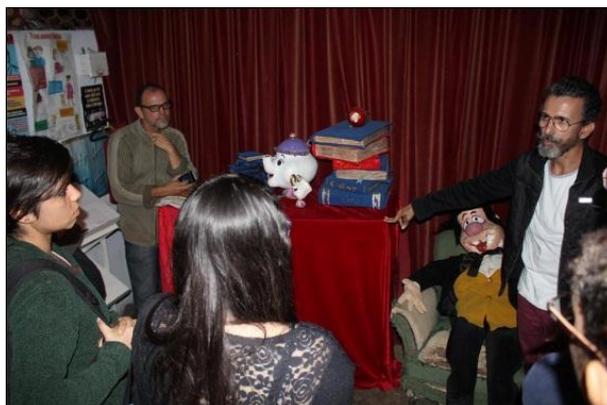
Entrada do espaço Raízes de Gericinó. Foto: Acervo Remus-RJ



No Raízes de Gericinó (da esquerda para a direita: eu, Mario Chagas, Emerson de Souza, Inês Gouveia e Nathália Lardosa - ambas de lado). Foto: Acervo Remus-RJ

No Foco Escola ⁹², que realiza oficinas de teatro, cenografia, figurino, maquiagem, audiovisual etc e mantém no próprio espaço exposições do cenário e dos figurinos utilizados nas peças, nos foi contado que as oficinas servem de base para os espetáculos realizados lá. É um espaço amplo e multifuncional. O diretor ofereceu assistência com o site e com os registros documentários que a *Rede* deseja realizar.

⁹² De acordo com página do facebook, visitada no momento da escrita desta dissertação, se chamam agora Instituto Cohen, em referência ao sobrenome do diretor.



Rede no Foco Escola (da esquerda para a direita: Inês Gouveia, Luiz Vaz, articulador na zona oeste, e Ariel Cohen, diretor do espaço).
Foto: Acervo Remus-RJ



No Foco Escola: Ariel Cohen, Nathália Lardosa e Mario Chagas. Foto: Acervo Remus-RJ

Na Casa da Rua do Amor, nome dado em referência à rua em que se localiza, são realizadas diversas oficinas, além de manterem um acervo de brinquedo e “artes lúdicas” e um teatro a céu aberto. Também são realizadas iniciativas de leitura e cinema. Eles nos contaram que o acervo de brinquedos possui brinquedos feitos no local através das oficinas, mas que este também é formado pela doação de visitantes, com brinquedos de diferentes partes do Brasil e do mundo. Quando os visitamos era um grupo de teatro local que fazia a gestão do espaço. Eles nos contaram ainda que já foram contemplados com editais de fomento à cultura para a realização de suas atividades, mas que ao final

desse período, com o fim do recurso, fica muito difícil manter a equipe e a realização de algumas ações – questão, infelizmente, muito comum aos grupos e espaços culturais, no Brasil, de forma geral. Almoçamos neste local, e ao final da visita, recebemos um CD: “ABCD do teatro da gente”, realizado com o apoio de um desses editais.



Rede na parte externa da Casa da Rua do Amor (da esquerda para a direita: Aurelina Cruz, Nathália Lardosa, eu, Mirela Araujo, Emerson de Souza, Mario Chagas e Luiz Vaz, de costas).
Foto: Acervo Remus-RJ



Luiz Vaz na Casa da Rua do Amor.
Foto: Acervo Remus-RJ



Artesanato símbolo da Casa da Rua do Amor. Confeção: Giselle Flôr, artesã e atriz. Foto: Acervo Remus-RJ

No último espaço visitado, do Coletivo Mulheres de Pedra, em referência à sua localização em Pedra de Guaratiba, são realizados saraus, oficinas, iniciativas de economia solidária e militância de mulheres negras. Lá nos apresentamos formalmente, como costumamos fazer nos Encontros da *Rede*: em círculo, dizendo principalmente

nome e atuação. Ali fomos convidados a participar do Sarau mensal, e nos informaram sobre a hospedagem solidária que elas oferecem, já que a atividade costuma acabar tarde. As mulheres do coletivo já protagonizaram filmes com a temática “mulheres negras”, tendo recebido diversos prêmios. A casa é repleta de peças de artes plásticas, referente à representação do grupo familiar.



Pintura externa da casa do Coletivo Mulheres de Pedra. Foto: Acervo Remus-RJ



Rede no Mulheres de Pedra (da esquerda para a direita: Antônio Carlos Firmino, Nathália Lardosa, Mario Chagas e Leila Souza Netto, uma das fundadoras do coletivo Mulheres de Pedra). Foto: Acervo Remus-RJ

Nos quatro locais visitados, Inês Gouveia apresentou a *Rede de Museologia Social do RJ*, junto ao convite para que eles participassem de suas reuniões e Encontros. Ao final das visitas, como também é comum nos Encontros da *Rede*, tiramos fotos com todos os presentes. Muitas questões poderiam ser analisadas a partir desses Encontros da Zona Oeste, algumas serão mencionadas aqui. Mas antes, gostaria de ressaltar que, em todos os locais, além do acolhimento recebido, nos ofereceram lanche, CD, almoço, assistência com site e vídeo documentário, convite para sarau e hospedagem solidária. Revela-se assim, a potência afetiva desse e de tantos outros Encontros.

Seja qual for a narrativa que se faça referência, a *Rede de Museologia Social do RJ* apresenta fortemente uma narrativa afetiva. A denominação de afeto da qual falo é a de “potência de agir”, de que trata Espinosa, entendida enquanto ação política. Dessa maneira, ele compreende o sujeito em sua potência de afetar o outro com suas ações e vice-versa. Dito isso, não há como considerar o afeto sem que este seja relacional. Da

mesma maneira, que não há como considerar a política sem incorporação, “pois só um corpo pode afetar outro corpo” (SAFATLE, 2015, p. 134). É o que Espinosa chama de “corpo existente em ato” (ESPINOSA, 1989, p. 79). Diante disso, ele afirma que “não existe nada de que se não siga um efeito” (idem), ou seja, a cada experiência, acontecimento, ideia têm-se a possibilidade de agir; a própria ausência da ação é também uma escolha e, portanto, uma maneira de afetar.

O articulador local, Luiz Vaz, que nos guiou nessa visita relatou a dificuldade de ligação com a região central da cidade do Rio de Janeiro, mencionando ainda a exclusão da Zona Oeste da cidade em relação aos selecionados em editais de fomento à cultura. Ficou claro que é uma região muito rica culturalmente, com iniciativas articuladas entre si, sobre as quais, infelizmente, conhecemos muito pouco. Ele, aparentemente muito engajado na militância cultural da Zona Oeste e querido pelas pessoas que conversamos, em dado momento disse: “vocês, cariocas...”, evidenciando o distanciamento em relação ao restante da cidade.

O acesso a esses espaços, realizado através do contato entre Mario Chagas e Luiz Vaz, reiterou o interesse da *Rede de Museologia Social* na busca por novos parceiros. Apareceram, principalmente, nesses Encontros a afetividade e a hospitalidade dos grupos, a dimensão familiar de militância de mulheres negras e o distanciamento que se reflete na exclusão das políticas públicas de fomento.

É fundamental destacar a importância dessa visita no que se refere ao pressuposto da *Rede* de descentralização geográfica, ainda que, as áreas mencionadas façam parte da cidade do Rio de Janeiro. Nesse caso, a dificuldade de deslocamento envolveu uma logística operacional, através de dois carros, um cedido pela Secretaria de Cultura através da Superintendência estadual de Museus e o outro, pelo IBRAM através do Museu da República. Diante disso, percebemos como é difícil conhecer todas as iniciativas de memória e museologia social, mesmo em um estado relativamente pequeno, se comparado aos demais. Importante mencionar aqui também que os integrantes que participaram desse Encontro fazem parte do GT de Articulação.

O Encontro realizado no Centro Cultural Cartola, na Mangueira, em 27 de junho de 2015, foi o primeiro do ano na perspectiva dos Encontros “bimestrais” e teve entre 10 e 15 pessoas. Nilcemar Nogueira, neta do cantor e compositor Cartola, diretora da instituição e atual Secretária estadual de Cultura do RJ, nos conduziu na visita, apresentando detalhes acerca do espaço, suas formas diversificadas de fomento, o histórico do centro cultural com suas dificuldades e empenhos dela e da família para

mantê-lo. Sua fala inicial foi emocionada e muito emocionante, por se tratar de uma história e uma memória familiares.



Nilcemar Nogueira, diretora do Centro Cultural Cartola. Foto: Acervo Remus-RJ

Depois da visita propriamente, nos reunimos no auditório. Lá, nos apresentamos e conversamos sobre recursos financeiros. Ela relatou que o Centro Cultural Cartola usa Leis de Incentivo à Cultura e recebe recursos de empresas privadas. Também alugam a quadra para eventos e já fizeram feijoadas e rodas de samba para arrecadar dinheiro. Mantém uma lojinha no local com venda de canecas, camisetas etc, e à época do Encontro, estavam revendo o estatuto como ONG para possibilitar novas fontes de recurso. Relatou ainda sobre o amplo trabalho de Inventário e Pesquisa realizado para que conseguissem com que o samba carioca se tornasse patrimônio imaterial brasileiro, o que possibilitou a nomeação do espaço também como Museu do Samba. Ela destacou que, mesmo com todos os apoios e patrocínios, o maior problema ainda é a falta de renda fixa, que compromete o planejamento e a gestão.



Nilcemar Nogueira e Nathália Lardosa no auditório. Foto: Acervo Remus-RJ

Nesse Encontro, Nilcemar disponibilizou seu conhecimento sobre caminhos para obtenção de recursos para a *Rede*, oferecendo inclusive que fosse realizado ali um seminário, onde essas questões pudessem ser discutidas de forma mais ampla. Foi assim que uma das pessoas presentes no local mencionou as emendas parlamentares como possibilidade de fonte de recursos, direcionada para grupos organizados da sociedade civil. A partir daí, Aurelina Cruz, conhecida na *Rede de Museologia Social* como Leu, que será apresentada no próximo tópico deste capítulo, como integrante do Museu Vivo de São Bento, de Duque de Caxias, mencionou conhecer os parlamentares Chico Alencar e Alessandro Molon e seus assessores. É a partir então desta perspectiva que a *Rede* vai em busca de emendas parlamentares, tema que será discutido no último capítulo desta dissertação.

No auditório também foi apresentada a ferramenta do Diagnóstico, que vem sendo implementada por duas integrantes da *Rede*, Nathália Lardosa e Luísa Calixto, graduandas em museologia pela UNIRIO, a partir de projeto de iniciação científica desta Universidade. O Diagnóstico é composto por visita, preenchimento de formulário⁹³ e filmagem, cujo objetivo é principalmente entender o funcionamento das iniciativas através do depoimento dos próprios atores envolvidos e identificar demandas e necessidades específicas de cada grupo, construindo assim uma cartografia – entendendo-a como um mapa dinâmico – dos movimentos da *Rede*. Depois do almoço, servido no pátio do espaço, o referido Diagnóstico foi realizado pela primeira vez.

Posteriormente, foi realizada em 08/07/2015, reunião do Grupo de Articulação no Museu da República, com 13 participantes, para avaliar as possibilidades conversadas no âmbito dos últimos Encontros, principalmente em relação à: 1) Emendas Parlamentares e realização de material de apresentação da *Rede* para tal. 2) Edital Cultura de Redes do Ministério da Cultura e Grupo Operacional que se formaria para participação nesse edital. 3) Transformar a visita à zona oeste em material escrito para publicação e manutenção do diálogo com a zona oeste através de núcleo da *Rede* na região. 4) Ampliar os meios de comunicação da *Rede* através de criação de site e boletim de atividades.

Os dois últimos itens não foram realizados naquele momento por que a demanda com o referido edital e as emendas parlamentares não permitiu que tivessem

⁹³ De acordo com as bolsistas da UNIRIO, se chegou à versão final do formulário através dos formulários já debatidos no âmbito da bolsa de extensão e do Cadastro Fluminense de Museus.

continuidade no âmbito do GT de Articulação, que se limita a participação e o comprometimento de poucas pessoas – no início de sua formação eram aproximadamente doze pessoas, contando até meados de 2016 com nove presenças frequentes. O blog foi criado em 2016.

Da mesma maneira, conforme mencionado ao longo deste tópico, algumas questões discutidas durante os Encontros não foram realizadas posteriormente. Muitos encaminhamentos, mesmo com a nomeação de responsáveis por sua execução, acabaram ficando pelo caminho. De forma geral, isso pode ser entendido através de duas perspectivas principais. Uma se refere ao grande fluxo de informações e ideias que circulam nas reuniões, mas que por existirem outras demandas, não é possível que todas as ideias sejam contempladas, nem que todas as informações sejam sistematizadas. Isso faz parte da dinâmica das redes. A outra questão está ligada à falta de tempo de alguns participantes para um compromisso operacional, que exige reuniões extras e trabalho a ser realizado, em outro momento, que não na reunião, ou seja, tempo e trabalhos extras, não remunerados, com exigências de envio de documentos e prazo estabelecido, que comprometem o tempo livre destes agentes. Essa última questão será aprofundada no capítulo 3.

Além da narrativa física, do encontro, existe a **narrativa virtual** da *Rede de Museologia Social do RJ* que é composta basicamente pelas ferramentas do facebook, do grupo de emails do google e mais recentemente pelo aplicativo whatsapp de celular. O grupo do facebook, criado em 2013, é usado principalmente para divulgar as ações da *Rede* e dos grupos que a compõem, bem como informações pertinentes aos temas da museologia social e das políticas culturais. Os eventos no facebook são criados também para divulgar e chamar a atenção especialmente para os Encontros bimestrais, não sendo usado de forma sistemática.

Atualmente o grupo da *Rede* no facebook tem 956 membros⁹⁴ e mesmo que a grande maioria não participe fisicamente dos Encontros, porque não seria possível e por existirem membros de outros estados ou países, continua a ser um espaço de divulgação de atividades da *Rede* e cada vez mais de outras iniciativas, já que este é um grupo público.

Com o aumento exponencial dos membros, as informações mais importantes também precisam circular pelo grupo de emails do google, criado no início da pactuação

⁹⁴ A última atualização destes números para a dissertação foi feita em 03/02/17.

da *Rede*, para que não se percam em meio a tantas informações. Dessa forma, enquetes e inscrições nos Encontros, quando necessário, por exemplo, devido à solicitação de transporte, são realizadas por email. Esse grupo contava no momento da pesquisa com cerca de 110 emails cadastrados de pessoas que em algum momento participaram da *Rede* ou que participam, mesmo que sem frequência nos Encontros.

Com a criação do Grupo de Articulação, houve a necessidade de criar outro agrupamento de emails para discutir questões específicas e relativas aos trabalhos desenvolvidos pelo GT. Da mesma forma, outros grupos de emails vão sendo feitos na medida em que o foco de interesses dentro de determinado assunto muda, a exemplo da troca de emails ainda mais restrita do grupo que escreveu e inscreveu projetos para a captação de recursos. A intenção é manter a objetividade mesmo com tantas informações diferentes circulando virtualmente.

Em agosto de 2015, foi criada uma página no facebook, também com o objetivo de divulgar informações sobre Encontros da *Rede de Museologia Social do RJ* e temas afins. A página tem hoje 668 “curtidas”⁹⁵. A diferença básica entre página e grupo é que na página só são permitidas postagens próprias, ou seja, só quem possui a senha do facebook da *Rede* faz publicações.

O blog da *REMUS-RJ* (<http://rededemuseologiasocialdorj.blogspot.com.br/>), iniciado em 2016, está sendo pensado como forma de sistematização de todas as informações oriundas das outras redes sociais utilizadas e como referência aos temas da museologia social, contendo publicações, artigos e bibliografia sobre a área, estimulando a formação nesta área. Porém, a dificuldade é conseguir manter atualizadas todas essas informações, já que as responsabilidades de postagens, envio de emails etc, acabam sendo concentradas em um grupo pequeno, que não consegue dar conta de tantas demandas.

Desde 2013 quem vem atualizando as informações das mídias sociais é a Inês Gouveia, principal articuladora e quem operacionalizou a *Rede* no período inicial de sua criação, porém conforme os Grupos de Trabalho vão sendo criados, outros membros vão se responsabilizando por informações específicas, mesmo que de forma momentânea. Eu mesma já enviei emails pela *Rede* na época que precisávamos da adesão dos grupos integrantes da mesma no preenchimento e assinatura de anexos do edital de Cultura de Redes do MinC.

⁹⁵ Idem.

Os grupos do whatsapp funcionam muito bem para trocas de informações rápidas. Atualmente, participo do grupo destinado às emendas parlamentares, a serem analisadas no próximo capítulo, intitulado “Remus-GT Emenda”, com 9 integrantes e do grupo intitulado “G. de Articulação – REMUS”, que tem 14 integrantes, ainda que nem todos participem deste grupo de fato. Claro que a comunicação também é feita individualmente através de encontros, email, mensagens de whatsapp, facebook, e ligações telefônicas.

Para dar conta de um número de informações e documentos crescentes, a *Rede* tem usado a ferramenta de arquivamento do google drive. As senhas destas ferramentas vão sendo dadas àqueles que se envolvem com as atividades operacionais, da mesma forma que os “administradores” desses grupos, que inicialmente são as pessoas que os criaram, se ampliam de acordo com as atividades que vão sendo desenvolvidas, principalmente a partir do GT Operacional, a ser mencionado adiante.

2.2. Rearticulação da REMUS-RJ e a criação do GT de Articulação

O GT de Articulação surge com o intuito de realizar ações para reverter o quadro de desmobilização, percebido por alguns membros, após a Teia da Memória, que fez parte do evento do Fórum Nacional de Museus, em novembro de 2014, em Belém do Pará. Essa percepção é de alguns integrantes mais presentes da *Rede* que estiveram nesse evento, a partir tanto de questões levantadas lá – ao longo do trabalho de campo ouvi muitas insatisfações em relação a esse evento –, quanto de momentos específicos por quais passavam determinados movimentos que a compõem.

Essa desarticulação também pode ser pensada a partir de momentos individuais dos representantes dos movimentos sociais que a integram. O que pretendo apontar com essa possibilidade é que provavelmente não foi só um fator que determinou essa desarticulação, mas fatores que juntos a proporcionaram.

Seja como for, é importante dizer como esta desarticulação foi confirmada logo no início de 2015 e como ela se manteve ao longo do referido ano. A principal interlocutora da *Rede*, Inês Gouveia entendendo-a aqui como liderança, no sentido de agendar os Encontros, propor pautas e enviar emails ao grupo, conversou com as pessoas mais presentes para pensar um Encontro de início de ano, de avaliação e de planejamento, seria o primeiro Encontro bimestral do ano. Acredito que os trabalhos iniciados pelo GT foram possíveis, principalmente, pela presença dessa liderança,

amplamente aceita pelos demais, que já fazia o papel de articuladora, e que, mais uma vez, pegou pra si a responsabilidade de operacionalizar a *Rede*, naquele momento. Mesmo contando com a presença fundamental dos outros membros do GT, até ali quem fazia a parte operacional era, de fato, ela.

Para decidir o local e a data do Encontro de avaliação e planejamento houve uma enquete no grupo de emails da *Rede*. As datas propostas foram dois fins de semana de abril e algumas possibilidades de locais surgiram a partir dos integrantes que participaram da reunião de preparação desse Encontro, como: Ponto de Cultura em Vassouras, Terreiro Ilê Axé Omin que já havia sido visitado em Cachoeira de Macacu, e alguns outros locais que não tiveram repercussão. Assim, ficou decidido através da enquete, dentro do prazo que se estabeleceu para respostas e manifestações da *Rede*, que o Encontro seria realizado no referido Terreiro, visitado em agosto de 2014.



Folder do Encontro de Avaliação e Planejamento.
Arte do folder: Alessandra Gama

Dessa forma, Inês, eu e Nathália Lardosa, participante já mencionada, nos disponibilizamos para reuniões de preparação do que seria o Encontro de avaliação e planejamento – primeiro Encontro oficial de 2015. Discutimos metodologia, dividimos os assuntos que tinham sido mencionados na reunião do Grupo de Articulação em temas. Nesse Encontro em Cachoeira de Macacu seriam discutidas pautas, bem como as datas e locais dos Encontros bimestrais do ano. Também tínhamos a possibilidade da presença, nesse Encontro, de uma representante do IBRAM.

Os três temas principais que envolviam esse evento, e que atravessaram quase todos os realizados até então, eram: políticas públicas, fomento e formação, dinâmica da *Rede*. A partir destes temas, seriam apresentados resumos do que a *Rede* havia realizado em relação a eles, com a colocação de perguntas norteadoras para reflexão e tempo para

fala aberta dos presentes. Dentre as perguntas mencionadas, cito: “Como avaliamos a capacidade que teve a *Rede* em trabalhar em conjunto nessas atividades? De que forma esses processos impactaram a *Rede*? Houve resultados concretos? Qual o perfil de fomento que buscamos atingir?”.

Nesse Encontro-imersão, haveria a possibilidade de expor a maneira como cada integrante poderia ou desejaria se envolver, através das questões: “O que a *Rede* deve fazer em 2015/2016? O que a *Rede* pode fazer em 2015/2016? O que eu desejaria fazer na *Rede* em 2015/2016? O que eu poderei fazer na *Rede* em 2015/2016?”. Os presentes seriam divididos em grupos para apresentar, após o debate dos temas, propostas de ação, prevendo inclusive sua participação na ação mencionada, assim seriam definidas as prioridades de 2015. Também calculamos o tempo dos intervalos de lanches e almoços e para a fala da representante do IBRAM.

Porém, na segunda reunião que nós três fizemos para continuar a proposta de avaliação e planejamento, ficou decidido que o Encontro não seria realizado visto que a adesão ao evento criado para tal no facebook e no grupo de emails da *Rede* tinha sido muito pequena. Não seria possível fazer o Encontro desta maneira, porque precisávamos de respostas concretas (circulou uma ficha de inscrição por email) já que tínhamos que confirmar com a representante do IBRAM, com o ônibus que estava sendo negociado através do curso de Museologia da UNIRIO e com o espaço que nos receberia – havia um valor a ser pago (80 reais) por pessoa para o espaço, pois faríamos todas as refeições lá e dormiríamos uma noite.

Nessa segunda e última reunião focada no Encontro de avaliação e planejamento em que estávamos apenas nós três, conversamos bastante sobre o que ainda era uma possível desarticulação da *Rede*, mas também da frustração de preparar algo que não seria realizado. Porém, o mais importante para mim foi entender que esses momentos e ondulações de instabilidade são o que fazem da *Rede de Museologia Social*, uma rede de fato. O que quero dizer é que estes são movimentos que acontecem quando se está em rede.

Ao longo de 2015, essa desmobilização se confirmou, principalmente pela diminuição das presenças até então mais frequentes, se comparadas ao que pude perceber do ano anterior, a partir da minha frequente participação de junho de 2014 em diante, e das listas de presença. Os Encontros “bimestrais” da *Rede* seguiram, sem ter havido a reunião de avaliação e planejamento. As presenças nesses Encontros eram quase sempre as mesmas das reuniões do GT de Articulação, com a presença de

algumas outras pessoas interessadas. Mas foi também observado pelo próprio Grupo de Articulação que, em alguns momentos, a presença nas reuniões de GT era maior que no Encontro realizado bimestralmente, ou seja, no que seriam os Encontros “oficiais”.

A já mencionada ida à zona oeste foi uma das ações do GT de Articulação, para mobilizar outros grupos e espaços a participarem da *Rede*. Mesmo que apenas o referido articulador local que nos acompanhou nessa visita tenha participado de alguns Encontros posteriores da *Rede*, essa é uma ação que o GT de Articulação entende que precisa ser feita, no sentido de mobilizar tanto outras partes da cidade quanto outras regiões do estado, já que é uma rede que se pretende estadual.

Normalmente, as reuniões “extra-oficiais” do GT de Articulação acontecem no Museu da República, às quartas-feiras de manhã – conforme disponibilidade da maioria do grupo – por ser localizado em uma região central para os membros mais frequentes, e porque assim pode-se contar com a presença do Mario Chagas, assessor cultural do referido museu.

Por fim, as ações posteriores do GT de Articulação foram desenvolvidas em relação à captação de recursos. Primeiramente, no edital Cultura de Redes, do Ministério da Cultura, em agosto de 2015, e depois em relação às emendas parlamentares, processo iniciado no segundo semestre do mesmo ano, como será analisado no capítulo 3.

2.2.1. Formas diversas de participação na REMUS-RJ: GT de Articulação, GT Operacional, “Presenças de Referência” e Rede Virtual

Percebo através das narrativas da *Rede*, física, virtual e afetiva, quatro formatos que a compõem, ou seja, quatro instâncias de participação. A primeira mais ampla, que engloba os movimentos e as iniciativas da museologia social do estado do Rio de Janeiro que já participaram de algum Encontro bimestral ou reunião, e que por isso, estão na lista de emails, ainda que com uma frequência física mínima ou nula na atualidade, mas que continuam recebendo informes da *Rede*, que estou aqui considerando como **Rede Virtual**. O virtual também pode ser entendido enquanto potência, algo que ainda não se concretizou, porém que pode vir a ser.

A segunda, mais restrita, representada pelos integrantes que compõem o **GT de Articulação**, discutindo ações e pautas com o objetivo de dar continuidade às atividades da *Rede*, tomando decisões e mobilizando-a estrategicamente. O nome do grupo se deu

espontaneamente, em uma de suas reuniões. É fundamental mencionar que apenas dois integrantes ligados aos museus e iniciativas de museologia social participaram do referido GT de forma permanente – para isso estou considerando o período que vai de meados de 2015 até meados de 2016. Posteriormente, essa configuração muda, aumentando a presença de movimentos sociais no GT de Articulação.

A outra narrativa diz respeito a um grupo ainda menor, presente dentro do GT de Articulação, que são as pessoas que se disponibilizam a escrever os projetos, apresentar para o GT de Articulação, se encontrar fora dessas reuniões, trabalhar em casa, ou seja, agir efetivamente sobre o que foi discutido e acordado, atentando aos prazos, aos documentos necessários, nos casos de inscrição de projetos em editais, por exemplo. Por isso, estou considerando este segmento como **GT Operacional**, ainda que o grupo não se intitule desta maneira. Aqui também é importante destacar que nenhum integrante dos museus e movimentos sociais tem participação, apenas os membros considerados por mim nas entrevistas enquanto pesquisadores, conforme descrito na Introdução deste trabalho.

E a última, são as “**Presenças de Referência**”, frequentemente lembradas, dada à importância de sua militância e à posição que ocupam na museologia social, mesmo quando se tornam pouco frequentes em dado momento. Estas referências são entendidas imageticamente, já que se pode considerar que o imaginário produz presença. Ou seja, ainda que alguns membros não estejam presentes fisicamente, são considerados pelas duas últimas categorias citadas acima, como presenças importantes, inclusive contactadas estrategicamente, como no caso das reuniões já citadas, em 2016: 1) Na sala Multimídia do Museu da República, na ocasião da reunião expandida do GT de Articulação, para aprovação dos planos de trabalho das emendas parlamentares, em 06 de abril de 2016, primeira reunião ampliada do ano. 2) Também realizada no Museu da República, como reunião expandida do GT de Articulação, em 09 de novembro do mesmo ano, para falar sobre o Edital da *Rede de Museologia Social do RJ*, que premiou 9 iniciativas do estado, a ser mencionado no capítulo 3 desta dissertação.

Ambas as reuniões foram marcadas e organizadas pelo Grupo de Articulação, mas com convites especiais feitos a essas “presenças de referência”, daí a alusão à reunião expandida – tanto devido à importância atribuída a determinadas pessoas, quanto à importância da reunião. Nesse sentido, mesmo participações não tão frequentes em dado momento, podem produzir uma participação virtual, seja através do

acompanhamento e contato possibilitados pelos meios tecnológicos, seja pela relevância para a *Rede de Museologia Social*.

Essas “presenças de referência” são frequentemente lembradas e comentadas pelos integrantes, por terem participado mais amplamente da *Rede* em outros momentos, ou por sua importância no cenário de militância na museologia social. Além de que, a comunicação, entre essas presenças menos frequentes e os participantes mais frequentes, também ocorre fora da *Rede*, o que de alguma maneira mantém uma interação, já que vários participantes se conhecem há muito tempo.

É fundamental mencionar que as quatro instâncias organizatórias aqui apresentadas podem se transformar ao longo do tempo. Um participante que já atuou no GT de Articulação, por algum momento, pode ser considerado “presenças de referência”, pela participação reduzida por diferentes motivos, pessoais e/ou profissionais. Por isso, não se pode rotular essas diferentes formas de estar na *Rede* como algo engessado, já que conforme foi dito, as redes se movem, tomando diferentes formatos e dinâmicas com o passar do tempo.

Ainda assim, com o exclusivo intuito de facilitar a análise serão descritas no próximo tópico, a posição de cada um dos meus 12 entrevistados na *Rede* e nas suas instâncias de organização. Essa análise será feita considerando o GT de Articulação, a partir de meados de 2015 até meados de 2016. Isso porque a partir de 2017, outras configurações se iniciam com a liberação do recurso das emendas parlamentares, em fevereiro do referido ano.

Assim, é possível pensar na *Rede* enquanto uma narrativa fluida, com momentos de instabilidades e continuidades. Imaginando uma linha do tempo nesse período de um ano é interessante notar a mudança no percurso, que vai de um contexto de desmobilização à remobilização, atentando para a importância do trabalho do GT de Articulação e do GT Operacional. Também é importante que seja dito que os referidos GTs, a partir da realização de trabalhos específicos, seccionam, de certa forma, a *Rede*, que é aberta, formando grupos.

Em vários momentos a Inês lembra publicamente a importância de que outros integrantes participem mais ativamente das ações da *Rede*, fazendo referência inclusive ao seu comprometimento com outras atividades, por exemplo, o doutorado. Apesar das pessoas entenderem isso, não parece haver uma real mobilização em torno da formação de outros grupos de trabalho, além dos dois já citados, para a realização de outras demandas e atividades. Conforme explicitado anteriormente, desde 2015, os Encontros

“bimestrais” não têm acontecido com a regularidade proposta inicialmente. Isso ocorreu primeiro pela referida desarticulação, mas a partir do início de 2016, isso acontece devido ao atendimento as demandas das emendas parlamentares. A partir do momento que a Inês para de mobilizar esses Encontros, por questões particulares e devido ao trabalho com às emendas, esses Encontros param de acontecer. Fica claro, assim, que essa função é tacitamente atribuída a ela, pelos demais.

Nessa perspectiva, um fato importante a ser destacado diz respeito ao email enviado por ela, em 19/01/16, para o grupo de e-mails do GT de Articulação, mencionando sua necessidade de estar menos presente na *Rede* até abril devido aos trabalhos vinculados à qualificação no doutorado. Reitera-se, portanto, sua posição de principal articuladora, já que nenhum outro membro da *Rede* se dispôs a tomar pra si essa articulação.

Mas com a notícia de que os termos de trabalho das emendas, pré-elaborados no final do ano anterior, deveriam estar prontos em 17 abril de 2016, ela volta a assumir os trabalhos juntamente com o GT Operacional, convocando além do GT de Articulação, os demais integrantes da *Rede* para reunião de discussão e aprovação do referido documento, no início de abril.

Esta reunião foi realizada em sala concedida pelo Museu da República no dia 06 de abril de 2016, com presença de cerca de 30 pessoas. O quórum alto pode ser associado aos contatos individuais por email ou telefone realizados estrategicamente pelo Grupo Operacional e pelo tema previsto, de interesse comum. Essa reunião expandida foi realizada principalmente para relatar aos presentes as últimas realizações da *Rede* através do GT de Articulação no que se refere ao histórico das emendas parlamentares, bem como a aprovação pelos participantes dos planos de trabalho das emendas, ou seja, do que seria realizado com o recurso, discutido em reuniões do GT de Articulação e desenvolvidas e orçadas no âmbito do GT Operacional.



Reunião no Museu da República. Foto: Acervo Remus-RJ



Integrantes da Rede após a reunião (na frente, Cláudia Rose e Inês Gouveia. Atrás, Rodrigo Rangel, articulador do Ecomuseu da Usina, em Tanguá, e Mirela Araujo). Foto: Acervo Remus-RJ



Antônio Carlos Firmino e Sidney Silva durante a reunião. Foto: Acervo Remus-RJ

Mas antes dessas abordagens foi feita uma homenagem ao casal Wellington Lyra, conhecido como Jesus, e Aline Germano, ambos de Cachoeiras de Macacu, mortos em um grave acidente de carro no dia 01 de abril de 2016. Seu trabalho de militância cultural e política foi lembrado, juntamente com sua relação com a *Rede de Museologia Social do RJ*. Foi proposta e firmada a intenção em privilegiar o auxílio na implantação do Território Sagrado de Boca do Mato, além do plantio de um jequitibá, em local a ser definido.

Menciono agora, retomando o assunto anterior, alguns exemplos que deixam clara a questão da Inês como principal articuladora: no único Encontro do ano, realizado em julho de 2016, na Rocinha, a Inês voltou a falar da importância dos Encontros bimestrais serem realizados e perguntou para as pessoas presentes, que espaço poderia abrigar o próximo Encontro a ser realizado em setembro. Apesar de se ter apontado para um espaço, cujo articulador estava presente, o Encontro não aconteceu.

Nesse mesmo Encontro na Rocinha, alguém teve a ideia de fazer uma reunião nos pilotis do Edifício Gustavo Capanema, onde estava acontecendo a ocupação do mesmo, intitulada Ocupa MinC, manifestação frente à extinção do Ministério da Cultura pelo governo Temer ⁹⁶, que felizmente não se concretizou. Algumas pessoas se responsabilizaram por essa mediação com os integrantes da ocupação e posterior organização do Encontro, mas este também não se concretizou.

Parto agora, a partir do último tópico do capítulo, para a discussão das entrevistas realizadas. Tratarei das trajetórias de vida dos 12 entrevistados, implicadas em uma militância política, seja no campo da memória, seja na busca por dignidade, reconhecimento social e tantos outros direitos, precariamente disponibilizados pelo Estado.

É preciso dizer que vou compreender essa *Rede de Museologia Social* considerando o ponto de vista dos meus entrevistados, ainda que esta não se constitua somente por essas pessoas. Minhas escolhas foram se configurando a partir da proximidade com elas, à medida que eu ia frequentando a *Rede*, através dos Encontros e das reuniões de articulação. Certamente, outras pessoas, não entrevistadas por mim, são igualmente importantes para a compreensão desta *Rede*, porém é fundamental que fique claro que eu só poderei analisá-la a partir do que observei, do que li, do que vivi e de quem entrevistei.

⁹⁶ Ver: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/05/1773764-temer-decide-recriar-ministerio-da-cultura-anuncia-mendonca-filho.shtml> (Acesso em: 21/01/17).

2.3. Quem participa? Mapeando os agentes da Rede

Meu grupo de referência reúne pesquisadores militantes ligados às Universidades e a Instituições Públicas Museais e agentes de movimentos sociais envolvidos na *Rede de Museologia Social*. Se esta distinção foi necessária para a estruturação do roteiro das entrevistas, de fato, na lógica processual da *Rede*, há trânsitos entre essas posições. Das 12 entrevistas abertas realizadas, 8 foram com mulheres e 4 com homens, entre aproximadamente 25 e 60 anos.

Busquei explorar, dos dados coletados, mais especificamente, aqueles referentes: a) à formação e experiência de trabalho dos entrevistados; b) à percepção dos mesmos sobre a museologia social; c) à compreensão que têm da participação na *Rede*. Para tal apresento cada um dos entrevistados e ao final faço algumas considerações gerais a partir dos pontos acima indicados.

A ordem das entrevistas se deu de acordo com minha proximidade em relação aos entrevistados, a facilidade de locomoção até os locais da entrevista – já que no caso dos movimentos de museologia social, as entrevistas foram realizadas nos territórios dessas iniciativas, com apenas uma exceção – e a disponibilidade dos entrevistados. Foram realizadas entre abril e dezembro de 2016 e em janeiro de 2017. Opto por apresentar os agentes escolhidos da *Rede* a partir dessa ordem.

Rondelly Cavulla⁹⁷, 30 anos, nascida em São Gonçalo, moradora de Niterói, é formada em Publicidade pela ESPM – Escola Superior de Propaganda e Marketing, tendo feito curso, ainda durante a faculdade, de gestão de marketing na cultura. Trabalhou com o programa “Jovens Talentos da Ciência” no Parque Paleontológico de São João de Itaboraí, através de iniciação científica do Museu Nacional. Fez também uma pós-graduação em Divulgação da Ciência, demanda que surgiu em função desse projeto. Foi depois para o Pará trabalhar com educação patrimonial no campo da arqueologia. É por esse viés que se aproxima da área da museologia, ingressando mais tarde, já no Rio de Janeiro, no mestrado de Museologia da UNIRIO. Nesse momento, faz o curso “agentes culturais do samba”, tomando-o como objeto de sua dissertação, sob a orientação de Mario Chagas. Rondelly conhece a *Rede* e passa a frequentar seus Encontros pelo CCC. Passa um período afastada por conta do mestrado, retornando à

⁹⁷ Entrevista realizada em 27/04/16.

Rede no final de 2015. Integra-se ao GT de Articulação. Participa então do processo de desenvolvimento dos projetos para as emendas parlamentares, acompanhando todos os seus trâmites posteriores. Cumpre assim importante papel no GT Operacional.

Sobre a importância da *Rede*, ela cita a capacidade de influência em relação a outras redes: “cada grupo ajuda o outro, contribuindo para o trabalho do outro”. Para ela, mesmo que sem recurso, a *Rede* continua funcionando e gerando ações. Acredita que “todo museu tem seu papel social, lógico, mas alguns se debruçam mais sobre isso que outros”. E por isso imagina que essa seja a diferença da museologia social para “outras museologias”: “o museu desperta nossas memórias e as relações afetivas com o patrimônio que está colocado ali”.

Inês Gouveia, 35 anos, nascida em Itaboraí, moradora de Niterói, integra a *Rede* desde sua retomada em 2013. Promoveu sua criação junto a outras pessoas da área da museologia. É formada em História pela FFP/UERJ de São Gonçalo, com mestrado em Memória Social na UNIRIO. Ainda no segundo período da graduação inicia estágio no Museu Histórico Nacional, onde trabalha por 6 anos. É doutoranda no programa de Museologia e Patrimônio também da UNIRIO.

No doutorado, acho que é bom também registrar, eu não estou tratando da museologia social, até porque eu estou fazendo doutorado na UNIRIO, então debater esse tema lá seria muito difícil, porque ele não é visto com legitimidade, especialmente para o doutorado. Talvez para o mestrado, como uma curiosidade. (...) Estou estudando a Waldisa Rússio ⁹⁸, que foi, na década de 1970, a pessoa que por dentro da museologia, iniciou essa discussão de uma museologia mais politizada (...).

Inês foi consultora do Programa Pontos de Memória do IBRAM, de 2010 a 2014, tendo ministrado oficinas de museu, memória e cidadania na diversidade cultural, e chefe da Divisão de Museologia Social em Brasília, no referido órgão. Quando pergunto sobre seu posicionamento como articuladora da *Rede* e consultora do IBRAM, ela menciona,

(...) a gente tinha, junto ao IBRAM, uma atitude bastante crítica de apontar, isso está explícito nos nossos relatórios, nos nossos produtos e tal, de apontar aquilo que a gente achava que estava coerente com o Programa e aquilo que a gente achava que não estava coerente com o Programa. Então da mesma forma que a gente apontava isso para dentro, a gente também apontava para fora (...). Então eu acho que não houve conflitos. Pelo menos do meu ponto de vista. Acho que talvez do ponto de vista das pessoas que estavam se

⁹⁸ Ver: GOMES, Carla Renata. O pensamento de Waldisa Rússio sobre a Museologia. *Informação & Sociedade*, v. 25, n. 3, 2015.

articulando, dos grupos que estavam se articulando na *Rede*, talvez tenha ficado um duplo entendimento de se tinha o IBRAM, se não tinha o IBRAM, mas eu acho que depois de julho, quando o meu contrato acabou e eu segui na articulação da *Rede*, acho que essa questão desapareceu mesmo. As pessoas de fato viram que havia ali um espaço de articulação, que não é um espaço da representação institucional.

Militante da museologia social é chamada por alguns de *presidenta* devido a sua mobilização e atribuição de funções em prol da *Rede*. É a sua principal articuladora junto a Mario Chagas, participando ativamente do GT de Articulação e do GT Operacional. Foi minha principal interlocutora desde o início da pesquisa ⁹⁹.

Inês tem uma visão muito clara acerca da importância da museologia social e das diferenças entre o museu dito tradicional e o museu comunitário, ainda que atribua a ambos, potencialidades. Menciona que o perfil no Brasil é majoritariamente de museus públicos. É então a partir desse aspecto que diz pensar o museu, atribuindo à sua função a formação de consciência crítica, relacionada à educação, em um sentido freiriano. O museu também tem um papel na produção de memória, “mas produção de memória num sentido consciente, não a produção de uma memória que tenha um potencial de excluir, de fortalecer um processo de dominação como a gente experiencia socialmente desde que o mundo é mundo, mas o contrário”. Lamenta que nem todos que trabalham com a museologia, pensam no museu dessa forma,

curiosamente só vale destacar que o conceito de museu já há muito tempo, que mais universalmente é aceito, que é o do Conselho Internacional ¹⁰⁰, que é tão importante e tem rebatimento inclusive na lei que foi adotada no Brasil. É um conceito que influencia a definição de museu no mundo todo. Esse conceito traz essa dimensão social, porque uma das funções do museu no conceito é de **prestar um serviço à sociedade**. Claro que não está dito que serviço é esse, mas **prestar serviço ao conjunto da sociedade**. (grifos meus).

Nesse sentido, entende a **museologia social “como um movimento crítico de resistência e militância, uma potência transformadora”** (grifos meus), para lembrar que essa dimensão é fundamental, inclusive, no contexto da museologia de modo geral. A afirmação parte do seu trabalho no estado do Rio de Janeiro em conhecer a realidade do outro, ou seja, a dos museus comunitários, que possibilitam “uma outra condição de

⁹⁹ Juntamente com Mario Chagas escreveu a Apresentação do Cadernos do CEOM - Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ), número 41, ano 27, sobre Museologia Social. A publicação é de dezembro de 2014. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/issue/view/168> (Acesso em: 15/05/15).

¹⁰⁰ Está se referindo ao ICOM.

pensar o nosso trabalho”, através da proximidade e do compartilhamento de experiências diversas, com objetivos afins.

Eu não faço uma discussão que se agarre tanto na necessidade do uso do termo museologia social, nem no uso do termo museu. Para mim são os instrumentos a partir dos quais a gente vai trabalhar essas políticas, mas isso é como se fosse a expressão da memória, porque a gente poderia trabalhar a memória em várias outras expressões, cinema, música, teatro (...) Não precisaria estar no museu. Mas essa é a nossa ferramenta, essa é a nossa especificidade. Agora em quais outros contextos essas memórias estariam salvaguardadas? A gente precisa fazer essa discussão. Essas memórias não são menos importantes. E pelo contrário, se a gente pensar a discussão de patrimônio e de cultura no nosso país, ela vem sendo construída – isso fica muito claro na Constituição de 1988, especialmente o patrimônio material reflete isso – na lógica 'aquilo que está para ser perdido, é mais urgente de ser salvaguardado'. Ok. Essas memórias que nunca foram salvaguardadas, elas são urgentes de serem retomadas, então elas são urgentes de serem pensadas, elas são urgentes de serem registradas. Há um saber fazer, por exemplo, na vida urbana das comunidades do Rio, que está pouquíssimo registrado. Então é fundamental que a gente crie esse espaço de problematizar essas memórias, de olhar para esses espaços como espaços de cultura, de valorizar a produção material desses espaços. Se dentro da museologia isso ainda não está sendo feito, a gente tem muito motivo para atuar.

Essa é, para Inês, a importância da *Rede*. Atuar em rede facilita tudo isso, pois

de fato nós somos minoritários dentro do contexto amplo da museologia, do campo museológico, como eu prefiro chamar, nós somos minoritários dentro das políticas de patrimônio de memória, porque também a trajetória do patrimônio no Brasil é de salvar aquilo que é da elite, é de salvar o patrimônio dos dominantes e não dos dominados, evidentemente, no Brasil e no mundo.

À qualificação de “minoritário” está atrelada aos direitos sociais, já que “no Brasil os afrodescendentes não são minoria, mas são minoria do ponto de vista dos direitos. Então negros, índios, LGBTs, mulheres, periféricos, quem vai lidar com isso? Isso é aquilo que a gente se incumbem”.

Dessa forma, ela explica: “por que quando a gente foi lançar o primeiro edital Pontos de Memória essa questão foi colocada ‘Ah, e se as pessoas no Leblon quiserem fazer um Ponto de Memória?’ A gente falou ‘Não pode’. Sabe por que não pode? Porque esse é um **programa afirmativo**, então ele é um programa que tem um objetivo claro, ele não é um programa de reunião de memória simplesmente e ponto final” (grifo meu). Nesse sentido, o Programa trabalha com a perspectiva da museologia social com a intenção de conquista e afirmação de direitos, de reconhecimento social, em espaços sociais minorizados.

Para a entrevistada, a *Rede* não se cria como uma interposição desse processo, mas a partir de um patamar de diálogo. Dessa maneira, explicita:

‘Ah então para chegar no grupo tem que passar pela *Rede*’, claro que não, senão [esta] estaria travando o processo [e] não favorecendo o processo. A *Rede* pode ser um instrumento potente para favorecer esse diálogo (...). Acho que são movimentos periféricos de um modo geral, que têm pouco espaço de articulação para esta discussão específica. Eles tratam de memórias periféricas. Eles não são periféricos em todos os aspectos, mas eles tratam de **memórias periféricas**. (...) Veem na *Rede* um espaço interessante para essa articulação (grifo meu).

Por fim, sobre as formas de atuação e organização da *Rede de Museologia Social*, ela fala da dificuldade de se trabalhar coletiva e horizontalmente:

Às vezes a gente precisa tomar uma decisão, e não quer atropelar o direito de opinar a respeito do que quer que seja de algum grupo. Mas a gente precisa tomar determinadas decisões com um pouco mais de agilidade. Então acho que essa é uma dificuldade um pouco inerente, mas que a gente tem conseguido razoavelmente bem superar. Acho que são dificuldades de um movimento que se quer horizontal (...). Mas é difícil estabelecer modelos horizontais, especialmente em uma sociedade em que tudo está estabelecido de forma vertical. Então mesmo as pessoas que aspiram a determinados protagonismos, e há espaço para diferentes protagonismos, não estamos falando só daquele que **fala bem**, daquele que **tem os conceitos na ponta da língua**, ou naquele que é **mais disponível** para determinada coisa, ou para **aquele que está em todas as reuniões** e tal, mas mesmo pessoas que têm **melhores condições para colocar o seu saber** à disposição da *Rede*, ainda têm um pouco de dificuldade de se encontrar nessa lógica horizontal que a gente tem. É uma utopia mesmo, a gente não está dizendo que a lógica horizontal está dada e que a gente a experiencia com paz e amor todo dia, não é uma onda hippie, não é isso, mas a gente acredita nesse modelo, então a gente vai partir do desejo desse modelo, lutando todo dia para implementá-lo (...). Pode ser que a gente nunca conquiste a horizontalidade. Assim como a democracia é um devir, a horizontalidade também é um devir, porque claro, evidente, não está implantada enquanto modelo de organização social (grifos meus).

Mirela Araujo¹⁰¹, 35 anos, nasceu em Caçapava, interior de SP, e veio para o Rio de Janeiro aos 20 anos para fazer faculdade. Atualmente mora em Niterói e trabalha no Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI)¹⁰², que é vinculado ao IBRAM. Formou-se em Museologia pela UNIRIO e fez mestrado em Museologia na USP, fazendo estágios desde o início da faculdade. Ela atribui a essa experiência, uma importância fundamental. Seu primeiro estágio foi no Museu Bispo do Rosário. Antes mesmo de se formar, foi convidada a ministrar aulas no Curso Técnico de Museus, em São José dos

¹⁰¹ Entrevista realizada em 23/05/16 no Museu de Arqueologia de Itaipu.

¹⁰² Endereço: Praça de Itaipu, s/n, Itaipu, Niterói, RJ. Ver: <http://maiibram.blogspot.com.br/> (Acesso em: 14/02/17).

Campos e em seguida trabalhou no Museu de Memória Regional, ligado à Companhia Energética do estado de São Paulo (CESP), na cidade de Rosana (SP), que fazia divisa com Mato Grosso do Sul. Foi chamada pela Fundação do Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento, que coordenava o projeto em que trabalhava anteriormente, para dirigir o Museu da Energia de São Paulo, localizado na capital. Lá, lidava com o patrimônio energético, mas principalmente com a memória dos trabalhadores, segundo ela. Em 2010, passou no concurso do IBRAM e morou em Brasília durante 3 anos, trabalhando na Coordenação de Patrimônio Museológico quando começou a se envolver com os Pontos de Memória, que ficava no mesmo departamento. No período em que morava no Rio de Janeiro, e depois quando estava em São Paulo, trabalhava para o DEMU ¹⁰³, antes de ser IBRAM. Pelo DEMU, Mirela ministrou cursos de formação e capacitação na área de treinamento de equipe e expografia, sua área de atuação.

Sobre a importância da Política Nacional de Museus, criada em 2003, comenta: “quando eu entrei na faculdade, em 2002, existiam só dois cursos de museologia. Você só tinha duas opções, ou você estudava na Bahia ou você estudava no Rio. Quando eu saí, acho que já havia oito cursos e hoje são 14 cursos. Isso mostra a importância da Política Nacional de Museus, acho que é um bom indicativo”.

Seu entendimento sobre a criação da *Rede de Museologia Social do RJ* é que ela parte dos trabalhos do Programa Pontos de Memória, mas que também está vinculada a um momento de organização da sociedade civil, “como foi, por exemplo, em 2003, quando você teve uma grande articulação para a criação do IBRAM. Para mim esse é um paralelo com o que foi a criação da *Rede*. Parece que foi um momento que ‘bom, agora a gente pode construir um desdobramento’”.

Esse desdobramento da *Rede*, segundo ela, buscou por outro lado uma relativa autonomia em relação ao Estado: “Acho que a *Rede*, embora tenha nascido do estímulo do Programa Pontos de Memória, ela nunca esteve **diretamente** associada ao IBRAM, isso sempre foi um movimento independente. É claro que nesse período, nesse momento, teve várias pessoas do IBRAM que foram importantes para a criação da *Rede*, como a Inês, como o Mario. A Inês, nesse momento, era consultora, o Felipe, a Sara, são pessoas que movimentaram para ter o Encontro da *Rede*. Mas ela nunca esteve vinculada ao IBRAM” (grifo meu).

¹⁰³ Está se referindo ao Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN, que posteriormente, ficou a cargo do IBRAM.

Mirela participa da *Rede* desde seu primeiro Encontro em 2013, atuando no GT de Articulação e no GT Operacional. Sobre sua importância, ela argumenta:

Eu participo da *Rede*, porque eu acho que ela [...] é uma instância de organização e eu acho que isso é importante para a museologia social mesmo e para o meu trabalho. É para eu pensar o meu trabalho. É claro que é importante eu participar para poder ajudar as outras pessoas, mas eu também participo porque ela me ajuda (...), para pensar as ações aqui do museu (...), eu saio das reuniões fortalecida, sabendo que eu não estou trabalhando sozinha, eu não estou inventando coisas da minha cabeça. (...) Então essa unidade de compartilhar e de trabalhar junto, que existe dentro da *Rede*, não existe dentro dos museus do IBRAM. Acho que isso é uma coisa que a museologia social te dá.

Mirela amplia a ideia e as práticas da museologia social afirmando-as como espaço reflexivo necessário sobre o campo da museologia em toda a sua complexidade.

A museologia social, para mim, é a capacidade dos museus, de olharem criticamente para a sua história e trabalharem, para modificar (...), para não estimular a permanência de preconceitos, de segregações. Então para mim essa é a função da museologia social, pensar o patrimônio da forma que ele possa realmente ser mais comum a todos do que vem sendo tratado nos museus. E os museus com os quais eu me identifico, têm como função construir uma história, ou dar visibilidade para uma história.

Toma como exemplo o Museu de Arqueologia de Itaipu onde trabalha, criado na década de 1970. Seus objetivos de então estavam ligados às coleções arqueológicas, às dunas - sítios locais de sambaqui. Parte do prédio, no entanto estava em ruínas, resquícios do antigo Recolhimento de Mulheres de Santa Teresa ¹⁰⁴, história desconhecida naquelas praias, pelos pescadores que ali por perto moravam ou trabalhavam.

A vila de pescadores tem um patrimônio cultural superinteressante e não tem nada aqui dentro sobre essa vila de pescadores. E ela existe antes de existir esse museu. Essa vila de pescadores existe em função desse Recolhimento. E durante esse tempo todo, o museu esteve afastado. Então, eu acho que a principal função do museu é olhar para a sua volta e colaborar para a construção da história de quem está ali.

Faz-se necessário mencionar que estou considerando Mirela ao “grupo dos pesquisadores”, dividido por mim, para elaborar o roteiro de entrevista. Ainda que ela

¹⁰⁴ “O Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI) funciona nas ruínas do antigo Recolhimento de Mulheres de Santa Teresa na região oceânica de Niterói, cercado pelo mar, montanha e a duna Grande”. Disponível em: http://www.museusdorio.com.br/joomla/index.php?Itemid=69&catid=5&id=38:perfil-museu-de-arqueologia-de-itaipu&option=com_content&view=article (Acesso em: 13/02/17).

trabalhe no Museu de Arqueologia, que traz a história de povos que viveram naquela localidade antes do chamado descobrimento do Brasil ¹⁰⁵, com objetos que valorizam uma memória muitas vezes esquecida e muito pouco valorizada. Mesmo compreendendo sua perspectiva abrangente da museologia social – perspectiva que inclusive cito no primeiro capítulo deste trabalho, por ser também a minha –, sua trajetória também se dá em museus ditos tradicionais, sendo ainda funcionária do IBRAM. De fato, esta não é uma realidade da equipe dos museus comunitários, que contam, na maioria das vezes, com pouquíssimas pessoas e de forma voluntária, muitas vezes.

Também é importante reiterar que entendo a museologia social enquanto movimento que vem se transformando ao longo do tempo e de acordo com o contexto em que estão localizados suas iniciativas e museus. Assim, sua concepção não pode ser dimensionada de forma rígida e estanque. Apesar disso, esse trabalho se debruça sobre museus comunitários, localizados em “comunidades periféricas” e “marginalizadas” que tem como uma de suas características ter sido proposto por uma parcela da comunidade na qual ele está circunscrito. Cabe, no entanto, ressaltar que a *Rede de Museologia Social do RJ* não exclui nenhum tipo de museu; não há pré-requisitos estipulados para a participação.

Pensando sobre a *Rede*, Mirela se preocupa com as dificuldades de sua articulação. O GT de Articulação não tem hoje condições de assumir mais nenhuma demanda, principalmente por conta das emendas parlamentares. Defende uma ligação mais estreita com outros movimentos, como os Pontos de Cultura, tal como foi feito no início de sua criação, em 2013 e 2014:

Digamos que, como aconteceu, o Mario [Chagas] vá para outra instância (...), por exemplo, ele volta a trabalhar em Brasília. Se eu e a Inês mudarmos para Rondônia, para Recife? Será que a *Rede* vai se tocar sozinha? Será que as pessoas vão se engajar e vão continuar tocando a *Rede*? Eu não tenho certeza. Isso é uma coisa que me preocupa (...). Eu falei na Inês, mas é claro, a mesma coisa com o Firmino, com a Leu.

Nathália Lardosa ¹⁰⁶, carioca, 25 anos, mora em Botafogo e é graduanda em Museologia pela UNIRIO, tendo feito disciplinas com Mario Chagas:

¹⁰⁵ Ver: <http://mapadecultura.rj.gov.br/manchete/museu-de-arqueologia-de-itaipu> (Acesso em: 13/02/17).

¹⁰⁶ Entrevista realizada em 15/07/16.

quando ele começou a falar eu pensei: ‘É tudo que eu quero fazer’. Eu sempre acreditei em fazer um trabalho que tivesse algum impacto social. Eu sempre acreditei nisso, apesar de quando eu entrei na faculdade, eu não estar mais militando e não estar mais ligada a nenhum movimento social específico, eu acreditava na museologia como uma forma de transformação e de impacto social. (...) Então eu bati na porta dele e falei ‘Quero trabalhar com você’, e ele ‘Ah, eu estou sem bolsa, mas se você quiser, pode trabalhar’, ‘Está bom, eu trabalho de graça’. Eu fiquei um ano sendo monitora dele de graça.

Foi nesse período que teve contato com a museologia social e com a *Rede de Museologia Social do RJ*, tendo participado de seus Encontros a partir de 2014, com frequência regular nas reuniões do GT de Articulação e do GT Operacional.

Conseguiu depois uma bolsa de iniciação científica, durante dois anos, no projeto de museologia social do Mario Chagas. Inicialmente o trabalho era realizado entre a Universidade e o Museu de Favela (MUF), localizado no morro do Pavão-Pavãozinho e Cantagalo, na zona sul do Rio de Janeiro. Posteriormente o projeto foi ampliado para outros museus, com a criação da ferramenta do Diagnóstico, já mencionada. O Diagnóstico, segundo ela, foi realizado em 2015, no Museu do Samba, Museu Vivo do São Bento, Museu Sankofa da Rocinha e Instituto Pretos Novos. Esse Diagnóstico contribuiu com a *Rede*, que já queria realizar esse trabalho de identificação de demandas nos museus.

Nathália estudou no Colégio Pedro II, militou no Partido Comunista e em movimentos sociais. Diz que seus problemas com a museologia são ideológicos. Acredita “numa museologia que seja... seja realmente uma museologia social, e não para uma elite como tradicionalmente ela é tratada dentro da academia e como ela surgiu (...)”. Participou da organização da edição realizada no Rio de Janeiro do MINOM, em 2013, e esteve presente à edição do evento em Cuba, em 2014.

Ela menciona ter visto na *Rede* um campo de atuação, já que queria trabalhar com museologia social, mas não partia de nenhum museu comunitário. Sobre o curso de Museologia na Universidade em que estuda, diz ser ainda muito elitista, apesar de ter percebido algumas mudanças a partir do ENEM ¹⁰⁷, como a criação da turma noturna, que possibilitou o ingresso de pessoas que trabalham durante o dia.

Define o museu como ferramenta política, um “espaço de grande poder”, com potencial de transformação, mas que pode ser usado também para reproduzir opressões.

¹⁰⁷ Exame Nacional do Ensino Médio. Ver: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=13318&Itemid=310> (Acesso em: 11/03/17).

Eu vejo isso em muitos museus, desde não ser acessível, assim, de você olhar e ter medo de entrar, porque não é convidativo, até sua linguagem (...). Eu acho que como outras instituições, como a escola, como o cinema, como outras, têm esse poder, o museu também tem. Apesar de hoje em dia ainda existir muitos museus que continuam nessa lógica, existem muitos outros que quebram essa lógica. E aí é isso que eu encontrei na museologia social. Para mim, o grande diferencial é você tirar o principal do objeto, do acervo, da cadeira do rei, da mesa do rei, para as pessoas que estão construindo aquela história, o patrimônio ser as pessoas. Eu acho que está aí essa potência do museu (...).

Sobre a *Rede* e sua forma de organização ela ainda menciona:

Eu acho que é um trabalho de militância também, que você segue o que você acredita, e eu vejo um espaço riquíssimo de ideias, de pessoas, de forças políticas mesmo. Acredito muito na forma que a *Rede* se organiza, de autogestão, do espaço, todo mundo estar aberto, todo mundo falar. Eu acredito muito na potência que a *Rede* tem de juntar todos esses museus que estão espalhados no estado. Porque apesar de existir muitas iniciativas de museologia social, elas estão espalhadas e muitas não se conhecem, muitas não conversam, e a gente consegue ver, na prática, a potência que isso tem quando se junta. (...) É óbvio que é um trabalho cotidiano, é um trabalho que tem muito a avançar. (...) Sou uma pessoa muito metódica, então volta e meia esse método é organizando. Às vezes, alguma reunião, eu fico assim, ‘Ah, eu quero que seja assim’, ou então ‘quero que vá todo mundo’. Tenho que respirar fundo, ‘Ah, você tem que também sentir o fluxo’ (...), e não necessariamente seguir aquela coisa tradicional, que eu estou muito acostumada dos movimentos sociais, de pauta, de falar e tal... Mas eu vejo funcionar.

Por fim, sobre as dificuldades da *Rede* ela observa que estão menos nas orientações teóricas e políticas, e mais nos procedimentos organizativos: “Eu acho que são muitos desafios desde você convencer a pessoa que está no museu a vir participar, desde conseguir descentralizar a *Rede*... Nem sempre a gente consegue sair do Catete 108,”

Antônio Carlos Firmino, 50 anos, nascido e criado no interior do Rio de Janeiro, em Miguel Pereira. Estuda em Vassouras, faz curso de serralheria no SENAI¹⁰⁹. Depois de servir o quartel, já no Rio, trabalha em Furnas como mensageiro durante quase nove anos. Nesse período integra o movimento Juventude Operária Cristã. Morando no Largo do Machado, milita na Baixada Fluminense. Com esse grupo de jovens trabalhadores vai morar no Engenho de Dentro. Faz o “pré-vestibular para negros e carentes, movimento da década de 1990”, na Rocinha, maior favela da zona sul

¹⁰⁸ Se referindo ao Museu da República, onde são realizadas as reuniões de GT, principalmente.

¹⁰⁹ “SENAI é a sigla utilizada para Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. É uma instituição privada brasileira de interesse público, sem fins lucrativos. Seu principal objetivo é apoiar 28 áreas industriais por meio da formação de recursos humanos e da prestação de serviços técnicos e tecnológicos”. Disponível em: <https://wikioso.org/senai-significado-o-que-significa-a-sigla-senai/> (Acesso em: 14/02/17).

do Rio de Janeiro. “(...) Nós trabalhávamos de segunda a sexta, sábado e domingo, a gente estudava de 7h da manhã até às 16 horas (...). Então, ao mesmo tempo, que a gente vinha pra estudar, organizar o pré-vestibular, conseguir professor. Quando não tinha professor, a gente fazia grupo de estudo”. Em 1997 passou na faculdade de Geografia da UFF. Casou-se e foi morar na Rocinha, onde reside até hoje.

De sua ação político-educativa na Rocinha, ele conta:

Trabalhei durante 12 anos numa Instituição da Rocinha. Todos os projetos que eu administrava nessa Instituição, eram projetos de Ponto de Cultura, era resgate de brincadeiras e cantigas. E interessante, os Pontos de Cultura estavam em rede a partir do Programa Cultura Viva. Foi em 2005 quando nós iniciamos. Conhecemos a experiência do Museu da Maré, que também era um Ponto de Cultura quando começou.

A partir daí, ele lembra que já havia na Rocinha um histórico, alguns documentos e informações de moradores que já tinham tentado realizar ações de memória e história lá. Inclusive, menciona que ele mesmo já havia participado, junto a um grupo de moradores, de algumas reuniões para discutir esse assunto. Em 2007 aconteceu o I Fórum Cultural da Rocinha, em que uma questão central foi justamente a preservação da memória e história da Rocinha. Muitas pessoas que participaram desse Fórum já tinham uma militância antiga na Rocinha. Segundo ele, muitas dessas pessoas participaram do livro *Varal de Lembranças*, organizado por Lygia Segala, na década de 1970 e 80 – época que ela fazia a alfabetização de jovens e adultos na favela, junto à Aspa (Ação Social Padre Anchieta), local que posteriormente, Firmino veio a trabalhar.

A partir do Ponto de Cultura Centro de Cultura e Educação Lúdica da Rocinha, que ele faz parte até hoje, fizeram a 1ª Jornada de Cultura e Educação da Rocinha.

Mediante tudo isso – Firmino afirma – temos condição sim de buscar um processo de pensarmos um museu. (...) Em 2008, nós começamos a partir do professor Luizinho, né, que ele era morador da Rocinha e trabalhava no SEBRAE [Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas] e tinha o contato do Mario Chagas. E ele chamou Mario Chagas pra uma das nossas reuniões, que foram 4, 6 pessoas. E o Mario fez uma fala da importância da gente continuar fazendo as reflexões.

No mesmo ano, Adriana Rattes assume a Secretaria estadual de Cultura. Firmino já tinha vários contatos com funcionário na SEC, através de Luiz Paulo Conde¹¹⁰, que tinha participação no Fórum de Cultura da Rocinha. “Fui até o Lico Tule, que era do *Tá*

¹¹⁰ Foi Secretário de Cultura no governo de Sérgio Cabral Filho.

na Rua, um Ponto de Cultura. ‘Lico, como é que a gente consegue, já que não era mais o Conde, era a Adriana Rattes, pra a gente ter uma reunião com ela pra falar do museu?’. Até porque o Gilberto Gil ¹¹¹, ele ficou sabendo da nossa intenção. Conseguimos fazer um encontro com a Adriana Rattes (...)’. Através de contatos recomendados alarga o trânsito do projeto do Museu da Rocinha junto às instituições públicas.

Em 2009, ele conta:

Nós fizemos o primeiro encontro oficial com, na época era o DEMU [Departamento de Museus e Centros Culturais do IBRAM]. O Mario estava na frente do DEMU. Foi o Mario, veio a Claudia Rose [do Museu da Maré]. Foi [um] grupo [da Rocinha], que se dispunha a botar a cara na rua nesse sentido. E a gente veio discutindo. Tinha um parceiro nosso (...), que é o Carlos Costa que era da Ong Rocinha 21: ‘por que vcs não fazem um Amigos do Museu?’ Meio piegas né. ‘Não, mas tem muita gente que topa’. Aí ele, ‘por que não faz um Chá de Museu?’ Cara, Chá de Museu tá interessante. Aí ele falou: ‘não tem chá de bebê, chá de panela, chá de museu!’ Aí depois a ficha caiu, porque eu lembrei que a gente no Ponto de Cultura, a gente tinha uma atividade chamada Prosa Griô. (...) A gente convidava os mais velhos, fazia uma roda de conversa e registrávamos, filmando. Então a gente tem mais ou menos, o Ponto de Cultura, tem mais de 30 horas de gravação com algumas personalidades da Rocinha. E a partir daí, eu falei, poxa, mas tem muito a ver com a Prosa Griô, o Chá de Museu. E aí fizemos depois o primeiro Chá de Museu em 2010.

Ele fala que com as chuvas de 2010, perderam todo o mobiliário, acervo, muitos documentos importantes que ficavam guardados no espaço do Ponto de Cultura. Nesse sentido começam a discutir como poderiam conseguir um espaço físico para o Museu. Atualmente, pleiteiam uma praça da Prefeitura para construir a sede do Museu, “porque até então a nossa lógica de museu, [era] a Rocinha como um todo. Mas um museu como um todo? Mas e o acervo? Nós já tínhamos um acervo doado da Lygia Segala, a Lygia, em 2009. A Lygia e o museu, nós escrevemos uma proposta (...)”. Nesse momento, ajudo o Firmino a lembrar de que proposta se tratava, já que eu trabalhava na PROEX/UFF ¹¹² nesta época e fiz a mediação entre o projeto de extensão e o edital do PROEXT/Cultura, do MEC/SESu ¹¹³.

Nesse processo do PROEXT/Cultura/MEC, explica Firmino:

¹¹¹ Ministro da Cultura entre 2003 e 2008.

¹¹² Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal Fluminense.

¹¹³ Programa de Extensão Universitária, voltado para a Cultura, com parceria entre Ministério da Educação, Ministério da Cultura, Ministério do Trabalho e Emprego. Ver: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/editalproext2_2009_6.pdf (Acesso em: 14/02/17).

jovens alunos da UFF selecionados, com alguns da Rocinha também, para ajudar em toda digitalização, catalogação de todo o acervo [da pesquisa da Lygia, dos anos 1970-80]. Quase trinta caixas, então foi coisa pra caramba! E foram discussões, debate, foi muito rico, multidisciplinar. Tinha bolsista da engenharia, fazendo arquitetura, história, geografia, psicologia, serviço social.

O primeiro Chá de Museu foi em parceria com um grupo de grafiteiros, GBCR (Grupo de Break Consciente da Rocinha), com a inauguração do grafite no muro “da curva do s”, “um mosaico de história, de memória e história da Rocinha!”, segundo ele, em 08 de março de 2010, dia Internacional da Mulher. A história contada no muro dizia respeito ao “tempo dos mutirões de limpeza das valas, recorte do livro *Varal de Lembranças*”.

Quando pergunto sobre o nome Museu Sankofa da Rocinha ¹¹⁴, ele responde:

Então, primeiro a discussão foi essa. Qual o nome do museu? Museu Rocinha. Eu falei ‘Gente, já tem o Museu da Maré. Museu da Rocinha?’. Sei lá, não pega. E eu tinha visto em um livro do Abdias Nascimento ¹¹⁵ falando sobre memória e história, e aí eu vi a palavra Sankofa. (...) Aí eu falei ‘Caramba, tem um nome de origem africana’. Essa foi mais uma provocação minha, porque o tempo todo o pessoal falou ‘Ah, mas a Rocinha é nordestina’. Eu falei ‘Tá, mas ser nordestino quer dizer que não tem africano? Origem africana? Como que é isso?’ (...) Eu já tinha levantado algumas informações do Quilombo das Camélias, que é no Alto Leblon. Com certeza isso já dava o indício, não de um quilombo na Rocinha, mas da circulação dos escravos, dos fugidos, dos negros e das mulheres nessa região. E aí eu falei ‘Poxa, então vai ser essa a estratégia só para provocar mais ainda a galera’. Sankofa significa, ‘vamos olhar o passado para construir o presente’. Isso serve para qualquer nação, qualquer povo.

De acordo com o Firmino, o último Chá de Museu aconteceu em 2014. No Encontro da *Rede* de julho de 2016, que foi realizado na Biblioteca-Parque da Rocinha, havia uma exposição de fotos e documentos antigos, que fazem parte do acervo do Museu, exposto nestas situações. O Museu Sankofa da Rocinha é considerado um museu comunitário itinerante, em que os moradores compartilham suas memórias e histórias sobre a vida e o cotidiano na favela. Apesar dessa itinerância, pretende-se que o museu também possua uma sede, bem como um CNPJ.

O Sankofa foi reconhecido como Ponto de Memória em 2011, através do edital de Pontos de Memória do IBRAM. Desenvolveram também projetos com apoio do

¹¹⁴ Ver: <http://museudarocinha.blogspot.com.br/> (Acesso em: 14/02/17).

¹¹⁵ Ver: <http://www.museuafrobrasil.org.br/pesquisa/hist%C3%B3ria-e-mem%C3%B3ria/historia-e-memoria/2014/12/10/abdias-nascimento> (Acesso em: 14/02/17).

Instituto Moreira Salles ¹¹⁶, que se localiza na Estrada da Gávea, próximo à entrada da Rocinha.

Quando pergunto quem são as pessoas que articulam, junto com ele, o Museu, ele menciona:

José Martins de Oliveira, que foi o primeiro administrador regional da Rocinha, na década de 1980, Maria Helena, que é no momento, diretora da Unidade de Saúde. (...) Fernando Ermiro, que é historiador e está com a gente também. (...) O José Ricardo, que é o mais novo integrante, que é o presidente da Associação de Moradores [do Laboriaux, região localizada na parte alta da Rocinha], onde nós estamos pleiteando o nosso espaço físico.

As adesões são fluidas, dependendo da atividade proposta e dos interesses nelas investidos.

Sobre a museologia social, ele responde:

Eu li um texto que... Não foi um texto, foi uma discussão sobre o museu ‘Ah, mas a museologia social, ela não é oficial porque todos os museus têm um trabalho social’. Aí nessa discussão, acho que o pessoal estava falando ‘Mas vem cá, os museus oficiais deveriam ter um papel social’, no entanto não tem esse papel social. A museologia social, ela vem, não é para fazer um trabalho social, mas sim para dar, pelo meu entendimento, o acesso a essas memórias históricas, a essa museologia, que é orgânica. O tempo todo, então é mutável. Eu vejo que a museologia social vem nessa linha. Os museus tradicionais, a museologia tradicional, ela é da elite, ela é de quem sempre esteve no poder, para se autodeclarar supremacia ‘Eu sou o poder, eu tenho que contar a história dos meus feitos’, e os feitos sempre foram em cima do povo que é oprimido. É assim que eu vejo.

Sobre a *Rede*, diz participar desde seus primeiros encontros em 2013, estando também com frequência e dando grande contribuição nas reuniões do GT de Articulação, desde 2015. Acerca da importância da *Rede*, menciona, “primeiro que eu acho a *Rede* importante no momento em que nós temos demandas semelhantes, desejos semelhantes, angústias semelhantes. (...) E é gostoso estar junto com pessoas que têm bons fluídos, que querem que as coisas aconteçam”. Ele deseja que “a *Rede*, daqui a pouco, ela possa se tornar grande, com muitas pessoas que estão na ponta fazendo a memória-história acontecer”. Ressalta ainda sua preocupação para que esses movimentos sociais estejam mais presentes, e não só os pesquisadores:

¹¹⁶ O Instituto Moreira Salles contribuiu na digitalização de documentos reunidos pelo Museu, na realização da exposição sobre *Vendedores Ambulantes* (2014), na transcrição ótica de fitas K7 relativas à pesquisa de Lygia Segala “Trabalho comunitário na Rocinha 1977-84”, disponibilizadas para o acervo do Museu, no pagamento de bolsas ligadas a esses projetos e na criação do site *Memória Rocinha*: <http://memoriarocinha.com.br/>, lançado em 17/03/17.

Porque senão... vai acontecer a mesma coisa que as favelas. Os moradores de favela, periferia são grandes objetos de pesquisa, mas o que esse saber científico contribui para melhorar em algumas questões? (...) O que isso fica para a comunidade. Porque, até então, na *Rede* eu vou percebendo que isso não está acontecendo. Por quê? É... está sendo disponibilizado. Aos poucos, mas está sendo disponibilizado de alguma forma. Através de um debate, através de uma apresentação, através de disponibilização de informações. Então, está alimentando quem... mesmo quem não está na academia, mesmo que não seja do campo, mas as pessoas estão se apropriando. Então isso, a princípio, eu estou achando interessante. Mas sempre com essa preocupação, de ela [a *Rede*] não virar um objeto único e exclusivamente de pesquisa.

Emerson de Souza¹¹⁷, 41 anos, nascido e criado no Horto Florestal. Sua família mora há 60 anos no local. Conta que seu avô foi morar no Horto quando trabalhava no Jardim Botânico. Emerson estudou em escola pública até ir para uma escola no Centro do Rio de Janeiro preparatória para as Forças Armadas, porque queria ser piloto de avião. Desistiu da carreira militar devido a sua rigidez e necessidade de reclusão. Fez Escola Técnica de Publicidade, trabalhou em agência, mas também desistiu e foi para a área da música. Já havia feito piano na escola de música Villa-Lobos – o avô também era músico, tendo estudado na Escola Nacional de Música, hoje pertencente à Universidade Federal do Rio de Janeiro. Está na música desde os 20 anos, tocando percussão.

Atualmente é presidente da associação de moradores e amigos do Horto (AMAHOR)¹¹⁸, localizada na Estrada Dona Castorina, 69, Horto Florestal, Jardim Botânico, que ele se refere como responsabilidade social. Oferece aula de inglês e oficina de crochê para a comunidade. Ele conta que o Horto Florestal teve sua ocupação a partir de terrenos recebidos pelo Jardim Botânico do Ministério da Fazenda para que fossem doados para as famílias que trabalhavam lá construírem suas casas próximas ao seu local de trabalho. Porém, ele também menciona uma ocupação a partir da fábrica de tecidos¹¹⁹, referindo-se a dois objetivos distintos: o primeiro relacionado ao processo de industrialização do Brasil e o segundo vinculado à política de embranquecimento através da vinda de imigrantes europeus para cá.

O mais importante aqui é compreender que a ocupação do Horto é muita antiga, inclusive com a presença de descendentes de escravos. Mesmo assim, a atual gestão do Jardim Botânico e a Rede Globo de Televisão chamam os moradores de *invasores* –

¹¹⁷ Entrevista realizada em 03/08/16 no Museu do Horto e sede da Associação de Moradores.

¹¹⁸ Ver: <http://www.amahor.org.br/amahor> (Acesso em: 15/02/17).

¹¹⁹ Sobre a fábrica de tecidos, ver site do Museu do Horto: http://www.museudohorto.org.br/F%C3%A1brica_de_Tecidos_Carioca?id=1097 (Acesso em: 15/02/17).

devido a interesses comerciais na área –, o que não corresponde à realidade histórica do Horto Florestal.

Sobre o Museu do Horto, ele menciona que era um museu de percurso, mas por essa questão litigiosa, o museu passa a funcionar de forma virtual, através do site citado em nota. Foi criado em 2010, tendo funcionado de forma frequente até 2014. A Biblioteca comunitária já existia, desde 2001/2003, através de parceria com a ONG Ler & Agir, que na época criou várias bibliotecas comunitárias no Rio de Janeiro. Nessa época, elaboram um livro *Cacos de Memória* – contando a história do Horto Florestal e dos seus moradores. A Biblioteca, o Centro de Atendimento (com acupuntura e heiki), a Associação de Moradores e a sede do Museu funcionavam em um espaço de convivência no Caxinguelê ¹²⁰, mas por conta dos conflitos com o Jardim Botânico, teve que sair de lá.

Revela que o livro *Cacos de Memória* serviu de base para a criação do Museu comunitário:

foi uma coisa bem orgânica assim, não foi uma coisa centralizada, vamos fazer isso. Lógico que a gente tinha uma ideia traçada, mas a gente precisou da ajuda de outras pessoas também, mesmo porque eu não conheço a história de todo mundo. A gente tentou separar por núcleos. Lá no Grotão tem o Paulo Roberto, no Caxinguelê tem a Rosangela, o Renato, a Cristiane, e outras pessoas também que ajudam a gente a identificar os moradores mais antigos do Caxinguelê, a gente foi fazendo esse trabalho de pesquisa primeiro pra mapear essas pessoas, e depois a gente partiu pras entrevistas com elas.

O acervo riquíssimo do site acabou virando um documentário, que pode ser acessado no próprio site. Ele continua:

(...) na época, a Nathércia, que mora aqui na região, estudou no colégio daqui do Horto e é ligada à nossa causa também, trabalhou na ONG Ler & Agir, ela ao mesmo tempo também trabalhava nessa escola ali que é o Capistrano de Abreu, ela teve essa ideia, na época que a gente estava fazendo a história da biblioteca, junto com a história do resgate da história e memória do Horto Florestal com os moradores mais antigos, (...) de fazer um projeto com as crianças, que resgatasse essas brincadeiras antigas, da época dos avós dela. A proposta era as crianças entrevistarem seus avós, e perguntarem pra eles, qual eram as brincadeiras que eles faziam quando tinham a idade delas.

Vale indicar que Nathércia Lacerda – arte-educadora – também trabalha com o Firmino da Rocinha no Centro de Cultura e Educação Lúdica.

¹²⁰ Região localizada no Horto Florestal.

A atual sede do Museu, que abriga ainda a Associação de Moradores, onde as aulas mencionadas anteriormente são ministradas, é fruto de ocupação, já que era casa de um antigo morador que faleceu. O único parente deste morador, o sobrinho, não foi morar lá, por isso a casa foi ocupada. Segundo Emerson, no Horto ninguém pode alugar ou vender casa, por ser uma área federal.

Sobre o processo de ordem de despejo, a situação que encontrei no momento da entrevista, era de 215 processos de reintegração de posse a favor do Jardim Botânico tramitando, com cinco processos tramitados e julgados, e que a qualquer momento as famílias podiam ser retiradas. De acordo com Emerson,

A SPU [Secretaria de Patrimônio da União] é responsável por remanejar as famílias, e ela não tem condição, entendeu? Então a princípio a SPU pelo menos a gestão atual, ela é favorável à permanência dos moradores aqui. (...) Porque eles não têm que fazer essa transferência e que se fizessem, seria desrespeitando a Constituição, a Lei orgânica do município, Estatuto das cidades. Há um limite de espaço pra você poder remanejar. Porque não é que vão sair as pessoas daqui e mandar para a Pedra de Guaratuba sabe, hoje em dia, isso daí por lei, não seria possível, mas a gente sabe que acontece. Eu sei de gente que mora ali na Vila Autódromo e que foi morar lá na... num lugar que não tem escola, não tem hospital, a mais de 60 quilômetros de distância do Centro da cidade do Rio. Então é muito complicado. A gente corre juridicamente atrás disso, para que isso não aconteça com as pessoas aqui do Horto.

A prova cabal de que os interesses na área do Horto são comerciais vem da explicação acerca do acordo que quase foi assinado para resolver a situação sem precisar despejar nenhuma família. A Secretaria de Patrimônio da União (SPU), em parceria com a faculdade de Arquitetura da UFRJ, realizou estudos durante três anos, chegando à conclusão que somente algumas famílias precisariam ser remanejadas para outras áreas do próprio Horto, contemplando assim o Jardim Botânico. No final dessa negociação em Brasília, o acordo não foi assinado.

Para Emerson, o Museu assume a **função de resistência**. Assim, explica:

Porque quando veio essa onda de taxaço de... que os moradores são invasores do Parque Jardim Botânico e tudo mais, a gente precisava dar uma resposta às pessoas explicando o porquê de nós não sermos *invasores*. O Parque Jardim Botânico, na verdade, estava invadindo a área de moradia do Horto Florestal, e não o contrário. Quando a gente criou o Museu a gente criou também muito com o intuito de quebrar esse discurso falacioso (...). Então, quando a gente montou o Museu comunitário, em 2009, 2010, e que o professor Mario [Chagas] veio aqui, conversou na época. Eu fui no 1º Fórum, lá em Brasília, de Museologia, não sabia nada, não tinha noção do que era Museologia. Lá eu conheci outras pessoas, de outras iniciativas, de outros locais, de tudo quanto é lugar do Brasil, que passava pelo mesmo problema

que a gente, ou por problemas parecidos, ou às vezes até pior que do Horto. Mal ou bem aqui no Horto não tem, sei lá, metade da violência que tem, na Maré, entendeu? Apesar de a gente ter uma violência. Não é a violência do ‘tiro, porrada e bomba’, mas é a violência psicológica, porque pode chegar tiro, porrada e bomba também, mas não é todo dia, e aí eu fui conhecendo esses atores, outros atores, de outras localidades.

Ele associa a dificuldade de participar em editais de fomento à cultura à falta de tempo da equipe e fala do papel da *Rede*, nesse sentido,

A gente chegou a se inscrever no edital [de Pontos de Memória do IBRAM], mas a gente ainda não foi contemplado. Isso é também muito por falta de tempo nosso de poder se reunir, na verdade, a equipe toda e a gente focar junto. E tem a parte do orçamento que é superchata que ninguém quer fazer, tem que contratar uma pessoa para poder fazer, e a gente não tem dinheiro pra contratar essa pessoa. (...) E até no caso, uma das funções da *Rede de Museologia Social* (...) é de estar atendendo os museus comunitários nesse sentido. A gente sabe que o Museu comunitário não tem a mesma estrutura do Museu do Amanhã, de um MHN [Museu Histórico Nacional] enfim, de um grande museu desses que não sei, tem todos os técnicos que o museu precisaria ter pra poder avançar. E aí no caso, a *Rede de Museologia Social* ela viria pra poder cobrir esses buracos, de prestar uma assessoria dentro da museologia. Precisa escrever um projeto, a gente foca lá, manda alguém da equipe lá que vai ajudar as pessoas a se capacitarem pra poder escrever esse projeto, ou a se capacitarem dentro da área de museologia social, através dos cursos. Tem esse projeto da *Rede* aí agora com a emenda parlamentar, vamos ver o que acontece né.

Ele também menciona a *Rede* como relações organizadas frente a diferentes instâncias da política cultural e a falta de recursos da mesma:

Tem a história da Lei Cultura Viva também, que agora nessa loucura que tá aí nesse governo interino, a gente não sabe em que pé anda a Cultura Viva. (...) Acabaram com o Ministério da Cultura, depois voltaram pro Ministério da Cultura, eu não sei quem que voltou com o Ministério da Cultura novo, o que ficou, entendeu? Isso é uma coisa que a gente deveria correr atrás. A *Rede* também seria, como é o meu trabalho na Associação de Moradores, de estar representando de forma institucional as demandas locais. É muito difícil fazer as coisas sem dinheiro, então, eu não cobro nada da *Rede*, porque eu sei que a gente tá aqui passando por uma situação financeira também que não é ideal, e eu sei também que a *Rede* tá também passando por uma situação financeira que não é ideal (...), porque não tem nem finança.

Ainda sobre a *Rede*, insiste na falta de tempo em função de compromissos prioritários para uma participação mais assídua: “até eu conseguir fazer a reforma da sede, conseguir deixar a sede estruturada, eu vou ter que ficar nessa função. Mas a partir do momento que ela estiver mais organizada, aí eu já vou poder voltar para a *Rede*. É sempre interessante ter alguém do museu comunitário estando representando lá na *Rede de Museologia*, nos fóruns enfim, no que for preciso pra poder fortalecer a *Rede*”.

Dessa forma, ele entende que a *Rede* fortalece os museus comunitários e que estar presente nos Encontros e nas suas discussões também fortalece os museus, como uma retroalimentação. Apesar de, conforme ele cita, não estar muito presente, ele é visto como referência pelo grupo, assim, considero sua participação na *Rede* a partir de 2015, como uma “presença de referência”, instância de participação explicitada anteriormente.

Aurelina Cruz, 52 anos, nasceu e mora em Duque de Caxias. É formada em Estudos Sociais com habilitação em história e geografia pela Fundação Educacional Duque de Caxias (FEUDUC), com mestrado em Educação, Cultura e Comunicação pela Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF/UERJ). Já participou de movimento jovem da igreja, de Associação de Moradores e do Partido dos Trabalhadores. Atualmente participa do movimento sindical dos professores.

É a coordenadora geral do Centro de Referência Patrimonial e Histórico de Duque de Caxias (CRPH). Sua participação no CRPH se inicia em 2009. A referida Instituição está ligada ao Museu Vivo do São Bento ¹²¹, primeiro museu de *percurso* da Baixada Fluminense.

Sobre o seu processo de criação, explica:

Eu acho que tem uma influência do Mario [Chagas], não é? Eu acho que Marluce, a Tânia e Augusto já conheciam Mario e Regina de Abreu [professora do Curso de Museologia da UNIRIO] lá das relações que eles tinham da História, lá da UNIRIO. Aí tem a FEUDUC, que tinha um Curso de História e que vai começar a fazer o *percurso* [de visitação dos marcos históricos do território] sem chamar de museu. Eu acho que quem nomeia o museu é o Mario. Eu acho que o pessoal já ia a muitas articulações com o esquema da história, do seminário de história, e... mas eu acho que quando o Mario vai lá e faz o *percurso*, ele nomeia.

Sobre a importância dessa nomeação e das discussões de atribuição de diferentes nomes ao museu, ela afirma:

Acho que isso deu identidade ao museu. Eu acho que o museu, ele vive a partir dessa coisa identitária. (...) O que é que é um museu? O que é que é um ecomuseu? Você fala que é um ecomuseu, embutido dentro dele está *territorial*, está *percurso*, está comunitário. Pelo menos o [Hugues de] Varine vai dizer isso. Então bastava dizer que era ecomuseu. Mas só que mesmo assim, as pessoas acharam que era importante manter a nomeação que é

¹²¹ Criado oficialmente pelo Executivo Municipal em 03 de novembro de 2008 (Lei de Criação do Museu Vivo do São Bento – Nº 2224 de 2008), no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias, a partir da reivindicação dos Profissionais da Educação e dos militantes culturais caxienses. Disponível em: <http://www.museuvivodosobento.com.br/institucional> (Acesso em 14/02/17).

territorial, que é percurso. Ele se faz no percurso, mas ele é territorial porque ele é comprometido com aquele território especificamente, até no conceito do Milton Santos, e aí as pessoas quiseram continuar nomeando. Agora a gente já se nomeou também um ecomuseu e uma Escola de Educação Patrimonial. Como nós somos professores, nós somos da Secretaria de Educação, nós somos uma escola antiga e a gente faz educação para o patrimônio, então nós somos também uma Escola de Educação Patrimonial. Mas, o museu, ele é um nome que ele abarcou os outros nomes.

O CRPH, como ela explicita, é “meio mãe e pai do Museu Vivo do São Bento”. Na verdade, o museu é criado a partir do CRPH, mas ele cresce tanto que acaba por abarcar o referido Centro de Referência. Dessa forma, a equipe é lotada no CRPH, estando a serviço do museu.

Mas o museu foi ficando tão grande, nominalmente todo mundo fala de museu, a gente mesmo se apresenta como, ‘somos de um Museu Vivo’ (...). Agora por exemplo, a gente fez essa discussão meio que pauleira lá sobre o que era CRPH, o que era Museu Vivo: ‘olha, isso aqui é uma ação do CRPH, e isso aqui é uma ação do museu’. Só que as pessoas acham que é isso mesmo, que é museu, é um Museu Vivo. Não é mais o CRPH. O museu vivo está junto com o CRPH, mas que toda a ação é uma ação dos dois (...).

Ela compreende então que as ações podiam ser entendidas de forma conjunta, sem separação, já que o museu passa a ser “uma face importante do CRPH”¹²².

Leu, como é chamada Aurelina pelos integrantes da *Rede*, atribui a esta a importância das articulações, de não se estar sozinho, fortalecendo iniciativas muito frágeis, que, por exemplo, não tem CNPJ. Ela entende que o Museu Vivo, mesmo sendo institucional, têm muitas ideias que não se concretizam por falta de recurso:

Agora não, que a gente está sem salário, está uma crise no município, a gente está com o salário parcelado, sem pagamento de parcela e tudo mais. (...) Está em greve, então está muito complicado. Mas, no normal, nós estamos ganhando a nossa matrícula para trabalhar lá no museu. Então pelo menos

¹²² De acordo com folder de divulgação do CRPH, ele “foi pensado inicialmente pela Associação de Professores e Pesquisadores de História APPH-Clio (Criada na década de 1990 e formada majoritariamente por ex-alunos do curso de História da FEUDUC, atualmente professores e pesquisadores, que dedicaram-se e ainda se dedicam à pesquisa da História Local e Regional e à sua divulgação através de eventos, exposições e publicações, assim como a defesa da inclusão desses temas nos currículos escolares das redes públicas e privadas da região”. Disponível em: <http://capfeuduc.com.br/historia/> - Acesso em: 14/02/17) e pelo Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação/Núcleo Duque de Caxias para: 1. Implementar um processo de inclusão da História de nossa cidade nos currículos vividos das escolas públicas. 2. Estabelecer um espaço museológico, de formação continuada, de pesquisa e de documentação da História local. 3. Elaborar material didático, organizar exposições e revitalizar lugares da História e da Memória da Baixada Fluminense, com especial atenção para o Museu Vivo do São Bento”. Assim, o CRPH foi, ainda segundo o referido folder, “acolhido pelas Secretarias de Educação e de Cultura do Município de Duque de Caxias, sendo criado oficialmente pelo Decreto 4806, em 23 de dezembro de 2005, no âmbito da SME/DC”.

essa mão de obra, a gente tem lá no museu, diferente dos outros museus, do MUF, do Sankofa, (...) Maré. Não é? Porque as pessoas precisam trabalhar em outras coisas para poder sobreviver para trabalhar no museu.

Apesar da importância da *Rede*, ela afirma que não deve haver “idolatria”. Ela menciona, “a idolatria é o problema, seja de Deus, seja do dinheiro, seja do que for, idolatria é um problema”. Ela entende que nenhum movimento é perfeito, e que quando se idolatra, não é possível ver as contradições. Segundo ela, as redes são de certa forma revolucionárias, são um “bom embrião de uma outra forma de poder”, mas tem problemas. E mesmo quando

elas negam o poder, mas tem poder e tem disputa de poder, umas mais, umas redes mais, outras redes menos. (...) [Têm] redes que se escondem no ideário de rede, para na verdade escamotear as disputas de poder e aí o imperativo do poder. (...) A hierarquia continua – sabe? – tudo continua. **Porque a roupa agora é da rede, e aí as pessoas se vestem de rede, a roupa agora dos coletivos? A gente veste coletivo. Mas não mudamos o cerne da questão.** Não mudamos o que é profundo na relação de poder. Trocamos as roupas do poder, mas continuamos acreditando em determinados exercícios de poder. E hoje na *Rede* a gente tem muito pouco isso. Se tem, tem muito pouco. E se a gente não ficar de olho aberto e a gente for tomado por um romantismo ideário, também pode acontecer isso (...) (grifo meu).

Sobre o fato dela chamar constantemente a Inês Gouveia de “presidenta”, menciona que não vê problema nisso, já que a Inês tem uma conduta de agregação, de ouvir as pessoas. Por isso, ela não vê problema que seja atribuída a ela uma hierarquia, “se você está a serviço de algo mais solidário, de algo mais fraterno, eu acho que pouco importa a função que você está”. Ela mesma participa com frequência do GT de Articulação desde 2015, tendo disponibilizado o CNPJ da Associação de Amigos do CRPH para a realização da emenda parlamentar referente ao deputado federal Chico Alencar, o que exige atualização e emissão de documentos, atenção a prazos e outras atribuições administrativas.

Marjorie Botelho, 45 anos, formada em Psicologia pela UERJ, com mestrado em Educação pela UFF. Nasceu no Rio de Janeiro, mora em Bom Jardim, região serrana do estado do Rio de Janeiro. Milita na área de educação, cultura, e na importância destas para a área rural. É fundadora, junto com seu companheiro Claudio Paolino, do Sobrado Cultural, equipamento cultural educativo, que funcionou durante dez anos na Grande Tijuca, em Vila Isabel. Em 2009, eles vão para Bom Jardim com o Sobrado Cultural

Rural ¹²³, primeiro porque identificavam muitas organizações de base comunitária atuando na cidade, mas também por terem sofrido um assalto ao equipamento no final de 2008. Decidem então, recomeçar no interior, em local que já frequentavam.

A diferença era enorme, como ela conta:

Aqui, quando a gente veio para Bom Jardim, o nosso trabalho, na verdade, ele tomou outra forma. Ele se reorganiza, mas ele também se reestrutura. Porque na Grande Tijuca lá em Vila Isabel, o nosso trabalho era muito direcionado só para a juventude. A gente atendia (...) os jovens das comunidades e das escolas públicas da região. Então, tinha uma outra pegada. Aqui, quando a gente chegou aqui, imagina você chegar numa região em que nenhuma das faixas etárias tem um trabalho sendo realizado? Então, a gente abriu uma frente com criança e adolescente, (...) eu acho que nós fortalecemos o trabalho ligado à museologia social, pela riqueza das histórias que tem aqui, da quantidade de mestres, erveiros, rezadeiras.

Ela menciona que no Rio de Janeiro, o trabalho de memória desenvolvido por eles dizia respeito à memória da cidade, pela parte arquitetônica, “não era uma memória das pessoas”. Já na zona rural são produzidos vídeos sobre saberes e tradições locais, como o documentário sobre a Folia de Reis. Também produziram um livro de receitas com inhame ¹²⁴, alimento que ganha festa na região todo ano, A Festa do Inhame ¹²⁵. O trabalho de registro das histórias de vida é iniciado em Bom Jardim, em 2009. Faz com que a própria comunidade se reconheça e valorize seus saberes e fazeres. Isso fica claro no seguinte trecho da entrevista: “A gente vai ao Ministério da Cultura, reconhece o Tuninho como Mestre Popular, circula com ele nas escolas. (...) Tem um senhor (...) que ele diz ‘Vocês chegaram aqui dizendo que a gente era Mestre e vocês vieram da faculdade’”.

Nesse sentido, o processo de edificação do equipamento no interior se dá através da valorização das narrativas dos moradores: “tem a Biblioteca Conceição Knupp Amaral, aí a gente homenageia uma mulher do campo, foi nossa primeira edificação. Aí depois a gente faz o Galpão de Arte Marfor. É uma homenagem à família Marfor (...)”. Ela enfatiza que isso serve para dizer que as pessoas que trabalham para os proprietários de terra também têm memória, também fazem um trabalho que precisa ser valorizado, apesar das escolas municipais e estaduais só trazerem os nomes desses proprietários.

¹²³ Ver: <https://www.facebook.com/sobradoculturalrural/?fref=ts> e <http://imagemcidadania.blogspot.com.br/> (Acesso em: 16/02/17).

¹²⁴ Livro disponível em plataforma virtual: https://issuu.com/imagemcidadania/docs/livro_receitas_web (Acesso em: 16/02/17).

¹²⁵ Ver: <http://mapadecultura.rj.gov.br/manchete/festa-do-inhame> (Acesso em: 16/02/17).

Depois, o Sobrado Cultural Rural é reconhecido como uma biblioteca de artes visuais pela FUNARTE (Fundação Nacional de Arte). Também foram contemplados no edital do INEPAC (Instituto estadual do Patrimônio Cultural) e fizeram um livro com cinco famílias de agricultores do estado do Rio de Janeiro ¹²⁶. Muitos desses “produtos” se transformam em material pedagógico e circulam pelas escolas da região, em versão digital. O Ecomuseu é o reconhecimento mais recente, data de 2014, apesar do trabalho de memória, através do registro da história oral e do patrimônio imaterial ser realizado até antes deles irem morar no interior, quando eles ainda eram visitantes: “(...) começamos a fazer algumas atividades esporádicas nas casas, principalmente na casa do Seu Ataíde Amaral, que é o nosso vizinho ali, de exibição de filme. A gente começou a filmar, filmar essa família, registrar, exibir para eles”.

Muito importante também, no âmbito das atividades realizadas com as escolas, é garantir o deslocamento até o equipamento cultural, “(...) a gente entendeu que nós não éramos um espaço cultural, que estaria aberto de segunda a sábado. Nós somos um espaço educativo de cultura que atende a comunidade”. Marjorie afirma que em se tratando de uma região rural em que a mobilidade é difícil, já que atendem várias comunidades, algumas distantes entre si, criar estratégias nesse sentido foi fundamental para a continuidade do trabalho, com a realização de oficinas de fotografia, educação patrimonial, de mineiro pau, peças de teatro. Os ônibus “são da Amarelinho, do Governo Federal, aqui da escola”. Também conseguem garantir o transporte incluindo-os nos projetos selecionados em editais de fomento à cultura.

O acervo de fotografias, filmagens e áudios do cotidiano da comunidade é enorme; são registros da produção de broa, do plantio do café, etc. Por conta disso, começam a participar de várias atividades de museologia. A parte física do Ecomuseu inclusive foi inaugurada a partir de edital de fortalecimento de práticas museológicas da Secretaria estadual de Cultura, através da Superintendência de Museus. Marjorie entende que o trabalho por eles desenvolvido perpassa a discussão museológica, seja através do fomento à leitura, seja através de práticas culturais, já que têm como objetivo preservar o modo de vida da comunidade.

Nesse processo, a museologia social é parte importante do trabalho, devido à desterritorialização que essas comunidades vêm sofrendo ao longo do tempo, conforme ela explica:

¹²⁶ Livro disponível em plataforma virtual: <https://issuu.com/imagemcidadania/docs/livroagricultoresdoestadodoriodejan> (Acesso em: 16/02/17).

Porque você tem lá em Bom Jardim, a gente está colado na RJ que vai para Trajano, que vai para Santa Maria Madalena. Com a RJ 146, você teve aí a chegada de várias fábricas por conta da isenção fiscal. Então, você tem uma mudança do *modus operandi* da comunidade, que antes... anteriormente era toda voltada para a agricultura, para a agricultura familiar. Com a vinda das fábricas, muitos desses agricultores tentando ter uma qualidade de vida melhor vão trabalhar nessas fábricas. Então, você tem uma “descaracterização dessas comunidades”. (...) Do outro lado aqui na divisa com Friburgo, você tem um turismo que cada vez mais vem se tornando predominante. Se ele não tiver como princípio, a valorização da comunidade, da cultura local, ele também ajuda nesse processo (...). Por exemplo, São Pedro da Serra era o maior produtor de couve-flor da América Latina. Mas, quem vem aqui nem sabe disso (...). Então, se você vai para Lumiar, você tem uma oferta gastronômica. Você tem uma oferta para quem é de fora. Mas, o que é que é produto daqui? (...) A gente vive um processo de “estrangulamento” de uma identidade cultural.

A sua definição acerca do ecomuseu é como um *museu de território* a partir dos trabalhos desenvolvidos na região. Para ela, isso é mais importante do que o próprio acervo do ecomuseu, doado ou emprestado pelas comunidades. Este se faz importante somente à medida que proporciona aos jovens e adolescentes que os visitam uma identificação, valorizando e conhecimento acerca da cultura rural – desvalorizada por alguns com o uso de termos pejorativos e preconceituosos. Ela comenta: “(...) aquela chegada, aquele reconhecimento, ver seus parentes ‘Minha tia, meu tio’. Isso vai criando uma euforia, um sentimento de pertencimento, também, uma estranheza, uma felicidade por ver ‘Esses caras vieram de fora e acham a minha avó maneira’”.

O movimento que a Marjorie e o Claudio estimulam, na verdade, é que esses moradores conservem os objetos nas suas casas, não doem nem vendam, preservando suas memórias e histórias. Por isso, a ideia é que a exposição no ecomuseu seja transitória. O Ecomuseu cumpre, então, o “objetivo pedagógico de estimular e fomentar a importância dessa identidade cultural rural”.

Quando pergunto se a comunidade os identifica como ecomuseu, ela menciona que como são muitos os nomes, a comunidade acaba se referindo a eles de diversas maneiras, eles são “a galera da cultura”, “um pouquinho de tudo”, podendo ser biblioteca, galpão de artes, ecomuseu, Ponto de Cultura, Sobrado Cultural Rural, ou ainda, Marjorie e Claudio.

Mas para eles nomear-se enquanto equipamento de cultura rural é fundamental na dimensão da política pública,

É importante mostrar para o Estado que é viável, é possível você ter equipamentos, pode ser só uma biblioteca, pode ser só um galpão de artes, pode ser só a biblioteca de artes visuais, pode ser só o ecomuseu, mas pode ser tudo, a gente pode ter tudo. E olha, que com pouco investimento. Nós não somos os únicos, também, mas nós integramos um conjunto de atores de organizações de base comunitária, que fazem cultura e que valorizam cultura e que produzem cultura com comunidades, com pouco recurso ¹²⁷. (...) Mas, nós começamos em 2012, a articular, identificar outras organizações (...) que atuam em áreas rurais. (...) O Cultura Viva chegou, acho que foi a política da cultura que mais democratizou. Mas, quando você faz uma análise do Cultura Viva, você vai lá nas suas profundezas, tanto para identificar quem são os atores, você vai ver que ainda assim, se concentram as ações naquelas organizações de coletivos culturais que estão nas metrópoles ou que estão mais perto da metrópole.

Em 2014 fundaram a Rede Nacional de Pontos de Cultura e Memória Rurais, a partir das discussões na Comissão Nacional dos Pontos de Cultura e do edital lançado pelo Ministério da Cultura, que contemplou dez redes no país com diferentes temas. O objetivo é justamente garantir que essas estruturas culturais se estruturam, para que haja de fato um processo educativo, pedagógico, metodológico que possibilite o acesso dessas comunidades, de forma permanente. Já foram selecionados como Ponto de Cultura e Ponto de Memória.

Sobre a *Rede de Museologia Social do RJ*, participam desde o início, tendo realizado encontro em 2013 dentro da Teia Rural, conforme mencionado anteriormente. Dessa forma, mesmo que atualmente, não estejam presentes com frequência nos Encontros, são mencionados como referência, configurando-se então enquanto “presenças de referência” para a *Rede*. Sobre o papel da mesma, menciona sua importância devido à articulação e incidência nas políticas públicas estaduais no campo da museologia. Mas, segundo ela, como outros movimentos e redes estaduais, a *Rede de Museologia Social do RJ* também está concentrada na cidade: “há uma concentração de decisão e de poder nas metrópoles”, o que dificulta a real participação das organizações que se localizam no campo.

Apesar de não falar diretamente sobre o caso da *Rede*, Marjorie menciona que os modos de organização, em sua concepção, precisam assegurar assembleias em que decisões sejam votadas, bem como espaços de deliberação, quando se tratar de qualquer instância que se pretenda representativa de um coletivo.

¹²⁷ Para manter o equipamento cultural, além dos editais de fomento à cultura, dispõem de alojamento para hospedagem, vendem pão, ovo caipira, alugam o espaço para outras organizações realizarem seus eventos e recentemente construíram uma pousada em São Pedro da Serra, que, segundo ela, veio a calhar dentro deste contexto de menos fomento.

Cláudia Rose Ribeiro¹²⁸, 50 anos, nasceu na Baixa do Sapateiro, na favela da Maré e estudou nas escolas públicas de lá até o ensino médio, quando foi estudar na Ilha do Governador, onde mora há 18 anos. Ela conta que nessa época teve que fazer “bico como explicadora”, “sempre gostei de explicar as coisas”, para pagar a passagem até a nova escola: “aí o que favoreceu foi que justamente logo em seguida houve a eleição para governador, que as eleições por causa da ditadura estavam suspensas, então o Brizola ganhou a eleição e aí ele colocou gratuidade para os estudantes uniformizados”.

Envolveu-se com a Pastoral da Juventude, da Igreja Católica, que era na década de 1980, muito engajada em questões políticas. Conta que

Era o período da Teologia da Libertação e das comunidades eclesiais de base. (...) Várias pessoas que eram da Pastoral da Juventude aqui da Maré, na época, começaram também, dentro desse contexto, a participar de movimentos sociais, movimentos populares aqui. O primeiro núcleo do PT Maré foi a gente que criou.

Formou-se em História pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Menciona que foi a primeira vez que ela se afastou da Maré para viver uma outra realidade. É quando começa a ter uma visão política mais ampliada, segundo ela. Depois da faculdade, começa a dar aula em escolas particulares até passar em concurso do município – “eu sempre quis dar aula na Maré” – e vai dar aulas em uma escola próxima, na Avenida Brasil, na altura de Ramos.

Nesse contexto é criado, em 1997, o CEASM, que é o Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré – uma ONG. Ela conta que a princípio eles não tinham nenhuma intenção de criar o Museu da Maré¹²⁹, “(...) pelo contrário, o museu para a gente era um lugar de visita, a gente ia visitar, para mim particularmente, era um lugar onde eu levava os alunos e eu devo confessar que eu não gostava de museu”. Logo depois, criam o pré-vestibular comunitário e a Rede Memória da Maré, dois projetos do CEASM. Sobre a Rede Memória da Maré explica:

Ela é fruto de um trabalho até anterior ao CEASM, porque como eu falei todo mundo que era da igreja tinha uma inserção política e alguns jovens – desse grupo eu não participei (...), foi em 1989 –, eles criaram a TV Maré, e aí a TV Maré registrava em VHS o cotidiano dos moradores, os depoimentos dos moradores mais antigos e tudo isso fez com que esses jovens que faziam a TV Maré comessem um processo de pesquisa. Eles começaram a sair, Arquivo da Cidade, Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, Casa de

¹²⁸ Entrevista realizada em 07/12/16 no Museu da Maré.

¹²⁹ Ver: <http://www.museudamare.org.br/> (Acesso em: 15/02/17).

Oswaldo Cruz, e fizeram um levantamento interessante sobre a história local e aí já tinha todo esse trabalho de memória também.

A TV Maré é extinta no início da década de 1990, mas seu acervo ficou guardado. Com a criação do CEASM, ela conta que eles começaram a pensar nesse trabalho de memória e organizar a pesquisa, principalmente de história oral, surgindo assim a Rede Memória da Maré. No final de 1998, a Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz) começa a pensar e estruturar o projeto do Museu da Vida ¹³⁰. Segundo ela, eles foram conversar com as pessoas que estavam desenvolvendo o trabalho de memória do CEASM para saber se havia interesse de construir junto o projeto pedagógico de formação dos monitores, já que eles queriam que os monitores fossem moradores da Maré. O projeto foi escrito em conjunto e aprovado pela FAPERJ (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro), durante 1999 e 2000. Os monitores foram jovens moradores da Maré.

Claudia conta que em 2000, quando houve um seminário de avaliação desse processo lá no Museu da Vida, estavam o Mario Chagas e outras pessoas ligadas a museus. Eles apresentaram o trabalho de memória realizado na Maré e o Mario Chagas, ainda de acordo com ela, ficou muito interessado e foi posteriormente visitá-los. Ela conta que a sede do CEASM é no morro do Timbau até hoje, que não é a mesma localização do Museu da Maré, que fica muito perto da Avenida Brasil. Nessa época, ele visitou na sede do CEASM, o que seria o arquivo Dona Orosina Vieira, ainda a ser inaugurado. E que hoje está no Museu da Maré.

Ela relembra que o Mario Chagas também esteve na inauguração do Arquivo

E ele falou que ‘poxa, vocês têm toda uma questão aqui, uma discussão na área de museus, vocês poderiam pensar em criar um museu.’ Assim, confesso que na hora eu achei que aquilo fosse algo... ah, um delírio, porque... Apesar de não conhecer o Mario ainda muito bem, naquela época já se via que ele delirava, ‘como assim, criar museu?’ Que na minha cabeça museu era assim, era um lugar onde você tinha muitos objetos e objetos grandiosos e tal. O que a gente vai fazer? A gente tem espaço para o Arquivo, é isso que a gente está inaugurando, é essa a nossa praia.

Recorda-se ainda que ele os convidou para um encontro do Sistema de Museologia no Rio Grande do Sul. Eles então conseguiram arrecadar recursos pra ir e chegando lá descobriram que o Mario não tinha podido ir ao evento. Apesar disso, participaram, contaram suas experiências, mas ela diz que causaram uma certa

¹³⁰ Ver: <http://www.museudavida.fiocruz.br/> (Acesso em: 15/02/17).

estranheza já que vinham do movimento social, com ideia de museu dentro da favela. Em um dado momento, Cláudia conta que alguém perguntou: “O Mario sabe que vocês estão incitando esse tipo de movimento? O que é que vocês querem? Colocar fogo no Louvre?” E eu nem conhecia o Louvre ainda, ‘não vão botar fogo nesse lugar, pelo amor de Deus, eu quero ir lá em Paris, eu quero conhecer’”.

Ainda por conta desse episódio, decidiram:

Agora sim, agora a gente quer museu! Num primeiro momento **foi para provocar, usar a palavra museu foi provocação**, porque é nesse momento, logo em seguida, 2003... 2002 a gente conheceu a dona desse lugar aqui, da empresa ¹³¹, ela propôs então a gente utilizar esse espaço. O CEASM decidiu que os projetos de educação, de comunicação – que era o Jornal Cidadão – ficariam lá em cima no Timbau, porque os projetos culturais viriam para cá. Logo a gente pensou nesse galpão para abrigar uma exposição. Então a gente falou assim, ‘não, vamos chamar essa exposição de Museu da Maré’. Porque aqui não era museu, era Casa de Cultura da Maré, inaugurada em 2003 (grifo meu).

E continua:

A gente começou a fazer instalações nesse galpão maior, porque era um pé-direito mais alto, seria mais adequado para exposições. Então a gente fez várias intervenções até que em 2004 a gente teve (...) experiências importantes, uma foi lá no Museu da República. (...) O Mario já estava no processo do DEMU, o Departamento de Museus do IPHAN, então ele convidou a gente para fazer uma exposição lá. Foi o primeiro desafio nosso, o de não trabalhar apenas com documentos bidimensionais, nem só com papel e tal, mas objetos. Então como a gente não tinha objetos, a gente teve que pedir emprestado aos moradores. E aí a gente montou a exposição ‘A Força da Maré’, que era a volta da Dona Orosina ao Palácio, ‘da Palafita ao Palácio’. Tem uma história que a Dona Orosina, quando ela morava aqui [na Maré], o exército – até hoje tem o quartel aqui – ele, na época, tomava conta desse espaço e começou a cobrar arbitrariamente taxa dos moradores que viviam aqui. A Dona Orosina escreveu uma carta para Getúlio Vargas e Getúlio Vargas respondeu num telegrama dizendo que a partir daquele momento ninguém mais pagaria, porque na verdade não era uma corrupção do Estado, de uma forma organizada, era corrupção só dos militares daqui. Então a gente simbolicamente imaginou a Dona Orosina voltando, se antes ela já veio com uma carta impondo aí a sua vontade, resistência ao Getúlio, agora ela volta também, simbolicamente, como exposição ‘A Força da Maré’.

Cláudia conta que ao final da exposição, os moradores não quiseram mais os objetos, eles queriam que algo parecido com o que tinha sido feito no Museu da República, fosse feito na Maré também. Então a partir da Casa de Cultura da Maré, eles fizeram exposições temporárias com o nome de Museu da Maré, mas ainda não era o museu como é hoje. Até que em 2005 foram selecionados no edital Pontos de Cultura,

¹³¹ Está se referindo à Companhia Libra de Navegação, onde se localiza atualmente o Museu da Maré.

do Ministério da Cultura, com projeto nomeado Museu da Maré. Era a oficialização do museu, inaugurado então em maio 2006. Posteriormente também foram selecionados no edital de Pontos de Memória, do IBRAM.

Sobre a função do museu, ela conta que passou a pensá-lo como um instrumento de preservação da memória, como um instrumento de diálogo e não mais como provocação:

Então a gente saiu desse campo de provocação, a gente começou a ver que o Museu (...) era algo que tinha um poder de comunicação muito forte. (...) O Museu existe aqui e tem toda uma metodologia, um procedimento que vocês vão ter que procurar no campo dos museus. Vocês não podem mais agir só como militantes que têm um instrumento de provocação, eu sou um instrumento de transformação, de diálogo, de abertura'. (...) Quando a gente se deu conta, a gente não falava mais Rede Memória, quando a gente se deu conta a gente não falava mais Casa de Cultura, a gente falava Museu da Maré.

Essa questão é bem próxima ao que foi visto anteriormente no Museu Vivo do São Bento, a partir do depoimento da Leu. Da mesma maneira que lá, aqui também o museu sobressai à instituição da qual estava vinculado. Acredito que isso possa ser entendido se pensarmos que o museu comunitário centra sua ação na memória de um determinado território, de uma comunidade, e isso é muito potente enquanto vínculo afetivo; traz a sensação de pertencimento. Mais do que locais ou espaços culturais, que trazem outras possibilidades de informações e experiências, esse “tipo” de museu marca, e por isso sensibiliza, identidades e memórias individuais e coletivas.

Isso pode ser exemplificado com o seguinte trecho do depoimento da Cláudia na relação entre morador e monitor do museu: “(...) o mais da dinâmica que eu acho interessante é quando chega um morador e diz, ‘não, não precisa não, aqui eu sei de tudo isso, isso aqui é a minha vida, minha história, pode deixar que eu faço [a visita]’”.

Quando pergunto sobre a *Rede de Museologia Social do RJ*, ela conta que o Mario Chagas a convidou para trabalhar no núcleo de museologia social do IBRAM, dentro do Departamento que ele dirigia, em 2013. A partir do IBRAM conhece a Inês Gouveia, frequentando os Encontros da *Rede* desde o início. Conta que problemas pessoais de saúde fizeram com que ela tivesse menos frequência nesses Encontros. A ressaltar ainda a ameaça de despejo do Museu da Maré, no segundo semestre de 2014 – tema que será abordado no próximo capítulo. A partir de 2015 até final de 2016, compreendo a Cláudia também como “presença de referência”, já que é constantemente

citada pelos demais. Em 2007, ela já estava presente nos encontros da Rede Museus, Memória e Movimentos Sociais, segundo as atas.

Sobre a importância da *Rede*, ela responde:

Ela traz essa dinâmica do engajamento de novas experiências, do conhecimento mais de perto dessas experiências, porque a proposta da *Rede* é você estar vinculado virtualmente, mas periodicamente você ter uma circulação, uma caravana que vai para os lugares, não é? Então essa experiência de você ir e conhecer de perto os lugares, do que as pessoas estão falando, é algo que é muito inspirador (...). Então é isso, de você estar, de você poder trocar, conversar, dialogar, olho no olho, ver as experiências, se fortalecer e ajudar e colaborar com o fortalecimento dos outros que estão nesse mesmo caminho, que têm as mesmas dificuldades e que têm os mesmos ideais, os mesmos sonhos, as mesmas utopias, acho que isso é fundamental para manter essa coisa assim, viva dentro da gente, porque no dia a dia, o trabalho é muito pesado e a tendência é você se cansar, desistir ou não desistir, mas já ir no automático. (...) Quando você tem esse contato com a *Rede*, nossa, isso tudo sai do seu campo, sabe? Você tem um outro horizonte. É como se você pudesse a cada Encontro, a cada momento de confraternização, troca de experiências, ouvir as dificuldades dos outros, as saídas e soluções criativas que foram encontradas nessa trajetória. (...) Eu acho que é superimportante esse fortalecimento, essa troca”.

Mario Chagas, 60 anos, passou a infância em Cavalcanti, bairro da Zona Norte da cidade, localizado entre Cascadura e Vicente de Carvalho. É técnico em mecânica e chegou a trabalhar na área. Posteriormente, formou-se em Museologia pela UNIRIO, mas se diz poeta antes de ser museólogo. Entrou na Museologia com o desejo de fazer Arqueologia, mas logo compreendeu que a Arqueologia lidava com a morte e isso não o interessava. Trabalharia a Museologia conectada com a vida, uma “museologia biófila”, de acordo com ele. Não é a toa que fez licenciatura em Ciências na UERJ em 1980. Fez mestrado em Memória Social pela UNIRIO e doutorado em Ciências Sociais pela UERJ. Recentemente foi convidado a dar palestra sobre a Museologia Social na Escola do Louvre, em Paris, em seminário intitulado “Museologia Social no Brasil: poéticas e políticas no trabalho baseado na experiência prática”, voltado para estudantes de mestrado e doutorado da área ¹³². Trata-se de um projeto de cooperação entre a Escola do Louvre e o IBRAM.

Em seu currículo *lattes* denomina-se como

Um dos responsáveis pela Política Nacional de Museus (lançada em 2003) e um dos criadores do Sistema Brasileiro de Museus (SBM), do Cadastro

¹³² Ver: <http://br.rfi.fr/brasil/20170127-rfi-convida-mario-chagas> (Acesso em: 02/02/17).

Nacional de Museus (CNM), do Programa Pontos de Memória, do Programa Nacional de Educação Museal (PNEM) e do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Fundador da Revista Brasileira de Museus e Museologia - MUSAS e criador do Programa Editorial do IBRAM.

Atualmente é coordenador técnico do Museu da República e morador do bairro do Flamengo, na zona sul do Rio de Janeiro. Foi o principal articulador da Rede Museus, Memória e Movimentos Sociais em 2007, e hoje, juntamente com a Inês Gouveia, articula a *Rede de Museologia Social do RJ*, participando com grande frequência do GT de Articulação. Militante da museologia social, que ele também chama de sociomuseologia, nova museologia, museologia crítica, ou ainda de acordo com ele, “museologia biófila”.

Sobre a função do museu, afirma que o museu têm várias funções, além de comunicar, gosta de dizer:

Os museus são bons para namorar, são bons para passear, são bons para reflexão, são bons para fazer política, são bons para emocionar, enfim, há aí um texto, um artigo de Appadurai¹³³ que diz “os museus são bons para pensar.” Eu entendo da mesma maneira, os museus são bons para pensar, mas são igualmente bons para sentir, para intuir, para sensibilizar e para tantas outras coisas. (...) Eu compreendo que eles são especialmente bons para exercitar uma conexão, uma conexão entre mundos distintos, entre culturas distintas, entre grupos sociais distintos, quer dizer, o museu tem uma capacidade extraordinária de articular tempos diferentes, culturas diferentes, pessoas diferentes, grupos sociais diferentes.

Porém, alerta que os museus também são “camaleônicos” e se transformam, mudam de posição, “produzem câmbios muito velozes”, enganando-nos muito facilmente. Dessa forma, é preciso compreender o museu com atenção e não ingenuidade: “(...) é preciso lidar com os museus por eles, apesar deles, e às vezes contra eles. Então, por tudo isso, quer dizer, na síntese é assim, os museus não são bons porque são museus e tudo depende do que a gente faz com eles”.

É nesse sentido que Mario menciona a “ética a favor das liberdades”, que combate preconceitos; “uma ética da vida” Esta não é uma ética regulada pelo ICOM, por exemplo, como menciona, ou um código de ética do COFEM (Conselho Federal de Museologia).

A museologia social me interessa de modo especial por causa da defesa de certas liberdades, ter o exercício da afirmação de fraternidades e de

¹³³ APPADURAI, Arjun; BRECKENRIDGE, Carol A. *Museums are good to think: Heritage on view in India*. Smithsonian Institution Press, 1991.

patrimônio, de 'fratrimônios'. Também está interessada em garantir as liberdades da comunidade LGBT, (...) a afirmação do direito a terra, então, essa museologia social me interessa, quer dizer, esse encaminhamento da museologia social me interessa de modo especial, (...) dentro das possibilidades do combate às injustiças sociais. (...) Trata-se também da compreensão de que essa museologia social está eivada efetivamente de comprometimentos ideológicos. Mas isso não é diferente de nenhuma outra museologia e nenhuma outra prática. Eu diria que a fronteira da ciência com a ideologia é uma fronteira muito tênue, assim como a fronteira entre a ciência e o senso comum é uma fronteira muito tênue. Então alguns querem entender que essas fronteiras são embarcadas com rigidez. Mas não é assim que funciona. Na prática, no cotidiano não é assim que funciona.

Sobre a diferença entre museologia e museologia social, ele dá um exemplo “radical”, como ele mesmo diz, mas emblemático como reflexão:

Ora, nós conhecemos muito bem um grande projeto que Hitler desenvolveu para a criação de um museu que seria Museu Universal situada na cidade de Linz, a sua cidade natal na Áustria ¹³⁴ (...) Seria o maior museu do mundo ocidental (...) E para isso que práticas foram desenvolvidas? A prática do saque, saque de famílias judias, saques de outros museus, mas também foram desenvolvidas práticas de destruição de obras de arte, especialmente as obras de arte modernas (...). Muitas obras de arte foram destruídas com o argumento de que eram obras bolcheviques. Esse museu estava ancorado em preconceitos. Era um museu de afirmação de superioridade de um povo em relação aos outros. Ora, eu não posso compreender de forma nenhuma que isso está no âmbito da museologia social. Ao contrário, isso é uma museologia da expropriação, da dominação, da morte mesmo. Em nome dessas práticas de superioridade, a destruição do outro, a expropriação do outro estava autorizada. Mas esse exemplo radical, dentro de uma museologia que eu diria nazista, você tem uma gradação muito grande. Tem outras tantas práticas que estão muito próximas dessa.

Essa gradação a que ele se refere acaba por disfarçar, muitas vezes, certas práticas “necrófilas”, como ele chama, em contraposição às práticas “biófilas”. São práticas que estão no âmbito de uma “museologia colonizadora”, que, segundo ele, quer reduzir o outro: “Vá para o seu lugar”, “compreenda que você não tem esse direito”, “compreenda que você não tem essa capacidade”. “(...) Só que muitas dessas práticas foram naturalizadas (...) e incorporadas às práticas museológicas no mundo ocidental, na América Latina, na América do Sul, no Brasil, foram inteiramente assumidas como se fossem naturais”.

Segundo ele, a museologia social também pode flertar com práticas, por exemplo, preconceituosas, ao passo que isso depende do modo como as pessoas a tratam. Chama a atenção para a importância da crítica: “E por isso a ideia do trabalho

¹³⁴ Parece que ele não nasceu na referida cidade, mas foi criado lá, de acordo com: https://pt.wikipedia.org/wiki/Adolf_Hitler (Acesso em: 17/02/17).

em rede é tão importante, porque o trabalho em **rede fortalece a nossa capacidade crítica**, um auxilia o outro no desenvolvimento de uma perspectiva crítica” (grifo meu).

Quando pergunto sobre seu entendimento acerca de “processos museais”, termo usado nas políticas de museus, pós 2003, principalmente a partir do IBRAM, ele afirma que seu entendimento é que quando se fala em museus, não necessariamente está se falando de museus institucionalizados, mas em processos que se desenvolvem enquanto práticas sociais.

Em anexo, apresento trecho da entrevista de Mario Chagas, que contextualiza, como participante direto, as políticas públicas que propiciaram o reconhecimento da museologia social, pós 2003.

Lucienne Figueiredo, 57 anos, carioca, moradora de Botafogo, formada em Museologia pela Universidade Estácio de Sá, com mestrado em Museologia e Patrimônio pela UNIRIO, pós-graduação em Administração Pública pela UERJ e especialização em Gestão de Política Pública. Atuou na criação, desenvolvimento e implantação do Sistema Estadual de Museus (SIM-RJ), que existe há oito anos e está vinculada à Superintendência de Museus. Funcionária pública de carreira desde 1978 é assessora-chefe do SIM-RJ ¹³⁵.

A criação do SIM-RJ possibilitou que ela visitasse os 92 municípios do Rio de Janeiro, mapeando museus, iniciativas de memória, dificuldades e interesses na área. Ela também visitou os Sistemas que já haviam sido implantados em outros estados, indo aos encontros de museus de São Paulo, Ceará, Florianópolis, Pará, com o objetivo de entender como o campo se organizava nessas localidades.

Considerando o museu um equipamento muito especial, potente e transformador, ela afirma:

A gente tem uma área muito complexa que os próprios pares nossos do campo nem sempre conseguem enxergar a potência que é uma instituição museológica, o quanto um museu pode ser transformador na sua localidade, seja na área rural, seja na área de uma comunidade menos favorecida, ou numa metrópole. (...) Ele vai ser aquilo que aquela localidade precisa. Ele tem essa possibilidade de se amalgamar ao espaço que ele está, e aí ele ser um grande irradiador e um grande congregador também.

Quando pergunto sobre a importância da *Rede*, ela menciona que é o movimento mais legítimo dos museus:

¹³⁵ O referido Sistema foi criado pelo decreto no. 42.306/2010, “com o objetivo de promover políticas de articulação e fortalecimento institucional da rede fluminense de museus, com vistas à pesquisa, conservação e difusão de acervos museológicos do estado do Rio de Janeiro”. Disponível em: <http://www.museusdoestado.rj.gov.br/sim-rj-cadastro-fluminense/> (Acesso em: 16/02/17).

Quando eles criam o MAR [Museu de Arte do Rio], o Museu do Amanhã, eles não fazem uma consulta pública para saber se nós, cariocas, queremos um museu. Bacana, todos os dois museus? Bacana, assino embaixo. Agora, os museus sociais são museus legítimos porque eles nascem de uma vontade de um grupo que quer fazer aquilo, que é importante fazer, e isso é muito representativo (...). Eu andei por aí, tem vários museus que são criados por decreto e não ficam lá, viram um documento publicado no DO [Diário Oficial] e não saem daquilo.

Sobre os museus comunitários, ela menciona ainda o problema com suas sedes, através dos exemplos do Museu da Maré e do Museu de Favela (MUF). Ambos com situações em andamento. Lucienne considera importante que ela acompanhe essas questões diretamente para, junto a outras instâncias do poder público, ajudar em sua interlocução. É nesse sentido que ela acha importante estar próxima à *Rede*, para ser interlocutora de seus problemas e demandas, principalmente. Em artigo apresentado em Congresso na Argentina, intitulado, de acordo com ela, “Museu da Maré, um Museu à Deriva”, ela enfatiza a importância de se pensar políticas públicas que garantam a permanência desses museus.

Acerca dos editais que a Superintendência estadual de Museus tem lançado desde 2010, ela explica que estes nunca deixaram de fora os museus comunitários, apesar de não haver edital específico para atender as suas demandas, entendendo que eles também precisam de apoio e estrutura. Inclusive, o MUF, o Museu da Maré, o Museu Vivo do São Bento já foram selecionados nestes editais.

Lucienne enfatiza ainda, que o edital Memória e Cidadania, referente à chamada pública no. 07/2016¹³⁶, de setembro de 2016, da Secretaria estadual de Cultura do Rio de Janeiro, teve 66 inscrições, o que dá ao poder público a dimensão da demanda. Apesar dela dizer que não há edital específico para iniciativas da museologia social, me parece que o item 1.2 do referido edital diz o contrário: “Na forma regulamentada por este instrumento, só poderão inscrever-se por este Edital projetos que tenham por objetivo mapear práticas de memória e museologia social, que possuam caráter social e comunitário, na área de Museus, Centros de Memória, Pontos de Cultura, e afins (e suas categorias: pesquisa, educação, documentação e difusão/comunicação), e cujas atividades sejam realizadas em um ou mais municípios da lista abaixo (...)”.

¹³⁶ Ver: http://www.cultura.rj.gov.br/tcfc2016/assets/light/07_2016_Memoria_e_Cidadania.pdf (Acesso em: 16/02/17).

Ao menos esta é uma prioridade, conforme item 2: “Constitui o objetivo deste Edital o apoio financeiro para realização de projetos de pesquisa, documentação, comunicação/difusão, educação e memória, tendo em vista a valorização das identidades locais. Serão priorizadas ações e projetos de caráter social e comunitário, voltados para identificação, preservação e valorização da memória local (...)”. Outra observação importante sobre este edital é que ele possibilitou a inscrição de pessoas físicas, além das jurídicas, conforme item 4.1.

Uma das dificuldades que ela aponta em relação à *Rede* é a circulação entre diferentes regiões do estado e dá um exemplo: “porque claro, eu vejo a moça lá de Lumiar quando ela fala ‘puxa, para eu descer...’, então eu digo assim, às vezes é isso, a circulação apesar de a gente estar num estado pequeno, mas a gente sabe que não é simples (...)”. Por fim, ela participou com frequência dos Encontros da *Rede* desde 2013, ajudando inclusive na sua articulação inicial, tendo integrado o GT de Articulação em seu início, mas como no período entre 2015 e 2016, sua presença física foi menos frequente, apesar dela mencionar se colocar a par dos assuntos posteriormente, considero-a aqui como uma importante “presença de referência”.

Sidney Silva, 45 anos, nascido e criado na favela do Cantagalo. Apesar da vida difícil, conta que a arte possibilitou uma grande transformação na sua vida. Começou a fazer capoeira com oito anos, hoje é mestre na Capoeira Liberdade, produtor cultural e percussionista, e faz parte da Associação Cultural Corpo em Movimento. Diz que o MUF (Museu de Favela) ¹³⁷ começou a partir de intervenção do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), em 2007. Em 2008, os agentes do PAC começaram a conversar com as lideranças e com os grupos culturais da comunidade. Como ele já era uma liderança recebeu a proposta do projeto social, que seria o legado da obra para a comunidade, mas que ainda não levava o nome de museu.

Ele cita que o “Acme já fazia intervenções de grafite na comunidade, para a comunidade... e a Rita já fazia entrevistas de memórias tanto para o Portal Viva Rio ¹³⁸, quanto por ela própria. Então ela já tinha um acervo muito grande”. Dessa maneira, já existia um trabalho memorial sendo desenvolvido na comunidade.

Segundo ele, a partir da realização de fóruns de discussão, eles entenderam que as manifestações culturais populares estavam se “perdendo”, ou em decorrência da

¹³⁷ Ver: <http://www.museudefavela.org/> (Acesso em: 17/02/17).

¹³⁸ Ver: <http://vivario.org.br/> (Acesso em: 19/03/17).

evangelização ou pela falta de interesse do morador. O MUF então “começou como fórum social aberto da obra”, e este projeto foi apresentado à comunidade.

Ele conta ainda que quando a referida obra chegou à comunidade, trouxe a proposta de cursos profissionalizantes, “aqueles cursinhos básicos de obras de governo”, para garçom, copeira e cuidador de idosos, mas eles identificaram que não era essa vertente que eles queriam, mas que ficasse como legado uma dimensão cultural e turística. “Junto ao pessoal do grupo de trabalho da obra”, pesquisaram e encontraram o DEMU/IPHAN e o Mario Chagas ¹³⁹. A partir daí, direcionaram seus trabalhos para tratar da memória do morro. Nas primeiras reuniões com o DEMU, formataram a ideia do museu. Na semana seguinte, de acordo com Sidney, Acme chegou com a logomarca do museu pronta, que representa o MUF até hoje.

O MUF é uma associação privada de interesse comunitário, sem fins lucrativos, fundada em novembro de 2008, por moradores das favelas do Cantagalo, Pavão-Pavãozinho, localizadas entre Ipanema e Copacabana, no Rio de Janeiro, de acordo com o livro “Circuito das Casas-Tela – caminhos de vida no Museu de Favela” ¹⁴⁰. É um *museu de território*, uma galeria de arte a céu aberto com grafites que retratam a vida desses moradores. Além de possuir “12 hectares de área e um rico acervo de cultura e modos de vida [com cerca de 20 mil moradores], distribuídos entre os cerca de 5.300 imóveis conectados por um labirinto de becos e escadarias. Seu patrimônio natural reúne Mata Atlântica e vistas panorâmicas (...)” ¹⁴¹.

Sobre o Museu de Favela, Sidney explica:

Por que é o museu de todas as favelas, porque ele vai trabalhar toda a memória de ocupação das favelas, principalmente as litorâneas aqui na Zona Sul que começa lá no Leme e vai até a Rocinha, e por isso é de todo o Rio de Janeiro, de toda a cidade. A ideia seria de fazer o caminho inverso, fazer as pessoas do bairro de Ipanema e Copacabana frequentar o complexo de favelas do Pavão-Pavãozinho-Cantagalo ou através de guiamento ou através de manifestações culturais.

E ainda sobre a aceitação da comunidade, ele menciona:

O nosso museu por acaso, ele começou assim, muito desacreditado pelos próprios moradores, porque foi uma coisa muito nova. E como a gente estava

¹³⁹ Que é descrito no site do MUF como Diretor de Articulações e Intercâmbios.

¹⁴⁰ PINTO, R.; SILVA, C.; LOUREIRO, K. (org). Circuito das Casas-Tela, caminhos de vida no Museu de Favela – 1. Ed. Rio de Janeiro: Museu de Favela, 2012.

¹⁴¹ Disponível em: <http://www.museusdorjio.com.br/joomla/images/stories/guiarj/museus-rj2013.pdf> (Acesso em: 17/02/17).

ligado a uma obra do governo, os moradores tiveram essa desconfiança com a gente, pensando que a gente queria usar a comunidade, explorar a comunidade mesmo sendo morador. A gente foi em frente com a proposta e a cada ano a gente vai fazendo o morador compreender que hoje ele mora, ele continua morando numa favela, mas hoje ele mora num **território museal**. As pessoas entram aqui e não veem a nossa favela como viam antes, só pelo viés da violência. Elas conseguem perceber outros valores culturais, éticos, religiosos, e assim a gente vai mostrando a nossa cara para o Rio de Janeiro. (...) O nosso intuito é trazer, dar visibilidade para o nosso complexo de favela e chamar a atenção dos órgãos públicos para eles investirem em desenvolvimento social e humano na comunidade (grifo meu).

Segundo ele, apesar do museu ter ficado, a obra não saiu, o que causou estranhamento de parte da comunidade por terem achado que o recurso da obra havia ido para o museu. O que, de acordo com Sidney, não aconteceu.

Sua base operacional, como é chamada, fica na Rua Nossa Senhora de Fátima, no. 07, Morro do Cantagalo, em Ipanema. O espaço foi cedido em comodato pela Mitra Arquiepiscopal, que recentemente pediu sua desocupação pelo MUF, tema que será abordado no capítulo 3. O museu foi um dos 12 pontos escolhidos no projeto-piloto do Programa Pontos de Memória, do IBRAM, em 2009. Sidney é diretor de captação de recursos e produtor da agenda cultural do MUF: “a ideia do MUF é desde o princípio ser um guarda-chuva cultural. A gente não veio para inventar mais nada, a gente só veio para fortalecer o que já existe. Então, assim, todas as nossas atividades, elas sempre têm um morador ou um grupo cultural envolvido da comunidade”.

Participa da *Rede* desde o início devido ao contato com o Mario Chagas e o Programa Pontos de Memória. Apesar de sua frequência nos encontros desde 2013, em 2015 fica mais afastado, atribuindo a isso o nascimento de seu segundo filho. Por isso, estou considerando-o como “presença de referência”, já que é frequentemente mencionado no grupo. Sobre a importância da *Rede* fala que ela dá visibilidade para projetos de memória ainda iniciais. Menciona também os profissionais de museologia presentes na *Rede*, que podem orientar estas novas iniciativas e seus líderes comunitários, além da troca de experiências que ela possibilita, apesar da autonomia de cada espaço.

Através dessas narrativas é possível perceber a dimensão política que os entrevistados associam à museologia social, já que esta é mencionada enquanto movimento de resistência, potência transformadora, a partir de sua perspectiva

afirmativa e inclusiva, que permite visibilidade às memórias periféricas. Nesse sentido é atribuída à *Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro*, o desenvolvimento de trabalho coletivo, através da experiência compartilhada e ensaios inovadores multissituados. A “necessidade de preservação”, decorrente da “perda” e da “descaracterização” atribuídas às referências culturais das comunidades em que estão inseridos os museus comunitários é motivadora deste processo. Este também é um importante espaço de pressão na distribuição de recursos financeiros, advindos das políticas públicas de cultura.

A aproximação entre os entrevistados se dá também devido ao capital político militante, formado na maioria das vezes através dos Partidos Políticos, do movimento jovem das Igrejas e das Pastorais, do trabalho em Associação de Moradores, do movimento sindical e da formação acadêmica. Ressalta-se que dependendo da posição social destes agentes, a gestão do tempo é diferente, conferindo maior ou menor disponibilidade para estar presente nas reuniões e nas instâncias de participação da *Rede*.

É fundamental que seja dito que há o equilíbrio cultivado por esses agentes entre interesses diferentes, em que de um lado, têm-se os pesquisadores, que apoiados em seus trabalhos de pesquisa, articulam e operacionalizam a *Rede*; e de outro, os movimentos sociais, objetos das pesquisas, favorecidos com esta operacionalização, através de um saber burocrático, exigido pelo Estado, e de capacitação técnica. Também se faz necessário mencionar, neste contexto, o crescimento dos cursos universitários e a consolidação do campo da Museologia.

Outra questão percebida com as entrevistas diz respeito à busca de alguns, por uma relativa autonomia aos editais de fomento à cultura – que apresentam temporalidades pré-definidas –, através de estratégias que viabilizem a economia desses projetos.

Como foi visto, apesar de Cláudia Rose, Sidney Silva e Lucienne Figueiredo, serem considerados neste trabalho como “presenças de referência” a partir da análise do período citado, é importante mencionar que no início de 2017, sua presença mais constante parece indicar o fortalecimento do GT de Articulação.

Por fim, apesar da referência de alguns desses agentes à *Rede de Museologia Social*, como sendo horizontal e sem hierarquias, ela pode ser até aqui entendida como portadora de hierarquias não formalizadas. Ou seja, ainda que as hierarquias não tenham sido discutidas e problematizadas através de atribuição de funções e responsabilidades

fixas a cada participante, ela existe à medida que há formas diversas de enunciação no grupo, explicitadas de acordo com as três instâncias que atribuo aos 12 entrevistados, a saber, GT de Articulação, GT Operacional e “presenças de referência”.

Dessa maneira, mesmo que estas instâncias não possam ser compreendidas de forma fixa, elas possibilitam autoridade e formas de participação diferentes a cada agente aqui apresentado. Por exemplo, a competência técnica de Inês Gouveia, e sua capacidade de articulação e liderança, com funções sistematicamente delegadas a ela, atribuindo inclusive, mesmo que informalmente, o cargo de *presidenta* da *Rede*, aciona a função de principal articuladora e operacionalizadora do grupo. A Mario Chagas é atribuída função de importante articulador frente a seus conhecimentos e trabalhos realizados junto às políticas públicas de memória, patrimônio e museologia social. Isso também dá a ele autoridade para falar em nome da *Rede* e dos museus comunitários que a envolvem, como no caso, por exemplo, do mencionado encontro realizado na Escola do Louvre, em Paris.

À Leu Cruz e a Antônio Carlos Firmino, por sua militância e envolvimento constante com as questões da *Rede* será acionada a função também de articulação, atribuindo a eles grande importância no que diz respeito as suas opiniões em relação ao andamento e decisões da *Rede*. Da mesma forma que será atribuída à Cláudia Rose e a Sidney Silva, por exemplo, a função de coesão do grupo, quando estes, mesmos estando mais ausentes dos encontros cotidianos, são chamados a participar de determinada reunião.

Assim, é possível perceber na organização desta rede, uma dinâmica que atribui diferentes funções e autoridades de enunciação aos seus agentes, que inclusive, pode determinar futuras desmobilizações, rearticulações, bem como a continuidade ou não das atividades da *Rede de Museologia Social do RJ*, conforme demonstra a preocupação de alguns – o que foi possível perceber também quando da desarticulação da *Rede* em 2015 e a consequente criação do GT de Articulação.

Capítulo 3 – Interações da Rede de Museologia Social do RJ: territórios possíveis para a construção de políticas de direito à memória? ¹⁴²

Neste último capítulo, apresento o conceito de identidade territorial, do geógrafo Rogério Haesbaerth e o conceito de territorialização, do antropólogo João Pacheco de Oliveira. Da mesma maneira, o conceito de território, principalmente através do autor Marcelo José Lopes de Souza, a partir do entendimento que o território não é um meio meramente físico. Assim, este é ampliado em sua forma simbólica, já que os territórios também carregam a memória de dada comunidade, que está ligada à sensação de pertença e às identidades locais de resistência.

Fica claro que a dimensão territorial é fundamental para a museologia social. Da mesma forma que esses conceitos serão imprescindíveis para o entendimento acerca da problemática das sedes destes museus, muitas vezes cedidas em comodato, o que acaba trazendo a possibilidade de despejo, como no caso do Museu da Maré e do Museu de Favela (MUF) do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho.

O tópico “Da vontade de memória à vontade de museu” dirá respeito ao direito desses agentes comunitários contarem suas próprias narrativas, através da experiência do museu, performatizada em direção ao reconhecimento social e às políticas públicas de cultura, memória e patrimônio.

No último tópico do capítulo, será analisada a questão da institucionalização da *Rede de Museologia Social do RJ*, bem como suas tentativas na direção da captação de recursos, principalmente no que se referem às emendas parlamentares pleiteadas em 2015, asseguradas em 2016, com a concessão dos recursos realizada apenas em fevereiro de 2017.

3.1. Identidade territorial e museus comunitários

Quando se fala em cultura popular o território é fundamental. Guitinho da Xambá ¹⁴³ diz que “não existe cultura popular sem território”. No caso dos museus comunitários dá-se o mesmo. Os territórios em que esses museus são criados,

¹⁴² Este título é o mesmo que usei no meu projeto de mestrado, por isso, mantenho-o aqui.

¹⁴³ Vocalista do Grupo Bongar, que representa a comunidade do Terreiro Xambá, do Quilombo Portão do Gelo, localizado em Olinda (PE). Ver: <https://www.facebook.com/fanbongar/posts/921525547930418> e <http://www.palmares.gov.br/?p=33250> (Acesso em: 23/02/17).

localizados de forma geral, em áreas periféricas, rurais, de favela, carregam identidades locais de resistência. Os museus contam essas histórias. Mas uma das dificuldades enfrentadas por eles diz respeito à suas sedes. Como garantir a permanência destas sedes quando os locais em que se encontram são cedidos por comodato, por exemplo?

É necessário ampliar o conceito de território em sua forma simbólica, identitária e afetiva, bem como seus usos, através de saberes e fazeres, transformados historicamente pelas sociedades – daí a importância da dimensão temporal do território e não só espacial.

Nesse sentido, o território tanto quanto à cultura, é construído socialmente, através de conflitos e disputas de poder, em uma perspectiva de constantes transformações e reconfigurações. Seu conceito surge, segundo Marcelo José Lopes de Souza, na tradicional geografia política:

como o espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente construídos), que é apropriado, ocupado por um grupo social. (...) a identidade sócio-cultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, 'paisagem') (SOUZA, 1995, p. 84).

O autor diz ainda, que essa visão utiliza os termos território e espaço sem distinção, “obscurecendo o caráter especificamente político do primeiro” (idem). Dessa forma, Souza enfatiza seu interesse em descortinar o campo de forças que complexifica as disputas inerentes ao território. O autor afirma ainda que da mesma maneira que o poder é onipresente nas relações sociais, o território também “está presente em toda a espacialidade social – ao menos enquanto o homem também estiver presente” (SOUZA, 1995, p. 96).

Outro geógrafo que conceitua o território é Rogério Haesbaerth, que vai dizer da relação intrínseca entre homem e território:

sem dúvida o homem nasce com o território, e vice-versa, o território nasce com a civilização. Os homens, ao tomarem consciência do espaço em que se inserem e ao se apropriarem ou, em outras palavras, cercarem este espaço, constroem e, de alguma forma, passam a ser construídos pelo território (HAESBAERTH, 2007a, p. 42).

Este autor também afirma que não existem espaços puramente simbólicos ou funcionais, justamente devido ao território estar relacionado de forma intrínseca ao homem, e, portanto, as suas relações sociais e de poder. Por isso, ao mesmo tempo em

que o território significa domínio, também remete a uma visão subjetiva e simbólica, que é inerente ao humano. Nesse sentido, ainda conforme Haesbaerth, “o território pode moldar identidades culturais e ser moldado por estas, que fazem dele um referencial muito importante para a coesão dos grupos sociais” (2007a, p. 49).

Um desdobramento que considero importante de ser analisado nesse contexto, diz respeito ao conceito de territorialização, a partir da perspectiva de João Pacheco de Oliveira (1997). Em seu texto “Uma etnologia dos ‘índios misturados’? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais”, dentre outras questões, ele aborda o referido termo para apresentar um processo de mão-dupla, como ele mesmo fala, mas que tem início na imposição e arbitrariedade de órgãos político-administrativos do Estado. Dois cenários que o autor exemplifica envolvem os índios do Nordeste. O primeiro associado às missões religiosas do século XVII e XVIII em que a igreja vinculada à política colonial, impõe uma reorganização social destes índios, já que eles passam da mobilidade a uma base fixa no território.

O segundo caso, mais recente, ocorrido no século XX, se articula com o órgão indigenista oficial, a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, quando este pretende interromper o processo de assimilação compulsória dos índios com os chamados não-índios. Também a partir do cenário de uma política governamental, há a reorganização social destes indígenas.

Em ambos os processos de territorialização citados, o que ocorre é uma intervenção arbitrária do Estado (seja através da política colonial ou da política indigenista), “instaurando a população tutelada como um objeto demarcado cultural e territorialmente” (OLIVEIRA, 1997, p. 59). Conforme sugerido anteriormente, novamente em ambos os casos, há a reorganização social dos indígenas nos contextos históricos determinados, o que implica em reiterar que não é um processo unilateral.

É possível relacionar a esses “mecanismos arbitrários e de arbitragem (no sentido de exteriores à população considerada e resultante das relações de força entre os diferentes grupos que integram o Estado)” (idem, p. 56), citação de Pierre Bourdieu:

Antecipando os resultados da análise, e modificando a célebre fórmula de Max Weber (“o Estado é uma comunidade humana que reivindica com sucesso o monopólio do uso legítimo da violência física em um território determinado”), eu diria que o Estado é um x (a ser determinado) que reivindica com sucesso o monopólio do uso legítimo da violência física e SIMBÓLICA em um território determinado e sobre o conjunto da população correspondente (BOURDIEU, 2014, p. 97).

Trazendo essa discussão para o campo da museologia social e entendendo os processos identitários também como atos políticos, é possível compreender a territorialização – refletindo a partir de grandes cidades como o Rio de Janeiro, em um contexto recente – através: 1) da especulação imobiliária, da qual a prefeitura do RJ vem corroborando com incentivos, isenções e concessões às empresas do setor, e que traz como uma das consequências a gentrificação, o crescimento das favelas e das áreas periféricas. 2) da valorização de centros de memória e museus que pouco ou nada tem a ver com a especificidade de cada território em relação a suas narrativas históricas, que pelo contrário, só reforçam a versão oficial das grandes narrativas históricas nacionais, imputando o direito a diversidade das narrativas existentes.

Apesar de exporem contextos diferentes, ambas as medidas citadas acima demonstram a imposição arbitrária das instituições gestoras, seja da cidade ou do estado, no silenciamento de vozes divergentes a esses processos. De acordo com essa perspectiva, os museus comunitários são a própria resistência e resposta à territorialização, contribuindo na ressignificação dos sujeitos nestes territórios; em suas identidades e memórias.

Assim, o processo de territorialização só pode ser analisado nessa dinâmica de múltiplas vozes e de interesses contrastantes, deflagrado pela luta por direitos de uma população específica a partir das imposições das instituições político-administrativas em um território determinado.

Como foi visto, a museologia social está preponderantemente vinculada ao território, em seu sentido físico e simbólico. Diferentemente dos museus oficiais, implantados pelo Estado, sem participação da população do seu entorno e, portanto, desvinculados da área territorial a qual pertencem, a museologia social parte do trinômio comunidade, identidade e território ¹⁴⁴.

Dessa forma, a *identidade territorial*, termo cunhado por Rogério Haesbaerth (2007), está relacionada ao sentimento afetivo de pertencimento que o homem constrói socialmente, seja em relação ao lugar em que nasceu, seja onde morou na infância, ou viveu a maior parte da vida. Ou ainda:

¹⁴⁴ Referência adaptada ao que Hugues de Varine e Georges Henri Rivière afirmaram em 1971 acerca do conceito de ecomuseu/museu novo: território + patrimônio + população, já mencionado no capítulo 1 deste trabalho.

(...) o mais comum é que as pessoas e os grupos sociais desenvolvam, concomitantemente, vínculos identitários com mais de um território ao mesmo tempo, ou com territórios que em si mesmos manifestam características muito mais instáveis, múltiplas e/ou híbridas. Trata-se assim de um claro processo de “multiterritorialização” (ARAUJO e HAESBAERTH, 2007b, p. 49).

Esses laços são construídos no contato com o outro e na tecitura que se faz dessa ligação com o lugar e os acontecimentos, também intrínsecos à memória e às questões de identidade. Dessa forma, memória, identidade e pertencimento são questões interligadas e caras à museologia social.

Para o referido autor, “toda dinâmica de construção identitária é inerentemente espacial” (2007b, p. 38). E é a partir daí que ele constrói o conceito de identidade territorial. Visto que algumas construções identitárias se baseiam muito fortemente no território enquanto espaço físico e simbólico, que no caso da museologia social, se faz também político. Assim, a identidade territorial,

só se efetiva quando um referente espacial se torna elemento central para a identificação e ação política do grupo, um espaço em que a apropriação é vista em primeiro lugar a partir da filiação territorial, e onde tal filiação inclui o potencial de ser ativada, em diferentes momentos, como instrumento de reivindicação política (2007b, p. 45).

A exemplo disso tem-se a luta pela permanência do Museu da Maré em um espaço cedido por comodato pela empresa Companhia Libra de Navegação, quando da iminência de despejo no segundo semestre de 2014. A mobilização popular, o apoio das redes e movimentos de museus e museologia social nacionais e internacionais, fizeram com que o poder público interviesse já que o espaço é propriedade de uma empresa privada, negociando sua permanência, ao menos por mais algum tempo.

A *Rede de Museologia Social do RJ* acompanhou as discussões, esteve presente nos encontros de mobilização por sua permanência e enviou carta de apoio ao Museu da Maré, para o presidente do IBRAM.

Cláudia Rose conta que foi feito um grupo de trabalho para a resolução desta questão, em que participaram, além dos representantes do museu, o poder público em suas esferas municipal, estadual e federal, através do IBRAM. O governo do estado intermediou a discussão, propondo a transferência do museu para um terreno do governo municipal, que se localiza logo em frente, do outro lado da rua. Ao que parece

o município passaria o terreno para o estado e este o cederia para o Museu da Maré em comodato.

A partir daí pelo menos três questões são colocadas: primeiro que, havendo mudanças na política de estado, há a possibilidade de uma nova iminência de despejo. Ou seja, novamente a permanência da sede não está garantida. Em segundo lugar, o referido terreno já é usado pela comunidade para a realização de algumas atividades, como ginástica e futebol. Cláudia explica que o espaço é grande e há a possibilidade de diálogo para que isso seja resolvido entre as partes. E aí se coloca a terceira questão: há um problema muito concreto que até o momento continua sem solução, esse terreno não é edificado, o que significa que o museu teria que arcar com as despesas de construção. Fato é que, no cenário atual do museu, isso não é financeiramente viável. Haverá a necessidade de buscar novos apoios e editais de fomento para tal ação. Foi sugerido que até esta questão ser resolvida, o museu da maré ficasse abrigado em containers.

A última tentativa do museu até o momento da entrevista era de negociar sua permanência com a empresa que quer a devolução do espaço por mais um ano e meio, dois anos, a partir do momento da cessão do outro terreno pelo Estado, o que ainda não foi feito, para que fosse possível realizar tentativas na direção da construção desse terreno, de forma a ter estrutura para abrigar o museu. Enquanto isso, o museu continua onde está sem saber o que de fato acontecerá.

Quando pergunto se ela acha que seria possível o Museu da Maré em outra localidade que não ali – neste caso, não estou me referindo ao terreno do outro lado da rua, que acredito que o maior problema seja mesmo a falta de estrutura, mas a outras localidades – ela responde:

Não. Não seria, porque seriam outras características. Porque aqui tem todo o marco histórico, um imaginário nesse lugar que é a rua, a Avenida Guilherme Maxwel, que era o antigo caminho do Porto de Inhaúma. No final dessa rua era tudo mar. Tinha o porto. Depois, mais recentemente, antes dos aterros, década de 50, 60, 70, isso aqui ainda continuava mar. Então, essa empresa se instalou aqui com essa finalidade de produzir peças para navios, porque essa era uma região que vivia dessa economia marítima, e os pescadores. Então hoje tem todo um marco muito forte aqui. Sair daqui para outro lugar da Maré... (...). A gente vê que é assim, é muito densa a ocupação da Maré. Um lugar como esse, que é um lugar aberto, que é um lugar que tem acesso para a Linha Vermelha, Linha Amarela e Avenida Brasil, que você pode estacionar carro, ônibus de viagem, porque a gente recebe pessoas de outros lugares que vem de ônibus. (...) Então, é um lugar de muito fácil acesso, é muito fácil de estacionar. É um lugar que você tem uma circulação maior de pessoas. Um lugar que você tem calçada né, porque isso é uma coisa rara dentro da Maré. Então, de fato, o Museu em outro lugar, eu não sei se teria condição de as pessoas continuarem visitando como visitam. Mesmo porque a gente tem a

questão aqui do tráfico, do embate entre os comandos do tráfico, e da polícia com o tráfico. O que acontece é que pessoas que moram em outras comunidades, por exemplo, Nova Holanda, muitas têm dificuldade de chegar aqui e, aliás, a facilidade de elas chegarem aqui é porque você pode vir pela Avenida Brasil, por exemplo, num dia de operação policial, no dia em que tem disputa aí dos comandos do tráfico. Por exemplo, a Marilene, que é aqui do Museu, ela mora na Nova Holanda. Muitas vezes ela já veio aqui com operação policial acontecendo. Era muito tiro, era bomba, era não sei o que e ela veio porque ela saiu e veio por fora. (...) E as escolas que trazem as crianças aqui. Os professores não se sentiriam... e os pais, não se sentiram tão à vontade de trazer as crianças, deixar os seus filhos, num lugar que fosse mais fechado, mais dentro da comunidade. Por outro lado, se fosse um lugar bem mais fora da comunidade, na beira da Avenida Brasil, a insegurança também é grande, porque isso aqui fica fechado sábado e domingo, feriado. (...) Então, aqui tem gente circulando o tempo todo na rua. Realmente, a gente teria que ter muito mais dinheiro para investir em segurança. Então, aqui a gente está num lugar, digamos, geograficamente mais confortável e que é um lugar que tem todo esse impacto da história, que é a origem desse lugar. Começou aqui pelo Morro do Timbau, que é a comunidade mais antiga. Eu acho que ficaria mais difícil. Não vou dizer que é impossível, que perderia todo o sentido, mas sim, sempre teria uma maior dificuldade, perderia um pouco desse sentido, desse impacto do Museu da Maré (Entrevista com Cláudia Rose Ribeiro, 2016).

Deste modo, o território é fundamental para a museologia social na perspectiva de suas dimensões física, simbólica/afetiva e política a partir de uma escala especificamente local. Tomando ainda como exemplo o caso do Museu da Maré, é possível pensar no referencial identitário imbricado naquela localidade. Aqui apresento duas dimensões: uma de fora do museu para dentro, vislumbrando o que significa para a comunidade do entorno ter em seu território um museu comunitário, entendendo que muitos daqueles objetos e fotos do acervo foram cedidos por parentes e amigos; e outra de dentro para fora, prospectando os motivos que fizeram com que o museu se localizasse ali e não em outro lugar no Complexo da Maré.

Certamente as duas dimensões mencionadas fazem com que este museu, que mesmo em referência à Maré, não teria como representar inteiramente as diversas comunidades que vivem no Complexo da Maré, seja parte da representação da identidade territorial de uma comunidade. Reafirmando, assim, a dimensão territorial da museologia social, e reiterando que suas iniciativas só fazem sentido para a comunidade em que estão inseridos estes movimentos, visto que em outros locais, outros objetos, outras pessoas e então, outras narrativas seriam constituídas.

Dessa forma, o já citado trinômio comunidade, identidade e território, e a questão da memória ligada à sensação de pertença imbricada nessa perspectiva, criam as

condições da chamada identidade territorial, que é relacional e processual. E que por isso mesmo não está livre de disputas de poder, conforme citação abaixo:

Se identificar é também, de alguma forma, classificar, estas classificações com que re-significamos o mundo, nós e os outros, inclusive através dos territórios, são objeto de intensas disputas entre aqueles que têm o poder de formular e mesmo de fixar estas classificações. Mas esse poder também é múltiplo e não se restringe às figuras centralizadoras do Estado e das classes dominantes. Numa interpretação de base foucaultiana, o poder se estende por todas as esferas/escalas da sociedade, permitindo também reações de toda ordem, desde os microterritórios de resistência do nosso cotidiano até as redes planetárias dos movimentos contraglobalizadores (HAESBAERTH, 2007b, p. 37).

Recentemente, aconteceu algo parecido com o Museu de Favela das comunidades do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho: uma ordem de despejo, já que o espaço no qual sua base operacional ocupa foi cedido por comodato pela Mitra Arquiepiscopal. Mesmo que esta não tenha entrado em contato novamente para exigir a saída, eles estão pleiteando um novo espaço, que pertence ao governo do estado. Quando pergunto se o MUF faz sentido em outro lugar, me referindo a esse novo local que estão pleiteando, Sidney menciona:

Ele faz porque é dentro da comunidade, é um espaço seguro, né, também, dizer que aqui é seguro... E é um espaço que a gente vai ter menos custo também. (...) Seria ideal. Mas por enquanto a gente está aqui. E esse prédio é da igreja e quando a gente entrou em comodato, eles fizeram a gente botar um relógio separado para o museu, entendeu? Então, a igreja ela tem isenção, o museu não tem, porque a gente paga nossa luz, paga a internet. (...) quando a gente ganhou o edital da ABM ¹⁴⁵, a gente guardou todos esses equipamentos, armário, a gente se espalhou pela minha casa, pela casa de todo mundo e a gente, quando a creche ¹⁴⁶ saiu, a gente fez uma proposta de ocupar o espaço, a gente entrou e estamos aqui até hoje. A nossa única preocupação é que se a gente sair agora, aonde que a gente vai colocar essa parafernália toda? Porque o museu, ele não vai deixar de existir, ele já deu certo. Quando você for embora você vai ver que vai ter um monte de gente transitando, a trilha também que era um espaço onde o tráfico usava pra passar antes da ocupação, a gente animou ela, e já vem visitante todo dia, toda hora tem visitante lá em cima. A gente faz assim, a gente deixa um legado, o museu vai deixar um legado, mas mais um legado de consciência, a gente não trabalha com material, não. A gente conversa com morador: olha, toma cuidado, se você não tomar cuidado, você vai perder tua casa. A gente vai dando esses toques (Entrevista com Sidney Silva, 2017).

Muitas dessas iniciativas museais se encontram na mesma situação do Museu da Maré e do MUF, com espaços cedidos por comodato, o que implica instabilidade no que

¹⁴⁵ Está se referindo à Associação Brasileira de Museologia.

¹⁴⁶ Está se referindo à creche que ocupava o espaço antes deles.

diz respeito à garantia de seu funcionamento e conseqüentemente mobilizações de resistência pela sua permanência. Além de outra questão levantada a partir daí que é o fato, também muito comum, de mobilização por parte dessas iniciativas para terem direito a um espaço físico, como é o caso do Museu Sankofa da Rocinha, que está pleiteando um espaço que pertence à prefeitura para a construção de sua sede.

Outro ponto importante diz respeito à questão da violência. No caso do Museu da Maré, a localização atual, como foi visto, favorece a ida das pessoas ao museu, o que também aconteceria no caso da transferência para o terreno da frente, devido à proximidade. Para o MUF, segundo Sidney, o local pleiteado como possibilidade para a nova base é mais seguro e menos custoso.

A diferença de perspectiva de ambos os agentes citados – Sidney Silva e Cláudia Rose – em relação à localização pode ser explicada pelo fato do Museu da Maré ter uma base fixa com exposição permanente, indicando que a referência que a comunidade tem sobre o museu está ali, bem como o significado simbólico atribuído a sua localidade, conforme explicitado na fala da Cláudia Rose. No caso do MUF – e talvez no caso do Sankofa da Rocinha ou do Museu do Horto, por exemplo – esta atribuição de importância ao local do museu na comunidade é menor, já que é um *museu de percurso*, com galeria de arte a céu aberto. Ainda assim, a identidade territorial desses museus é fundamental à medida que só fazem sentido dentro da comunidade na qual se inserem, ou seja, em uma localidade específica, já que contam a história de uma comunidade determinada e não de outra.

Nesse sentido, Lucienne Figueiredo, participante da *Rede de Museologia Social*, que tem acompanhado de perto ambas as situações com a possibilidade de despejo, enfatiza:

Então eu digo assim, essas duas realidades, por exemplo, elas podem se adaptar. Mas nem sempre isso vai ser possível porque se você tem, por exemplo, sei lá, um ecomuseu que esteja num quilombo, você realmente, se mudar dali, você vai perder referência, ou uma comunidade de pescadores (...) porque, por exemplo, no Complexo da Maré são quantas favelas? Ele [Museu da Maré] fica ali ou ele não fica ali. Ele não pode ir para outra favela que não tem nada a ver (Entrevista com Lucienne Figueiredo, 2017).

Por fim, conforme mencionado acima, a violência também configura o território. Mesmo que a esta possam ser atribuídas formas diversas, inclusive a violência simbólica em consonância com Bourdieu, me refiro à violência em relação ao tráfico e

aos embates entre este e a polícia, conforme citação anterior de Cláudia Rose, e de Sidney, que segue abaixo:

A gente faz mediação com eles ¹⁴⁷, a gente não tem como não fazer porque a gente entra com grupos de 20, de 50 pessoas aqui ou uma só, então a gente sempre procura comunicar antes. A gente antes de receber um grupo, a gente vê o movimento. Quem trabalha em comunidade principalmente, precisa saber da atmosfera que a comunidade vive. A gente não sai daqui, não vai para casa (...), a gente sempre dá uma volta, vê a atmosfera para ver se está realmente seguro (Entrevista com Sidney Silva, 2017).

É claro que a violência, em maior ou menor grau, atinge toda a cidade, mas o que quero destacar aqui é a necessidade imposta pela situação de se negociar com o tráfico para que conflitos sejam evitados em dados momentos, ou que se evite levar os grupos para fazer o percurso em determinadas circunstâncias recomendadas pelos traficantes. Para Sidney é preciso que o poder público assuma as favelas como parte da cidade: “enquanto tiver essa divisão de classe social, os muros, como Seu João Pinto fala aqui: Ipanema é aqui e o Pavão-Pavãozinho e Cantagalo tá de costas, né, vai existir violência, vai existir contraste, vai existir assalto (...)”.

Antônio Carlos Firmino demonstrou outra opinião, em reunião em que este assunto foi mencionado. Para ele, não se pede permissão para estar na cidade, nem à polícia, nem ao tráfico. De acordo com Firmino, ou a favela, e conseqüentemente esses museus, fazem parte da cidade ou não fazem. Para ele, fazer parte da cidade é ter a possibilidade de andar por ela, sem ter que pedir autorização.

Menciono essa questão complexa, por entender que sua discussão é fundamental entre diferentes esferas e órgãos do governo e da sociedade civil, apesar de não aprofundá-la neste trabalho.

No tópico a seguir, como o nome sugere, serão apresentados os modos como os projetos de memória realizados pelos espaços apresentados no capítulo 2 desta pesquisa se tornaram museus, categoria territorializante.

3.2. Da vontade de memória à vontade de museu

É importante mencionar novamente aqui o apoio e o fortalecimento atribuídos à *Rede de Museologia Social do RJ* pelas iniciativas de memória e pelos museus comunitários que a compõem. Mesmo que o museu se materialize fisicamente através

¹⁴⁷ Está se referindo ao tráfico de drogas.

das sedes, pleiteadas pelas iniciativas que não a possuem e problematizadas devido à situação imposta pelo comodato, a *Rede* é conformada também pelos territórios simbólicos, presentes nesses movimentos. Esta questão será reafirmada adiante.

Algumas das iniciativas da *Rede de Museologia Social*, conforme foi visto no capítulo 2, não possuem sede, como é o caso do Museu Sankofa da Rocinha, se apresentando enquanto *museu itinerante* – através de exposições exibidas nos Chás de Museu – e de *percurso*, já que fazem parte das iniciativas deste a história contada através do grafite no muro da “curva do s”, por exemplo. Outras iniciativas possuem sede, ou como local de referência do início do surgimento da favela, a exemplo do Museu da Maré, com exposição permanente dividida em 12 tempos: “Os tempos da Maré”, fruto de projeto anterior de calendário temático chamado “Família Maré”, que se tornou um objeto importante na casa das pessoas, segundo Cláudia Rose, já que cada mês fazia referência a uma família, com fotos doadas por elas.

A sede também pode funcionar enquanto base operacional, como no caso do Museu de Favela do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho, local da administração do *museu de percurso* que realiza guiamentos pelo roteiro das 27 telas de arte grafite através de três portais de acesso. O Museu Vivo do São Bento possui uma sede administrativa e é considerado um ecomuseu de *percurso*, com pontos históricos a serem visitados, como a Casa do Administrador, a Casa do Colono, o Sítio Arqueológico Sambaqui do São Bento, o Complexo - Casa de Vivenda da Fazenda São Bento do Iguazu e Capela Nossa Senhora do Rosário dos Homens de Cor etc.

O Sobrado Cultural Rural, mesmo tendo a sede do ecomuseu com objetos doados ou emprestados pela comunidade, abriga outras edificações como a biblioteca e o galpão de artes, ainda que se considerem um ecomuseu principalmente por preservar o modo de vida da população em todas as suas ações. O Museu do Horto Florestal, com sede localizada junto à Associação de Moradores, realiza atividades e percursos por trilhas e sítios históricos, com um acervo amplamente disponível em site já citado contendo importantes depoimentos, documentos, fotografias, vídeos e mapas.

Como é possível perceber através das narrativas, a história de criação dos museus se mistura a própria trajetória de militância dos agentes desses museus. Em algum momento deste percurso o trabalho de memória será parte importante de suas práticas, junto à comunidade. Dessa forma, a “vontade de memória” que me refiro no título deste tópico é anterior às políticas de cultura pós-2003.

A partir então da criação do Museu da Maré em 2006, através do edital de Pontos de Cultura do Ministério da Cultura e, posteriormente, com o desenvolvimento do Programa Pontos de Memória no contexto de criação do IBRAM, houve um “boom” de museus comunitários e iniciativas afins. Para isso, sem dúvida, foi fundamental a influência e o apoio de Mario Chagas, que tem seu nome citado como referência em cinco das seis entrevistas realizadas junto aos agentes dos museus comunitários.

Portanto, inerente a esse museu está relacionada à questão da militância e da resistência, que configuram a necessidade de transmitir histórias outras, seja de criação da favela, de ocupação de uma região, ou de valorização de uma comunidade frente à imposição de uma memória nacional única. Assim, pode ser atribuída ao museu comunitário, ação territorializante, no que tange à importância do território em que a comunidade está inserida e à luta que esta engendra, muitas vezes, ao reivindicar direitos básicos e direitos de reconhecimento social. Porém, como colocado acima, essa ação não diz respeito somente à fixação da sede em um espaço físico, já que outras atividades *de percurso, de itinerância*, são realizadas nos territórios das comunidades ligadas ao museu.

O autor Andreas Huyssen (2000) em seu livro intitulado “Seduzidos pela Memória” discute a obsessão pela memória, pelo passado e pela monumentalidade. Ele menciona o surgimento de novos tipos de discursos acerca da memória, que “emergiram pela primeira vez no ocidente depois na década de 1960, no rastro da descolonização e dos novos movimentos sociais em sua busca por histórias alternativas e revisionistas” (HUYSSSEN, 2000, p. 10). Diz ainda que, no que ele chama de “proeminência da mnemo-história, precisa-se da memória e da musealização, juntas, para construir uma proteção contra a obsolescência e o desaparecimento, para combater a nossa profunda ansiedade com a velocidade de mudança e o contínuo encolhimento dos horizontes de tempo e de espaço” (idem, p. 28). O desaparecimento diz respeito à “perda” e à “descaracterização”, mencionadas nos depoimentos de alguns entrevistados.

De fato, é essa uma das funções do museu frente, principalmente, ao que ele retrata como sobrecarga informacional e perceptual, imposta pelo avanço tecnológico na atualidade. O autor associa então o desejo de busca pelo passado e pelo monumental, como uma necessidade de conforto. Como citado anteriormente, há no caso dos museus comunitários, o imperativo de valorização de suas memórias como forma de resistência, não só ao esquecimento, mas às tentativas de apagamento que lhes são impostas cotidianamente. Assim, conforme afirma a socióloga Myrian Sepúlveda dos Santos, “a

proposta de considerar história e memória como alternativas à fragmentação crescente de nossas experiências sociais e ao empobrecimento de nossos horizontes” (SANTOS, 2005, p. 397) é fundamental.

O desejo de monumentalidade, segundo Andreas Huyssen, “é politicamente suspeito porque visto como representativo dos nacionalismos oitocentistas e dos totalitarismos novecentistas” (HUYSSSEN, 2000, p. 51). Entretanto, a monumentalidade desejada, de forma geral, por grandes museus não condiz com a realidade dos museus comunitários. Assim:

(...) as atuais culturas críticas de memória, com sua ênfase nos direitos humanos, em questões de minorias e gêneros e na reavaliação dos vários passados nacionais e internacionais, percorrem um longo caminho para proporcionar um impulso favorável que ajude a escrever a história de um modo novo e, portanto, para garantir um futuro da memória (HUYSSSEN, 2000, p. 34).

Ele diz ainda que o autor e filósofo Michel Foucault chamaria o que ele está considerando “sedução monumental” de “o fascismo em todos nós, em nossas cabeças e em nosso comportamento cotidiano, o fascismo que nos leva a amar o poder, a desejar precisamente aquilo que nos domina e explora” (FOUCAULT apud Huyssen, 2000, p. 52).

Dessa maneira, nomear o museu comunitário como museu – e não como centro cultural ou algo do tipo – é intrinsecamente um ato político, pedagógico, de valorização de memórias historicamente subalternizadas e marginalizadas. Não é este o nome do espaço que contribui para a preservação da identidade social de uma população, ainda que entendamos que esta se modifica ao longo do tempo? A diferença fundamental no caso dos museus comunitários é que a memória aqui está sendo acionada para positivar o que é constantemente veiculado pela mídia hegemônica e pelo senso comum como uma história de violência, carência e falta, atribuída, de modo geral, à periferia, à favela, à área rural; versão muito simplista diante da pluralidade das realidades destas localidades.

Com o entendimento contrário a quem deslegitima o museu comunitário por sua vinculação à categoria museu, do qual o próprio museu comunitário faz a crítica em direção à monumentalidade e à pretensão de uma narrativa única, insisto que o poder de expor histórias e memórias minorizadas sistematicamente ao longo do tempo não pode

ser comparado ao poder de contar uma história unilateral, “a história dos vencedores” (BENJAMIN, 1985).

Dessa forma, muitas reuniões e discussões da *Rede* tratam justamente da democratização em direção à participação dos agentes dos museus comunitários em sua criação, mobilização e gestão, e não somente no acesso ao museu dito tradicional. A nomenclatura museu aqui diz respeito ao direito de contar suas próprias narrativas.

A fala de Cláudia Rose em entrevista diz muito sobre isso, quando ela menciona que no início da criação do Museu da Maré, a intenção era provocar, já que, de forma geral, não era concebida sua existência em uma favela. Frases como “querem glamourizar a favela” foram veiculadas na mídia à época. Ou seja, a partir desta concepção, museu significaria glamour. Posteriormente, ela e os outros agentes responsáveis por sua criação compreenderam que aquele era um “instrumento de preservação dessa memória, divulgação, agora principalmente um instrumento de diálogo”. Da provocação ao diálogo, de “memórias sem espaço a espaços de memória”¹⁴⁸, da opressão à valorização, novos sentidos vão sendo suscitados.

De acordo com Stuart Hall, “frequentemente, a luta ideológica consiste na tentativa de obter um novo conjunto de significados para um termo ou categoria já existente, de desarticulá-lo de seu lugar na estrutura significativa” (HALL, 2006, p. 182). Dessa maneira, o termo *museu* conforma novos sentidos para esses agentes, no que se refere ao seu lugar no mundo, à valorização de seu lugar de fala, à dignidade.

Em última instância, “a vontade de museu”, em referência ao título deste tópico, é performatizada em direção às políticas públicas de cultura, memória e patrimônio como um direito. Esse discurso é feito tanto para fora da comunidade, para atingir os órgãos institucionais-administrativos responsáveis pela elaboração dessas políticas e para a sociedade, de forma geral, quanto para dentro da comunidade em que o museu está inserido, com o objetivo de assegurar a importância do museu dentro desta, que a priori pode vinculá-lo ao poder público, o que pode ser visto de forma negativa pelos moradores, como mencionou em entrevista Sidney Silva.

Em relação à presença de museólogos na constituição destes museus, Mario Chagas usa a palavra “interlocutor” para defini-los, quando pergunto se ele acha que é importante a chancela destes para as iniciativas de museologia social, conforme trecho abaixo:

¹⁴⁸ Em referência a uma frase presente no Relato da 6ª reunião da *Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro*, sediada pelo Museu Vivo de São Bento, Duque de Caxias, em 05/04/2014.

Eu não diria que é uma chancela necessariamente, mas eles muitas vezes necessitam de um interlocutor que eles reconheçam. Que tenha uma dimensão que ele reconheça como sendo importante. (...) A própria *Rede* tem feito isso agora. Eu acho que muitas vezes o trabalho que eu vinha fazendo quase que de modo individual, a *Rede* passa a fazer, porque a *Rede* passa a dar essa chancela entre aspas, mas é que apenas é assim, é alguma instância que essas iniciativas precisam para que o seu trabalho seja reconhecido, porque muitas vezes eles estão atuando de um modo intuitivo, estão atuando do modo que sabem atuar, é o que sabem fazer, no acertar, errar, refazer, acertar de novo, errar de novo, reconstruir. E é como se eles perguntassem em algum momento “que visão crítica que você tem do nosso trabalho?” E uma palavra que você dê que não seja uma palavra destrutiva pode contribuir para que aquilo vá adiante. Então, muitas vezes eu tenho atuado dessa maneira. Em alguns lugares a minha presença foi apenas no sentido de dizer, “legal, tá bom”, “vocês estão bacanas”, “então, vamos juntos, eu posso contribuir” (Entrevista com Mario Chagas, 2016).

É nesse sentido então que ele entende sua presença como interlocutor na museologia social e na *Rede*, mencionando que esta passa a desenvolver importante papel no que se refere ao estímulo, apoio e chancela a esses museus. Sobre a função dos pesquisadores neste contexto, ele continua:

Eu compreendi uma coisa, Juliana, e talvez isso mereça uma reflexão mais aprofundada, que eu ainda não fiz, estou fazendo, que é o seguinte, eu acho que a museologia social, ela tem me dado a possibilidade de compreender que em muitas vezes é importante você sair do papel de protagonista e assumir o papel de coadjuvante. Então assim, é como se fosse possível pensar no seguinte, há uma museologia coadjuvante, e ela precisa ir para esse lugar, de coadjuvante. O papel de coadjuvante é fundamental, porque sem o coadjuvante a cena não rola. Uma cena não pode ser feita só por protagonistas. Não é uma narrativa onde todo mundo é protagonista. Então talvez as próprias universidades, as práticas acadêmicas... devia-se buscar esse lugar de coadjuvante porque o desafio da museologia social é exatamente esse, de que modo determinadas iniciativas podem ser empoderadas, podem se assumir, tocar adiante por conta própria, se os praticantes da museologia social ou se os museólogos envolvidos com a museologia social querem nas iniciativas, ter o tempo todo o papel de protagonista? (...) Sou um amigo dessas iniciativas. O que significa que eu sou um entre eles. E talvez por isso alguns deles se sintam com a liberdade de me reconhecer, e dizer, “ah, legal, o Mario veio aqui, valorizou.” Alguns dizem até assim, “é padrinho.” É uma palavra meio estranha para isso porque padrinho lembra pai. “Padrinho do museu”, eles usam essa expressão. Eu acabo aceitando pelo gesto carinhoso que tem aí. Mas na verdade o que eu percebo é isso, é como se fosse necessário – e talvez isso seja mesmo necessário para essas iniciativas –, contar com um braço amigo para dizer assim, “estamos juntos nesse negócio, tá legal?” Porque eles são muito fragilizados. Então para aparecer também alguém que chega lá e diz “aqui não tem museólogo, aqui tem que ter museólogo. Você está fazendo trabalho errado, não é assim”... E isso é muito fácil. Eu vi acontecer (...). Contra esses, contra esse tipo de prática, eles precisam de um apoio. Essas iniciativas precisam de um apoio para enfrentar, para dizer “não, olha só, se é pra discutir, a gente vai discutir em outro nível.” Então essa é uma discussão simbólica e ideológica, vamos enfrentar ela como tem que ser. No MUF eu vi

isso também acontecer, “quem é o museólogo responsável pelo MUF?” e eu disse “põe o meu nome”. Então vamos para o enfrentamento, quer ir para o enfrentamento? Vamos para o enfrentamento, então vamos discutir como é. (Entrevista com Mario Chagas, 2016).

Assim, ao mesmo tempo em que ele entende que o papel do pesquisador na museologia social possa ser de coadjuvante, menciona a importância do papel deste a partir da interlocução, às vezes necessária, contra “esse tipo de prática”. Ele está se referindo ao poder de autoridade com que alguns profissionais da museologia (e não só, obviamente) tratam os museus comunitários e a museologia social. Como Mario Chagas coloca, esta é de fato uma discussão ideológica, onde os que têm poder de enunciação sobre os demais o fazem, muitas vezes, na chave da imposição e da deslegitimação do outro, conformando ao conhecimento acadêmico status de superioridade.

Mesmo assim, ele compreende sua função no contexto da museologia social e o lugar que ocupa neste sentido:

Então, agora, é claro que, eu não tenho modéstia, eu sei, eu visualizo o lugar que eu tenho, dentro desse campo da museologia social. (...) Eu tenho consciência do meu compromisso aí, voltando lá no começo, do meu compromisso com uma museologia biófila, uma museologia que está comprometida com a vida, com a potência de vida. E a minha prática de vida inteira na museologia tem sido essa, então também permite que as pessoas olhem para mim nesse sentido. E é claro que eu reconheço o meu lugar dentro disso. Como eu estou comprometido com isso, eu sei bem que é um compromisso forte, que eu tenho aí algumas responsabilidades que também a gente passa a assumir. Que aquilo que eu digo às pessoas, elas escutam, ou escutam de um modo especial (...). (Entrevista com Mario Chagas, 2016).

Essa questão da presença dos pesquisadores na *Rede de Museologia Social do RJ* também merece destaque, por ser mencionada tanto por estes, quanto por alguns agentes dos museus comunitários. De acordo com a fala de Antônio Carlos Firmino em entrevista é uma preocupação que a *Rede* passe a ser apenas um espaço de pesquisa, apesar dele não achar que isso aconteça atualmente: “Por que senão... vai acontecer a mesma coisa que as favelas. Os moradores de favela, periferia são grandes objetos de pesquisa, mas o que esse saber científico contribui para melhorar em algumas questões?”.

Realmente esta é uma preocupação legítima, principalmente se pensarmos que no GT Operacional não há a presença dos movimentos sociais, apenas no GT de Articulação. Por que isso acontece? Um fator que aparece com frequência nas entrevistas, quando perguntado sobre qual seria a maior dificuldade encontrada na *Rede*,

além da questão já mencionada da centralização dos Encontros e reuniões na cidade do RJ e em sua área metropolitana, e a falta de recurso, que será tratada no próximo tópico, diz respeito à falta de comprometimento das pessoas em se mobilizarem para a realização de ações concretas. Associado a isso pode estar à falta de tempo e disponibilidade para suprir tais demandas.

Além disso, como a *Rede* não possui receita, não há possibilidade de remuneração para os integrantes que estão desenvolvendo com mais frequência trabalhos relacionados à inscrição em editais de fomento à cultura ou gerenciando a divulgação e comunicação da mesma interna e externamente, por exemplo. Todo o trabalho realizado até aqui é voluntário. Dessa forma, é difícil o comprometimento nesse nível, na medida em que muitos já fazem trabalho voluntário, na maior parte das vezes, nos seus próprios espaços, além, é claro, do trabalho que desenvolvem como fonte de renda.

Outra resposta possível se refere à dificuldade de alguns com os editais de fomento e o sistema operacional que estes engendram. É nesse sentido que se discute a realização de oficinas e cursos ligados aos temas da museologia social e à elaboração de projetos. Se a operacionalização em direção à captação de recursos é importante para os movimentos sociais da *Rede* e se, até aqui apenas os pesquisadores a operacionalizam – apesar da importante colaboração do GT de Articulação – é urgente que esta seja uma pauta fundamental a ser discutida e mobilizada.

Uma possibilidade que não está clara para mim e, tão pouco acredito ser uma questão consciente para os participantes da *Rede*, diz respeito à manutenção da zona de conforto proporcionada pela operacionalização da mesma pela Inês Gouveia desde sua criação em 2013 e pelo GT Operacional, a partir de 2015. Ela, desde o início, mobiliza características importantes para o grupo, como: compromisso, liderança, regularidade, operacionalização das demandas.

No próximo e último tópico do capítulo, será analisada a questão da institucionalização da *Rede de Museologia Social do RJ*, bem como suas tentativas na direção da captação de recursos.

3.3. Interações da Rede de Museologia Social do RJ: territórios possíveis para a construção de políticas de direito à memória?

Ainda que as discussões sobre a institucionalização da *Rede de Museologia Social do RJ* tenham surgido atreladas à reflexão de se criar ou não um CNPJ – o que exigiria além de recursos fixos para atribuições do contador, impostos etc, a atribuição de cargos e funções a esses membros –, através das entrevistas, foi possível perceber que esta é uma decisão ainda inconclusiva, principalmente porque a *Rede* não dispõe de recursos, que arquem com as despesas citadas.

Apesar dos entrevistados concordarem que há benefícios com a criação do CNPJ, como a inscrição de pessoa jurídica em editais públicos de fomento à cultura, a grande maioria deles entende que esta não seja uma questão fundamental neste momento, visto que é possível que museus da *Rede* que possuem CNPJ se inscrevam nesses editais como proponente em nome desta, além de que o poder público tem entendido que muitas destas iniciativas não possuem formalização jurídica e tem oferecido outros meios de participação nestes editais. Apesar deste não ser um processo consolidado nos editais de fomento como um todo, pelo contrário. Isso não quer dizer que esse processo não possa se dar em outro momento.

Conforme descrito anteriormente, desde sua criação em 2013, a *Rede de Museologia Social do RJ*, vem estabelecendo contato com diferentes instâncias de governo. Assim, não seria precipitado afirmar que formas diversas de institucionalização vêm ocorrendo desde o início. Apesar disso, fica claro através das entrevistas que, a questão referente à institucionalização da *Rede* é vista pelos entrevistados a partir da criação ou não do CNPJ.

Na verdade, a decisão por formalizá-la através da mobilização de diversos grupos e agentes, pactuada em seu primeiro encontro oficial em outubro de 2013, já é um modo de institucionalização. Ou seja, a reflexão acerca das diversas dimensões possíveis de institucionalizar-se, somente foi acionada pela maioria dos entrevistados depois que perguntei se a *Rede* não se institucionalizaria na medida em que ela é composta pela participação de membros vinculados a instituições públicas de cultura, patrimônio e museologia.

Além disso, a própria formalização das iniciativas de memória e dos museus corrobora a institucionalização da *Rede*. Essa institucionalização, não se dá,

necessariamente devido ao CNPJ, que muitas iniciativas não dispõem, mas também pela sua existência enquanto prática militante, realizada com a mobilização de determinados segmentos da comunidade, na qual se inserem.

Menciono aqui a participação da *Rede* no I Encontro de Redes, porque acredito ser um exemplo representativo do tema da institucionalização, vinculado ao poder público. A então superintendente de museus Mariana Várzea, da Superintendência de Museus da Secretaria estadual de Cultura do Rio de Janeiro, que ficou no cargo até o início de maio de 2016, convidou a *Rede (REMUS-RJ)* a participar do I Encontro de Redes do Estado, juntamente com a Rede de Acessibilidade em Museus (RAM-RJ) e a Rede de Educadores em Museus (REM-RJ), que aconteceu em setembro de 2015 – evento em que estive presente, participando da construção do documento final.

De acordo com a divulgação do encontro, através de panfleto virtual enviado por email, o objetivo era “ampliar o diálogo entre órgãos e movimentos de museus, realizar importantes trocas de experiências e promover a interiorização dos debates ocorridos nas redes, numa parceria que leve informação, formação e eventos para museus de todo o Estado”, através da colaboração entre as redes e entre as redes e o Estado.

Para firmar essa colaboração, ao final do encontro foi feito um documento em conjunto que destacava as propostas e necessidades das redes frente à Superintendência de Museus, ligada à Secretaria de Cultura do Estado, e a oferta em apoio à mesma. Para isso, as redes se dividiram em três grupos, formulando cada um o seu documento. Posteriormente, compilaram-se os três documentos em um, unindo o que era comum às redes e especificando o que era importante para cada grupo.

Ficou claro que para a Superintendente de Museus o ideal era que o documento fosse elaborado com proposições gerais e comuns as três redes, ao mesmo tempo em que cada rede insistia em destacar questões específicas, que atendessem às necessidades de cada um dos grupos. Dessa forma, alguns pontos foram colocados como comuns e outros destacados como específicos.

Esse exemplo é importante à medida que possibilita o entendimento sobre quão delicado é formular políticas de cultura de Estado que contemplem todos os grupos culturais. Mesmo com um grupo relativamente pequeno, – representantes de três redes e alguns interessados nos assuntos discutidos – com um tema em comum: museus; as especificidades de cada grupo acabavam por exigir diferentes aspectos na redação do documento para que todos se sentissem representados.

No caso da museologia social a especificidade que se esperava que fosse levada em consideração é que não se trata de uma rede de museus oficiais do Estado, mantidos por ele, mas de uma museologia que tem ainda mais dificuldade de dar continuidade em suas ações, pautada nos movimentos e iniciativas da sociedade civil que reivindicam seu direito à voz, no que diz respeito às suas memórias, histórias e patrimônios culturais.

A ideia era que esse documento e suas demandas fossem considerados no Plano Estadual de Cultura, conforme mencionado pela Superintendência de Museus durante o encontro. Para isso, foi proposto que uma nova reunião fosse realizada em janeiro ou fevereiro de 2016 – que não aconteceu – e que o encontro de redes se tornasse um evento anual realizado por esta Superintendência, o que também ainda não aconteceu. Sobre isso, Lucienne Figueiredo menciona,

Mariana [Várzea] quis juntar as Redes para fazer uma conversa. Vamos fazer trabalhos juntos e isso não frutificou muito porque eu digo assim, não é simples trabalhar em rede. (...) Eu acho que a gente está engatinhando para isso (...). A gente já lançou a ideia, todo mundo gostou e tal, mas é uma coisa que eu acho que vale a pena a gente repensar (...). É um exercício difícil mesmo (...). A gente lançou aquilo e aí depois, todo mundo muito engolido com outras coisas, mudanças e mudanças e enfim, mas eu acho que é uma coisa que vale retomar, principalmente em anos difíceis, mais um motivo para trabalhar junto, porque ninguém vai ter muito braço e o recurso vai ser pouco (Entrevista com Lucienne Figueiredo, 2017).

Quando pergunto sobre a política para os museus daqui para frente, em âmbito federal, ela responde:

Olha só, eu estive recentemente lá em Brasília. Eu acho que a gente teve uma sorte de ter o Marcelo Araújo [como presidente do IBRAM], lá. Ele é um funcionário de carreira, ele fez um bom trabalho como secretário de estado de São Paulo, eles lamentaram muito a saída. Só não lamentaram mais porque ele foi para o IBRAM. Então eu acredito, que se ele permanecer – que eu acho que ele permanece – a gente pelo menos está um pouco amparado por uma pessoa que é do campo, que é sensível a essas coisas, ele está muito de perto nesses tratos com os museus comunitários (...) ele reiterou o compromisso com o programa Pontos de Memória que ele acha fundamental. Então assim, claro, todo mundo está com orçamento mais enxuto, mas achei importante que eles abriam, eles chamaram a turma do planejamento para explicar tudo. (...) Então eu acho que, se nada mudar, se Roberto Freire¹⁴⁹ não quiser que, não sei muito como é que é o Roberto Freire, mas por parte do IBRAM eu acho que a gente está bem, bem amparado, nesse sentido, pela política nacional sim, entendeu?

¹⁴⁹ Atual ministro da cultura do governo Michel Temer.

Retomando a questão da institucionalização da *Rede*, percebe-se que ela é muito mais ampla do que parece a priori. O que se dá, conforme mencionado, são graus diversos de institucionalização de acordo com a demanda situacional do grupo. Isso porque o jogo dialético com o poder público acaba se fazendo necessário, tanto pela questão do direito ao reconhecimento social dessas iniciativas, quanto pela questão dos recursos financeiros.

Essa dialética não está dada, por isso não é sempre harmônica ou estável. Ela varia de acordo com o que está em jogo, isso implica dizer que essa relação é mediada também por conflitos. O trajeto percorrido e os caminhos que vão se costurando dependem dessa dialética que se estabelece nas relações dos integrantes da *Rede*, no interior dos próprios movimentos museais, ou seja, o jogo político se dá também nas relações intersubjetivas dessas iniciativas.

Sobre essa relação dialética, a socióloga Ilse Scherer-Warren, que estuda os movimentos sociais e redes da sociedade civil, tendo vários artigos publicados nessa área, afirma que,

Nesse processo articulatório, atribuem, portanto, legitimidade às esferas de mediação (fóruns e redes) entre os movimentos localizados e o Estado, por um lado, e buscam construir redes de movimento com relativa autonomia, por outro. Origina-se, a partir desse fato, uma tensão permanente no seio do movimento social entre participar com e através do Estado para a formulação e a implementação de políticas públicas ou em ser um agente de pressão autônoma da sociedade civil (SCHERER-WARREN, 2006, p. 113-114).

Esse trecho apresenta o que ela chama de “tensão permanente”, entre as “redes de movimento com relativa autonomia” e o Estado e seus órgãos institucionais. É importante destacar também, a “relativa autonomia” referente aos movimentos sociais, visto que em maior ou menor grau, em determinado momento, é muito provável que estes se vinculem àqueles através dos editais de fomento, premiações e chancelas institucionais. Por isso, a autonomia desses movimentos passa a ser relativa, já que se tem a partir daí, formas diversas de tutela do Estado, principalmente, a partir da captação de recurso.

A própria política pública de cultura, como está dada hoje, pela concessão de recursos financeiros através principalmente de editais de fomento e pela isenção fiscal concedida às empresas privadas – o dinheiro é público, porém a decisão sobre o patrocínio é privada – através das leis de incentivo à cultura, estabelece um prazo determinado para o uso do recurso, o que pressupõe a necessidade contínua de captação.

Grosso modo, isso acaba por gerar a interdependência entre esses movimentos sociais e o Estado ou as empresas privadas que fazem uso dessas leis de incentivo.

Quando pergunto se o Estado deve manter as iniciativas de museologia social, a grande maioria dos entrevistados usa expressões, como: “é o papel do Estado criar política pública”, “ele deve investir em iniciativas populares”, “é função do Estado garantir o fomento à cultura”, “esses grupos precisam ter custeio público, mas como isso vai se dar, ainda é um ‘nó’, não existe resposta consistente”, “ele deveria reconhecê-las, valorizá-las e investir nessas iniciativas, e não assumir aquele discurso hipócrita da sustentabilidade, já que todos os grandes museus recebem recursos”, “precisa haver diálogo, o acompanhamento do Estado é fundamental”.

Ainda que seja unânime que o Estado deva prover, ao menos inicialmente, recurso para que estas iniciativas possam se desenvolver, a “medida” do subsídio e a sua duração não são aspectos que encontram respostas precisas. É neste sentido que

(...) a compreensão dos movimentos sociais em interação com a institucionalidade política requer uma análise dinâmica que acentue os aspectos de constituição mútua entre a sociedade e o Estado, como esferas que interagem e se influenciam mutuamente em um processo contínuo e circunstancial, cujas fronteiras são imprecisas (Skocpol, 1992; Gurza Lavalle, Houtzager e Castello, 2011). (...) Goldstone (2003) acentua que a fronteira entre política não institucionalizada e política institucionalizada é pouco clara, e a permeabilidade entre ambas exaure o sentido da distinção dual entre movimentos *outsider* e *insider*. (...) Desse modo, a relação entre movimentos sociais e Estado é complexa e multifacetada (Doowon, 2006), as reconfigurações na ação coletiva ao longo do tempo são heterogêneas e multidimensionadas, as interações sociedade-Estado são variadas e podem combinar elementos aparentemente contraditórios, como cooperação, contestação e autonomia. (CARLOS, 2015, p. 86)

Sobre a questão dos recursos financeiros os agentes entrevistados concordam que o recurso potencializa as atividades da *Rede de Museologia Social*, mas só a metade acha que ele é fundamental, já que muitos enfatizam que ela se manteve até aqui sem receita, apenas com o recurso dos próprios agentes – para transporte e alimentação durante as reuniões, por exemplo – e com o trabalho voluntário dos mesmos.

A maioria deles também revelou, quando perguntado, que gostariam que os trabalhos desenvolvidos na museologia social fossem sua principal fonte de renda. Porém, eles entendem que esta não é uma possibilidade atual na medida em que não seria uma renda fixa, já que, conforme mencionado, a política cultural brasileira está calcada nas leis de incentivo à cultura e nos editais de fomento.

Nesta direção, dois processos foram iniciados pela *Rede* em 2015; o projeto para o edital Cultura de Redes do Ministério da Cultura e os projetos para as Emendas Parlamentares dos deputados federais do PSOL Chico Alencar e da REDE Alessandro Molon – filiado ao partido dos trabalhadores até 24 de setembro de 2015¹⁵⁰ –, que serão analisados a seguir.

Tanto para o edital – projeto em que participei ativamente – quanto para as emendas – projetos nos quais participei inicialmente – mesmo que em proporções orçamentárias diferentes, o objetivo era que o recurso fosse usado para ações como: oficinas e cursos referentes aos temas da museologia social e de elaboração de projetos, exposições itinerantes, premiações em dinheiro reconhecendo a importância das ações desses movimentos, seminário sobre museologia social, intercâmbios, mapeamentos/diagnósticos acerca das iniciativas da *Rede* e outras que pudessem se juntar a ela, chamadas públicas para fomentar o desenvolvimento de movimentos da museologia social ainda embrionários, consultorias contábil, de inventário participativo etc.

No caso do referido edital, a *Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro* concorreu na categoria local, sem CNPJ. Essa categoria possibilitava que “coletivos artísticos”, termo proposto pelo edital, sem CNPJ, participassem através do CPF de um dos integrantes de algum movimento da *Rede*. Ela, de alguma maneira, assume sua condição não institucionalizada em um CNPJ, já que também poderia ter concorrido como “entidade cultural”, termo utilizado no edital, através do CNPJ de alguma instituição da *Rede* que o tivesse. Além de optar pela facilidade em relação ao envio de documentos proporcionada por essa escolha.

A *Rede* ficou em 53º lugar entre 215 coletivos classificados nesta categoria, o que não garantiu o prêmio, já que segundo o edital, apenas os vinte primeiros lugares seriam beneficiados com o recurso.

A possibilidade de recursos a partir das emendas parlamentares surge através de uma conversa em um dos Encontros bimestrais. Assim, uma das participantes menciona conhecer os dois deputados citados e a assessoria de um deles e em seguida aciona esses contatos. Ambos se disponibilizam a conhecer a proposta para a emenda. Dessa forma, dois projetos são escritos com o intuito de apresentar a *Rede de Museologia Social do*

¹⁵⁰ Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2015/09/eu-cheguei-no-meu-limite-diz-alessandro-molon-sobre-saida-do-pt-1420.html> (Acesso em: 03/03/17).

RJ, com a descrição de sua história, seus integrantes e parceiros, sua missão, meta para 2016, as ações a serem realizadas e um demonstrativo básico de desembolso.

Os dois planos de trabalho enviados aos referidos deputados foram aprovados no início de 2016. Todas as diligências da emenda do Chico Alencar foram sanadas pelo grupo de trabalho da *Rede* através do SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do governo federal. Mas o termo de convênio entre o IBRAM e a Associação de Amigos do CRPH, ligado ao Museu Vivo do São Bento, que faz parte da *Rede* e ofereceu seu CNPJ para o conveniamento só foi assinado em novembro do mesmo ano. Essa demora se deu devido aos trâmites burocráticos do IBRAM e o envolvimento necessário desse processo com o Ministério da Cultura. Da mesma maneira que ocorreu para a liberação da primeira parcela do recurso da emenda do Chico Alencar, que só foi disponibilizada em 21 fevereiro de 2017, com o plano de trabalho iniciando sua execução em 06 de março de 2017.

Por conta de toda a dificuldade desse processo, apesar do esforço do grupo de trabalho das emendas, inclusive através de contato com o IBRAM por telefone e email de Mario Chagas e da museóloga Mirela Araujo, também entrevistada por mim como foi visto, que trabalha no Museu de Arqueologia de Itaipu, vinculado à referida instituição, houve desabafos de toda parte. Destaco aqui o que foi enviado por whatsapp, aplicativo de celular, para o grupo das emendas no dia 29/09/16: “Vou aproveitar e fazer um desabafo: lidar com o Ibram, com a burro-cracia e com a falta de vontade só tem equilíbrio na força de vontade e de ação da *Rede*. Eu amo vcs! E vcs me dão força!! <3 <3 <3”. Esse depoimento corrobora a ideia da *Rede do RJ* enquanto mobilizadora de afetos, solidariedade e fortalecimento.

Nesse momento, se faz necessário diferenciar essas duas emendas. A emenda do Alessandro Molon não pode ser feita com o repasse direto à Associação de Amigos do CRPH. Isso se refere à forma como o debutado trabalha suas emendas. Assim, havia a necessidade de ter um agente executor, que na esfera federal, já que é uma emenda federal, é o IBRAM, posto que ele é o órgão público ligado à área de museus. Este contingente de recurso aumentou seu orçamento anual, ainda que este precisasse ser gasto com as atividades indicadas no plano de trabalho da *Rede*. É importante ressaltar que o edital Prêmio *Rede de Museologia Social do RJ*, possibilitado através da emenda do Molon, foi o único executado pela Instituição no ano de 2016.

Da mesma maneira, o plano de trabalho vinculado a esta emenda, teria que ser executado até dezembro de 2016. Devido a essa condição, o referido plano precisou ser

modificado, adequando-se, resultando em duas atividades. A primeira foi o Edital de Chamamento Público nº 01/DPMUS de 27 de outubro de 2016 Prêmio *Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro*¹⁵¹, com prazo para a realização das inscrições de 0h00 do dia 27 de outubro de 2016 às 23h30 do dia 12 de dezembro de 2016, horário de Brasília; que inicialmente premiaria 6 iniciativas, mas contemplou 9 iniciativas de museologia social do estado, com 30 mil reais cada.

Na reunião que foi realizada em 09 de novembro de 2016 para tratar do referido edital, Inês Gouveia esclareceu que foi solicitado ao IBRAM que disponibilizasse à participação das iniciativas através também do CPF de pessoa física. Para a *Rede* isso era fundamental, visto que muitas dessas iniciativas não dispõem de CNPJ próprio. Porém, o IBRAM alegou que os trâmites que isso exigiria não poderia ser feito dentro do curto período que eles tinham para lançar o edital. Para amenizar essa circunstância imposta ao edital da *Rede*, Inês apontou no edital a possibilidade de inscrição através de ação já realizada em parceria entre instituições com CNPJ e as iniciativas sem CNPJ, conforme item 3, das condições para participação no mesmo:

3.1. Podem participar do concurso regido por este Chamamento Público pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos com atuação comprovada na área cultural e social com ações de memória e museologia social e/ou ter atuado junto a museus comunitários, ecomuseus e afins, com atuação comprovada, nos últimos 3 (três) anos.

3.2. Para efeito deste Chamamento Público, entende-se por Iniciativas de memória e/ou museologia social - núcleos constituídos pela sociedade civil, de forma autônoma do poder público, geridos de forma participativa pelas próprias comunidades para a identificação, pesquisa e promoção de seu patrimônio material e imaterial, e que utilizam-se de metodologias da museologia social, visando ao reconhecimento, à valorização e à proteção da memória social de grupos, de povos e de comunidades que se diferenciam por características históricas e culturais. (...)

Mesmo que na reunião tenha-se mencionado reiteradamente que seria muito importante em caráter de fortalecimento de iniciativas que não têm CNPJ, fazer alguma ação em conjunto, através do recurso do prêmio, com outra iniciativa da *Rede* que não houvesse sido premiada no edital, esta não poderia ter sido uma obrigatoriedade do edital, já que não é possível se arguir sobre o uso futuro do recurso, posto que ele premia uma atividade que já aconteceu.

¹⁵¹ Disponível em: <http://www.museus.gov.br/ibram-abre-edital-para-iniciativas-de-museologia-social-no-ri/> (Acesso em: 12/03/17).

Ainda sobre o edital é importante destacar que no item 8, da etapa de avaliação e seleção, um dos critérios era a “participação ativa nos últimos 03 (três) anos em cursos, oficinas, palestras, simpósios, seminários, conferências, encontros e fóruns relacionados à memória e museologia social, preferencialmente envolvendo a Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro (0 a 10 pontos)”. Para a comprovação da participação em atividades da *Rede*, foi dada uma carta de Comprovação de Participação e Declaração de Apoio às iniciativas que a solicitassem por email e tivessem estado presentes em pelo menos um Encontro ou reunião da mesma.

Nesse dia de reunião dedicado ao edital, Mario Chagas esclareceu que havia sido sondado para participar da Comissão de Seleção, mas que não aceitou o convite por sua estreita ligação com muitos movimentos da *Rede*. Dessa forma, além de membros do IBRAM, participou desta comissão Lucienne Figueiredo, da Superintendência de Museus do estado do RJ, que diz ter participado da mesma pelo trabalho desenvolvido na Superintendência, que possibilitou sua visita aos 92 municípios do Rio de Janeiro em consonância com seus museus e iniciativas de memória.

A segunda atividade da emenda do debutado Alessandro Molon diz respeito ao Inventário Participativo que está sendo realizado a partir do Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI), em Niterói, junto à comunidade de pescadores, na qual está inserido. Essa atividade está sendo realizada lá porque como o recurso está vinculado ao IBRAM, o museu que a receberia precisava estar ligado ao mesmo. O valor desta atividade foi de R\$ 73.360,00 e o valor total da referida emenda foi de R\$ 343.360,00.

Para a emenda do debutado Chico Alencar, em que, como foi dito, a primeira parcela do recurso saiu em final de fevereiro de 2017, seu plano de trabalho será executado em um ano. A liberação do recurso se dará em 3 parcelas e seu valor total é de R\$ 571.880,00.

O nome do projeto ligado a essa emenda é **Remus: Redes de Memória e Resistência** e consta como objetivo geral em seu termo de referência, ainda que este não seja a versão final e que tenha havido mudanças:

“Estruturar e desenvolver museus com expressão comunitária, ecomuseus, pontos de memória e demais grupos que atuam com museologia social no estado do Rio de Janeiro, a partir da articulação, pesquisa, registro, formação e divulgação e incentivar a estruturação de redes semelhantes na Região Sudeste”. Ainda de acordo com o referido termo de referência:

O conjunto de ações desse projeto está baseado nas metas e indicadores do Plano Nacional Setorial de Museus (2010-2020). Os benefícios produzidos dizem respeito, portanto, a ampliação do acesso público aos conteúdos produzidos por diferentes iniciativas de memória e museologia social do estado, ao estímulo à pesquisa e a produção de novos conhecimentos e a atuação direta e concreta na estruturação e sustentabilidade desses grupos.

São atividades do projeto:

1. **Pesquisa Diagnóstica**, que consiste na identificação, mapeamento e diagnóstico, através de questionário já utilizado pela *Rede* no contexto do projeto de iniciação científica da faculdade de museologia da UNIRIO, mencionado no capítulo 2, de iniciativas de memória e museologia social do estado do Rio de Janeiro. Todas as visitas terão acompanhamento de equipe de audiovisual para a posterior realização de um documentário sobre essas iniciativas. Esses registros também alimentarão o site e as redes sociais da *Rede*.
2. **Cursos** abertos à ampla participação através de inscrição **de Museologia Social, Institucionalizando Museus e de Inventário Participativo**. O primeiro voltado aos conceitos fundamentais da museologia social, o segundo voltado ao debate sobre a especificidade do museu no Brasil no contexto das atuais políticas públicas de cultura, e o terceiro a ser realizado em Duque de Caxias, em local indicado pelo Museu Vivo do São Bento, com o objetivo de reforçar a discussão e intensificar a formação dos participantes, com foco também na equipe de pesquisadores que irão atuar no Inventário Participativo do mesmo, mencionado abaixo.
3. **Inventário Participativo no Museu Vivo do São Bento** com seleção de equipe a partir da comunidade que já desenvolve ações ligadas ao museu, para pesquisa de referências culturais presentes no território através de depoimento de moradores e documentos, e posterior sistematização dessas referências que dizem respeito à história e memória desse território. Esses bens de natureza material e imaterial estarão refletidos na Política de Acervo do Museu Vivo do São Bento, que será desenvolvida pelo museólogo contratado.
4. **Filme institucional** (para a divulgação da *Rede de Museologia Social do RJ*) e **vídeo documentário** (para divulgação das iniciativas de memória e museologia social que compõem a mesma) realizados a partir dos registros que a equipe de audiovisual fará durante as visitas para a Pesquisa Diagnóstica e dos demais registros durante reuniões da *Rede*, bem como das atividades de formação.

5. **Plano de Comunicação** que atenderá a necessidade de divulgar as ações do próprio projeto em execução e também promover as ações desenvolvidas pelos grupos de museologia social do estado, além de publicizar para os beneficiários da proposta todas as ações previstas e executadas no decorrer dos 12 meses do projeto, com a transformação do blog da *Rede de Museologia Social do RJ* em site, que apresentará uma cartografia georreferenciada, possibilitando uma melhor visualização dessas iniciativas localizadas nas diferentes regiões do estado.

6. **Assessoria em gestão com museus comunitários** a fim de possibilitar que processos iniciados nos grupos que integram a *Remus-RJ* sejam potencializados, através da seleção deste serviço, para atuar juntamente com o grupo de gestão local do museu no desenvolvimento de um plano de trabalho.

7. **Institucionalização** através de **assessoria contábil** (para a obtenção do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica e/ou orientação a respeito de prestação de contas), **jurídica** (para a instrução das iniciativas quanto aos problemas referentes a suas sedes) e **curso de gestão de projetos** (para a elaboração de projetos, captação de recursos e prestação de contas).

8. **Apoio ao desenvolvimento de Redes de Memória e Museologia Social (região sudeste)** através de:

a) Articulação, agendamento, divulgação e realização de uma reunião no Espírito Santo e outra em Minas Gerais, com a presença de 04 integrantes da *Remus-RJ* cada, a partir da participação de grupos de memória e museologia social locais, a fim de estimular o surgimento de redes análogas;

b) Articulação, agendamento, divulgação e realização de uma reunião em São Paulo, juntamente com a Rede SP de Memória e Museologia Social, com participação custeada pela *Remus-RJ*, de 04 representantes do ES, 04 representantes de MG e 15 representantes da *Rede de Museologia Social do RJ* para a construção de um plano de trabalho em conjunto.

Muitas dessas ideias já são discutidas desde o início dos Encontros da *Rede* e outras foram desenvolvidas ao longo das reuniões do GT de Articulação.

Será formado um Conselho Técnico, composto por integrantes da *Rede de Museologia Social do RJ* e por integrantes do Museu Vivo do São Bento, que é ligado ao CRPH, para referendar as decisões mais importantes. Conforme mencionado acima, uma das atividades será a realização do Inventário Participativo no Museu Vivo do São

Bento como contrapartida e uma forma de agradecer pelo empréstimo do CNPJ da Associação de Amigos do CRPH.

A equipe de produção e a equipe que realizará a pesquisa diagnóstica nas iniciativas do estado fazem parte do GT de Articulação, inclusive eu, convidada a realizar este trabalho junto com Antônio Carlos Firmino, do Museu Sankofa Memória e História da Rocinha. Algumas pessoas presentes no referido GT, que muito contribuíram com os planos de trabalho das emendas são funcionários públicos ligados ao IBRAM e à Secretaria de Cultura estadual e, por isso, não podem ser remunerados por esse trabalho. Outros participantes do referido GT já têm seus trabalhos fixos, não podendo se comprometer com este que será pontual. Ainda assim, está prevista a seleção de algumas contratações de assessorias vindas prioritariamente das iniciativas comunitárias, que vão auxiliar os museus em suas atividades, além de ministrantes de cursos de museologia social a serem convidados entre os protagonistas dessas iniciativas.

Apesar de não ter havido nenhuma reunião para a discussão direta sobre a vinculação político-partidária dos referidos deputados, foram unânimes as respostas dos entrevistados acerca deste assunto. De modo geral, todos mencionaram que, por serem deputados alinhados com as políticas de esquerda, ou seja, preocupados com as questões sociais, não viam problemas em relação a sua vinculação à *Rede de Museologia Social do RJ*. Destaco aqui a resposta de Inês Gouveia por acreditar que sintetiza as respostas dos demais entrevistados:

Então eles assumem o compromisso conosco, nós não assumimos compromisso com o mandato, que não seja a nossa proximidade de ideais, que está encontrada ali no próprio plano de trabalho. Eu penso que em termos de fonte de recursos, ainda que seja complicadíssimo acessar esse recurso, ele é um dos que a gente menos se compromete, porque há editais, por exemplo, que você fica amarrado o resto da vida com a instituição, tendo que usar aquele carimbo de 'ponto alguma coisa' (...). Também por outro lado, é claro que a gente não faria pactuação com mandatos que não têm interlocução com as nossas perspectivas. Felizmente todos os parlamentares têm, porque têm discutido políticas que estão muito próximas às nossas políticas. Ambos construíram a sua trajetória política em cima de pautas que também são as nossas pautas. A interlocução é muito pequena e, na verdade, acho que o nosso entendimento é esse. Eles aderiram ao nosso plano de trabalho, tanto assim que não fizeram interferência nenhuma no nosso plano de trabalho (Entrevista com Inês Gouveia, 2016).

É importante mencionar que as ações aqui relatadas acerca do projeto para o edital Cultura de Redes do MinC e para as emendas parlamentares foram as primeiras

na tentativa de viabilizar, através de captação de recursos, algumas atividades de forma regular e sistemática – fora os mencionados Encontros bimestrais da *Rede* que aconteceram dessa maneira até final de 2014 e entre meados de 2015 até o final do mesmo ano; em 2016 foi realizado apenas um Encontro neste sentido –, características importantes para a elaboração de políticas de cultura.

Considerações Finais

A memória coletiva e o patrimônio cultural são processos seletivos, construídos socialmente, da mesma maneira que a cultura, a identidade e o território dependem de interações sociais, que se dão a partir de disputas de poder e embates políticos. Com a museologia social acontece o mesmo, posto que ela não é um movimento consensual. Vinculada ao campo museológico, suas disputas envolvem o reconhecimento acadêmico e na construção das políticas públicas de cultura, ainda que ela exista e (re)exista enquanto prática através das ações dos museus comunitários e iniciativas afins, que propiciam vez e voz às narrativas historicamente minorizadas.

A museologia social, então, não diz respeito a qualquer memória coletiva, mas de comunidades localizadas em favelas, áreas periféricas, ribeirinhas e rurais. Daí, as tentativas de invisibilizá-las. Conforme mencionado no capítulo 3, antes do esquecimento seletivo que faz parte do conceito de memória e do trabalho memorial, é necessário resistir a essa invisibilidade – que não diz respeito apenas ao campo museológico mais conservador, mas à sociedade e ao poder público, de forma geral, quando estes enxergam nesses territórios, apenas violência, carência e falta.

De fato, a violência existe de forma ostensiva em determinados territórios. Mas ela não é consequência somente dos embates entre tráfico e polícia. Há violência também quando o direito à dignidade dessas comunidades é negado. Há inúmeras violências, físicas e simbólicas, cometidas pelo Estado e corroboradas pela sociedade diariamente. Ainda assim, em contrapartida, há também grande variedade de grupos e atividades artístico-culturais, fazeres e saberes, patrimônios e memórias riquíssimas nesses territórios em que os museus comunitários estão inseridos. E é este o foco dessas iniciativas.

Esses museus não têm a participação apenas de agentes da comunidade, da mesma maneira, não é toda a comunidade que participa do museu. Estamos falando de um segmento mobilizado da comunidade que articula tanto sua criação quanto suas ações. Em relação à participação de pessoas “de fora” da comunidade, como museólogos, antropólogos, produtores culturais, pesquisadores, estudantes etc, percebi através das entrevistas e do trabalho de campo que estas são importantes como apoiadores dessas iniciativas; capital simbólico, que contribui para a viabilidade e visibilidade destes museus.

Essa interlocução também se faz necessária na medida em que alguns profissionais imbuídos de um academicismo excessivo, excludente e preconceituoso tratam os museus comunitários e a museologia social com deslegitimidade, conforme dito por Mario Chagas em entrevista. Não há como negar que esta é uma discussão ideológica, onde os que têm poder de enunciação o fazem sobre os demais, de forma muitas vezes impositiva.

Mas há ainda na *Rede de Museologia Social do RJ* discussões acerca da presença desses pesquisadores ser muitas vezes maior do que a dos agentes comunitários. Mesmo que eu não veja problema em existirem pessoas “de fora” contribuindo com essas iniciativas, concordo ser fundamental que os movimentos de museologia social também operacionalizem a *Rede*. Assim, ainda que os “lugares de fala” entre pesquisadores e movimentos sociais sejam diferentes, a voz e a ação cada vez mais ativa destes últimos contribuem para que a presença dos pesquisadores não seja imprescindível.

Como foi citado neste trabalho essa é uma discussão importante, principalmente, se pensarmos que o GT, que chamei de operacional, não contava com a presença desses agentes até o final de 2016, ainda que todos os entrevistados tenham avaliado positivamente a captação a partir das emendas parlamentares e a tentativa de recebimento de recurso através do edital Cultura de Redes (MinC), com projetos inscritos por esse GT.

Esta questão remete a uma preocupação que também foi relatada em entrevista sobre a possibilidade de desarticulação da *Rede de Museologia Social* a partir da saída/ausência de pessoas que atualmente a operacionalizam e a articulam. Dessa forma, a características móvel presente nas redes pode ser considerada, em dados momentos, sua armadilha, já que a existência de uma rede depende da continuidade na articulação de seus agentes. Ainda que em rede, novas configurações sejam constantemente mobilizadas.

É importante que seja dito que a *Rede de Museologia Social do RJ* é muito potente enquanto movimento político e afetivo. Não é à toa que nas entrevistas ela é referida como espaço de troca de ideias, trabalho de militância, fortalecimento dos museus comunitários, engajamento de novas experiências, contribuição para o próprio trabalho e para o trabalho do outro, e de como é “gostoso estar junto!”. De fato, muitos dos Encontros internos são também festivos, com conversas que se estendem além do tempo programado, com lanches e almoços compartilhados.

Nessa perspectiva, destaco a seguinte frase, usada na Apresentação do Termo de Referência para as emendas parlamentares: “Potencializando a voz e a força de cada iniciativa que a compõe, compartilha a compreensão de que fortalecer o outro também é uma forma de se ver fortalecido (...)”.

É muito claro que as relações de amizade ligam muitos dos agentes da *Rede*, e isso também fortalece a continuidade tanto de ações em rede quanto das ações dos próprios museus. Várias vezes ouvi, após as reuniões e Encontros, frases que justificam essa afirmação.

Mas o afeto aqui também pode ser dimensionado a partir do que trata Espinosa (1989) sobre a “potência de agir”, entendida enquanto ação política, conforme mencionado. Essa potência de agir pode ser aumentada ou diminuída, favorecida ou entravada de acordo com o movimento ou o repouso dos corpos. O autor cita a alegria, a tristeza e o desejo como as três afecções primárias, das quais se derivam todas as outras – a exemplo do amor, do ódio, do medo, da melancolia, da esperança, do ciúme, da inveja etc. A partir daí, ele conclui que um “mesmo objeto pode ser a causa de afecções múltiplas e contrárias” (ESPINOSA, 1989, p. 122). Mesmo que muitas afecções e modos de agir perpassem a *Rede de Museologia Social do RJ*, identifico três importantes afetos que a constituem, a saber: alegria, desejo, desamparo.

“O desamparo cria vínculos” (SAFATLE, 2015, p. 25) e pode ser entendido como “condição para o desenvolvimento de certa forma de coragem afirmativa diante da violência” (idem, p. 74). Assim, o desamparo pode ser pensado aqui como a condição da própria existência da *Rede*, já que esta é uma rede que articula vozes historicamente silenciadas e inauditas.

O desejo, base da potência para Espinosa, aparece enquanto militância por causas às quais se acredita e pelas mudanças nas quais se anseia. Desejo de proporcionar a visibilidade e a viabilidade dos museus comunitários que expressam narrativas outras; desejo que essas comunidades e territórios sejam valorizados em seus saberes e fazeres. E, finalmente, a alegria – afeto que aumenta a capacidade de agir –, propiciada pela vontade de estar junto em prol de um querer coletivo, através de Encontros carregados de emotividade.

Mesmo que a *Rede* apresente formas diversas de enunciação, implicando em hierarquias não formalizadas, alguns dos agentes entrevistados atribuem a ela um caráter horizontal. Isso pode ser compreendido porque as principais lideranças se disponibilizam ao diálogo, de acordo, por exemplo, com Leu Cruz em entrevista. Inês

Gouveia, também em entrevista, menciona a horizontalidade como algo a ser perseguido, apesar de ponderar que algumas decisões exigem agilidade. Ela atribui a isso todo movimento que se pretende horizontal. De fato, para atender aos prazos requeridos pelas emendas parlamentares, a agilidade foi fator importante.

Ainda que eu não tenha mencionado nesta pesquisa, já que é necessário fazer escolhas, alguns entrevistados relataram ter projetos em parceria, inclusive já aprovados em editais de pesquisa e/ou fomento à cultura. Certamente, essa também é uma ação que fortalece as iniciativas e a *Rede*, de modo geral.

Da mesma maneira, outras pautas que perpassaram a *Rede* ou durante minha pesquisa, ou anterior a ela, não foram aqui referenciadas, bem como pautas e projetos que não foram adiante devido a motivos diversos, como a falta de tempo e “a falta de pernas”, conforme citado por alguns. É importante, portanto, reiterar que o que está presente nesse trabalho não configura suas ações como um todo, mas um recorte, mesmo que abrangente, do que considere fundamental de ser evidenciado. Além disso, é uma visão minha sobre os fatos, ainda que apoiada em atas, listas de presença, e-mails e entrevistas.

O que mais me interessava investigar desde o início da pesquisa era como as interações da *Rede de Museologia Social do RJ* configuravam a construção e/ou o fortalecimento de políticas públicas de direito à memória das comunidades nas quais museus comunitários, ecomuseus, Pontos de Memória, iniciativas de memória e museologia social estão inseridos.

E desde o início me deparei com os intercâmbios, Encontros internos e externos, da *Rede*. Já nesse momento, e pautada no que diz o autor Alexandre Barbalho (2005) sobre as políticas públicas de cultura, em que o termo “público” não se refere apenas ao sentido estatal, governamental, compreendi que, com suas discussões, ações e militância, a *Rede* contribui para as políticas culturais, realizadas por grupos organizados da sociedade civil, ainda que as políticas de Estado sejam acionadas de acordo com o que se busca alcançar, em dado momento. Apesar disso, nota-se com a pesquisa, que a fronteira entre política de Estado e política realizada pela sociedade civil organizada é imprecisa, “como esferas que interagem e se influenciam mutuamente” (CARLOS, 2015).

A dimensão da política a partir da sociedade civil organizada se faz ainda mais fundamental no contexto político-social atual de constantes ameaças e cortes de direitos duramente conquistados. A *Rede de Museologia Social*, neste sentido, cumpre um

importante papel de articulação e desenvolvimento de atividades de forma sistemática, pelo menos durante o período que vai até março de 2018, em consonância com o atual cronograma da emenda parlamentar vinculada ao deputado federal do PSOL Chico Alencar – além dos Encontros internos, realizados de forma sistemática em alguns períodos.

Mesmo com a dificuldade de se vislumbrar, nesse contexto, por exemplo, qualquer possibilidade de votação e aprovação do PL Cultura Viva do estado do RJ – tendo a *Rede* contribuído com acréscimos em seu texto a partir da Secretária de Cultura do estado –, em tramitação há anos, se faz necessário enfatizar que, conforme mencionado, as disputas de poder também se dão de forma concorrencial, o que implica dizer que o jogo político vivenciado hoje –, no que tange à política federal e estadual – não esta necessariamente fadado ao absoluto fracasso em relação às políticas de cunho cultural, já que este se faz na dinamicidade, que só é possível no tempo presente.

Além disso, a formação de redes afins por todo o país pressiona o poder público a se abrir ao diálogo a essas representações. Daí a importância dos encontros, dos intercâmbios, das trocas, que fortalecem as iniciativas e dão fôlego para que os trabalhos continuem, apesar das dificuldades, como a falta de recursos.

Mas é fundamental compreender que as políticas governamentais, de fato não são suficientes como atendimento e/ou contenção de uma demanda, visto que as demandas são muitas e estão em constantes transformações, por isso, elas estarão representando o interesse de uma parcela da sociedade, e não da sociedade como um todo, além de estarem, por outro lado, em constantes defasagens com a necessidade de certos grupos. Daí que vão decorrer os embates reivindicatórios em prol do direito ao reconhecimento dos movimentos de memória da museologia social.

É possível perceber com a pesquisa que o nível de institucionalização aumenta conforme se busca captar recursos financeiros através do setor público. Quanto mais se vai nesta direção, maior o grau da tutela do Estado, já que, como foi dito, no Brasil as políticas de cultura se dão majoritariamente a partir de editais de fomento ou através das leis de incentivo à cultura. Porém, existem vários níveis de institucionalização, a partir da pactuação da criação da *Rede*, por exemplo, e não só em relação à decisão quanto ao CNPJ.

As emendas parlamentares vão contribuir para a realização de novas atividades, para ampliação da *Rede*, para o conhecimento de novas iniciativas possibilitando um maior descentramento geográfico, além da formação com cursos, ação há muito tempo

discutida em suas reuniões, intercâmbios custeados, realização de vídeo documentário e abrangência de seu plano de comunicação, inclusive com a previsão de site com mapa georreferenciado. Sem dúvida, todas essas ações potencializam a *Rede* de forma inédita até aqui. Outro fato inédito diz respeito ao trabalho remunerado durante o período de realização da emenda.

Também será importante acompanhar de que forma os intercâmbios realizados através dos Encontros “bimestrais” da *Rede* continuarão, com essa nova configuração, já que eles não vinham acontecendo com essa periodicidade. De acordo com o que já foi citado, esses deslocamentos para outros territórios e perspectivas diversas no âmbito da museologia social, é também uma questão política.

Como foi visto as questões que envolvem o território vão além do seu aspecto meramente físico. Há também o dado simbólico, subjetivo, que configura a identidade das comunidades vinculadas a esses museus, que precisa ser levado em consideração. Dito isso, como pensar políticas culturais sem que sejam analisados seus efeitos no território, no qual, agentes culturais, públicos diversos, comunidade estejam inseridos? Como fazer políticas culturais, a não ser de forma a beneficiar uma parte da população que invariavelmente se localiza física e simbolicamente dentro de um território? Como não considerar a dimensão simbólica e identitária dos grupos, a partir dos territórios, para se elaborar políticas de cultura?

Essas respostas não estão dadas, mas é necessário que sejam questões constantemente elaboradas para que seja possível refletir a partir delas. Aqui caberia mais uma pergunta: Como pensar políticas culturais nesses territórios em que o direito de ir e vir não está assegurado?

Por fim, a *Rede de Museologia Social do RJ* permite que o conceito de rede também seja “acionado como utopia, como metáfora para imaginar novas modalidades de convivência, que permitam alternativas desejáveis de construção de novos mundos, compartilhados” (RUBIM, 2011, p. 53). Com suas histórias de vida que são, na maioria das vezes, imbricadas na militância pelo direito a essas memórias outras, esses movimentos e seus agentes afetam com a esperança. E esta é uma afecção necessária, que precisa ser renovada constantemente para que seja possível, ou menos árdua, a tecitura das narrativas que compõem nossa trajetória cotidianamente.

Bibliografia

ANDRADRE, Mário de. Museus Populares. In: CHAGAS, Mario (org.). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 31, 2005. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat31_m.pdf Acesso em: 13/09/16.

APPADURAI, Arjun; BRECKENRIDGE, Carol A. *Museums are good to think: Heritage on view in India*. Smithsonian Institution Press, 1991.

BARBALHO, Alexandre. Política cultural. In: RUBIM, Linda (org.). *Organização e Produção da Cultura*. Salvador: EDUFBA; FACOM/CULT, 2005.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. *Obras escolhidas*, v. 1. (Trad. Jeanne M. Gagnebin e S. P. Rouanet). São Paulo: Brasiliense, 1985.

BHABHA, Homi k. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

BOLAÑO, César, GOLIN, Cida, BRITTOS, Valério, MOTA, Joanne. Introdução: desafios às políticas culturais e ao campo artístico e intelectual no Brasil no final da primeira década do século XXI. In BOLAÑO, César, GOLIN, Cida, BRITTOS, Valério (organizadores). *Economia da arte e da cultura*. São Paulo: Itaú Cultural; São Leopoldo: Cepos/Unisinos; Porto Alegre: PPGCOM/UFRGS; São Cristóvão: Obscom/UFS, 2010, p. 10-32. Disponível em: <http://www.itaucultural.org.br/bcodemidias/001719.pdf>. Acesso em: 07/03/11.

BONIN, Anamaria Aimoré, KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. Para pensar os museus, ou quem deve controlar a representação do significado dos outros? *MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia*, n. 3, 2007. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

BOTT, Elizabeth. *Família e Rede Social*. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1976.

BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papius Editora, 2014.

BRAGA, Maristela (tradução). DECLARAÇÃO DE CARACAS (ICOM, 1992). *Cadernos de Sociomuseologia*, n. 15, 1999. Museu Universitário PUCCAMP. Disponível em: <http://www.iber museums.org/wp-content/uploads/2014/07/declaracao-de-caracas.pdf>. Acesso em: jun de 2016.

BRUNNER, José Joaquín. La cultura como objeto de políticas. In: *Material de Discusión* (Chile). FLACSO. N. 74. FLACSO-Chile, 1985.

CARLOS, Euzeneia. Movimentos Sociais e Instituições Participativas: efeitos do engajamento institucional nos padrões de ação coletiva. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais* Vol. 30 n° 88 junho/2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v30n88/0102-6909-rbcsoc-30-88-0083.pdf> (Acesso em: 17/03/17).

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro, FONSECA, Maria Cecília Londres. *Patrimônio Imaterial no Brasil – Legislação e Políticas Estaduais*. Brasília, UNESCO, Edcarte, 2008. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001808/180884POR.pdf>. Acesso em: nov de 2015.

CARDOSO, Gustavo, CASTELLS, Manuel (org.). *A Sociedade em Rede: Do Conhecimento à Ação Política*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CHAGAS, Mario de Souza. *Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade*. Chapecó (SC): Argos, 2015.

_____, GOUVEIA, Inês. Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). *Cadernos do CEOM*. Santa Catarina: Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina, ano 27, n. 41, 2014. p. 9-22. Disponível em: <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2592/1523>. Acesso em: jun de 2016.

CHAGAS, Mario de Souza, NASCIMENTO JUNIOR, José do (orgs.). *Subsídios para a criação de Museus Municipais*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/Instituto Brasileiro de Museus e Centros Culturais/Departamento de Processos Museais, 2009. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/09/manual-subsidio-para-criacao-de-museu.pdf> Acesso em: 15/09/16.

DESVALLÉES, André. *Vagues: une anthologie de la nouvelle museologie*. Paris: W M. N. E. S., 1992. Vol. 1.

DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria. Ondas do pensamento museológico brasileiro. In: *Cadernos de Sociomuseologia – Centro de Estudos de Sociomuseologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias*, s/d. Disponível em: http://www4.unirio.br/museologia/textos/ondas_do_pensamento_brasileiro.pdf. Acesso em: jun de 2016.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ENNE, Ana Lucia S. Conceito de rede e as sociedades contemporâneas. In *Comunicação e Informação*, V 7, n° 2: pág 264 - 273. - jul./dez. 2004. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/ci/article/viewFile/24452/15165?journal=ci> (Acesso em: 17/03/17).

ESPINOSA, Baruch de. *Ética*. São Paulo: Nova Cultura, 1989.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, MinC – IPHAN, 1997.

FIGUEIREDO, Silvio Lima e SILVA, Ana Claudia dos S. da. Museologia social, políticas públicas de memória e patrimônio e museus: o contexto do ponto de memória da Terra Firme. In Lia Calabre [et al.] (org.) *Anais do VI Seminário Internacional de Políticas Culturais*, 26 a 29 de maio de 2015. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015. Disponível em: <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2015/05/Anais-do-VI-Semin%C3%A1rio-Internacional-de-Pol%C3%ADticas-Culturais.pdf>. Acesso em: ago de 2015.

FRASER. Nancy. Reconhecimento sem ética? In: *Lua Nova – revista de cultura e política, São Paulo, no. 70, 2007, p. 101-138*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n70/a06n70.pdf>. Acesso em: julho de 2016.

FRASER. Nancy. A justiça social na globalização: Redistribuição, Reconhecimento e Participação. In *Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, 2002*. Disponível em: <http://rccs.revues.org/1250> (Acesso em: 17/03/17).

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GOLDENBERG, Mirian. *A Arte de Pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMES, Carla Renata. O pensamento de Waldisa Rússio sobre a Museologia. In *Informação & Sociedade*, v. 25, n. 3, 2015.

HAESBAERT, Rogério e LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. In: *Revista Etc, espaço, tempo e crítica*. N° 2 (4), vol. 1, 2007a. Disponível em: http://www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%202007_2_4.pdf

HAESBAERT, Rogério. Identidades Territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAUJO, Frederico Guilherme Bandeira de e HAESBAERT, Rogério (orgs.). *Identidades e Territórios: questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro: Access, 2007b.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. *Da Diáspora – Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

HEINICH, Nathalie. Les émotions patrimoniales: De l'affect a l'axiologie. In: *Social Anthropology/Anthropologie Sociale (2012) 20, 1 19–33*. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/263527522_Les_emotions_patrimoniales_De_1%27affect_a_1%27axiologie?enrichId=rgreq-0198485401398022bf7a82c4eaaa454d-XXX&enrichSource=Y292ZXJQYWdlOzI2MzUyNzUyMjtBUzoyMzYyMDMzNDU3MDcwMDhAMTQzMzMyNjY3NDAzMzQ%3D%3D&el=1_x_3 Acesso em: 22/09/16.

HEINICH, Nathalie. O Inventário: um patrimônio em vias de desartificação? In *PROA: revista de antropologia e arte*, no. 05. IFCH-UNICAMP, Campinas: 2014. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/proa/article/view/2336/1803> (Acesso em: 17/03/17).

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela Memória: Arquitetura, Monumentos, Mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JANUÁRIO, R. e SILVA, R. M. Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro. In: *Cadernos do CEOM - Ano 27, n. 41 - Museologia Social*. Santa Catarina: Unochapecó, 2014. Disponível em: <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/issue/view/168>

LOURENÇO, Maria Cecília França. Museus à grande. In: BATISTA, Marta Rossetti (org.). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 30, 2002. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat30_m.pdf Acesso em: 13/09/16.

MOUTINHO, Mário. Sobre o conceito de museologia social. In: *Cadernos de Sociomuseologia*, vol. 1, n. 1, 1993. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/467>. Acesso em: jun de 2016.

NUNES, Rosiane da Silva. *UNESCO: Patrimônio Cultural Imaterial e Sociomuseologia*. Dissertação de Mestrado em Museologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2011. Disponível em: http://www.museologia-portugal.net/files/upload/mestrados/rosiane_nunes_0.pdf. Acesso em: jun de 2016.

OLIVEIRA, João Pacheco. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In *Mana vol.4, n.1*. Rio de Janeiro: 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131998000100003 (Acesso em: 06/08/16).

PINTO, R.; SILVA, C.; LOUREIRO, K. (org). *Circuito das Casas-Tela: caminhos de vida no Museu de Favela* – 1. Ed. Rio de Janeiro: Museu de Favela, 2012.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos, Rio de Janeiro*, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: jan de 2016.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos, Rio de Janeiro*, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>. Acesso em: jan de 2016.

PORTELLI, Alessandro. O Massacre de Civitella Vai di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944). In: AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos & Abusos de La*

História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 1998. Disponível em: <http://www.cholonautas.edu.pe/memoria/portelli1.pdf>. Acesso em: jan de 2016.

PORTILHO, Aline. *Das “belezas que emanam dos jardins suspensos de Ipanema e Copacabana”: políticas governamentais, demandas por memória e produção do espaço no Museu de Favela do Pavão-Pavãozinho e Cantagalo*. Tese de doutorado do Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais da Escola de Ciências Sociais/CPDOC. Rio de Janeiro, 2016.

PRIOSTI, Odalice Miranda. *A dimensão político-cultural dos processos museológicos gestados por comunidades e populações autóctones*. 2007. Disponível em: <http://www.abremc.com.br/pdf/9.pdf>. Acesso em: jul de 2015.

RIBEIRO, Djamila. Entrevista O Lugar da Fala e outros Lugares – por Aray Nabuco, Lu Sudré e Nina Fidelis. In *Revista Caros Amigos, ano XIX, no. 236, p. 19-23, 2016*.

RICOEUR, Paul. *O si-mesmo como um outro*. Campinas: Papirus, 1991.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa (Vol. 3)*. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2011.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Cultura e Políticas Culturais*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2011.

SAFATLE, Vladimir. *O circuito dos afetos – corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

SALLES, Sandro Guimarães de. Patrimônio Cultural, Representação e Poder: Desafios à Prática Antropológica. In: *Revista Raízes v.34, n.2, jul-dez /2014*. Disponível em: http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_345.pdf. Acesso: dez de 2015.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço – Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Os conflitos entre natureza e cultura na implementação do Ecomuseu Ilha Grande*. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 12 (suplemento), p. 381-400, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v12s0/19.pdf> (Acesso em: 01/03/17).

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 1996 (2ª ed).

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. In: *Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006*. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/estado/article/viewFile/3565/3120> (Acesso em: 05/10/16).

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná, GOMES, Paulo C. e CORRÊA, Roberto (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOARES, Bruno César Brulon. *Máscaras guardadas: musealização e descolonização*. Niterói, 2012. Tese de doutorado no programa de pós-graduação em antropologia – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/UFF. Disponível em: http://www.uff.br/ppga/wp-content/uploads/2013/06/M%C3%81SCARAS-GUARDADAS_Bruno-C%C3%A9sar-Brulon-Soares.pdf. Acesso em: jan de 2016.

TORNATORE, Jean-Louis. Patrimônio, memória, tradição, etc: discussão de algumas situações francesas da relação com o passado. *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v. 1, n. 1, mar. 2010.

TURINO, Célio. *Ponto de cultura: o Brasil de baixo para cima*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2010 (2ª ed.). Disponível em: <http://iberkulturaviva.org/wp-content/uploads/2016/02/C%C3%A9lioTurino-04-A1-Final-Baixa.pdf> (Acesso em: 17/03/17).

VELHO, Gilberto. Patrimônio, Negociação e Conflito. In: *Mana [online]*. 2006, vol.12, n.1, pp. 237-248. Disponível em: <http://nau.ufsc.br/files/2010/09/GilbertoVelho.pdf>. Acesso em: out de 2015.

Links consultados

http://culturadigital.br/brasilcriativo/files/2014/06/livro_web2edicao.pdf (Acesso: 23/11/16).

https://www.facebook.com/pg/sobradoculturalrural/about/?ref=page_internal (Acesso: 23/11/16)

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-10/mais-de-mil-escolas-do-pais-estao-ocupadas-em-protesto-entenda-o-movimento> (Acesso em: 17/03/17).

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111906.htm (Acesso em: 23/11/16)

http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/simposio/view?ID_SIMPOSIO=175 (Acesso em: 04/03/17).

<https://www.facebook.com/groups/212231862288591/> (Acesso em: 15/05/15).

<http://museudarocinha.blogspot.com.br/2010/10/rocinha-pela-rocinha.html> (Acesso em: 11/03/17).

<http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/204/174> (Acesso em: 11/03/17).

<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/cultural-heritage/> Acesso em: 15/09/16.

<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276/> (Acesso em: 15/09/16).

http://www.unesco.org/culture/natlaws/media/pdf/bresil/brazil_decreto_lei_25_30_11_1937_por_orof.pdf (Acesso em junho de 2016).

<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234> (Acesso em: 15/09/16).

<http://portal.iphan.gov.br/bcrE/pages/conInformacaoPatrimonialPoliticaE.jsf> (Acesso em: 15/09/16)

<http://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral>. (Acesso em: 16/09/16).

<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/intangible-heritage/> (Acesso em: 15/09/16).

http://www.iber museus.org/wp-content/uploads/2014/09/Publicacion_Mesa_Redonda_VOL_I.pdf (Acesso em: 26/01/17).

http://www.iber museus.org/wp-content/uploads/2014/09/Publicacion_Mesa_Redonda_VOL_I.pdf (Acesso em: 26/01/17).

<http://redemuseumemoriaemovimentossociais.blogspot.com.br/2010/08/declaracao-de-quebec-principios-de-base.html> (Acesso em: 07/07/14).

http://www.minom-icom.net/_old/signud/DOC%20PDF/198401704.pdf (Acesso em: 26/01/17).

http://www.minom-icom.net/_old/signud/DOC%20PDF/198401904.pdf (Acesso em: 26/01/17).

http://www.minom-icom.net/_old/signud/DOC%20PDF/198402104.pdf (Acesso em: 26/01/17).

https://en.wikipedia.org/wiki/Georges_Henri_Rivi%C3%A8re (Acesso em: 26/01/17).

<http://www.quarteirao.com.br/pdf/mchagas.pdf> (Acesso em: 07/07/14).

http://www.iber museus.org/wp-content/uploads/2014/09/Publicacion_Mesa_Redonda_VOL_I.pdf (Acesso em: 26/01/17).

<http://redemuseumemoriaemovimentossociais.blogspot.com.br/2010/08/definicao-de-sociomuseologia-mario.html> (Acesso em: 15/05/15)

<http://pnem.museus.gov.br/wp-content/uploads/2014/01/DOCUMENTO-PRELIMINAR2.pdf> (Acesso: 31/05/16).

<http://www.minom-icom.net/16th-international-conference-minom-icom-havana-cuba-6-11-oct-2014> (Acesso em: 26/01/17).

<http://www.abremc.com.br/historicoresumo.asp> (Acesso em: 26/01/17).

<http://www.abremc.com.br/estatuto.asp> (Acesso em: 11/03/17).

<https://www.museus.gov.br/tag/museu-de-favela/> (Acesso: 15/01/16).

<http://www.museus.gov.br/tag/departamento-de-processos-museais/> (Acesso em: 15/01/16).

http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/11/InformativoPontos_28_11_2013.pdf.
(Acesso em: 07/07/14).

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2016-12/bibliotecas-parque-fecham-no-rio-secretaria-promete-retorno-rapido> (Acesso em: 09/02/17).

<http://redemuseumemoriaemovimentossociais.blogspot.com.br/> (Acesso em: 30/01/17).

http://redemuseumemoriaemovimentossociais.blogspot.com.br/2013_10_01_archive.html
(Acesso em: 30/01/17).

<https://www.blogger.com/profile/10110617564952908162> (Acesso em: 30/01/17).

<http://redemuseumemoriaemovimentossociais.blogspot.com.br/search?updated-min=2013-01-01T00:00:00-08:00&updated-max=2014-01-01T00:00:00-08:00&max-results=2> (Acesso em: 30/01/17).

<http://iberculturaviva.org/wp-content/uploads/2016/02/C%C3%A9lioTurino-04-A1-Final-Baixa.pdf> (Acesso em: 17/03/17).

<http://culturaviva.gov.br/sobre-a-rede-cultura-viva/> (Acesso em: 30/01/17).

<https://www.facebook.com/groups/212231862288591/> (Acesso em: 15/05/15).

https://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o_Metropolitana_do_Rio_de_Janeiro (Acesso em: 31/01/17).

<https://www.facebook.com/groups/museologiasocialsp/?fref=ts> (Acesso em: 31/01/17).

<https://redespemuseologiasocial.wordpress.com/> (Acesso em: 31/01/17).

<http://fnm.museus.gov.br/noticias/retrospectiva-forum-nacional-de-museus-completa-10-anos-em-2014/> (Acesso em: 17/03/17).

<http://www.museusdoestado.rj.gov.br/noticias/3o-forum-estadual-de-museus-3/> (Acesso em: 17/03/17).

<http://www.museus.gov.br/tag/9a-primavera-dos-museus/> (Acesso em: 17/03/17).

<http://www.ufjf.br/lapa/2015/10/09/encontro-internacional-de-ecomuseus-e-museus-comunitarios/> (Acesso em: 17/03/17).

<http://www.minom-icom.net/2016-17th-international-conference-minom-icom-nazare-rondonia-brasil> (Acesso em: 17/03/17).

<https://museuscomunitarios.wordpress.com/> (Acesso em: 02/06/16).

<https://redespemuseologiasocial.wordpress.com/> (Acesso em: 02/06/16).

<http://www.cultura.gov.br/cultura-viva1> (Acesso em: 07/02/17).

<http://www.cultura.gov.br/cultura-viva1> (Acesso em: 07/02/17).

http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xlR9iTn/content/id/1317392 (Acesso em: 07/02/17).

<http://redemuseummemoriaemovimentossociais.blogspot.com.br/search?updated-min=2013-01-01T00:00:00-08:00&updated-max=2014-01-01T00:00:00-08:00&max-results=2> (Acesso em: 30/01/17).

<http://redemuseummemoriaemovimentossociais.blogspot.com.br/search?updated-min=2013-01-01T00:00:00-08:00&updated-max=2014-01-01T00:00:00-08:00&max-results=2> (Acesso em: 30/01/17).

<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4838483/4125251/00. EditaldeSelecao dePontoesdeCulturaRede Carioca.pdf> (Acesso em: 12/03/17).

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1115.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/aacb4dd83b677dbe832579de00439a1c?OpenDocument> (Acesso em: 12/03/17).

<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1316.nsf/0/03257ad1004cc81c03257a7600725afa?OpenDocument> (Acesso em: 12/03/17).

<https://projetohistoriando.wordpress.com/about/> (Acesso em: 12/03/17).

<http://fnm.museus.gov.br/noticias/iv-teia-da-memoria-encerra-com-aprovacao-de-minuta-sobre-conselho-participativo/> (Acesso em: 29/09/16).

<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/05/1773764-temer-decide-recrutar-ministerio-da-cultura-anuncia-mendonca-filho.shtml> (Acesso em: 21/01/17).

<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/issue/view/168> (Acesso em: 15/05/15).

<http://maibram.blogspot.com.br/> (Acesso em: 14/02/17).

http://www.museusdoriorio.com.br/joomla/index.php?Itemid=69&catid=5&id=38:perfil-museu-de-arqueologia-de-itaipu&option=com_content&view=article (Acesso em: 13/02/17).

<http://mapadecultura.rj.gov.br/manchete/museu-de-arqueologia-de-itaipu> (Acesso em: 13/02/17).

<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=13318&Itemid=310> (Acesso em: 11/03/17).

<https://wikioso.org/senai-significado-o-que-significa-a-sigla-senai/> (Acesso em: 14/02/17).

http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/editalproext2_2009_6.pdf (Acesso em: 14/02/17).

<http://museudarocinha.blogspot.com.br/> (Acesso em: 14/02/17).

<http://www.museuafrobrasil.org.br/pesquisa/hist%C3%B3ria-e-mem%C3%B3ria/historia-e-memoria/2014/12/10/abdias-nascimento> (Acesso em: 14/02/17).

<http://memoriarocinha.com.br/> (Acesso em: 17/03/17).

<http://www.amahor.org.br/amahor> (Acesso em: 15/02/17).

http://www.museudohorto.org.br/F%C3%A1brica_de_Tecidos_Carioca?id=1097 (Acesso em: 15/02/17).

<http://www.museuvivodosaobento.com.br/institucional> (Acesso em 14/02/17).

<http://capfeuduc.com.br/historia/> (Acesso em: 14/02/17).

<https://www.facebook.com/sobradoculturalrural/?fref=ts> (Acesso em: 16/02/17).

<http://imagemcidadania.blogspot.com.br/> (Acesso em: 16/02/17).

https://issuu.com/imagemcidadania/docs/livro_receitas_web (Acesso em: 16/02/17).

<http://mapadecultura.rj.gov.br/manchete/festa-do-inhame> (Acesso em: 16/02/17).

<https://issuu.com/imagemcidadania/docs/livroagricultoresdoestadodoriodejan> (Acesso em: 16/02/17).

<http://www.museudamare.org.br/> (Acesso em: 15/02/17).

<http://www.museudavida.fiocruz.br/> (Acesso em: 15/02/17).

<http://br.rfi.fr/brasil/20170127-rfi-convida-mario-chagas> (Acesso em: 02/02/17).

https://pt.wikipedia.org/wiki/Adolf_Hitler (Acesso em: 17/02/17).

<http://www.museusdoestado.rj.gov.br/sim-rj-cadastro-fluminense/> (Acesso em: 16/02/17).

http://www.cultura.rj.gov.br/tcfc2016/assets/light/07_2016_Memoria_e_Cidadania.pdf (Acesso em: 16/02/17).

<http://www.museudefavela.org/> (Acesso em: 17/02/17).

<http://vivario.org.br/> (Acesso em: 19/03/17).

<http://www.museusdorio.com.br/joomla/images/stories/guiarj/museus-rj2013.pdf> (Acesso em: 17/02/17).

<https://www.facebook.com/fanbongar/posts/921525547930418> (Acesso em: 23/02/17).

<http://www.palmares.gov.br/?p=33250> (Acesso em: 23/02/17).

<http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2015/09/eu-cheguei-no-meu-limite-diz-alessandro-molon-sobre-saida-do-pt-1420.html> (Acesso em: 03/03/17).

<http://www.museus.gov.br/ibram-abre-edital-para-iniciativas-de-museologia-social-no-rj/> (Acesso em: 12/03/17).

Depoimento de Mario Chagas, em entrevista realizada por mim em dezembro de 2016:

Na verdade, assim, eu participei intensamente, eu diria ativamente da construção da Política Nacional de Museus. E tive uma participação anterior ao ano de 2003. Já em 2002 nós começamos a trabalhar para o ano de 2003. Fizemos seminário no Museu Histórico Nacional discutindo políticas de museus, em maio de 2002, e depois contribuí para que um dos nossos colegas, o José de Nascimento Júnior fosse a Barcelona, no encontro do ICOM, em 2002 se comemorava os 30 anos da Mesa Redonda de Santiago do Chile. (...) Depois, até junto com ele também, produzimos todo o... programa do encontro que aconteceu na cidade do Rio Grande, no Rio Grande do Sul de onde saiu a Carta do Rio Grande que foi um documento importante para a Política Nacional de Museus. (...) Na verdade nesse momento nós estamos construindo e estabelecendo essas articulações independente de quem viria ganhar as eleições. Então, não sabíamos ainda qual seria o desenho, ou qual seria o resultado, melhor dizendo, das eleições. Então nesse sentido começamos a trabalhar com o objetivo de estabelecer uma pauta importante para o campo museal e o campo museológico. Após as eleições, com a vitória do presidente Lula isso foi entregue à equipe de transição, a equipe do presidente Lula, então e aí entramos numa outra, num outro patamar. Então, era um novo governo que acolheu as propostas que vinham sendo desenhadas, as primeiras ideias e as ideias básicas de uma Política Nacional de Museus, e em seguida o que aconteceu foi que o José do Nascimento Júnior, pela sua vinculação direta com o partido, com o PT, o Partido dos Trabalhadores, foi chamado para Brasília. E aí começamos a pensar claramente como transformar, como desenhar e transformar essa Política Nacional de Museus em uma prática concreta. Então passamos os meses de janeiro e fevereiro e março trabalhando fortemente nisso, a primeira reunião aconteceu em fevereiro em Brasília. (...) Fizemos uma reunião em Brasília, onde as principais lideranças no campo da museologia foram chamadas para Brasília para discutir. Nesse momento, eu digo sem nenhuma modéstia, o Nascimento não tinha um mapeamento desse campo. Quem foi mapeando as pessoas e de onde vinham; da Bahia quem vem, de São Paulo quem vai, do Rio de Janeiro quais são as pessoas que a gente deve articular e chamar. Então, eu fiz isso junto com ele, ali, fomos construindo isso e levamos para lá um grupo de pessoas onde decidimos então, vamos trabalhar fortemente com datas, com prazos. Então ali, estabelecemos os nossos primeiros prazos que era, chegar ao dia 18 de maio de 2003 com uma Política Nacional de Museus desenhada, afirmada, escrita, publicada. E assim trabalhamos. (...) Nós fomos para essa reunião com sete eixos apontados. Então, nós tínhamos discutido esses sete eixos em reuniões anteriores. Nessa reunião esses eixos foram aprovados e escolhemos qual seria o primeiro eixo a ser trabalhado. E daqueles sete eixos, você deve ter documento, daqueles sete eixos foi decidido que o terceiro eixo, tratava de educação e formação, seria o eixo aprofundado. (...) Então, continuamos com uma mobilização nacional e aí internacional, mandamos o documento base para outras pessoas no Brasil e fora do Brasil, e começamos a receber as contribuições. Fiz o trabalho de sistematização de toda a Política Nacional de Museus. (...) E anexando ao documento as contribuições da professora Maria Célia Teixeira Moura Santos, no que se refere ao Eixo 3. Foi isso que foi lançado, foi isso que foi publicado e lançado no dia 16 de maio no Museu Histórico Nacional na comemoração da Semana Nacional de Museus. Isso que foi lançado ali nesse momento, com a presença do Ministro Gilberto Gil, que, portanto, desde o primeiro momento apoiou essa Política Nacional de Museus. E ali já estava apontada a necessidade da criação do Instituto, já estava apontada a necessidade da criação de um Cadastro Nacional de Museus, isto tudo já estava desenhado lá. E especialmente quer dizer, a necessidade de

aprimoramento de instrumentos de gestão, e da valorização econômica dos museus, da criação do Sistema Brasileiro de Museus, tudo já estava apontado lá nesse documento. (...) Visávamos na ocasião já de imediato a criação de um instituto, o que não foi possível criar esse instituto ali logo em junho, julho, agosto. E não sendo possível isso nós criamos um plano alternativo que era dentro do IPHAN, o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, nós decidimos, começamos a avaliar e vimos que era possível a criação de um Departamento de Museus e de Centros Culturais [DEMU/IPHAN]. (...) Gradualmente fomos abandonando esses centros culturais, particularmente eu era crítico desses centros culturais, até hoje tenho muita implicância com a expressão "centros culturais", eu acho que ela é completamente vazia de sentido. Então, mas isso também reflete assim, a própria denominação "departamento de museus e centros culturais" serve para mostrar que o nosso grupo também comportava divergências. Então, quer dizer, eu, jamais por visão pessoal, jamais chamaria de "departamento de museus e centros culturais", ainda que tenha admitido porque compreendia que precisava avançar e não ficar travado nas pequenas coisas. Ele foi criado em agosto, esse Departamento (...). Eu já vinha trabalhando na Política Nacional de Museus, mas eu não tinha um cargo, trabalhava na militância, então até porque como eu era do IPHAN na época, então trabalhava nisso. E... mas aí, depois de agosto, como o departamento foi institucionalizado foi possível que eu fosse chamado para assumir um cargo dentro desse departamento e eu assumi o cargo de coordenador técnico do Departamento de Museus e Centros Culturais. Então isso foi um dos primeiros passos da Política Nacional de Museus. (...) [Foram] muitas idas e vindas, muitos planos alternativos. Quer dizer, nunca foi uma situação dada. Até o nome das coisas, quer dizer, num dado momento falava-se numa Fundação de Museus Aloísio Magalhães, para você ter uma ideia até onde as coisas iam, até que se abandonou essa ideia de Fundação, e aí se pensava num Instituto de Museus, mas não tinha um nome próprio para isso, até chegar ao Instituto Brasileiro de Museus. E cada passo foi um passo de muita disputa, tensão e etc. Até que... e na verdade, assim, sem o apoio do Ministro Gilberto Gil, nada disso teria acontecido. Não seria possível chegar aonde se chegou sem o apoio do Ministro Gil. Eu digo apoio, é apoio corporal, o corpo dele colocado em cena, é a voz dele colocado em cena. Então, tanto que nós percebemos, nós em dado momento, conseguimos levar o ministro Gilberto Gil a Portugal, e pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, conseguimos um título Dr. Honoris Causa em museologia. Mas isso era nosso reconhecimento da importância dele. (...)E aí fomos nessa direção, o Gil saiu, mas deixou o compromisso da criação do IBRAM. E em 2009 então o IBRAM foi criado por lei. Então, no mesmo ano, em janeiro, com a diferença de um dia, no dia 19 de janeiro, e no dia 20 de janeiro, foi criado o Estatuto de Museus, e Instituto Brasileiro de Museus. E eu participei disso, portanto ali já por dentro, de modo orgânico, trabalhando muito fortemente. Eu diria assim para você, Juliana, nada do IBRAM, quer dizer, a construção do IBRAM não se faria sem o Gil, mas também o Gil sozinho não faria o IBRAM. O IBRAM resultou concretamente no meu entendimento, ele resultou concretamente de uma conjunção astral se é que se pode dizer assim, mais de uma conjunção política, de uma conjuntura política e social favorável. (...) Talvez assim, o pulo mais importante, e aí eu confesso para você que investi muita energia nisso, nós saímos de 2003 com dois cursos de museologia, chegamos a 2013, hoje 2016, com 15 cursos de museologia no país. Isso é uma revolução, uma pequena revolução. Mas é uma coisa extraordinária o que foi feito nesse tempo, em 10 anos, você pode contar, são 14 ou 15 cursos de museologia. Isso, mas do que o IBRAM consolida o campo da museologia. Eu lembro perfeitamente que em 2001, 2002, se discutia, enfim, a perda ou... que esse campo da museologia seria completamente desconfigurado e que a museologia seria extinta, enquanto uma área profissional, enquanto uma área de conhecimento. (...) E seguimos adiante, eu me transferei para Brasília, se eu não me engano em 2010, eu não tenho certeza, mas aconteceu que o IBRAM

foi entrando em crise. Esse mesmo grupo, essas mesmas pessoas que tiveram a capacidade de passar por cima das suas diferenças e buscar uma sinergia, e um potencializar o outro, essas mesmas pessoas não suportaram o sucesso do IBRAM. Então, eu acho que o resultado tão positivo que teve o IBRAM e a cena museal e museológica tão favorável naquele momento, acho que deu para as pessoas um certo deslumbramento, um certo encantamento com aquilo tudo, e em pouquíssimo tempo após a criação do IBRAM – em pouquíssimo tempo – começaram a aparecer fraturas nesse grupo. E faturas graves e na verdade assim, exercício de poder cada vez mais autoritários de um lado, ou mais anárquicos de outro, e isso foi descompensando esse grupo e em pouco tempo o grupo que era um grupo aparentemente consistente, de algum modo sólido, desmanchou-se no ar. Então foi um pouco isso, esse grupo se desmanchou. Eu retornei para o Rio de Janeiro em 2011, rompido não com todas as pessoas, mas pelo menos uma pessoa dentro desse grupo, e os rompimentos foram acontecendo. (...) Às vezes eu acho que para algumas pessoas no trabalho institucional, num trabalho de rede, há que se ter a compreensão de que um fortalece o outro. Se você tirar uma peça, aparentemente muito pequena aquilo pode destruir tudo, pode mudar de rumo, romper, cair, vir abaixo. Então às vezes no exercício do poder as pessoas não percebem isso, “aquela peça é muito pequena, pode tirar.” Mas se tirar pode romper. Mas o fato é que aconteceu isso, assumiu uma nova presidência que ficou pouco tempo, assumiu uma terceira presidência, estamos na quarta presidência no IBRAM, e está nessa situação. Mas, de qualquer modo eu quero crer que o IBRAM segue no caminho da consolidação (...). Dentro dessa situação do IBRAM, nós construímos o Programa dos Pontos de Memória que eu acho que também foi e é, ainda continua sendo com limitações, alguma coisa inovadora em diálogo com os Pontos de Cultura e etc. Os pontos de memória surgiram de uma... da compreensão que alguns pontos de cultura eram especializados em memória. E foi um programa bem-sucedido até que também com o desejo de dar grande escala, foi se perdendo, mas é um programa que eu considero importante e válido de estar aí. No momento atual é assim, é uma situação complexa, porque eu diria, olhando para a política do atual governo temerário, então, olhando para isso eu diria assim, “não tem espaço para uma política nacional de museus”. Nós teremos retrocessos, descontinuidades, e mais do que isso, teremos, assim, um rompimento com as políticas sociais, com programas como Pontos de Memória e coisas dessa natureza. Essa é a tendência que está dada, é a tendência que está no ar, é o que nós podemos olhar e observar. Quando nós olhamos essa reforma da Previdência ¹⁵², olhamos para a PEC do fim do mundo ¹⁵³, é nessa direção que aponta, ou seja, não investir por 20 anos em educação, em cultura e saúde, tudo isso paralisado, ninguém fala em taxar as grandes fortunas e taxar bancos, nada disso. Mas então, assim, o que nós podemos olhar, assim, que está dado no horizonte é isso. A situação, no entanto, é um pouco mais complexa, por quê? Na micropolítica os assuntos podem ganhar uma dimensão diferenciada. De outro modo, na presidência do Instituto Brasileiro de Museus está uma pessoa que tem grande sensibilidade, porque é assim, é uma excelente pessoa no momento não tão bom, no momento não adequado, mas uma excelente pessoa, que é o Marcelo Araújo, o cara que tem pegada, tem conhecimento do campo, ele entende desse riscado, ele entende do campo do museu, da museologia. (...) Mas eu assim, não deixo de guardar, de ter um certo resguardo, no sentido de observar de que há a possibilidade de que na micropolítica, no âmbito do IBRAM, a gente consiga ainda ter alguns avanços, pelo menos eles estão sinalizados que foram mantidos. Até onde isso será possível, nós não sabemos.

¹⁵² Ver: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/02/1860253-com-reforma-previdencia-do-brasil-fica-mais-rigida-que-a-de-paises-ricos.shtml> (Acesso em: 21/02/17).

¹⁵³ Ver: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniao/2016/10/21/noticiasjornalopiniao.3665266/pec-do-fim-do-mundo-pode-afundar-o-brasil.shtml> (Acesso em: 21/02/17).



Relatoria do grupo de trabalho da Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro durante a Teia Rural 2013 - 3ª. Reunião da Rede

Data: 06/12/2013

Local: C.E. José Muniz da Costa, São Pedro da Serra – Nova Friburgo – RJ.

Mediador: Emerson de Souza

Relatoras: Sara Schuabb e Mirela Araújo.

O Grupo de trabalho da Rede de Museologia Social já tinha se reunido no dia anterior (05/12) para debater e elencar três proposições a serem apresentadas no fórum da Teia Rural. São elas:

1. Que a Rede de Museologia Social tenha garantida sua participação efetiva na concepção, gestão e desenvolvimento do Programa Cultura Viva enquanto política de estado, com representatividade, direito à presença, voz e voto, nos conselhos e fóruns que vierem a ser estabelecidos, nas esferas federal, estaduais, distrital e municipais.
2. Que a Rede de Museologia Social tenha assento no Grupo de Trabalho da regulamentação da Lei Cultura Viva, nas esferas federal, estaduais, distrital e municipais.
3. Que as Redes de Pontos de Memória, Ecomuseus, museus comunitários e demais iniciativas de memória e museologia social sejam reconhecidas e fomentadas em suas especificidades como Pontões de Memória, de modo que sejam asseguradas na Lei Cultura Viva, nas esferas federal, estaduais, distrital e municipais, participando de editais dessa modalidade.

Após a leitura das proposições foi decidido pelo coletivo dar início às questões relacionadas à rede, tais como periodicidade e itinerância dos encontros, a missão, os temas prioritários a serem discutidos e o cronograma das próximas reuniões.

1. Periodicidade e itinerância de encontros rede: Realização bimestral, sempre no primeiro sábado do mês. No primeiro semestre, foi acordada a importância de ser realizado um encontro em janeiro, por caráter de urgência, devido ao processo de discussão e redesenho da Lei Cultura Viva em âmbito estadual e federal. Após a reunião de janeiro, os encontros seguirão em fevereiro, abril e junho. A itinerância não foi votada, mas a partir da proposta de calendário das iniciativas que se sediarão os próximos encontros, foi definido inicialmente pela itinerância.

2. Missão – A partir da leitura de cartas de outras redes de museologia social e de outros documentos de referência, foram sugeridos conteúdos-chaves para a elaboração da missão da rede. No entanto, devido à falta de tempo necessário para a



definição de um texto conciso que desse conta de todas as opiniões expressas, Inês Gouveia e Cláudia Rose Ribeiro se comprometeram em apresentar uma proposta ao grupo posteriormente.

3. **Pautas** – Foram eleitos como prioritários os seguintes temas a serem discutidos nos próximos encontros da rede:

- **Lei Cultura Viva e Pontões de Memória**
- **Inventário Participativo**
- **Institucionalização das iniciativas**
- **Marco Conceitual e Carta da Rede**

4. Próximos Encontros da Rede: As iniciativas que receberão os encontros das redes foram sugeridas por seus representantes e acatadas pelo coletivo. Os representantes se responsabilizaram por organizar o espaço, a logística e a articulação local, para receber o grupo. Todos os membros da rede são responsáveis pela divulgação e apropriação dos conteúdos propostos para a discussão.

5. Tendo em vista a urgência e importância das iniciativas de Museologia Social tomarem conhecimento e se aprofundarem na Lei Cultura Viva e seu redesenho, foi indicado um grupo para tomar à frente de todo debate e conteúdo relacionado e fomentar as discussões na rede. E esse grupo será formado por Inês, Firmino, Bruno, Carlinhos da Maré e Sara.

Também foi consenso que no encontro do dia 1º de fevereiro de 2014, quando a discussão sobre Lei Cultura Viva estiver aprofundada, a rede fará um convite à secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, Adriana Rattes, para debater junto ao grupo as interfaces da lei com as iniciativas de museologia social do estado.

Data	Local	Tema	Horário	Responsáveis
18.01.2014	Museu da Maré	Lei Cultura Viva – Pontões de Memória	9h às 17h	Inês, Firmino, Bruno, Carlinhos da Maré e Sara.
01.02.2014	Chácara do Céu - Ponto Roda Viva	Lei Cultura Viva	9h às 17h	Inês, Firmino, Bruno, Carlinhos da Maré e Sara
05.04.2014	Museu Vivo de São Bento	Inventário Participativo	9h às 17h	Leu e Rosenilda
07.06.2014	Ecomuseu de Santa Cruz	A definir	A definir	Bruno e Bianca Wild



Participaram:

Lucienne Figueiredo – Sistema Estadual de Museus (SIM-RJ)

Emerson de Souza – Museu do Horto

Inês Gouveia – Programa Pontos de Memória (Ibram)

Mirela Araújo – Museu de Arqueologia de Itaipu (Ibram)

Jorge Luiz Saldanha –

Cláudia Rose Ribeiro da Silva – Museu da Maré

Ricardo Rodrigues – Memórias do Cerro Corá

Bianca Wild – ABREMC e Ecomuseu de Sepetiba

Silvana O. Santos – Ponto de Cultura Roda Viva

Marcos Ramos – Ponto de Cultura Ver se vendo

Bruno Cruz de Almeida – NOPH – Ecomuseu de Santa Cruz

Thiago da Silva Leite – Ecomuseu Nega Vilma

Nathércia Lacerda – Museu do Horto e Sankofa

Léslie Figueiredo – Aos pés do Santa Marta

Sandra Costa – Euterpe Lumiarense

Rosenilda Santos da Silva – Museu Vivo de São Bento

Sara Schuabb – Programa Pontos de Memória (Ibram)

Aurelina de Jesus Cruz – Museu Vivo de São Bento



Relato da 6ª reunião da Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro, Sediada pelo Museu Vivo de São Bento, Duque de Caxias, em 05/04/2014.

A reunião começou pela manhã, com uma visita à exposição do Museu Vivo de São Bento, num breve percurso que teve como ponto de partida a Fundação Educacional de Duque de Caxias (FEUDUC), onde foi explicada a natureza do trabalho realizado pela equipe do Museu Vivo de São Bento e combinado o roteiro a seguir.

O grupo partiu de lá rumo ao Patronato de São Bento, local que foi a sede da antiga Fazenda São Bento, além do mosteiro e da igreja de mesmo nome. A igreja, datada do século XVI, é uma das mais antigas que continua de pé, patrimônio valioso e ameaçado, que há anos aguarda obras de restauração indispensáveis. Hoje, além de ser uma das principais bases territoriais do Museu Vivo de São Bento, as instalações do Patronato abrigam também um campus avançado da PUC. Marlúcia guiou o grupo através da exposição que conta a história da ocupação do município de Duque de Caxias e da baixada fluminense como um todo, desde a presença indígena pré-colombiana, passando pelo período escravocrata – onde a história da gestão da fazenda pelos padres da ordem de São Bento é contada ao lado da história sobre a resistência à escravidão na região – e pelo estabelecimento de colônias agrícolas na região, chegando até o vertiginoso crescimento demográfico das três décadas mais recentes.

Após conhecermos a exposição, foi oferecido um farto e delicioso café da manhã ao grupo. Em seguida, fomos a uma sala-auditório onde o professor Nielson Bezerra apresentou o inventário realizado pela equipe do Museu Vivo, com recursos de um edital do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (RJ), INEPAC.

O edital vencido deveria cobrir trabalhos apenas com “patrimônio material”, mas no processo equipe do Museu Vivo conseguiu convencer os técnicos do INEPAC a ajustar o projeto para abrigar outras referências (ressaltando sempre a importância do diálogo com os funcionários dessa instituição), pois reconheceram que, além de espaços de memória, existem memórias sem espaço. A questão é como geri-las. Por exemplo, ao citar a ficha do Reisado Flor do Oriente, Nielson Bezerra argumentou que é preciso reconhecer o valor cultural das casas, mesmo que não tenham valor arquitetônico, já que em muitos casos o importante não é a sede física em si, a construção estática, mas sim a história das pessoas que ali estiveram temporariamente, e que podem ter se mudado.

A metodologia do INEPAC serviu de base. Ela parte dos seguintes princípios; identificar; descrever; inventariar; divulgar. O projeto original foi pensado em termos de inventário da cultura afro-brasileira, buscando inventariar casas de farinha, senzalas, candomblés, terreiros, capoeiras etc. No decorrer do processo, o conceito foi alterado por chegarem à conclusão de que, sendo 80-90% da população de Duque de Caxias negra, qualquer pesquisa histórica sobre as referências culturais da região estaria diretamente relacionada à cultura afro-brasileira.

O projeto enviado ao edital previa o preenchimento de 30 fichas, das quais foram efetivamente feitas 28. Agora, estão organizando uma segunda etapa – um curso de formação em cultura afro-brasileira para professores. Cada professor inscrito no curso será responsável por preencher uma ficha, dessa forma o inventário das referências culturais continuará avançando. Os resultados da primeira etapa já estão sendo divulgados. 500 cópias em DVD



distribuídas para escolas do município, e espera-se em breve o lançamento duma plataforma de mapeamento patrimonial com opções de download e upload, para que novas fichas possam ser preenchidas por qualquer pessoa interessada em preservar o patrimônio ou memória que lhe diga respeito. Nielson ressaltou ainda a importância da troca entre os diferentes inventários patrocinados pelo INEPAC, e fez considerações práticas sobre o que um inventário como esse pode provocar em termos de ações. Citou como exemplo uma escola da região que funciona como uma importante referência da comunidade negra – tanto entre alunos e ex alunos quanto para pessoas que jamais estudaram ali – e que o governo ameaçou fechar. O inventário foi uma peça importante na luta contra o fechamento, e pelo reconhecimento da importância do local. Outro exemplo citado foi uma casa de farinha, que ganhou, com a pesquisa, uma publicidade útil do ponto de vista comercial, e fortaleceu a prática.

Após perguntas e comentários dos presentes, às 14:00 horas chegou ao fim a apresentação do inventário, tendo início a discussão das questões mais diretamente relacionadas com a atuação da Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro.

Inês Gouveia começou com uma breve retomada das reuniões anteriores e deu informes sobre os Projetos de Lei Cultura Viva, no Estado e no município (da capital). Acontecia, simultaneamente, reunião de delegados do Fórum dos Pontos de Cultura, o que explica a ausência de Firmino e Cláudia Rose, ambos delegados. Sobre a tramitação dos projetos, foi confirmado que existe possibilidade de fazer alterações dentro das comissões. A próxima por onde vai passar o PL municipal é a de Comissão de Direitos Humanos, da qual participar o Renato Cinco, que deve ser procurado pela rede como parte do nosso esforço para explicitar a existência de museus comunitários e dar-lhes amparo legal. Léu sugeriu, com apoio geral, que a rede ajude os outros municípios a emplacarem suas próprias leis. Nesse contexto, Emerson (Museu do Horto, Horto – RJ) e Tartaruga (Sidney – Museu de Favela, Pavão-Pavãozinho e Cantagalo, RJ) foram indicados/escolhidos para representar o grupo nas questões relacionadas aos PLs Cultura Viva e Bruno (do Ecomuseu de Santa Cruz) também se colocou para auxiliar nessa questão.

Mário Chagas deu informe sobre seu curso realizado no MUF, que foi um sucesso, já pensam numa nova edição. Informou também que foi empossado no conselho consultivo do IBRAM. A publicação sobre a REDE-RJ na revista *Cadernos Museológicos*, número especial sobre museologia comunitária, deve sair em outubro. Relembrou, ainda, a proposta de criação de um Centro de Referência em Museologia Social.

Em seguida, foi discutida a possibilidade de inscrição no edital de Pontão (Observatório e Memória), que será lançado pela Secretaria Municipal de Cultura da cidade do Rio de Janeiro. Marcella Camargo, do Instituto Pesquisa e Atitude, manifestou a intenção de se integrar na proposta, que na ocasião foi discutida apenas em contornos gerais. Ficou combinada uma nova reunião entre as iniciativas que se propõe a integrar os trabalhos do futuro pontão, para pensar em conjunto qual será a proposta enviada. Dispuseram-se a participar dessa reunião, e dos trabalhos que decorrerão daí, as seguintes instituições; MuF, Maré, Horto e São Bento.

Outro informe foi dado sobre o Fórum Estadual de Museus, que acontecerá nos dias 26, 27 e 28 de maio, na UNIRIO. A Rede está convidada para participar de uma mesa na manhã do dia 28. Até lá, é importante pensar em estratégias de visibilidade para maior impacto no evento.



Próxima reunião geral da rede será dia 07 de junho, no Ecomuseu de Santa Cruz. Bruno propôs que o próximo tema seja o que foi abortado, uma oficina de Inventário Participativo. A equipe do IBRAM se comprometeu em tentar mais uma vez trazer o consultor João Paulo Vieira, responsável pela oficina. Caso não seja possível, Sidney Tartaruga sugeriu que o tema da reunião seja sustentabilidade, que em sua opinião é o grande gargalo.

Ao final da reunião, foram distribuídos lápis com artesanato local, representando jacutingas, e o grupo foi encaminhado à sede do SEPE (sindicato dos professores), que é também uma das principais sedes do Museu Vivo de São Bento, onde foi servido almoço.

No fim da tarde, foi organizada uma visita a um sambaqui nas proximidades, monumento arqueológico estimado em 5 mil anos, que foi preservado e aberto à visitação graças ao empenho da equipe do Museu Vivo de São Bento, que precisou fazer uma “vaquinha” para comprar o terreno onde o sambaqui está localizado.

REUNIÃO DA REDE DE MUSEOLOGIA SOCIAL DO RIO DE JANEIRO – 02/08/2014
 CACHOIRAS DE MACACU

NOME/INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
1. Antônio Carlos Hirnindo	antoniohirnindo@terra.com.br	981905334
2. Miriela Araújo/MAE-IBRAH	miriela.lill@igmail.com	96997070
3. Odinei Berton Filho Oxi Oxim	1ocuniv.berton@igmail.com burianhaperazzo@igmail.com	98423-9341
4. Markito. Marcos Antonio Farias	markitofarias@igmail.com	98302.8384
5. Bianca Wild/ABRAC/ConseledeBela	biancawild@gmail.com	992658520
6. VALÉRIA VITAL MACEDO	valeriamg@hotmil.com	987836476
7. Feliza Evangelista Andrade SL	fehpe.e.a.silva@gmail.com	980974865
8. Juliana Lopes	Julianalopes@johson.com.br	(21) 966597359
9. Oleandra R. Jma	olegandraoliveira@gmail.com	(19) 99173-0887
10. Cláudia Rosa Ribeiro da Silva	claudiarosa.silva@igmail.com	(21) 98433-1619
11. SANDRA COSTA STANIS DE CASTRO SOC. MUSICAL E UTE RE LUTHERANENSE	sandrastanis@igmail.com	(22) 9.9907-9399 (wwo)
12. Popol. Brian do. Sousa	popolbrian@igmail.com	(21) 9619-5079
13. CRISTIEL GILMARES MACACOIDE / VITE DO MACACU	CRISTIEL@MACACOIDE.COM.BR	21 92876-743
14. Alvine Geremany	alvine.geremany@gmail.com	21 9.7226.4018
15.		

REUNIÃO DA REDE DE MUSEOLOGIA SOCIAL DO RIO DE JANEIRO – 02/08/2014
 CACHOEIRAS DE MACACU

16.	MAURÍCIO SIAINES	MAURÍCIOSIAINES@GMAIL.COM	(22) 98811-7280
17.	NILCEMARE / MARIU DO SAMPEU	nilcemara.mogueria@gmail.com	(21) 78323896
18.	Nathalia Landesa Cavero	NATHY.LARDOSA@GMAIL.COM	(24) 97167-8475
19.	Fredericopereira / Juliana	fredericopereira.jmacedo@gmail.com	(21) 983949444
20.	Edelma Leal da Mota, Patrícia Chaves	Edelma@paparia.com.br	(21) 99291-9752
21.	Juliana K.T. Veiga	julianakto@gmail.com	(21) 97648-6849
22.	Paula Costa	Sobrevivenculm@gmail.com	(24) 99881-7943
23.	Marysue A. Botelho	pomado cultural@gmail.com	(22) 99881-9543
24.	Mario Chagas	pmariosc@gmail.com	(21) 983419370
25.	Frederica	frederica@gmail.com	(21) 980587203
26.	Rodolfo Samuel Lourenço	rodulfolourenco@id.uff.br	(21) 996480445
27.	Nellington Lya / JESSE	CULTURAMAQUISA@GMAIL.COM	(21) 97280-5394
28.	RICARDO RODRIGUES MENEZES DO CARVALHO	RICARDO.RODRIGUES@NETMIL.COM	(21) 993267947
29.	ANA LUIZA CASTRO DE ASSIS	anacastrocastro@gmail.com	(21) 992084612
30.	maurina Rava / Ana Ariz	maurina.rava@gmail.com	(11) 968600257

**REUNIÃO DA REDE DE MUSEOLOGIA SOCIAL DO RIO DE JANEIRO – 02/08/2014
CACHOEIRAS DE MACACU**

31. Ginepro de Souza Museu do Hoelto	cintroudeSouza@brasilmail.com	(21) 98308-0553 (Tm)
32. Base Lutas Perpetuas Museu Sécio - amv.ambil de Hoelto	caio007m17@gmail.com	(21) 999064228
33.		
34.		
35.		
36.		
37.		
38.		
39.		



08 de Julho de 2015

Memória reunião do Grupo de Trabalho da Rede de Museologia Social - Museu da República

• Visita as iniciativas de Museologia Social na Zona Oeste e Reunião bimestral da rede no Centro Cultural Cartola (Avaliação):

- Transformar a visita a zona oeste em algum material escrito, com intuito de publicar. Mario Chagas
- Manter o canal de comunicação com a zona oeste. Núcleo da rede na zona oeste.
- Apresentação do plano de governança do Centro Cultural Cartola
- Meios de Comunicação da rede - Boletim das atividades (ficou de ser mais discutido e não foi)
- alimentação do blog da rede e divulgar - Sarah Braga e Nathália Lardosa
- Exposição itinerante da rede (entrar como proposta no edital)

• Edital Cultura de Rede - MinC:

- Participar do edital. Grupo de Trabalho: Mirela, Inês, Juliana, Sarah, Nathália, Firmino, Mario, Leu, Papiõn e Nathércia.

• Financiamentos

- Emendas parlamentares: procurar políticos para saber se é possível esse financiamento para rede.
- Material de apresentação da rede para captação – Folder

• PL's

- 10/08 Audiência pública
- 02/08 - sugestões e acréscimos
- Mandar de novo por email as alterações sugeridas pela rede

• Diagnóstico da Rede de Museologia Social

- Iniciativas a serem visitadas até Setembro de 2015:

Museu Vivo de São Bento - Nathália e Sarah

Museu da Maré - Nathália e Sarah

MUF - Nathália e Sarah

Sankofa- Nathália e Sarah

Museu do Horto - Nathália e Sarah

Museu Nega Vilma- Nathália e Sarah

IPN - na reunião de agosto

Ponto de Cultura rural

Sepetiba

Santa Cruz

Cachoeira de Macacu

Cerro corá – Inês

- Calendário:

- Próxima reunião bimestral da rede 21/08 - Instituto Pretos Novos, Rio de Janeiro.
- Setembro - Primavera de Museus - Participar como rede das atividades na Zona Oeste.

PRESENTES

Firmino, Leu, Papiõn, Nathália, Juliana, Mirela, Ricardinho, Nathércia, Sarah, Emerson, Yasmine, Inês e Mário.

Ata da Reunião do Grupo de Trabalho da REMUS-RJ 06/04/2016

A reunião ocorrida no dia 06/04/16 no Museu da República teve início com uma breve apresentação de cada um dos presentes e em seguida deu-se a homenagem aos integrantes da Rede Wellington Jesus e Aline Germano falecidos em um acidente recentemente, com 1 minuto de silêncio em respeito ao casal. Relembramos seu trabalho e militância e suas relações com a Rede e seus membros. Foi proposta e firmada a intenção em privilegiar, conforme desejo inicial da Remus, o auxílio na implantação do Território Sagrado em Cachoeira de Macacu (surgido a partir da ideia do museu da Umbanda). Além do plantio de uma árvore de Jequitibá em local a ser definido;

A segunda etapa da reunião foi introduzida com o relato da Inês sobre de que maneira a Remus operou no último ano. Em seguida foi apresentada a história de como se deu a construção do plano de trabalho que originou as emendas parlamentares, que visam o fortalecimento da Remus e de seus integrantes. Assim como o caminho percorrido para as aprovações em 2016. As emendas foram apresentadas e dúvidas sanadas.

A primeira, junto ao Deputado Chico Alencar é feita de modo direto com a Remus por meio do Museu Vivo de São Bento, ainda que toda emenda relacionada à museus passe pelo IBRAM, porém, no caso da emenda 1 os recursos são carimbados para a Remus, formalizando assim um repasse mais direto. Como a Remus ainda não é institucionalizada (ainda existem deliberações acerca da institucionalização), ressaltou-se a importância crucial da participação do Museu Vivo de São Bento e de sua associação de amigos no empréstimo do CNPJ para a viabilização da emenda.

Com as deliberações sobre políticas públicas e a responsabilidade da Remus no cenário cultural atual, Firmino levantou o informe sobre um edital passado concorrido em que a REMUS-RJ não foi classificada, porém representou o pontapé inicial para a organização da atual emenda. Este edital contemplou a Rede Cearense, portanto é importante reconhecer que todo tipo de ação também fortalece outras Redes correlacionadas ao redor do país, para que possamos dar liga entre os grupos com o objetivo de fortalecer as políticas públicas culturais.

O plano de trabalho dura 1 ano, com as seguintes etapas:

- um pré-diagnóstico para a identificação de outros grupos que trabalham com memória, a intenção é mapear em torno de 25 iniciativas com a finalidade de compreender sua atuação e demanda, gerando dados para futuros projetos e alguns produtos, como vídeos e uma plataforma georreferenciada. Esses produtos visam não só fortalecer a articulação da Rede, mas também servirem de material para as próprias iniciativas de memória. Foi sugerido agregar a essa etapa do plano de trabalho a equipe do projeto Fronteiras Imaginárias Culturais.
- Além da oficina, um inventário participativo será feito com o MVSB, para além de retribuir a colaboração da instituição como proponente, também irá contemplar que a Rede acompanhe ativamente a sua elaboração e aplicação. O acompanhamento será em rede e sua execução poderá gerar benefícios para além do Museu.

- Execução do plano de comunicação da REMUS, com identidade visual, para que os canais de comunicação da Rede estejam sempre ativos e operando.
- Assessoria em gestão com museus comunitários, ou seja, a partir do desejo de premiar uma iniciativa (o que não se tornou viável), a Rede irá abrir um processo de seleção e custear o salário de pessoas para que continuem ações que já estejam ativas nos museus contemplados, utilizando-se também de um diagnóstico geo-político. Ressaltando que esse profissional seja alguém ativo e que dedique sua força de trabalho à iniciativa contemplada, além do potencial multiplicador.
- Assessoria contábil, com o objetivo de cobrir os gastos de três iniciativas selecionadas, que desejam se institucionalizar e também dispor de um profissional contábil para prestar serviços à Remus e auxílio a qualquer iniciativa.
- Durante a deliberação, entendeu-se necessário atentar para o objetivo de dar visibilidade aos projetos beneficiados. Também a necessidade da publicização das dinâmicas de trabalho.
- Assessoria jurídica para subsidiar a resolução de problemas jurídicos por três meses.
- Curso aberto de elaboração de projetos, captação de recursos e prestação de contas, dada a identificação pela Rede dessa demanda. A partir do diagnóstico a Rede já irá poder apurar sobre o que irá discutir, focando em especial na vida concreta das iniciativas.

Foi feita alerta para os requisitos de seleção para a assessoria em gestão com museus comunitários, alguém que apresente um plano de trabalho que beneficie determinada iniciativa.

A contrapartida da emenda 1 (10% do valor total) será feita a partir de serviços. Serão oferecidos cursos em Museologia Social, Inventário Participativo e Institucionalizando Museus que é referente à políticas públicas de museus no Brasil. Outra contrapartida será a articulação a favor do desenvolvimento de outras Redes do Sudeste, com reuniões de sensibilização e para a articulação da região, com a perspectiva de tirar um plano de trabalho Sudeste.

Informe: O prazo foi indicado até o dia 15 de Abril para a conclusão desse plano de trabalho. Dia 17 será finalizado e entra em convênio, a partir do dia 29 será assinado e então será a segunda etapa, de liberação de recursos.

Ao final da apresentação o coletivo decidiu de maneira unânime a aprovação do plano de trabalho para a emenda 1. Já a segunda emenda, aprovada pelo parlamentar Alessandro Molon os recursos devem ser empenhados no ano vigente, no caso até o final de 2016, e viriam como orçamento impositivo pelo IBRAM.

Durante a apresentação da etapa referente ao Encontro Internacional com a problemática das negociações de passagens e diárias com o IBRAM. Dada a atual situação, o coletivo procurou buscar sugestões para substituir o encontro no plano de trabalho. Foram deliberadas as seguintes sugestões:

- exposição itinerante (chamaram a atenção para o potencial multiplicador).
- gastos com propaganda (O coletivo ressaltou a importância desse item e muitos demonstraram interesse em oficina de sobre mídias alternativas).

- publicações
- encontro internacional não presencial, via web, que seja registrado e se desdobre em uma divulgação massiva(sugestão do Crisóstomo).

Por votação, o coletivo decidiu que o Encontro Internacional será por meio de vídeo conferência e o restante da verba prevista com o encontro será destinada a elaboração e execução de uma exposição itinerante.

Em ocasião, Mirela declarou participar do curso para servidores sobre a plataforma SICONV. Ao final da reunião, foi passada uma carta de agradecimento ao Museu da República pelo apoio desde as primeiras reuniões que foi assinada pelos membros presentes.

Os participantes comunicaram eventos de diferentes iniciativas. Todas as ações foram apresentadas e algumas modificações foram pré-aprovadas por meio de votação.